

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Expedições Arqueológicas

Nos Territórios de Ultramar:

**Uma Visão da Ciência e da Sociedade Portuguesa
do Período Colonial**

(Tese final para a obtenção do grau de Doutor no ramo de
Arqueologia, especialidade de Teoria e Métodos da Arqueologia)

Rita Juliana Soares Poloni

2012

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Expedições Arqueológicas nos Territórios de Ultramar:

Uma Visão da Ciência e da Sociedade Portuguesa do Período Colonial

(Tese final para a obtenção do grau de Doutor no ramo de Arqueologia, especialidade
de Teoria e Métodos da Arqueologia)

Rita Juliana Soares Poloni

Tese Orientada por Nuno Ferreira Bicho

2012

*Dedico este trabalho a todos os que estarão eternamente enredados
entre os complexos labirintos do conhecimento científico.*

*Também a todos os que ajudaram a construir
os muitos labirintos da minha própria história.*

*À minha mãe Cecília, ao meu pai, Elias e ao meu irmão, André,
e, em especial, ao meu companheiro de vida e de jornada, Leandro.*

AGRADECIMENTOS

As redes aqui tecidas, as que compõem este trabalho científico, não são menos complexas que aquelas que este mesmo trabalho procura desconstruir em relação à produção arqueológica das Missões Antropológicas. Para que este trabalho se tornasse realidade a contribuição de muitas pessoas tornou-se crucial.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Nuno Bicho, por ter aceitado comigo o desafio de percorrer esta jornada.

Também gostaria de expressar a minha profunda gratidão aos doutores Vítor Rosado Marques e Ana Cristina Roque do Instituto de Investigação Científica Tropical, que foram orientadores e amigos nestas longas viagens científicas que, física e metaforicamente fiz em busca de reconstituir a história das Missões.

Não poderia também deixar de agradecer profundamente ao doutor Ricardo Roque, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, por ter me orientado pelos caminhos da Sociologia da Ciência, trazendo a este trabalho uma perspectiva essencial para a sua construção.

Agradeço igualmente ao Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq) e, em especial, ao doutor Vítor Gonçalves, por ter permitido que esta tese fosse desenvolvida sob o acolhimento deste importante organismo.

Gostaria ainda de demonstrar o meu agradecimento à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), pela atribuição da bolsa SFRH/BD/40873/2007, tendo, assim, permitido que este trabalho de pesquisa fosse desenvolvido com a devida exclusividade.

Por fim, gostaria de agradecer aos muitos amigos que, das mais diversas formas, contribuíram para que este trabalho se desenvolvesse. Sem o seu apoio, esta trajectória seria, certamente, muito mais penosa e incerta. Entre eles gostaria de destacar especialmente Sandro Nandolpho, Paula França, Josimara Pezzin, Vera Pereira, Cláudia Costa, Carolina Mendonça, Sérgio Gomes, Teresa Santos, Inês Galvão e Dora Carvalheiro.

RESUMO

Este trabalho objectiva retomar a trajectória da produção arqueológica das Missões Antropológicas realizadas em Moçambique, Guiné, Angola, e Timor, entre a década de 30 e 60, cujo acervo hoje está contido no Instituto de Investigação Científica Tropical, como forma de analisar a relação existente entre praxis arqueológica e sociedade, cultura e ideologias que caracterizam o período em que esses trabalhos se desenvolveram. Partirá primeiramente da contextualização do universo teórico e político da Antropologia e da Arqueologia entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, como forma de perceber as relações entre o universo científico que circunscreve as Missões Antropológicas e as ideias nacionalistas e colonialistas vigentes no período. A seguir, procurará reconstituir o universo legal das Missões, a trajectória académica de seus responsáveis e a produção arqueológica realizada no contexto de campo e em algumas publicações decorrentes dessas pesquisas como forma de perceber de que forma a Arqueologia se desenvolve nesse contexto. Por fim, procurará circunscrever o lugar desse campo científico no projecto em questão tendo em vista contextos científicos, políticos, pessoais e logísticos que foram determinantes nesse processo. Assim, será possível desconstruir as redes de produção dessa ciência de forma a perceber a sua complexidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Teoria, Métodos, Colonialismo, Ditadura, Ultramar.

ABSTRACT

This work aims to understand the trajectory of Archaeological production of Anthropological Missions carried out in Mozambique, Guinea, Angola, and Timor, between the 30 and 60, whose collection is now contained in the Institute of Tropical Scientific Investigation, in order to analyze the relationship between archaeological praxis and society, culture and ideologies that characterize the period in which these works evolved. First seek to contextualize the theoretical and political universe of anthropology and archeology from the late nineteenth century and first half of the twentieth century as a way of perceiving the relationship between the scientific universe that circumscribes the Anthropological Missions and nationalist and colonialist ideas prevailing in the period. Then seek to reconstruct the legal universe of the Missions, the academic career of their responsible and the archaeological production performed in the field work and in some publications resulting from this research as a way to understand how archeology is developed in this context. Finally try to define the place of this scientific field in this project through the investigation of the scientific, political, personal and logistics contexts, who were fundamental in this process. Thus, one can deconstruct the networks of the production of this science in order to understand its complexity.

KEY-WORDS: Archaeology, Theory, Methods, Colonialism, Dictatorship, Overseas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A Arqueologia nas Missões Antropológicas: Ciência e sociedade em co-produção.....	1
PARTE I: NAS TEIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: AS MISSÕES ANTROPOLÓGICAS E A ARQUEOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	27
Confrontando a Complexidade do Saber Científico Ultramarino.....	28
CAPÍTULO I: A Antropologia e a Arqueologia em Confronto: Perspectivas Teóricas ou Devires Científicos.....	31
CAPÍTULO II: A Antropologia e a Arqueologia Coloniais em Contexto Português.....	55
CAPÍTULO III: As Investigações Científicas em Contexto Ultramarino e o Desenvolvimento das Missões Antropológicas.....	77
CAPÍTULO IV: As Missões Antropológicas Enquanto Projecto Político-Científico.....	97
CAPÍTULO V: Discussões: Nas Teias da Produção Científica Ultramarina. A Arqueologia e seus Múltiplos Actores.....	113
PARTE II: DECOMPONDO AS REDES QUE COMPÕEM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O LUGAR DA ARQUEOLOGIA NAS MISSÕES ANTROPOLÓGICAS.....	119
Das Controvérsias aos Aliados e Vice-Versa: as Muitas Camadas dos Textos Científicos.....	120
CAPÍTULO VI: A arqueologia no contexto da Missão Antropológica de Moçambique: os primeiros projectos.....	123
CAPÍTULO VII: Novos planos, novos contextos.....	131

CAPÍTULO VIII: A Arqueologia e as Missões a partir de 1945.....	138
CAPÍTULO IX: A Missão Antropológica de Moçambique: Da Terceira à Sexta Campanha.....	143
CAPÍTULO X: A Missão Antropológica da Guiné.....	155
CAPÍTULO XI: A Missão Antropobiológica de Angola.....	157
CAPÍTULO XII: A Missão Antropológica de Timor.....	163
CAPÍTULO XIII: O Actor e Sua Produção Científica: Santos Júnior, Amílcar Mateus, António de Almeida e as Missões Antropológicas.....	169
CAPÍTULO XIV: A Ciência em Construção: As Missões Antropológicas e sua Produção Arqueológica.....	177
14.1 - A Ciência e suas condições de produção: As Missões Antropológicas, seus antecedentes, seus diálogos, seus percursos.....	181
14.2 - A Ciência e seus laboratórios: As pesquisas arqueológicas no trabalho de campo das Missões.....	195
14.3 - A Ciência e seus Aliados: Pequeno Panorama da Produção Científica Arqueológica das Missões.....	224
CAPÍTULO XV: Discussões: As Redes de Produção da Arqueologia no Contexto das Missões Antropológicas: As Complexidades do Fazer Científico.....	243
PARTE III: A CIÊNCIA VIVIDA: A ARQUEOLOGIA E AS MISSÕES ANTROPOLÓGICAS DO OFICIAL À PRÁTICA.....	253
Os Horizontes da Ciência Vivida.....	254
CAPÍTULO XVI: A Arqueologia no Universo das Missões Antropológicas.....	257
CAPÍTULO XVII: As Relações entre a Arqueologia das Missões e o Panorama Científico Internacional.....	261
CAPÍTULO XVIII: As Relações dos Chefes das Missões Com Outros Nomes da Arqueologia Nacional e Internacional.....	277
CAPÍTULO XIX: A Arqueologia, as Missões Antropológicas e as Questões Nacionais.....	283
CAPÍTULO XX: As Contingências do Trabalho de Campo: do Planeamento à Prática.....	307

CAPÍTULO XXI: Discussões: A Arqueologia nas Missões Antropológicas ou as Missões na Arqueologia Colonial: Nos interstícios da produção científica.....	321
CONCLUSÕES: A Produção Científica das Missões Antropológicas: Do Laboratório ao Texto.....	329
NOTAS FINAIS: A Ciência e suas múltiplas redes, ou o desafio da Esfinge.....	347
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	357
ANEXO I.....	389
ANEXO II.....	391
ANEXO III.....	393
ANEXO IV.....	395
ANEXO V.....	429
ANEXO VI.....	441
ANEXO VII.....	449
ANEXO VIII.....	461
ANEXO IX.....	477

INTRODUÇÃO

A Arqueologia nas Missões Antropológicas: Ciência e sociedade em co-produção

*“Os brancos desenham suas palavras porque
seu pensamento é cheio de esquecimento¹”*

Se a abordagem de temas concernentes a regimes ditatoriais e políticas coloniais, sobretudo em contexto europeu, remete a períodos históricos recentes que pouca associação trazem, à primeira vista, ao desenvolvimento de pesquisas no campo arqueológico pré-histórico, uma investigação mais acurada do contexto, entretanto, traz aproximações importantes entre os temas.

O nascimento da Arqueologia enquanto ciência moderna, e os seus primeiros desenvolvimentos em cenário europeu, remetem às questões nacionais e coloniais que dividiam esse contexto social durante o século XIX e até meados do século XX. A associação entre o nascimento da Arqueologia pré-histórica, seus primeiros aperfeiçoamentos teórico-metodológicos, e o conhecimento e valorização dos antepassados das Nações Modernas, bem como o estudo dos povos tidos como primitivos dos territórios coloniais, leva a que o entendimento desse campo científico esteja intrinsecamente relacionado aos demais mencionados (Daniel, 1976; Trigger, 2004; Bicho, 2006).

¹ Trecho do depoimento do índio Yanomami Davi Kopenawa Yanomami, traduzido e editado pelo antropólogo Bruce Albert (Funarte, 1998).

Se o desenvolvimento e consolidação teórico-metodológica do campo científico arqueológico no século XIX e princípios do século XX deve-se, em especial, à Arqueologia pré-histórica (Daniel, 1976: 178-189; Fabião 1999:106), a investigação dos contextos sócio-políticos subjacentes ao desenvolvimento desse campo científico passam a ser cruciais na compreensão da disciplina como um todo.

Por outro lado, esse contexto histórico não irá afectar somente a Arqueologia no campo pré-histórico. Mesmo o estudo da Arqueologia clássica e céltica, por exemplo, passa a ser associado, em grande medida e, sobretudo, no alvorecer do século XX, a fortes questões nacionalistas, que levavam a valorização do passado glorioso e singular de cada povo europeu a uma importância política crucial.

E será também no alvorecer do século XX que essas questões nacionais irão desencadear a formação de regimes totalitários em vários países da Europa, levando a que a Arqueologia esteja, de diferentes formas, associada à exaltação desses regimes ditatoriais e do legado histórico grandioso a que queriam associar esses países. Em nações como a Alemanha e a Itália, a associação entre os estudos arqueológicos e a política estatal tomará dimensões políticas importantes, levando a que o estudo das origens da raça ariana ou do povo romano fosse tido como assunto de Estado (Díaz-Andreu; Champion, 1996).

Ainda nesse mesmo contexto histórico, as disputas pelos territórios coloniais, sobretudo em África e na Ásia, levam a que as Nações europeias se lancem em fortes disputas políticas, e que as medidas estratégicas de defesa desses territórios ganhem importância política crucial.

A Ocupação Científica dos territórios ultramarinos (JMGIC, 1945; Thomaz, 2005:65-69), em voga na Europa imperialista da época, coaduna-se com esse contexto político de domínio, exploração e preservação desses territórios, na mesma medida em que o conhecimento físico e populacional desses domínios levava a um fortalecimento da acção colonizadora. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento científico dos países metropolitanos passa a ser visto como uma forma de prestígio internacional frente a seus congêneres, e de poder colonial, confirmando a importância política do desenvolvimento desses estudos.

Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas em contexto colonial passam a ser valorizadas, permitindo que importantes temas fossem sendo desenvolvidos, especialmente no âmbito da pré-história, nesses territórios. Dessa forma, a acção propriamente científica, ou seja, no âmbito do desenvolvimento teórico-metodológico da disciplina, que se desenrola em territórios africanos e asiáticos durante esse período, não pode ser dissociada do universo político e social que circunscrevia os países europeus metropolitanos.

O colonialismo português toma, neste contexto, um posicionamento peculiar que importa ser investigado. Em primeiro lugar, Portugal é um país com longa tradição colonial que vê o seu “direito histórico” sobre muitos territórios ultramarinos ser contestado, sobretudo em África, pela sua antiga aliada, Inglaterra (Alexandre, 2000).

Em segundo lugar, muitos intelectuais do período pensam que a glória do passado da Nação, na sua obra de pioneirismo na expansão marítima portuguesa, encontrava-se diminuída pelo déficite do país na ocupação económica e científica dos territórios ultramarinos, sobretudo frente à acção enérgica de outras Nações europeias (Ribeiro, 2004).

Por fim, a instituição do Estado Novo, a partir da década de 30 do século XX, levará a que as possessões ultramarinas tomem um lugar político estratégico na manutenção do próprio regime e na reafirmação ideológica do país frente aos outros congéneres europeus (Alexandre, 2000; Santos, 2002). Por outro lado, a insistência na manutenção desses territórios, mesmo frente à oposição internacional que se faz sentir, sobretudo, a partir da Segunda Grande Guerra, irá fazer com que este país tenha uma história colonial bastante prolongada, em comparação com outras nações vizinhas.

Assim, a Ocupação Científica dos territórios coloniais portugueses estará inserida em um contexto ideológico e político bastante significativo. Por um lado, estará imbuída de grande sentido histórico, de reafirmação e de continuidade da obra pioneira do país na expansão marítima europeia e de reafirmação dos direitos de posse sobre os territórios conquistados nesse contexto específico. Por outro, se revestirá de crucial importância política, na medida em que a manutenção e o aproveitamento económico desses territórios era, ideologicamente, um forte pilar da imagem que o Estado Novo queria dar ao país e ao próprio regime.

A investigação no âmbito das ciências sociais e, em particular, da Arqueologia, insere-se no contexto do novo regime ditatorial, e tem na investigação do elemento humano das colónias um factor de importância estratégica, tanto no âmbito económico, quanto ideológico.

No campo ideológico, esses estudos se revestiam do discurso lusotropicalista, em voga, sobretudo a partir da década de 50, mas, principalmente, eram reafirmados pela Missão Civilizadora do povo português nos territórios colonizados, uma “herança sagrada” de civilização e de evangelização daqueles povos (Ribeiro, 2004:121; Castelo, 2000).

Já em termos económicos, tratava-se de valorizar o que, nas palavras de Mendes Correia, grande idealizador desses estudos, deveria ser considerada a verdadeira riqueza das colónias, que seria o seu factor humano. Para ele, o conhecimento dos indígenas ajudaria a conhecer as suas muitas qualidades e a dirimir alguns poucos defeitos, levando a que pudessem ser instrumentos de engrandecimento da nação (Correia, 1945a; Correia 1946e).

É em meio a esse contexto político-ideológico que as Missões Antropológicas nascem, na segunda metade da década de 30 do século XX, visando a realização de pesquisas no âmbito da Antropobiologia, da Etnografia e da Arqueologia.

Mas, enquanto as pesquisas em Antropobiologia compõem o cerne desses projectos científicos, as pesquisas no campo da Arqueologia são desprestigiadas nos propósitos estatais para as investigações ultramarinas. Isso porque são consideradas, sobretudo a partir de 1945, conhecimento especulativo. Como as pesquisas ultramarinas portuguesas visassem conciliar recursos escassos com medidas de rápida e efectiva influência sobre o conhecimento dos indígenas dos territórios coloniais, as investigações arqueológicas passam a ocupar um lugar secundário no universo desses projectos científicos (JMGIC, 1945).

Apesar desse posicionamento secundário, entretanto, as pesquisas no campo da Arqueologia matem-se uma constante no trabalho de campo e nas publicações decorrentes das actividades de cada Missão desenvolvida. Muito embora sua realização esteja sujeita aos tempos, espaços e recursos mobilizados em função das pesquisas em antropobiologia e que o número de publicações relacionadas com as pesquisas em Arqueologia sejam em número inferior àquelas destinadas à Antropologia física, a insistência na manutenção dessas pesquisas é permanente.

Tal factor passa a ser, assim, crucial na compreensão da importância desse campo científico no universo das Missões. Mais que isso, passa a ser um interessante tema na investigação da importância desse campo no contexto das comunidades científicas do período. Apesar do pouco interesse que a Arqueologia confere no conjunto de regulações estatais que visavam organizar as Missões Antropológicas é, muitas vezes, o próprio carácter especulativo atribuído a essas pesquisas, e que significa o seu posicionamento secundário no universo desses projectos científicos, o factor responsável pela manutenção dessas pesquisas na sua prática científica. Essa qualidade de conhecimento especulativo, atribuído às pesquisas consideradas puras ou relacionadas com o interesse de toda a humanidade é também um factor de demonstração do carácter civilizado do país e do desenvolvimento do seu universo científico, fazendo com que a manutenção das pesquisas em Arqueologia esteja relacionada a certo prestígio do país e de sua comunidade académica em âmbito internacional (Santos Júnior, 1946b; Correia, 1936:29).

Neste sentido, o desenvolvimento desta pesquisa toma importância não somente como compreensão de um contexto isolado historicamente na trajetória de construção e sedimentação do campo científico arqueológico. Não se trata somente de compreender o nascimento e o desenvolvimento das Missões Antropológicas ou o tipo de Arqueologia desenvolvida nos territórios ultramarinos, sob os auspícios desse projecto científico. A própria manutenção das pesquisas arqueológicas no interior desses projectos e as razões pelas quais a sua permanência é requerida apontam para a compreensão da importância do campo científico como um todo, não só nos seus contextos nacionais, mas também naqueles que tangem ao desenvolvimento teórico-metodológico da disciplina internacionalmente.

Assim, o nascimento de um projecto científico denominado “Missões Antropológicas”, desenvolvido por Portugal, durante a vigência do Estado Novo, nos seus então territórios ultramarinos, comportando investigações no âmbito da Antropologia física, da Etnografia e da Arqueologia torna-se crucial na compreensão da sedimentação do campo científico arqueológico de diversas maneiras.

Em primeiro lugar, trata-se de investigar a história científica arqueológica de um país que, todavia com menor destaque, também manteve, a par da Alemanha e da Itália, um regime político de inspiração fascista que, muito embora não tenha desenvolvido os mesmos efeitos extremos em termos de política nacional e internacional, manteve com aqueles muitos pontos em comum. Além disso, Portugal é um país com uma longa trajetória colonialista, desde o seu pioneirismo na expansão marítima europeia moderna ao prolongamento da posse da maioria das suas colónias até a década de 70 do século XX, em um cenário de grande atraso em relação a outras nações coloniais.

Dessa forma, este é um país que apresenta, durante todo o período de nascimento e consolidação do campo científico arqueológico, diferentes contextos nacionalistas e uma forte tradição colonialista que importam ser investigados em comparação com outros semelhantes que, em âmbito Europeu, principalmente, estão na raiz de muitos desenvolvimentos teórico-metodológicos importantes da disciplina.

Sobretudo a partir do Estado Novo, fortes discursos ideológicos e políticos relacionados à manutenção dos territórios coloniais em um ambiente ditatorial de inspiração fascista, estão envolvidos no contexto de nascimento das Missões Antropológicas e, conseqüentemente, do desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em territórios coloniais. Novamente, a combinação entre governos ditatoriais e políticas coloniais encontra-se associada ao desenvolvimento de pesquisas arqueológicas que

necessitam ser compreendidas nas suas associações com o contexto político-ideológico subjacente ao período, na tentativa de construir um quadro mais ampliado das relações entre arqueologia e política em contexto europeu.

Em segundo lugar, o projecto das Missões Antropológicas, sendo desenvolvido por um país considerado periférico em sua área de influência geográfica e política, é pensado e desenvolvido em constante diálogo com outros congéneres europeus, buscando desenvolver medidas estratégicas que melhorassem a visão do país no exterior e sedimentassem a posse sobre os territórios coloniais. Nesse sentido, todos os seus esforços reflectem um universo de interesses científicos e políticos cruciais para o período. Investigar os motivos do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no contexto das Missões e a forma como essas pesquisas se efectivam no terreno, seus contornos próprios é, assim, por um lado, uma forma de compor um retrato de contextos de importância internacional no período.

Por outro lado, as especificidades que se manifestam no estudo do projecto das Missões são importantes na compreensão do fazer científico dentro do universo da Arqueologia de forma ampliada, não só nas similaridades que unem uma mesma comunidade científica em âmbito internacional em um determinado contexto histórico, mas também nas contestações, adaptações, variações que esse diálogo teórico-metodológico apresenta sob diferentes visões político-científicas.

Em terceiro lugar, por ser o projecto das Missões Antropológicas, em essência, multidisciplinar, abarcando pesquisas na área da Antropobiologia, da Etnografia e da Arqueologia, permite a percepção do diálogo entre campos científicos ao mesmo tempo distintos, mas contidos dentro do universo das ciências sociais. Não que tal configuração seja uma exclusividade das Missões. Na verdade, devemos entender o

termo “Antropologia”, utilizado na definição do projecto, de forma alargada, abarcando vários campos que hoje constituem ciências independentes. Nesse sentido, o carácter universalista que circunscreve esse projecto constitui mais uma das características suas históricas (Gosden, 1999). Entretanto, sendo um empreendimento que se prolonga até a década de 60 do século XX, esses diálogos interdisciplinares irão constituindo contextos diversificados no decorrer da sua existência.

Por outro lado, o período de formação das Missões Antropológicas é, ao mesmo tempo, de desenvolvimento da Antropologia e da Arqueologia, como campos científicos específicos, em âmbito internacional e também nacional. Assim, a compreensão dos desenvolvimentos investigativos que se dão no contexto das Missões em cada um dos campos abordados é, também, parte da história geral de nascimento e consolidação dessas disciplinas.

Além disso, sendo a ciência construída a partir de problemas do presente, a percepção dos diálogos interdisciplinares que emergem do projecto das Missões apresenta-se como um bom contexto comparativo das possíveis conexões entre esses campos científicos em uma perspectiva histórica.

Mas é justamente a riqueza científica desse projecto o principal elemento complicador da sua compreensão. Investigar a produção Arqueológica das Missões Antropológicas implica perceber o lugar reservado para um campo de pesquisa secundário no interior de um projecto científico e político voltado, sobretudo, para a Antropologia física. Implica também delimitar os lugares de autonomia desse campo científico e aqueles em que partilha um projecto alargado de Antropologia, no qual o conhecimento do passado dos povos indígenas, através da Arqueologia, constituía mais um dos seus componentes (Cardoso, 2011).

Além disso, o compreender da produção arqueológica das Missões implica ainda mais alguns desafios interpretativos intrincados. Primeiramente, perceber as relações entre essa produção científica e o universo ditatorial e colonial que permite o seu nascimento e desenvolvimento. Pressupõe, ainda, a partir desse contexto político e social, a percepção da relação entre metropolitanos e nativos, ou, por outras palavras, o lugar do olhar colonialista sobre o “outro”, representado pelos indígenas dos territórios colonizados, sobre o desenvolvimento dessas pesquisas. Nesse sentido, a investigação da tríade Missão Civilizadora, Política Estatal e Ciência Colonial, e das redes que constroem na consolidação do projecto científico das Missões e, em especial, do seu campo arqueológico, torna-se crucial na compreensão deste projecto em toda a sua complexidade.

Finalmente, mais um contexto complicador compõe o quadro de investigação da Arqueologia das Missões Antropológicas. O facto de tal projecto científico ter se desenvolvido em quatro colónias, em dois continentes, sob a direcção de três investigadores, e durante três décadas, impõe ao objecto de pesquisa uma variedade geográfica, temporal, e de autoria que implica um olhar generalizante na compreensão do seu desenvolvimento. Procurar compreender similaridades e particularidades em cada uma das Missões desenvolvidas implica um desafio de grande magnitude, que se materializa pelo volume de documentos e de publicações que circunscrevem a sua história.

Entretanto, os elementos complicadores deste tema são desmistificados a partir da análise cuidadosa de cada um dos seus componentes. Por um lado, governo ditatorial, política colonialista e ciência ultramarina não são, efectivamente, elementos distintos que, inseridos num mesmo espaço-tempo, sofrem interferências mútuas, positivas ou negativas, mantendo-se, entretanto, como “núcleos duros”. Ao contrário, é

preciso compreender cada um desses universos como sendo fruto de uma inter-constituição, de uma construção mútua em redes complexas e interpenetráveis (Roque, 2001: 132).

Assim, compreender cada um dos seus elementos implica perceber, necessariamente, a sua interacção com os demais. Não se trata, portanto, de um esforço acrescentado, a tentativa de compreender a inter-relação entre as Missões Antropológicas e o contexto colonialista e ditatorial do período, pois que essa complexa constituição é parte intrínseca do seu próprio nascimento e desenvolvimento.

E essa complexidade não é exclusividade deste tema, especificamente. Toda ciência é feita a partir de um processo colectivo, que reúne um universo incertezas, contradições, concorrências, concordâncias, alianças, enfim, de contextos os mais variados, desde políticas estatais até relacionamentos interpessoais localizados (Latour, 2000). Perceber as inter-relações entre os elementos políticos, ideológicos e científicos que constituem o momento histórico de nascimento e de desenvolvimento das Missões Antropológicas é, assim, uma forma de perceber as redes complexas, as múltiplas conexões que constituem o fazer científico em seus mais variados contextos.

Da mesma forma, toda a complexidade disciplinar, geográfica, temporal e de autoria, que se pretende abarcar no estudo da Arqueologia das Missões é, na realidade, seu elemento crucial de compreensão e de valorização. As inter-conexões entre Antropologia e Arqueologia, os diversos territórios estudados em dois continentes, as três décadas de duração do projecto e as distintas personalidades dos cientistas que dirigiram cada missão, foram os elementos que permitiram que a investigação das redes de constituição dessa produção científica se fizesse com uma complexidade significativa de elementos e que algumas conexões fossem especialmente percebidas.

A investigação do volumoso espólio documental e bibliográfico das Missões, especialmente o que hoje integra o acervo do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), herdeiro de grande parte dos materiais oriundos desses projectos foi, dessa forma, crucial na construção detalhada das redes complexas de elementos humanos, sociais, políticos, económicos, científicos e ideológicos que ajudaram a construir essa produção científica. Muitas das redes detectadas só foram percebidas justamente por causa da complexidade de elementos investigados, da variedade dos autores, dos projectos e dos territórios envolvidos nesse empreendimento científico.

E foi também essa mesma complexidade que trouxe para a presente pesquisa o auxílio da Sociologia da Ciência (Latour, 1994, 2000; Latour; Woolgar, 1997) na análise da variedade de elementos que constituem cada produção científica. Foi ainda esse mesmo contexto que conduziu a investigação da produção arqueológica das Missões Antropológicas por caminhos delimitados pela própria história que esse acervo documental e bibliográfico deixou manifestar.

A ciência arqueológica descrita, seu conceito de produção, de pesquisa, de prospecção procura ser aquele que se manifesta nas próprias narrativas das Missões. Abstendo-se de avaliar, sob o olhar contemporâneo, a validade dessa produção científica e restringindo-se a demonstrar factores limitadores que são apontados pelos próprios cientistas que vivenciaram o mesmo contexto histórico, o que o presente trabalho pretende é uma visão contextualizada dessa ciência.

Da mesma forma, as interconexões entre essa produção científica e os contextos coloniais e ditatoriais do período procuram ser demonstrados também, tendo como visão privilegiada os próprios discursos dos agentes envolvidos no desenvolvimento das Missões. Abstendo-se, novamente, de julgar a produção científica pelo seu

comprometimento político, o que esta pesquisa pretende não é ignorar os efeitos da política colonial sobre as populações nativas, mas sim demonstrar as intrínsecas conexões entre ciência e política que se manifestam na produção científica arqueológica das Missões.

Assim, da riqueza de elementos que circunscrevem os temas aqui abordados emerge a questão central desta pesquisa, que consiste em compreender a produção arqueológica das Missões Antropológicas nas suas relações com os contextos científicos, políticos e sociais do período, percebendo as suas inter-relações complexas.

Em termos científicos, tal desafio consiste em perceber a importância das Missões Antropológicas e, em particular, do desenvolvimento de pesquisas arqueológicas no âmbito desses projectos, para o esclarecimento de questões de interesse académico e de prestígio, quer para os cientistas particularmente envolvidos na sua execução, quer para as comunidades científicas a quem os textos resultantes das pesquisas realizadas deveriam reportar-se buscando apoio e reconhecimento.

Em termos políticos, pressupõe a percepção dos interesses estratégicos envolvidos na organização das Missões Antropológicas e o lugar que a Arqueologia ocupa nesse contexto, nas suas relações com questões tais como a posse dos territórios ultramarinos, a “civilização” dos indígenas, o aproveitamento económico das colónias e o renome do país e do seu regime político, em âmbito interno e externo.

Finalmente, em termos sociais, busca compreender a importância do Estado Novo, do colonialismo e da produção científica ultramarina e, em particular, arqueológica, para as comunidades envolvidas no contexto histórico de desenvolvimento das Missões Antropológicas, sobretudo em âmbito nacional e académico.

Dessa forma, objectiva compreender, em primeiro lugar, quais os contextos que permitem que as Missões Antropológicas tomem a sua configuração final, valorizando os estudos antropobiológicos e permitindo a existência, embora secundária, das pesquisas em Arqueologia, quer nas suas formulações oficiais, quer na prática científica promovida, individualmente, pelos responsáveis por cada Missão.

Para tanto, levará em conta a história de cada disciplina envolvida, dos estudos ultramarinos em contexto nacional, das pesquisas arqueológicas portuguesas em contexto ultramarino, bem como os princípios legais que regem esses projectos científicos, os discursos promovidos por personalidades do mundo académico nacional que ajudaram a formulá-los e desenvolvê-los e os principais pontos de interesse de suas carreiras profissionais.

Em segundo lugar, busca caracterizar as pesquisas arqueológicas que se desenvolvem no interior do projecto das Missões, procurando perceber as suas características teórico-metodológicas, os tempos, recursos e percursos reservados para essas pesquisas, bem como o seu reflexo na produção científica resultante, destacando a sua relação com o universo das publicações em antropologia física de maneira a perceber de que forma os contextos científicos e políticos interferiram na configuração final dessa produção científica.

Para alcançar esse objectivo analisará documentos e publicações relacionados aos trabalhos em terreno de cada campanha científica das Missões, tais como cadernos de campo e relatórios, bem como publicações científicas em Arqueologia, com a finalidade de divulgar as pesquisas levadas a cabo em cada colónia investigada. Essas mesmas publicações servirão ainda para formular um quadro comparativo entre as obras em antropobiologia e aquelas dentro do âmbito da Arqueologia.

Em terceiro e último lugar, procura justificar a manutenção das pesquisas em Arqueologia e da sua conseqüente produção científica, no contexto das Missões Antropológicas, apesar do seu carácter secundário para os interesses de Estado, buscando outros factores científicos, políticos e sociais que justifiquem a sua manutenção.

Para tanto, procurará investigar entre correspondências institucionais trocadas por personagens chave na história das Missões, os motivos pelos quais tais pesquisas são desenvolvidas, abordando questões científicas internacionais, políticas e sociais em âmbito nacional, relações interpessoais, bem com questões particulares, burocráticas e ocasionais, que delimitam positiva e negativamente a continuidade dessas pesquisas.

A investigação de tal tema de pesquisa foi, por sua vez, escolhida tendo em vista, novamente, o contexto científico e histórico que o circunscreve o nascimento e desenvolvimento das Missões e que o torna importante na compreensão do desenvolvimento do campo arqueológico, quer em campo nacional, quer em campo internacional.

Conforme já visto, as relações entre Arqueologia, Nacionalismo, Ditaduras e Colonialismo, fazem parte da história dessa disciplina durante o século XX. Investigar as relações entre ciência, Estado Novo e política ultramarina, em Portugal, através da caracterização geral do projecto arqueológico das Missões Antropológicas é, assim, uma forma de ampliar o quadro de conhecimento da história desse campo científico em âmbito internacional e de conhecer mais aprofundadamente uma parte dessa mesma história em âmbito nacional.

Sob o ponto de vista nacional, especialmente, o estudo da Arqueologia das Missões Antropológicas foi escolhido tendo em vista sua grande importância na

compreensão mais aprofundada das relações entre esse campo científico e o governo ditatorial salazarista, procurando ampliar as discussões acerca do lugar desse campo científico nos programas ideológicos do governo, sobretudo tendo em conta que os territórios ultramarinos eram de importância crucial para esse governo.

Já em âmbito internacional, viu-se que a Arqueologia teve papel fundamental nos programas ideológicos de governos ditatoriais fascistas tais como o alemão e o italiano. Tendo o Estado Novo português características similares, sem haver desenvolvido, entretanto, essa mesma relação marcante com o campo arqueológico na sua reafirmação de poder, a escolha do presente tema coaduna-se com a proposta de perceber de forma mais aprofundada esse momento histórico-científico em contexto europeu.

Por outro lado, devido às evidentes directrizes políticas dessas pesquisas, a sua investigação vem também a ser uma forma de ultrapassar os julgamentos de valor que determinados contextos estatais podem provocar sobre sua produção científica, procurando perceber os contextos ideológicos e científicos do projecto arqueológico das Missões não como um simples erro na história da ciência, mas sim como mais um contexto na trajectória do campo arqueológico em âmbito nacional e internacional.

Por outras palavras, sua escolha é também uma forma de perceber melhor as relações intrínsecas que se formam entre uma produção científica e o seu momento histórico, caracterizado pelo contexto político, económico e social em meio ao qual é pensada e desenvolvida, tornando-se, assim, uma forma de reflexão sobre outros projectos arqueológicos em diferentes tempos e espaços e sobre o trabalho que é realizado por pesquisadores desse campo de investigação na actualidade.

Dessa forma, a escolha deste tema torna-se também crucial na ampliação, a partir de um exemplo concreto, do conhecimento da complexidade do fazer científico, buscando mostrar como a análise única de elementos teórico, metodológicos e técnicos de uma determinada pesquisa não é suficiente para compreender todas as razões a partir das quais esta toma determinada configuração final. Perceber essas relações entre o fazer científico e os contextos políticos, económicos, sociais, ideológicos, burocráticos e pessoais, torna-se importante para uma análise crítica de outras pesquisas e para uma auto-reflexão acerca dos trabalhos arqueológico produzido na actualidade.

Por outro lado, foi ainda esse mesmo contexto que veio a impor os principais problemas enfrentados na investigação do tema proposto. Conforme anteriormente exposto, esses problemas prendem-se à complexidade dos elementos estudados. O projecto das Missões abarca o desenvolvimento de pesquisas em dois campos científicos, sendo que o Arqueológico ocupa posição secundária em relação ao Antropológico. Também abarca relações complexas com o regime ditatorial e a política colonial do período, além de se desenvolver em várias colónias, desde a década de 30 até a década de 60 do século XX, sob a direcção de três diferentes cientistas.

Por outras palavras, estudar a Arqueologia das Missões implicou, desde o início, ter em conta um sem número de contextos científicos, políticos, ideológicos, geográficos, temporais e autorais, que implicaram a abordagem de um número elevado de fontes e de questões na sua investigação.

Mas também como foi possível perceber, a superação desses problemas esteve justamente na aceitação da sua complexidade como elemento essencial da sua existência. Todos esses elementos não interferem, simplesmente, sobre a produção

científica arqueológica das Missões, mas, pelo contrário, esta última só existe nos termos em que se constitui por causa de todos os seus elementos constituintes.

Foi também devido a investigação de todos esses componentes intrínsecos dessa produção arqueológica que muitas das questões importantes na compreensão das características e da razão para a existência dessa produção científica foram percebidas.

Assim, afim de abarcar os objectivos propostos, de explorar as suas principais potencialidades e de superar as dificuldades encontradas, optou-se por decompor as redes de construção da produção arqueológica das Missões Antropológicas, na presente pesquisa, em três partes, tendo em conta diferentes eixos de análise.

A primeira delas foca-se no papel da conjuntura histórica sobre o nascimento das Missões Antropológicas e está dividido em cinco capítulos. O primeiro deles aborda os caminhos percorridos pela Antropologia e pela Arqueologia na sedimentação de seus campos científicos e em suas ligações como o universo ditatorial e colonial em âmbito europeu, bem como as interconexões entre esses campos, demonstrando sua importância na compreensão do contexto que torna possível a existência de um projecto investigativo antropológico em âmbito colonial que, de alguma forma, reservava um espaço para as investigações arqueológicas.

Já o segundo capítulo, faz uma abordagem localizada da história das duas disciplinas em contexto português e das suas particulares relações com o sistema colonialista e ditatorial que se desenvolve nesse país, buscando ressaltar as inter-relações entre esses elementos e o nascimento das Missões Antropológicas.

O terceiro capítulo, por sua vez, procura perceber de que forma as investigações em âmbito colonial se desenrolam em contexto português e o papel reservado para as ciências humanas e sociais nessa trajectória histórica e política. As conexões entre

políticas estatais e desenvolvimento científico, neste caso, especificamente no que tange à chamada “Ocupação Científica do Ultramar”, desvendam o contexto que permitirá o planeamento e desenvolvimento das Missões Antropológicas, entre os anos 30 e 60 do século XX.

No quarto capítulo, busca compreender o surgimento da Arqueologia nesse contexto de investigações ultramarinas portuguesas, ou seja, investigar as relações entre determinados objectivos científicos e a política de Estado do período, que preconiza as investigações em ciências sociais sob determinados princípios, de forma a compreender em que contexto histórico a realização de pesquisas arqueológicas em âmbito colonial se tornam possíveis por intermédios desses projectos.

Finalmente, o último capítulo, que pretende ser uma breve discussão de alguns pontos subjacentes às problematizações anteriores, procura ressaltar as múltiplas redes formuladas entre Política Ditatorial, Missão Civilizadora e Ciência Arqueológica, e a importância destas para a posição que este campo científico virá a ocupar em contexto nacional, durante o período de concepção e de desenvolvimento das Missões.

A segunda parte da presente pesquisa dedica-se a desvendar de que forma a Arqueologia emerge em meio ao desenvolvimento do projecto das Missões Antropológicas e quais as suas principais características. Assim sendo, divide-se em dez capítulos, abordando diferentes aspectos de importância crucial para a configuração final dessa produção científica. Estes se prendem às relações entre as práticas científicas desenvolvidas no decurso das Missões Antropológicas e o escopo legal que regulamentava as mesmas, entre os percursos académicos e profissionais dos responsáveis por esses projectos e o espaço reservado, nessa trajetória, para cada campo científico investigado, e entre o trabalho de campo realizado e as produções

científicas decorrentes desse trabalho, manifestando-se, assim, fundamentais na compreensão do formato que as pesquisas arqueológicas ganham entre as redes que compõem esse projecto científico.

Assim, o sexto capítulo desta pesquisa e o primeiro da sua segunda parte, procura esclarecer os fundamentos legais da primeira Missão a ser constituída, em 1936, para Moçambique, bem como o lugar da Arqueologia nesses projectos. Neste contexto, aborda as duas primeiras campanhas científicas desenvolvidas nessa colónia e compara o planeamento legal desses empreendimentos com as publicações arqueológicas resultantes, como forma de problematizar o lugar desse campo científico no contexto das Missões.

Já o sétimo capítulo, aborda o plano pensado por Mendes Correia, que teve um papel crucial no desenvolvimento das pesquisas em Ciências Sociais no contexto ultramarino, e pelo próprio Estado português, na ampliação dos horizontes de pesquisa das Missões e o lugar que a Arqueologia passa a ocupar, a partir de então, nesses projectos. Também aventa a existência de determinadas redes que podem explicar a manutenção das pesquisas arqueológicas a despeito do lugar secundário que esse campo ocupa nos planeamentos ou na prática científica dessas investigações.

O oitavo capítulo prossegue a exploração desse contexto esclarecendo em que termos as pesquisas ultramarinas passam a ser pensadas pela Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, a partir de 1945, incluindo a investigação de novas colónias no âmbito das Missões Antropológicas e ressaltando o lugar secundário da Arqueologia nesses projectos.

O nono capítulo, por sua vez, trata das campanhas científicas realizadas para Moçambique a partir de então, desde a terceira até a sexta, e última, ressaltando os seus

contornos próprios e o espaço que a Arqueologia ocupa, quer nos contextos legais, quer na produção bibliográfica dessa Missão.

Esta será ainda a tónica dos capítulos seguintes, abordando as outras Missões desenvolvidas no contexto desse projecto científico ultramarino. Assim, o décimo capítulo se ocupa da Missão da Guiné, o décimo primeiro de Angola e o décimo segundo de Timor.

Este conjunto encerra a análise das redes legais que circunscreveram o universo das Missões e, em especial, que delimitam um lugar oficial específico para as pesquisas arqueológicas, ao mesmo tempo em que aponta para a sua insuficiência na explicação da manutenção dessas pesquisas no âmbito desse projecto. Tal contraste indica novamente a complexidade do fazer científico e a multiplicidade de redes que lhe circunscreve, levando a que novas condicionantes sejam pensadas, para além das legais, na compreensão do papel da Arqueologia nesses projectos.

O décimo terceiro capítulo introduz uma nova rede de análise da configuração final da produção científica arqueológica das Missões, delineando, na trajectória académica e profissional das principais personalidades envolvidas na materialização de cada uma das Missões o espaço reservado para as pesquisas arqueológicas. A importância que a Antropologia Física toma no decorrer das carreiras de cada um dos chefes das Missões Antropológicas, em associação com a forte ligação que cada um desenvolve com o seu grande mentor, Mendes Correia, e sua concepção alargada da Antropologia, que abarcava o auxílio de vários campos científicos na compreensão do indígena na sua totalidade (Cardoso, 2011), explica, em parte, a permanência da Arqueologia nos trabalhos das Missões, ainda que, legalmente, muitas vezes ausente

dos seus objectivos, ao mesmo tempo em que justifica a sua posição secundária nos mesmos projectos.

Novamente, no décimo quarto capítulo, outra rede é investigada na descrição das principais características da produção arqueológica das Missões Antropológicas. Aqui, as principais características do trabalho de campo, e das pesquisas que daí emergem são delineadas em três subtópicos.

No primeiro, os trajectos escolhidos em cada uma das campanhas realizadas, e que tinham como principal objectivo a procura de indígenas de determinados grupos para serem avaliados fisicamente, irão circunscrever o universo de análise das pesquisas realizadas em campo. Na medida em que essas pesquisas ocorrerão, preferencialmente, nos caminhos entre localidades e nas próprias sedes das circunscrições que serviam como base de apoio para as pesquisas antropobiológicas, o conhecimento desses caminhos significa a percepção dos territórios disponíveis para pesquisa.

No segundo, destaca-se a forma como esse trabalho de campo é desenvolvido, a posição secundária que a Arqueologia ocupa nos objectivos desses projectos, e como esses factores irão interferir no tipo de ciência que se construirá a partir das pesquisas ultramarinas realizadas. A análise de documentos e publicações que descrevem a forma como esses trabalhos são realizados, leva à percepção do seu carácter superficial e ocasional e às muitas carências em termos de tempo e espaço disponíveis e de apoio logístico a que estão sujeitas.

No terceiro ponto, os contrastes que se podem estabelecer entre a forma como esse trabalho é realizado em campo e como os objectos de pesquisa são descritos nas produções científicas resultantes, permitem, por sua vez perceber os saltos interpretativos ocorridos, os diálogos estabelecidos, e, sobretudo, as relações entre esse

discurso científico e a comunidade académica a que se destina, de forma a construir um quadro que busque definir a importância e o consequente lugar da produção arqueológica no universo das Missões Antropológicas.

Finalmente, o décimo quinto capítulo, que compõe as discussões finais desta segunda parte da pesquisa aborda a permanência do campo arqueológico dentro do projecto de investigação antropológica ultramarina imaginado por Mendes Correia, a despeito de sua posição secundária nos objectivos gerais desses empreendimentos, e traz à tona, novamente, a complexidade das redes que circunscrevem a sua produção.

A compreensão do papel da Arqueologia no universo de interesses que compõem os objectivos das Missões Antropológicas remete, por sua vez, a uma série de agentes que necessitam ser descortinados de forma a delimitar a sua importância para o Estado, para a comunidade científica do período e para os próprios pesquisadores envolvidos. Tal contexto introduz a terceira parte desta pesquisa e anuncia mais um desafio que a complexidade do fazer científico nos impõe na compreensão da produção arqueológica das Missões. Este consiste nas razões que podem explicar a sua existência e permanência nesse projecto.

Assim, no décimo sexto capítulo da presente pesquisa discute-se a existência de outras redes que sustentam a produção arqueológica das Missões para além dos seus aportes legais. Estas devem ser investigadas nas relações que estabelece com o panorama científico internacional, nas relações interpessoais desenvolvidas pelos chefes das Missões com outros cientistas em âmbito nacional e internacional, com questões de cunho nacional que circunscrevem o desenvolvimento desses projectos e com certas contingências do trabalho de campo.

O primeiro destes pontos é, por sua vez, abordado no décimo sétimo capítulo. As muitas temáticas científicas de interesse internacional que conduzem as pesquisas desenvolvidas nos vários contextos ultramarinos abordados pelas Missões será, sem dúvida, uma forte razão para a permanência da Arqueologia nesses projectos. A defesa da posição do país e de sua comunidade científica frente a esses questionamentos levará a que o carácter especulativo da Arqueologia, que estará na raiz do seu secundarismo frente aos projectos estatais para as Missões, seja o seu ponto forte no que tange ao seu papel como confirmador do carácter civilizado do país.

No décimo oitavo capítulo aborda-se como as relações estabelecidas com importantes personalidades da Arqueologia, em âmbito nacional e internacional, irão possibilitar o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas nas Missões Antropológicas, sob diferentes aspectos. Por um lado, o apoio dessas personalidades será um estímulo pessoal e social e uma justificativa para a continuidade das pesquisas, por outro, o desenvolvimento de investigações, de forma directa, por certos cientistas, em parceria com a chefia de algumas das Missões permitirá visões específicas sobre os objectos de análise.

Já no décimo nono capítulo mostra-se como algumas questões de cunho nacional irão interferir no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas sob diferentes formas. Por um lado, algumas temáticas emotivas ou mesmo de interesse político e económico serão usadas nos discursos dos cientistas envolvidos com o desenvolvimento das Missões de forma a apoiar a sua continuidade, e a consequente manutenção das pesquisas em Arqueologia. Por outro lado, os discursos Estatais irão colocar essas pesquisas em segundo plano, limitando, assim, o seu desenvolvimento. Entretanto, ainda neste ponto vê-se emergir um contexto de descontinuidade entre esses propósitos estatais e o real desenvolvimento dos projectos científicos das Missões.

A desconexão entre as directrizes estatais para a administração dos recursos, do trabalho realizado e do espólio material decorrente das pesquisas e a forma como essas temáticas são tratadas no quotidiano das Missões, atesta que o campo de acção dos cientistas está, muitas vezes, inserido nos interstícios das relações de poder estabelecidas, levando a que o próprio sistema seja utilizado de forma hábil na concretização de determinados objectivos.

No vigésimo capítulo, as contingências do trabalho de campo são investigadas como elementos, que, embora aparentemente pouco importantes, ajudam a compor as redes complexas da produção arqueológica das Missões de forma tão determinante quanto outros factores aparentemente mais evidentes no processo de pesquisa. Uma miríade de questões burocráticas, de pequenos acidentes, de coincidências, ajudam a delimitar o tempo, o espaço e os recursos disponíveis para a pesquisa arqueológica no âmbito desse projecto científico.

Finalmente, no vigésimo primeiro capítulo desta pesquisa e que compõe o seu último conjunto de discussões preliminares, revisita-se a relação entre as muitas redes de produção arqueológica das Missões investigadas nesta terceira parte e a natureza do fazer científico como um todo, nas suas múltiplas redes que, embora algumas vezes aparentemente menos nobres, contribuem de forma crucial na composição do seu produto final.

Assim, do conjunto das questões abordadas, será possível perceber de que forma contextos tais como os históricos, geográficos, legais, burocráticos, interpessoais e teórico-metodológicos, ajudam a construir a Arqueologia das Missões Antropológicas em conjunto com discursos de cunho político relacionados, sobretudo aos universos

ditatoriais e coloniais que circunscreviam o estado português durante a vigência desse projecto científico.

Será possível decompor as redes de construção do campo científico arqueológico das Missões de forma a perceber as suas múltiplas conexões e compreender de que forma a sedimentação desses discursos no produto final do processo de pesquisa é resultado de uma complexa variedade de elementos positivos e negativos que delimitam o seu formato tal qual vem a se apresentar no espólio investigado.

PARTE I

NAS TEIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA:

AS MISSÕES ANTROPOLÓGICAS

E A ARQUEOLOGIA

EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

*Um índio preservado em pleno corpo físico
Em todo sólido, todo gás e todo líquido
Em átomos, palavras, alma, cor, em gesto e cheiro
Em sombra, em luz, em som magnífico*

*Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico
Do objeto, sim, resplandecente descerá o índio
E as coisas que eu sei que ele dirá, fará, não sei dizer
Assim, de um modo explícito*

*E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos, não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio*

(Um Índio, Caetano Veloso)

Confrontando a Complexidade do Saber Científico Ultramarino

Compreender a produção arqueológica das Missões Antropológicas portuguesas em territórios ultramarinos constitui-se uma tarefa de grande complexidade na medida em que, em primeiro lugar, trata-se de um campo de produção científica que se desenrola no interior de um projecto cujo objectivo principal era outro campo, a saber, a Antropologia, tanto física quanto cultural.

Além disso, tal produção desenrola-se em um contexto especificamente conturbado, tanto para a realidade nacional Portuguesa, quanto em nível internacional. Por um lado, a história do colonialismo já alcançava um grande desenrolar, determinando posições específicas para cada um de seus actores e produzindo grandes conflitos em cenário europeu. Por outro, o próprio regime ditatorial português se desenvolve tendo as possessões Ultramarinas como importante ponto de sustentação.

Nessa medida, o presente capítulo buscará caracterizar esse empreendimento científico na sua complexa rede de factores constitutivos, quer políticos, quer sociais, ou científicos, buscando perceber cada um de seus aspectos como parte igualmente preponderante e intrínseca de sua própria constituição.

Assim, terá como principal objectivo a reconstituição da trajectória histórica das Missões Antropológicas, quer no que tange aos discursos e projectos desenvolvidos em âmbito nacional, visando sua constituição, quer seja nos contextos científicos, políticos e sociais em que tais estudos mergulhavam, sobretudo, no que tange à conservação e valorização dos territórios ultramarinos e à importância dos discursos nacionalistas e colonialistas nesse processo.

Para isso, torna-se primeiramente necessário percorrer os caminhos que interceptam a Antropologia e a Arqueologia, quer seja em âmbito teórico, nos principais contextos dos quais se ocupavam ambas as ciências no período, quer seja em âmbito histórico, especificamente na trajetória que levará a que as Missões se constituam como tal.

Por outro lado, tal contextualização não poderá ser minimamente compreensível sem levar em consideração o contexto político e social em que os territórios ultramarinos e a sua investigação mergulhavam, quer em relação às questões de cunho internacional, quer em relação às suas especificidades nacionais.

Dessa forma, será possível perceber a complexidade nacional e internacional na qual tais estudos se constituíram e as relações entre esse contexto e os próprios caminhos que as investigações arqueológicas Ultramarinas percorrem com o objectivo de se estabelecerem como discursos científicos válidos e reconhecidos, tanto em âmbito interno quanto como parte de comunidades científicas transnacionais.

CAPÍTULO I

A Antropologia e a Arqueologia em Confronto: Perspectivas Teóricas ou Devires Científicos

O século XIX inaugura os grandes debates acadêmicos que viriam a sedimentar a Arqueologia enquanto ramo científico moderno, mas também é igualmente crucial para a Antropologia e para a demarcação ideológica e política das questões nacionais e coloniais.

Pensar o nascimento de cada um desses complexos discursivos torna-se, então, um compromisso quase indissociável das condições de nascimento dos seus outros congêneres e impõe uma série de entrelaçamentos no processo de análise.

O nascimento da Antropologia enquanto ciência moderna está intimamente relacionado a algumas perspectivas desse debate. A oposição entre o pensamento iluminista francês e o romantismo alemão do século XVIII manifesta um aspecto essencial dessa discussão. Enquanto o primeiro núcleo de pensamento enfatiza a existência de certas etapas de desenvolvimento da humanidade e privilegia análises trans-culturais, o individualismo e o racionalismo do segundo dedicam-se às especificidades de cada povo e ao primado da linguagem e da emoção na construção da sociedade enquanto comunidade mítica.

Essa tensão entre as especificidades e unicidades culturais e a construção de uma análise da humanidade que privilegiasse a construção de um quadro comparativo entre culturas, se reflectirá, no século XIX sobre a produção científica dos ingleses, franceses e germânicos. Enquanto os ingleses dialogavam com o Darwinismo Social e seguiam o princípio da unidade psíquica da humanidade, os sociologistas do continente europeu,

partindo do mesmo princípio de unicidade preocupavam-se, particularmente, com as dinâmicas internas das sociedades industriais europeias (Eriksen; Nielsen, 2001: 09-18).

A posição inglesa traz, neste contexto, dois pontos importantes de inter-relacionamento sócio-científico. Um deles será a importância dos domínios coloniais no desenvolvimento das análises evolucionistas trans-culturais e o segundo é o papel das pesquisas em pré-história nessas mesmas análises. Enquanto os estudos das comunidades indígenas dos domínios coloniais constituíam matéria de subsídio para a classificação dos povos em seus particulares estádios evolutivos, os estudos pré-históricos ampliavam esse conhecimento para épocas históricas muito anteriores ao presente estudado pelos antropólogos. Assim, como parte de um mesmo programa de estudos que visava desvendar diversos estádios da evolução humana, Antropologia, Arqueologia e Colonialismo dividiam interesses e conhecimentos.

Mas a tradição germânica contribuirá, na viragem do século, com um projecto de análise cultural que será igualmente de grande importância nas ciências sociais da primeira metade do século XX. O difusionismo, inspirado na unicidade cultural e no local, contestava a evolução cultural unilinear e a primazia da complexidade tecnológica na averiguação da evolução dos povos. Privilegiava a história fragmentada dos encontros culturais, as migrações, as influências, desde os tempos mais remotos até a época contemporânea (Barnard, 2004: 47-60).

Delineia-se aqui o contraste entre a chamada Antropologia “Empire-Building” e aquela conhecida como “Nation-building” (Stocking, 1982: 172-173). A primeira delas marcará, sobretudo, a produção antropológica em ambiente Anglo-Americano e primará pela investigação do “outro” que habita os territórios ultramarinos, claramente diferente em termos físicos e culturais, a segunda se dedicará aos “outros” encontrados no interior

dos próprios estados nacionais, como camponeses e outras minorias sociais. Será, naturalmente, a primeira tendência que fornecerá à nova ciência nascente maior número de fontes de pesquisa e desenvolverá uma espécie de Antropologia Internacional, marcada, a despeito de críticas veementes de muito dos agentes principais de sua institucionalização, por uma visão evolucionária que justificará a inferioridade física e cultural desse “outro”, enquanto se dedicará à investigação da natureza humana e das origens do homem, sobretudo visando à compreensão do contexto Europeu.

A viragem do século representará, entretanto uma perda de primazia tanto de uma quanto de outra visão. Os principais actores da consolidação da disciplina enquanto ciência dialogarão com ambas as abordagens, porém em novos moldes.

Nos EUA, Boas (1858-1942) fundará a chamada Antropologia Cultural que dialogava com a concepção vitoriana de Tylor (1832-1917) para a Cultura, entendida como um termo mais amplo que a Sociedade. Nessa concepção, Cultura seria entendida como tudo o que poderia ser criado pelo homem, incluindo a própria sociedade. Dada as dimensões do objecto de estudo, Boas viria a dividir a Antropologia em quatro campos: Linguística, Antropologia Física, Arqueologia e Antropologia cultural, diferentemente do que ocorrerá em França e Grã Bretanha onde uma abordagem mais generalista permanecia preferencial. Estava também muito mais receptivo a reconstruções históricas que os colegas britânicos, o que enfatizava a importância do enfoque arqueológico e antropofísico nessa visão holística da ciência. Entretanto, apesar de não desprezar o evolucionismo, privilegiava os princípios de especificidade histórica partilhados pelos germanos, em especial por Bastian (1826-1905) e buscava reconstruir a trajectória de cada cultura em sua unicidade (Eriksen; Nielsen, 2001: 38-40).

Na Grã Bretanha, por sua vez funda-se a Antropologia Social, uma disciplina mais próxima da sociologia, interessada em conceitos como estrutura e interação social, norma e status. Essa escola será dominada, basicamente, pelo trabalho de Malinowski (1884-1942) e de Radcliffe-Brown (1881-1955). Enquanto o primeiro funda o trabalho de campo baseado na observação participante, o segundo fundamenta o estrutural-funcionalismo. Muito embora fossem os dois funcionalistas, o primeiro privilegiará mais o indivíduo enquanto o segundo se focará na sociedade. Entretanto, estarão em pleno acordo no que tange ao abandono da história conjectural evolucionista e no enfoque no presente dos povos estudados (Barnard, 2004: 61-79).

Marcel Mauss (1872-1950), o representante mais conceituado da escola francesa nesse período, seguirá por sua vez os passos de Durkheim na abordagem holística da sociedade como um organismo. Divide, entretanto, a Antropologia em três níveis: Etnografia, dedicada à descrição de sociedades específicas, Etnologia, baseada em comparações regionais, e Antropologia, mais preocupada com questões teórico-filosóficas. Preocupa-se também em classificar as sociedades e descobrir características estruturais comuns a várias delas, buscando alcançar um entendimento geral da vida social.

Alguns pontos, entretanto, aproximam esses pesquisadores e as escolas que fundam. Enquanto Radcliffe-brown e Mauss estavam preocupados com coletividades e com a investigação da sociedade como um todo, Boas e Malinowski seguirão os princípios germânicos do particularismo, porém sob enfoques diferentes. Enquanto o primeiro privilegiará a Cultura, o segundo se prenderá às necessidades do indivíduo (Eriksen; Nielsen, 2001: 47-51).

Por outro lado, a tradição focada no trabalho de campo a partir da chamada “observação participante” e nas tradições fundadas pela Antropologia sócio-cultural Anglo-americana firmará as bases da Antropologia Científica e dos aportes metodológicos que passarão a ser aceites pela comunidade antropológica de modo geral (Stocking, 1982:174).

Ainda outro ponto em comum une essa nova geração de Antropólogos. A descrença no individualismo racional do Iluminismo e na comunidade emocional dos românticos, juntamente com a descrença na missão civilizadora do homem ocidental. Isso porá os antropólogos, e em especial os britânicos, numa posição ambígua em relação aos domínios coloniais. Enquanto, por um lado, manterão uma posição crítica em relação ao colonialismo, por outro, o desenvolvimento de certos temas de pesquisa em ambiente colonial certamente acabará por ir ao encontro dos interesses políticos e económicos do Estado.

Nesse campo, é sem dúvida o surgimento do “British Colonial Social Science Research Council (CSSRC)”, em 1944, que materializará muito dessa atmosfera conflictuosa entre o desenvolvimento de um campo científico independente e as relações políticas que envolviam o desenvolvimento de pesquisas em comunidades indígenas sob o domínio britânico. Desenvolvida em um ambiente de reforço do poder colonial em contexto externo, sobretudo em relação aos EUA, e interno, no que tange a certos protestos anticoloniais, esse Conselho será reflexo da atmosfera do entre e pós Segunda Grande Guerra, e das transformações que as políticas colonialistas sofrerão a partir de então. Reflectirá também a importância da Antropologia como disciplina de interesses políticos, práticos e estratégicos e como ciência independente com objectivos próprios (Mills, 2005: 135-145).

Por esse último motivo, a CSSRC será o palco de profundas animosidades entre visões dissidentes do mesmo campo científico. Essas visões oporão a concepção prática da Antropologia proposta por Malinowski, à crescente influência da Antropologia científica acadêmica reivindicada pelos seguidores de Radcliffe-Brown e se reflectirão em conflitos entre outras personalidades como Audrey Richards (1899-1984) e Max Gluckman (1911-1975) e entre a London School of Economics and Political Science e Oxford, sendo esta última escola relacionada à Gluckman e à desaprovação da relação entre Antropologia e colonialismo.

Entretanto, apesar dos conflitos internos, a CSSRC será responsável, até fins dos anos quarenta, por pesquisas na Nigéria, Botswana, Rodésia do Norte, Nyassalândia, entre outras, e, através desses trabalhos, pelo desenvolvimento de importantes panoramas teórico-metodológicos para Antropologia científica nascente. Por outro lado, no decorrer dessas pesquisas holísticas realizadas acerca de determinados grupos étnicos, muitas informações, sobretudo quantitativas, eram extraídas e poderiam servir aos propósitos políticos estatais, muito embora fossem, na maioria das vezes, mais parciais e selectivas do que se suporia para uma aplicação adequada pelos poderes coloniais (Mills, 2005:151-156).

Em França também se perceberá, no mesmo período, uma conjunção entre interesses políticos colonialistas e o desenvolvimento de pesquisas antropológicas em territórios ultramarinos. A importância de melhor conhecer as populações indígenas para o Estado, a necessidade de relatórios a serem produzidos acerca desse tema e o interesse da etnografia nascente em conhecer os ditos “povos primitivos”, convergirão para uma espécie de associação entre ciência e colonialismo na qual ambos buscam, através do interesse no conhecimento do nativo, por em prática suas políticas de reafirmação individual (L’estoile, 2005:30-40).

No contexto das práticas acadêmicas coloniais, antropologia, etnografia e arqueologia tenderiam a representar a pré-história dos povos nativos antes de entrarem no processo de civilização iniciado com a conquista. Além disso, a ciência era também usada como uma posição de autoridade e dominação sobre as populações indígenas. Por outro lado, para o Estado, a utilização do argumento científico se coadunava com a idéia de que o governo deveria se preocupar com o bem-estar dos seus subordinados, o que se realizaria através de um melhor conhecimento do nativo.

Aproveitando-se desse contexto, a Escola Colonial vai gradualmente monopolizando o acesso ao corpo civil de administração colonial de forma que, a partir de 1912, para assumir o cargo de administrador colonial será preciso possuir um diploma daquele estabelecimento. Esse comportamento significará um rompimento com a tradição de se reservar para esses cargos um conhecimento puramente relacionado às leis e, dessa forma, representará o fortalecimento das ciências sociais na administração ultramarina.

Também no caso francês conflitos entre aqueles que reivindicavam para a Etnografia um status de pureza científica e os que estavam de alguma forma relacionados ao sistema colonial se fazem presentes nesse contexto, opondo personalidades como Balandier (1920), que produziu uma série de estudos ditos aplicados em territórios coloniais, a Claude Lévi Strauss (1908-2009) que defendia uma maior validade das pesquisas etnográficas “puras” (L’estoile, 2005:41-53).

A partir da década de 50, no rescaldo das Grandes Guerras e da descolonização dos territórios ultramarinos, a Antropologia Internacional ganha novos contornos. Trata-se do comprometimento com políticas anti-racistas, o questionamento da viabilidade da utilização do trabalho de campo baseado na observação participante, o retorno da

importância das perspectivas históricas, a descrença na existência de comunidades humanas puras de influências exteriores, a necessidade de lidar com os novos contornos políticos dos antigos territórios colonizados, que punham os grupos indígenas estudados em emergentes Estados Nacionais (Stocking, 1982:175-177).

Este será um ponto de particular divergência em relação às Missões Antropológicas desenvolvidas por Portugal em domínios Ultramarinos. Uma vez que os territórios coloniais portugueses terão uma vida muito mais longa do que os de outras nações europeias, a necessidade de sua manutenção estará entre os impulsionadores e manutentores desses programas de pesquisa até o seu declínio, já na década de 60. Os discursos de apoio ao colonialismo ou a omissão dos contextos políticos subjacentes aos projectos científicos serão também uma característica marcante das Missões.

A Arqueologia, nesse contexto, compartilhará dos grandes debates da Antropologia na viragem do século ao mesmo tempo em que se consolida como campo de estudo autónomo. Compartilhará muito dos programas de investigação da Antropologia internacional e privilegiará os estudos pré-históricos em contexto ultramarino.

Nesse sentido, é possível opor ao enfoque evolucionista-universalista vigente até os fins do século XIX na Europa, uma visão nacionalista que se sedimenta nas primeiras décadas do século XX e que terá fortes implicações sobre o tipo de arqueologia que se fará nos territórios coloniais.

A primeira visão pressupunha uma sucessão de estádios evolutivos pelos quais passariam todas as comunidades humanas e que culminariam na sociedade europeia moderna. Tal teorização admitia, assim, certa unidade psíquica na humanidade e a possibilidade de evolução a todos os povos. Estava também intimamente relacionada à

Etnologia, que serviria para demonstrar, com base no modo de vida de comunidades primitivas vivas, o passado do homem europeu (Trigger, 2004: 107-108).

Figuras de grande valor para a sedimentação da ciência arqueológica discutem, durante esse período, cruciais questões levantadas a partir de pesquisas de campo em diferentes áreas tais como a geologia, a paleontologia ou mesmo da própria arqueologia nascente, com vista a confirmar a antiguidade da humanidade.

Tal processo tem início ainda em princípios do século XIX pelos antiquaristas dinamarqueses, tais como Thomsen (1788-1865) e Worsaae (1821-1885) que, no intuito de ordenar artefactos recolhidos em contextos arqueológicos, utilizam e desenvolvem o sistema das três idades, e métodos de classificação descritiva desses materiais, que permitem introduzir as bases para a cronologia relativa, essencial para a emergência da arqueologia pré-histórica.

Além disso, trabalhos como o de Boucher de Perthes (1788-1868) realizado em Menchecourt e Moulin-Quignon, próximo a Abbeville, e também em Somme, no intuito de colectar instrumentos de pedras associados a ossos de animais extintos; de Schaaffhausen (1816-1893), na descrição dos primeiros vestígios do homem de Neandertal, encontrado na Ravina de mesmo nome, no rio Düssel, em Renish, Prússia e, sem dúvida, a forte influência dos trabalhos de Lyell (1797-1875), no âmbito da estratigrafia, da transmutação e da fundamentação dos princípios uniformitaristas em oposição aos catastrofistas vigentes até então, foram fundamentais nesse processo de rompimento com a tradição bíblica da história do planeta e da humanidade (Daniel, 1976: 28-62).

Ainda outro ponto importante no quadro da consolidação da Arqueologia durante o século XIX foi o desenvolvimento de pesquisas no Egipto e no Oriente

próximo, que permitiram o desvendar dos hieróglifos e da escrita cuneiforme e as primeiras escavações em grandes monumentos. Personalidades como Mariette (1821-1881), no caso das pesquisas realizadas no Egito, Botta (1802-1870), que iniciou as escavações na Mesopotânea, em Nínive e Khorsabad, e Layard (1817-1894), que deu início aos trabalhos em Ninrud, além de Rawlinson (1810-1895) que decifrou os primeiros parágrafos em escrita cuneiforme em Persa antigo e Champolion (1790-1832) um dos estudiosos envolvidos na decifração dos hieróglifos egípcios, fazem parte da história do desenvolvimento da disciplina nessas regiões. (Trigger, 2004: 27-50; Daniel, 1976: 68-77).

A esse contexto deve-se ainda acrescentar os trabalhos de Schliemann (1822-1890) na Grécia e no Egeu, sobretudo no sítio de Hissarlik, na Anatólia, a partir de 1871, que tem um dos níveis atribuídos à lendária cidade de Troia. Tais trabalhos levaram à descoberta das civilizações pré-helenísticas do leste do Mediterrâneo e à prova da veracidade dos textos de Homero enquanto uma narrativa da Idade do Bronze grega, mostrando ao mundo as potencialidades desses estudos (Daniel, 1976: 136-144).

No âmbito específico da pré-história, a divisão em três fases para o paleolítico, além da idade do bronze e do ferro, desenvolvida na Dinamarca, passa a ser progressivamente testada no resto da Europa. Primeiramente, arqueólogos franceses transformam as três primeiras fases em duas, sendo a Idade da Pedra Lascada e da Pedra Polida, enquanto Daniel Wilson (1816-1892), arqueólogo e etnólogo escocês, cunha o termo Pré-história no título de uma de suas obras, publicada em 1851. Por outro lado, os trabalhos de Lartet (1801-1871), sobretudo em Dordogne, a partir de 1863, lançam as bases para a caracterização de importantes culturas do paleolítico europeu, propondo a primeira classificação para o período. Essa primeira classificação, baseada na Paleontologia, é posteriormente substituída, por Mortillet (1821-1898), por outra que

utilizava termos arqueológicos ainda hoje vigentes e derivados de sítios considerados marcantes para a caracterização de cada período (Trigger, 2004: 71-105; Daniel, 1976: 85-108).

Também as idades do Bronze e do Ferro, começam a receber progressivas subdivisões à medida que os estudos nesses campos expandem-se por toda a Europa. A proposta inicial de acrescentar-se a Idade do Cobre, ou Eneolítico, entre a Idade do Bronze e o Neolítico é, posteriormente, expandida por Montelius (1843-1921), que, a partir de estudos arqueológicos comparativos por toda a Europa e leste do Mediterrâneo, propôs uma subdivisão detalhada da Idade do Bronze em períodos numerados que incluía a Idade do Cobre ou Eneolítico no Bronze I. Nessa classificação, ganham destaque um enfoque prioritariamente tecno-tipológico e o uso de datações absolutas para cada período proposto, a partir do uso da técnica sincronológica de datação (Bicho, 2006: 36-48; Daniel, 1976: 145-151).

Em paralelo a todos esses desenvolvimentos, também os próprios métodos e técnicas de escavação arqueológica vão se tornando progressivamente mais acurados, desde acções claramente destrutivas de monumentos e artefactos, do convívio pacífico com ladrões e traficantes de antiguidades e de pouca precisão no registo dos artefactos colectados, até o desenvolvimento de padrões cada vez mais rigorosos de trabalho de campo. Neste ponto há que destacar que esse processo se dá de forma cumulativa e até importantes personalidades do período, e que são frequentemente criticadas por seus métodos de trabalho, acabaram por contribuir de forma significativa para a sedimentação da disciplina.

A Mariette, por exemplo, pode ser creditada a sistematização dos trabalhos levados a cabo no Egipto, o combate da exportação de antiguidades para a Europa e a

criação do Museu Nacional de Antiguidades Egípcias, em 1859. Já a Schliemann, atribui-se a primeira escavação propriamente dita, ou seja, o primeiro grande corte de terreno não guiado por vestígios de um determinado monumento para indicar o local de trabalho, como ocorria em Babilônia ou em Nínive, por exemplo (Trigger, 2004: 190-199; Daniel, 1976:152-168).

Mas é, sem dúvida, o trabalho de Pitt-Rivers que ganha maior destaque e respeito no que tange à fundamentação metodológica e técnica da disciplina em finais do século XIX. O desenvolvimento de sequências taxonômicas e tipológicas, da Arqueologia comparativa, da importância sociológica da pesquisa em Arqueologia, ao invés da simples colecção de objectos artísticos, são alguns de seus maiores legados. No campo específico do trabalho de campo, ele introduz a ideia da escavação total, em grande escala, até o substrato rochoso, com especial atenção à estratigrafia e à necessidade de registrar a posição de todos os achados (Gosden, 1999: 25-35; Daniel, 1976: 169-174).

Assim, em fins do século XIX, a Arqueologia estaria a emergir como ciência, separada de outros campos como a História, os estudos antiquaristas e a Geologia, mas mantendo certa proximidade com esta última. De facto, manifesta-se uma separação entre a chamada Arqueologia Clássica, mais próxima das humanidades e a Arqueologia pré-histórica, próxima à Geologia e às Ciências Naturais, de modo geral. Mas será no âmbito desse último campo científico que a Arqueologia se consolidará e fundamentará seus principais métodos.

As primeiras décadas do século XX, por sua vez, representam a continuidade das grandes descobertas arqueológicas que povoaram o século XIX em várias partes do mundo. Em 1901, Evans (1851-1941) anuncia a descoberta de Knossos; em 1923, o

túmulo de Tutankhamon é escavado por Carter (1874-1939), Mace (1874-1928) e Lord Carnarvon (1866-1923); e, três anos depois, é a vez dos esplêndidos cemitérios de Ur virem à luz através de uma expedição conjunta entre o *British Museum* e a *University Museum of Pennsylvania*. Entre os anos de 1927 e 1932, também é escavado o sítio de Alishar Hüyük por Von der Osten (1899-1960) e Schmidt (1897-1974) e entre 1930 e 1936, Garstang (1876-1956) dá continuidade aos trabalhos de escavação iniciados Sellin (1867-1935), no começo do século, em Jericó, revelando ali uma sucessão de ocupações neolíticas (Daniel, 1976: 178-224).

Em âmbito Europeu, também assiste-se a um claro aperfeiçoamento da Arqueologia durante o século XX. Nas suas primeiras décadas, uma série de manuais tentam sumarizar o conhecimento até então acumulado com as pesquisas em desenvolvimento no continente. *Manuel d'Archéologie*, de Déchelette, publicado em 1908, *Textbook of European Archeology*, de 1921, da autoria de Macalister, *Etnologia de la Península Ibérica*, de Bosh-Gimpera, publicado em 1932, além de um resumo da Arqueologia francesa, apresentado por Breuil e Lantier, no *Congrès Archéologique de France*, em 1934, são alguns desses exemplos.

No âmbito da Pré-História, enquanto Moir (1879-1944) ajuda a dirimir, nos anos vinte, a polémica em torno dos eólitos, demonstrando, em suas pesquisas, que alguns artefactos pré-chelenses poderiam ser realmente reconhecidos, a classificação das culturas pré-históricas vai se tornando progressivamente mais elaborada, durante a primeira metade do século. Neste ponto em particular, destaca-se o trabalho de Breuil (1877- 1961), sobre o Aurignacense, Solutrense e Magdalenense e, particularmente, nos estudos sobre arte rupestre em importantes sítios como Combarelles, Font de Gaume, Lascaux e Altamira.

Também as pesquisas sobre o Neolítico e o Calcolítico tornam-se cada vez mais aprofundadas a partir do alargamento das pesquisas para o sudoeste e sudeste do continente. No primeiro caso, destaca-se o trabalho pioneiro de Tsountas (1857-1934) na Grécia, enquanto no segundo, os trabalhos de Fleure, Peake e Forde, trazem novas interpretações para os túmulos funerários ibéricos, contestando as tipologias ortodoxas de Cartailhac, Leeds e Bosch-Gimpera. Da mesma forma, no norte da Europa, importantes estudos também são desenvolvidos acerca do Neolítico, com destaque para a obra de Piggott (1910-1996) *The Neolithic Pottery of the British Isles*, publicado em 1932, que sintetiza boa parte desses trabalhos (Heleno, 1956; Daniel, 1976: 228-236).

Ainda outros pontos tornam-se de grande importância para o desenvolvimento da Arqueologia no século XX. O aperfeiçoamento dos métodos de datações absolutas, desde aqueles baseados em meios propriamente arqueológicos, ou seja, com correlações com cronologias históricas, até os geocronológicas, como a dendrocronologia, e a análise das varvas, e, mais tardiamente, o desenvolvimento dos métodos de datação em rádio-carbono, tornaram-se cruciais para o desenvolvimento desse campo científico. Além disso, o progressivo aperfeiçoamento das técnicas de escavação, prospecção e de interpretação dos dados também merecem grande destaque (Bicho, 2006: 211-271; Daniel, 1976: 251-308).

De modo geral, o desenvolvimento das pesquisas pré-históricas por toda a Europa leva à percepção de cada uma das suas divisões descobertas, não mais como eras, no sentido evolucionista linear em que se pensava a história da humanidade no século XIX, pensamento influenciado pela Geologia, mas sim em termos de culturas, localizadas tanto temporalmente, quanto geograficamente, e a concomitante noção de que várias dessas culturas poderiam ser contemporâneas em diferentes partes do continente. Neste contexto, será, sem dúvida, a obra de Childe (1892-1957) *Dawn of*

European Civilization, publicada em 1925, a responsável pela popularização dessa nova ideia (Trigger, 2004: 242-246; Daniel, 1976: 236-243).

Esta nova concepção levará ainda à consolidação de uma ideia já conhecida e, de certa forma, partilhada no campo da Arqueologia desde a época de Thomsen e Worsaae. O difusionismo, ou a concepção de que invasões e influências estão por detrás das mudanças culturais, reforçará a noção de que culturas semelhantes não teriam necessariamente florescido ao mesmo tempo em todas as partes do mundo, mas que dependeriam da influência de determinados centros de difusão, preferencialmente identificados com o Antigo Egito ou com culturas do Oriente Próximo. A radicalização dessas ideias levará a que a identificação de complexos culturais, nas palavras de Ratzel (1844-1904), ou de círculos culturais, como preferia identificar um de seus seguidores, Frobenius (1873-1938), sejam alargados até períodos remotos da pré-história e que o estudo das línguas e das raças venham a tomar cada vez mais força nos estudos arqueológicos. Tal quadro levará também a um progressivo afastamento entre a Pré-História e a Geologia e a sua conseqüente aproximação da História e da Antropologia.

Entre os nomes que importa serem destacados no âmbito dessa escola de pensamento arqueológico, destacam-se, para além do de Ratzel e de Frobenius, também de Boas, cujo trabalho, como já visto, foi desenvolvido na América do Norte, e de Rivers (1864-1922) e Smith (1871-1937) na Inglaterra. Este último, em particular, tornou-se um hiper-difusionista, aventando que todo o desenvolvimento cultural da Antiguidade teria ocorrido no Egito e depois se difundido pelo mundo, muitas vezes em versões degeneradas (Gosden, 1999: 62-75; Daniel, 1976: 238-248)..

Mas, sem dúvida, será Childe a personalidade que mais importa lembrar neste contexto. Muito embora deva ser mencionado muito mais como o expoente da escola

funcionalista, que influenciou profundamente a Arqueologia, sobretudo na primeira metade do século XX, Childe nunca deixou de ver a difusão como uma importante força para a explicação das mudanças culturais, mas percebeu que tal princípio só poderia ser correctamente valorado se acrescido da compreensão dos factores que levariam a que novas ideias fossem aceitas e os papéis que essas vieram a desempenhar nas mais diversas sociedades. Para ele, hierarquias políticas, sistemas de crença religiosa e de produção e instituições sociais, poderiam influenciar de forma positiva ou negativa a aquisição de novas ideias e, muito embora, tenha sido fortemente influenciado pelo Marxismo, não via nas ideias difusionistas uma contradição a essa corrente de pensamento. Apesar de concordar com o conceito marxista tradicional de que as mudanças deveriam ser explicadas prioritariamente por desenvolvimentos internos das culturas e por transformações no ambiente natural circundante, para ele, o progresso cultural estava relacionado à quebra do isolamento entre comunidades vizinhas e ao uso de invenções provenientes de todas as culturas humanas (Trigger, 2004: 146-247; Bicho, 2006: 51-67).

Assim, em fins do século XIX, e durante o alvorecer do novo século, uma reacção etnicista e nacionalista começa a opôr-se à visão evolucionista da Arqueologia, que caracteriza o período anterior, buscando, então, enfatizar as diferenças culturais entre os povos e demonstrá-las como diferenças biológicas e culturais essenciais e identificáveis, quer em seus processos de surgimento e desenvolvimento, quer em seus processos de difusão. À unidade psíquica da humanidade passa a opor-se uma ideia poligenista que reservava aos povos classificados como inferiores uma posição de desigualdade permanente.

Apoiados também em uma visão particular do Darwinismo, os adeptos dessa nova visão científica pensavam ser privilégio da selecção natural a superior inteligência

dos indivíduos e das sociedades tidas como mais desenvolvidas, o que aproximou as diferenças entre os povos de factores biológicos e ambientais e condenou os considerados menos evoluídos ao desaparecimento. Assim sendo, também aproximou a Arqueologia da Antropologia física, na tentativa de classificar os povos segundo seu grau de civilização e inteligência (Trigger, 2004:108-115).

Obras como “Prehistoric Times”, de Lubbock (1834-1913), publicada em 1865 e que ilustrava a inferioridade cultural dos povos nativos de diversas partes do mundo e as primeiras sínteses coloniais em África, iniciadas também em fins do século XIX, que atribuíam vestígios de sociedades complexas a difusões ou migrações vindas do norte, contribuíram para sedimentar as ideias racistas que viriam a povoar as investigações ultramarinas nas primeiras décadas do século seguinte.

Assim, muito embora já na década de cinquenta parte desses discursos tivessem sido contestados e que a antiguidade das evidências humanas na África fizessem crer que se devesse procurar ali as origens da humanidade, nem por isso o interesse pelas fases mais recentes da pré-história nativa se fazia sentir de forma considerável. Tidas como um tempo de estagnação, essas fases eram preteridas em relação ao paleolítico, onde se poderia investigar os antepassados do homem europeu (Gosden, 1999: 63-66; Trigger, 2004: 111-134).

Todo esse conjunto de ideias irá, entretanto, povoar o universo europeu e, particularmente o da Arqueologia, de formas variadas. França, Grã Bretanha, Itália e Alemanha, para citar os Estados europeus de maior importância para a compreensão da ciência colonial portuguesa do século XX, irão lidar com essas questões de maneira diferenciada mediante a preponderância dos interesses colonialistas e nacionalistas no interior de cada nação.

No caso Francês, o século XIX apresenta a ascensão do movimento romântico e com ele a valorização do passado céltico nacional. A associação entre o megalitismo e os celtas levará a certa valorização da temática pré-histórica e do nacionalismo nesse período. Mas será a anexação da Alsácia-Lorena pelo império alemão o que fará com que esse nacionalismo se intensifique, porém sob uma concepção multi-étnica e multicultural da nação francesa, ao contrário dos conceitos de unidade racial germânica (Schnapp, 1996: 48-57).

Após o fim do regime de Vichy (1940-1944), o “Centre National de la Recherche Scientifique” ganha força e as pesquisas em pré-história são valorizadas, agrupadas com a Antropologia e a Etnologia, enquanto a Arqueologia Céltica e Gallo-romana passa a ser associada à Arqueologia clássica. O número de especialistas sofre um sensível acréscimo, e percebe-se um desenvolvimento da Arqueologia em âmbito regional.

Entretanto, pode-se afirmar que, de modo geral, a Arqueologia não será essencial para o nacionalismo francês, este muito mais ligado às produções históricas. Os interesses arqueológicos recairão muitas vezes sobre o mundo clássico, e manifestarão uma clara resistência à intervenção estatal e ao regionalismo. A primeira metade do século XX verá na figura de Abbé Breuil e na actuação do “Institute of Human Paleontology” seus mais fortes representantes no desenvolvimento de pesquisas pré-históricas, mas não terá, ainda assim, um papel tão preponderante como ocorrerá na Alemanha ou na Itália no mesmo período (Schnapp, 1996: 48-65).

Na Alemanha, por outro lado, a ligação entre Arqueologia e nacionalismo se faz mais forte. Sobretudo o interesse pela pré-história aparece associado aos objectivos de unificação germânica. A crença na origem asiática desse povo levaria a que a

investigação das remotas origens da raça caucasiana ganhou grande importância no decorrer do processo de unificação. Nesse sentido, a fundação de uma série de sociedades científicas devotadas à Antropologia pré-histórica e com forte cariz étnico povoou a sociedade germânica do século XIX (Wiwjorra, 1996: 166-169).

Esse processo tem continuidade no alvorecer do século XX e tem como um de seus principais divulgadores Gustaf Kossinna (1858-1931). Defensor de uma posição independente em termos teórico-metodológicos para a Arqueologia, acompanhada de uma aproximação dos ideais nacionalistas germanófilos, Kossinna será mais um defensor dos estudos pré-históricos em detrimento da investigação dos vestígios romanos do território. Para diferenciar os sítios germanos dos “estrangeiros” desenvolverá um método específico de pesquisa denominado “*Settlement-archaeological method*” que atribuirá os achados arqueológicos a determinados povos de acordo com as suas características e distribuição geográfica. Apesar de não corresponder a nenhuma novidade no universo da arqueologia nascente o método se destacará pela insistência em tudo o que fosse considerado germânico.

Naturalmente o Terceiro Reich (1933-1945) só irá enfatizar essa política nacionalista alemã e a importância da arqueologia pré-histórica nesse contexto. O uso de supostos símbolos germânicos antigos como a suástica ou as runas que simbolizavam a SS são alguns entre os muitos exemplos do fortalecimento de tais idéias durante o governo Nazi (Wiwjorra, 1996: 173-179).

Uma figura de grande importância nesse período é Herman Wirth (1885-1981). Seu trabalho de interpretação de arte rupestre e de decoração cerâmica buscando perceber nesses vestígios os indícios de uma cultura pré-histórica Atlanto-nórdica que teria se espalhado pelo mundo criando novas culturas e tornando-se os antecessores dos

germanos, denota o forte nacionalismo a que os estudos pré-históricos estavam associados.

Somente a partir de 1945 os aspectos nacionalistas serão expurgados das pesquisas em pré-história, ao passo em que a Arqueologia passará a se dedicar mais a problemas de tipologia e cronologia. Entretanto, suas marcas acabaram por se perpetuar na sociedade alemã (Wiwjorra, 1996: 180-183).

Algo semelhante acontecerá à Itália, onde o forte apelo nacionalista virá a enfatizar o passado romano da Nação e terá papel preponderante, sobretudo durante a decorrência do regime fascista.

Durante a unificação do país, entretanto, a preponderância das elites nortenhas nesse processo será responsável por uma valorização dos estudos pré-históricos sob a primazia da chamada “teoria pigoriniana”. Inspirada pelo trabalho de Luigi Pigorini (1884-1925) preconizava a idéia de que a pré-história italiana poderia ser explicada pela dispersão de ondas populacionais vindas do norte durante a Idade do Bronze que teriam dado origem à Cultura de Villanova e à civilização Latina (Guidi, 1996: 111-112).

O regime fascista trará uma mudança no foco nacionalista da arqueologia, passando a glorificar o passado romano da Nação. Muitas iniciativas são tomadas nesse sentido, como uma grande mostra sobre a Roma Antiga, a recuperação de dois navios do Lago Nemi e os trabalhos realizados, entre 1928 e 1939, na área do Fórum Romano e do Coliseu. Através dessa última intervenção, Mussolini procurou manifestar a grandiosidade do fascismo no interior do passado romano da cidade, com a construção da “Via dell’Impero, que dividiu o Fórum em duas partes, e a destruição de uma série de construções adjacentes aos monumentos que deveriam ser destacados.

Além disso, semelhantemente ao que ocorreu na Alemanha, desenvolveu-se a ideia de uma raça mediterrânea, estimulada pela descoberta dos vestígios Neandertais na caverna de Guattari, em 1939, que passaria a ser considerada o antepassado dos italianos. Por outro lado, as pesquisas em contexto ultramarino também seriam valorizadas pelo governo fascista, não só como um reforço político do próprio regime, mas também como uma forma de alcançar prestígio no interior da comunidade científica nascente.

O fim do regime Fascista representará na Itália o desenvolvimento de iniciativas locais, a multiplicação de cadeiras na área arqueológica e o aumento de profissionais relacionados aos órgãos estatais de proteção ao património. Além disso, o aumento do número de amadores interessados nesse campo científico e o interesse da mídia pela temática têm ajudado a mediar o uso político da Arqueologia por parte do Estado (Guidi, 1996: 112-116).

Finalmente, será em cenário Britânico que, como no caso da Antropologia, as correlações entre Arqueologia e Colonialismo se farão mais presentes. Aqui, o nacionalismo metropolitano irá influenciar em menor medida a produção arqueológica e o internacionalismo, enquanto foco de análise científica, assumirá grande importância.

O século XIX, na Grã Bretanha, será marcado por uma grande descentralização nos esforços concernentes ao nascimento da Arqueologia. Tanto os antiquários desenvolverão seus esforços de forma individualista quanto à própria existência de três Nações no interior do mesmo Estado imporá particularismos aos objectivos de cada uma delas. Enquanto a Inglaterra se debaterá com o entusiasmo pelos celtas, a fundação de instituições regionais dedicadas à preservação do património e aos primeiros estudos em pré-história, a Escócia dedicar-se-á, primeiramente, ao seu passado romano e depois

expandirá seus interesses também para a pré-história e o período medieval e terá na “Society of Antiquaries of Scotland” a principal promotora de pesquisas e escavações. Já no país de Gales, o interesse pelo passado céltico também se fará presente e a “Cambrian Archaeological Society” será a instituição mais importante para o desenvolvimento desse campo científico no século XIX. Entretanto, em Gales, enquanto o nacionalismo tornar-se-á cada vez mais importante, será considerável a fraca actuação da Arqueologia nesse processo (Champion, 1996:119-129).

Será, sem dúvida, o desenvolvimento dos estudos pré-históricos voltados para a investigação das origens humanas que manifestará importância crucial na Arqueologia britânica do século XIX. Ao lado da crença no progresso, na evolução das sociedades e na superioridade europeia, esta se transformará no pano de fundo do programa de expansão Imperial do país. As investigações arqueológicas assumirão, assim, o papel de prover conhecimento acerca da evolução da civilização, dos seus estádios mais primitivos aos actuais, com ênfase na manutenção dos privilégios e da autoridade da metrópole.

Outro ponto crucial para o entendimento do desenvolvimento da arqueologia britânica será a sua permanente resistência a intervenções estatais, o que a manterá afastada dos grandes discursos nacionalistas do século XX. O forte regionalismo que caracterizará o país se reflectirá na multiplicação dos organismos criados com o objectivo de desenvolver pesquisas arqueológicas e iniciativas de protecção ao património. Somente no século XX algumas iniciativas mais globalizadoras serão desenvolvidas no sentido de estabelecer inventários do património arqueológico do país (Champion, 1996:124-135).

Sobretudo no contexto da Segunda Grande Guerra, a recusa da intervenção estatal na produção arqueológica torna-se mais incisiva em razão das manipulações políticas nacionalistas que a disciplina sofria nos países dominados pelo Nazi-Fascismo. Um documento importante que manifesta essa discussão é o “*Proceedings of the Conference of the Future of Archaeology*”, do Instituto de Arqueologia de Londres, publicado em 1943. Este traz importantes declarações contra o controle estatal sobre a actividade arqueológica e a favor de uma visão internacionalista da disciplina no sentido de dedicar-se a questões mundiais ao invés de nacionais. (Evans, 2008: 222-237).

Mas essa tendência ao internacionalismo não será exclusiva da Arqueologia britânica. A primeira associação especificamente dedicada ao tema da pré-história terá tido características eminentemente internacionais. Denominada “*Congrès international d’anthropology et d’archéologie préhistoriques*” ou CIAAP, e fundada em 1865 por Edouard Desor (1811-1882) e Gabriel de Mortillet, essa instituição teria antecedido em quase quatro décadas qualquer outra de cunho nacional. Seu carácter internacional não seria accidental, mas manifestaria uma resistência às figuras eminentes da tradição antiquarista contrapondo a essas uma visão da pré-história de carácter universalista e evolucionista (Kaeser, 2008: 378-391). Nesse contexto, o chamado “*antiquarian approach*”, que estaria relacionado à caracterização da vida, dos costumes e das crenças de antigos povos, se opõe ao “*evolucionist approach*”, que estaria relacionado aos processos da evolução humana e à ligação entre sociedade e meio ambiente, buscando ultrapassar fronteiras locais ou nacionais (Kaeser, 2008: 381-382).

Entretanto, será sem dúvida em contexto Britânico que o internacionalismo e o Imperialismo aparecem como dois tópicos profundamente interrelacionados. Este é um contexto comparativo particularmente interessante na compreensão do rumo que seguirá as pesquisas arqueológicas ultramarinas portuguesas no século XX e que reflectirá

novamente a oposição entre uma visão nacionalista da ciência e seu contraponto internacionalista-universalista.

Apesar das pesquisas portuguesas se desenvolverem em um contexto em que o nacionalismo e o colonialismo moldam os interesses político-científicos do período, tornando preponderantes as preocupações com o que tange à delimitação, proteção e desenvolvimento das fronteiras internas do Estado, as pesquisas arqueológicas concentrarão particular interesse nas origens da humanidade, procurando transpor barreiras étnicas locais, e refletindo um interesse generalista em relação ao contexto estudado. Tal se fará, entretanto, tendo como discurso subjacente, a crença na inferioridade cultural do indígena e a necessidade de promover a sua civilização dentro das possibilidades admitidas. Assim, nacionalismo e universalismo irão misturar-se em um contexto específico no qual uma prolongada política colonialista e interesses científicos variados se conjugarão na investigação dos territórios ultramarinos portugueses.

CAPÍTULO II

A Antropologia e a Arqueologia Coloniais em Contexto Português

Enquanto a Antropologia e a Arqueologia se debatiam, em cenário mundial, pela institucionalização da disciplina e em meio ao nacionalismo e o colonialismo então vigentes, sobretudo em contexto europeu, em cenário português, o quadro não seria diferente.

Na viragem do século, tanto a Antropologia, quanto a Arqueologia davam seus passos no caminho da institucionalização e, particularmente em contexto colonial, a partir das primeiras décadas do século XX as duas disciplinas se conjugarão num cenário próprio a fim de constituir as chamadas Missões Antropológicas.

Entretanto, muitas especificidades circundam a produção científica social em contexto colonial português, desde os enfoques de análise dos objectos de estudo até os contextos políticos específicos nos quais tal produção se insere. O próprio prolongamento dos domínios coloniais portugueses muito para além dos limites de outros congêneres europeus demarcará um contexto de particular especificidade nesse tema.

No que tange à Antropologia, uma primeira especificidade há que ser apontada. Em contexto português, o nascimento da Antropologia como ciência colonial, estará particularmente relacionado à Antropologia Física, sobretudo francesa, e muito menos à Antropologia Social e Cultural.

Relacionada à *Anthropologie* francesa do século XIX, como ciência das raças humanas, e, particularmente, aos estudos de Paul Broca (1829-1880) e de seu sucessor Paul Topinard (1830-1911), o nascimento da Antropologia colonial portuguesa estará

relacionado aos métodos de mensuração e classificação humana que caracterizavam essa escola.

E para que a classificação taxonómica das raças humanas preconizadas por essa escola tivesse êxito, era preciso priorizar sua dimensão temporal e espacial, sua genealogia, ou seja, era necessário não só caracterizar os tipos físicos no presente, mas atestar a sua continuidade e seu aperfeiçoamento no tempo, seu parentesco, sua comunidade de sangue. Isso, naturalmente, daria a essa noção de Antropologia perspectivas amplas, que se apoiariam em outros campos científicos, como a Arqueologia, a Etnologia e a História, como forma de investigar a dimensão espaço-temporal das raças estudadas (Roque, 2001: 137-142).

Representando uma viragem evolucionista Darwinista dos princípios estáticos e poligenistas do fundador Broca, a escola de Topinard influenciará profundamente um personagem de posterior crucial importância para o desenvolvimento da Antropologia Colonial portuguesa, Artur da Fonseca Cardoso (1865-1912). Oficial do exército, esteve em Goa a serviço militar, em fins do século XIX, onde teve a oportunidade de estudar um conjunto de 44 nativos que seriam o objecto de seu trabalho intitulado “O Indígena de Satari”, publicado em 1896-1897 na Revista de Ciências Naturais e Sociais da Sociedade Carlos Ribeiro (Roque, 2001: 121-235).

Essa sociedade, criada em 1887, tinha entre seus membros, além de Fonseca Cardoso, o paleoetnólogo Ricardo Severo (1869-1940) que também terá uma actuação particularmente importante no incentivo às pesquisas em Ciências Sociais em contexto ultramarino. Enquanto o primeiro foi o responsável pelo início dos estudos em Antropologia colonial portuguesa através do seu trabalho em Goa, o segundo foi o pioneiro no campo das pesquisas arqueológicas ultramarinas, por meio do texto

intitulado “Primeiros Vestígios do Período Neolítico na Província de Angola”, também publicado na Revista de Ciências Naturais e Sociais, no ano de 1890 (Oliveira, 1997:23).

Além disso, personagens que serão cruciais no desenvolvimento da Arqueologia portuguesa enquanto Ciência, como Leite de Vasconcellos (1858-1941), mantinham grandes contactos com Cardoso e Severo, bem como com o trabalho da Sociedade Carlos Ribeiro (Fabião, 1999:113-115; Roque 2001:167-170). E será Vasconcellos quem, em 1913, publicará mais um dos artigos pioneiros acerca da arqueologia ultramarina. Um texto intitulado “Instrumentos Preistóricos da África Portuguesa”, sendo um comentário acerca de artefactos existentes no Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Lisboa, do artigo de Ricardo Severo e de uma pequena nota publica por Félix Alves Pereira, em 1908, também em *O Archeologo Português*.

Entretanto, no que tange ao desenvolvimento da Antropologia Colonial, será, sem dúvida, o trabalho de Mendes Correia (1888-1960) que dará ao tema relevância suficiente para passar a fazer parte dos planos políticos governamentais. Correia, que pertencia à escola antropológica do Porto, ganhará, já no início do século XX, lugar de destaque nesse grupo.

A escola antropológica do Porto terá sua institucionalização a partir de 1911, quando da criação da cadeira de Antropologia, de um museu e de um laboratório destinados à investigação e divulgação da disciplina. Em 1919, as duas últimas instituições convertem-se no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e é criada a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Mendes Correia será, desde a sua criação, regente da cadeira de Antropologia e director do Instituto. Posteriormente, também assumirá a direcção da Sociedade (Cardoso, 2011; Roque, 2006: 795-796).

Ainda no ano de 1919, publica, no volume inicial dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, um texto em homenagem a Fonseca Cardoso, ressaltando sua importância, ainda não reconhecida no mundo da antropologia nacional. No mesmo volume publica ainda uma coleção inédita de apontamentos de Etnografia angolense da autoria do já falecido antropólogo e militar, ressaltando ainda a importância de seu texto “O Indígena de Satari”. Esta homenagem se coadunará com a campanha iniciada alguns anos antes por Correia no sentido de confirmar a figura de Fonseca Cardoso como pioneiro das investigações ultramarinas, ressaltando sua importância política em cenário nacional (Roque, 2001: 270-277).

Sua campanha dará ótimos resultados e, já na década de 30 do século XX, Mendes Correia terá seu nome relacionado ao início das Missões Antropológicas e de outros eventos de significativa importância no cenário científico nacional e internacional. Em 1930 a Universidade do Porto participa da organização da XV sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, realizado em Portugal. Em 1934, no decorrer da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizar-se-ia em concomitância o primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial também promovido pela Universidade do Porto. O referido congresso, particularmente, apesar de nunca haver tido sequência, mostra claramente a importância que o tema ultramarino passa a ter em cenário nacional, nesse momento (Cardoso, 2011; Roque, 2006:793-798).

Finalmente, em 1936, sob a tutela de Mendes Correia, inicia-se a Missão Antropológica de Moçambique. Inicialmente destinada a ser presidida pelo próprio precursor do projecto, acaba por ser, por sua opção, chefiada por um dos seus seguidores, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990). Esta se constituirá na primeira iniciativa de uma série de Missões que virão a serem desenvolvidas, até a

década de 60 do século XX, e em diferentes etapas, para Moçambique, Guiné, Angola e Timor.

Este será um momento particularmente peculiar na história da antropologia portuguesa, uma espécie de viragem nos objectivos que até então dominavam a produção científica desse campo em estruturação. Desde a segunda metade do século XIX até a primeira década do século XX as ciências sociais nacionais estavam envolvidas por um discurso nacionalista metropolitano que procurava investigar a genealogia étnica do povo português e da sua cultura. Mas, a partir de então, esse impulso nacionalista passará a ser matizado por um forte imperialismo que se reflectirá na necessidade de conhecer as raças indígenas dos territórios ultramarinos e na valorização dos antropólogos coloniais perante o Estado (Roque, 2006:796-799).

Tal actitude poderá estar relacionada a certo sentimento de desterritorialização da Nação que acompanhará as artes, a literatura e a ciência portuguesa do século XX e que, ao lado do regime ditatorial Estado-Novista e da posição de inferioridade do país diante de outras Nações europeias, se constituirá no substracto das políticas científicas ultramarinas do país (Thomaz, 2005:59).

O Acto Colonial de 1930 será a manifestação desse novo contexto político nacionalista e Imperialista na medida em que cria, através do indigenato, uma espécie de hierarquia civilizacional que criava diferenças de status entre metropolitanos e indígenas e entre nativos em diferentes estádios no caminho da assimilação. Esta, por sua vez, passa a ser uma responsabilidade quase messiânica dos metropolitanos que procuram incorporar os indígenas no corpo da Nação como perfeitos cidadãos. Mesmo que o processo pressupusesse a compreensão dos usos e costumes dos nativos e o respeito às suas formas tradicionais de organização social e de autoridade, o objectivo

final, ainda assim, se prendia a ampliar o corpo espiritual e político da Nação para os limites das fronteiras Ultramarinas do País.

Nesse sentido, a criação da Escola Colonial em 1906 e o desenvolvimento de investigações científicas em contexto ultramarino, se coadunam com a proposta em voga em toda a Europa imperialista na época, da “ocupação científica” de suas possessões. Essa nova forma de colonialismo não só auxiliaria uma melhor dominação desses territórios, mas pressuporia a própria necessidade de se guiar o processo de colonização através de princípios científicos genuínos. Dessa forma, o conhecimento das colônias, sua dominação e exploração passam a fazer parte de um mesmo processo, na concepção dos intelectuais coloniais (JMGIC, 1945; Thomaz, 2005:65-69).

O trabalho de Mendes Correia, e, por conseqüência, de seus seguidores, estará inserido neste contexto. Para o maior incentivador das pesquisas científicas sociais ultramarinas, o estudo dos aspectos biológicos, hereditários, psicológicos e culturais das populações indígenas dos territórios coloniais buscava compreender a totalidade das raças do Império português. Além disso, sua clara desaprovação da miscigenação e concordância com a manutenção da tradição colonial e dos usos e costumes dos indígenas só reforçará a política da diferença e a perpetuação do Império.

Tal diversidade fará de Portugal um país de ampla variedade cultural, um Império que pretende ser uma Nação, que vê no imperativo da assimilação e da estrutura hierárquica sua forma de fazer-se português. Esse povo português “de bom coração” será o centro dos discursos salazaristas. Pleno de emoções e sentimentos contraditórios e sintetizado na palavra “saudade”, requererá necessariamente um Estado forte e autoritário para controlá-lo. Indigenato nas colônias e corporativismo na metrópole serão, assim, aspectos de uma mesma política. A mesma que comportará as

Missões Antropológicas ultramarinas na primeira metade do século XX (Thomaz, 2005:72-81).

Especificamente no que tange ao domínio da Arqueologia nacional, o período em questão também será de estruturação do campo científico e também de grandes debates nacionalistas.

O surgimento da arqueologia portuguesa enquanto vertente científica, sobretudo no que tange aos primórdios da arqueologia pré-histórica, campo no qual, conforme já visto, se desenvolveram os principais instrumentos de investigação que moldaram a própria Ciência Arqueológica enquanto tal (Daniel, 1976: 178-189; Fabião, 1999:106), deve o seu despertar à criação da Comissão Geológica do Reino, em 1852. Embora não fosse um órgão particularmente vocacionado aos estudos humanos pré-históricos, é no seu seio que o desenvolvimento de ideias Naturalistas de explicação das origens da Humanidade e do Mundo leva a que personalidades como Carlos Ribeiro (1813-1882), Pereira da Costa (1809-1888) e Nery Delgado (1835-1908), concebessem importantes obras de carácter universalista acerca da antiguidade do homem em territórios portugueses (Fabião, 1999:108).

O século XIX é também o palco de outras iniciativas arqueológicas importantes, como as intervenções ocorridas no templo romano de Évora, entre 1840 e 1871 e a actuação da Sociedade Arqueológica de Setúbal, entre 1849 e 1857, que constituem importantes marcos no nascimento de novas formas de pensamento acerca do que viria a ser denominado Património Cultural, e que, na época, levam a que a preocupação com a preservação dos monumentos históricos se materialize na criação de uma pasta vocacionada a esse fim junto ao Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, em 1852 e ao surgimento da Associação dos Architectos Civis e Archeólogos

Portugueses, em 1863, cujo fundador, Possidónio Narciso da Silva, formado em Paris, era Arquitecto da Casa Real.

Ainda no contexto da valorização da Arqueologia no século XIX merecem destaque a criação do Museu do Algarve e de sua Carta Arqueológica, apresentada em 1878 pelo mentor de ambas as obras, o célebre arqueólogo Sebastião Philippes Estácio da Veiga (1828-1891), bem como o surgimento da Sociedade Martins Sarmiento e a intervenção na importante citânia dos Briteiros, a partir de 1874, ambas na cidade de Guimarães, por esse outro ilustre que dá nome à referida instituição. Muito embora o museu do Algarve (instalado, entretanto, na Academia Real de Bellas Artes em Lisboa), tenha sobrevivido somente entre 1880 e 1881, esses dois personagens merecem lugar de importância no quadro do estabelecimento desse campo científico em Portugal, com destaque para Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) que muito influenciaria outro grande nome do cenário arqueológico português da geração seguinte, José Leite de Vasconcellos (1858-1941) e também os membros da emblemática Sociedade Carlos Ribeiro.

Um ponto que une todos os programas científicos arqueológico aqui descritos, ao lado da busca por obras de carácter universal acerca da humanidade, é a preferência pela investigação regionalista com enfoque para os componentes étnicos e culturais dos povos que ocupavam o território português nos diversos períodos históricos, de forma a desenvolver uma narrativa histórica da genealogia dessa Nação. (Fabião, 1999:113-116; Roque, 2001: 170-172). Dessa forma, o nacionalismo toma, para esses investigadores, um carácter que os relaciona preferencialmente ao território metropolitano, deixando de lado temas relacionados à investigação em territórios coloniais.

Assim, poder-se-ia dividir a produção científica arqueológica portuguesa do século XIX em três categorias. A primeira delas seria denominada “Escola Naturalista”, que seria a mais criativa de todas, relacionada à criação da Comissão Geológica e que teria incentivado o trabalho de campo e pesquisas sem carácter nacionalista. A segunda seria a “Escola Antiquarista”, relacionada a classes cultas da sociedade e que se dedicava à recolha de antiguidades sobretudo relacionadas aos temas clássicos. Finalmente, existiria a “Escola Paleo-etnológica”, preocupada particularmente com temas etno-históricos e dedicada às temáticas de cunho nacionalista (Fabião, 1996: 91).

Naturalmente, tais abordagens da Arqueologia seguem aquelas que, em âmbito internacional, estiveram na consolidação desse campo científico, desde a tendência evolucionista, adepta da unidade psíquica da humanidade, que caracterizou o pensamento arqueológico do século XIX, até o trabalho dos primeiros colecionistas que abrem espaço para as pioneiras sistematizações de colecções arqueológicas, como aquelas realizadas por Thomsen e Worsaae, e, finalmente, o abandono das ideias evolucionistas universalistas e a percepção das culturas como entidades localizadas, que se consolidará, progressivamente, a partir de finais desse século, e que tem nos trabalhos desenvolvidos, quer em território europeu, quer no Oriente Próximo e Egipto, boa parte de seus desenvolvimentos.

Todos esses campos de debate farão com que os últimos anos do século XIX tragam consigo grandes progressos na consolidação da Arqueologia como campo científico em Portugal, como o surgimento da disciplina de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, a partir de 1885, sob a regência de Bernardino Machado.

Muito embora os conteúdos ministrados dessem mais preferência à Antropologia Física, o contexto era propício à criação de novos campos de discussão e de investigação para a Arqueologia portuguesa emergente, que, neste caso, se debatia sobretudo em torno da ancestralidade do povo português. Contestando as teses de Alexandre Herculano e Oliveira Martins acerca da desconexão entre os antigos lusitanos e o Estado Nacional português (Fabião, 1996:114-116), o jovem arqueólogo Leite de Vasconcellos, iria consolidando progressiva posição de destaque em cenário nacional.

Enquanto Herculano, reforçado por Martins, punha na Idade Média o nascimento da Nação, como acto político, negando a conexão entre o povo português e outros ancestrais, Vasconcellos irá, com auxílio da linguística, defender que Portugal seria uma continuação da Antiga Lusitânia, sendo a língua portuguesa fruto do natural desenvolvimento da linguagem luso-romana. Neste sentido, Vasconcellos punha-se a favor das ideias de Martins Sarmiento, que tendo como porta-vozes suas escavações na Citânia de Briteiros e no Castro de Sabroso, defendia a remota existência dos lusitanos e a resistência da sua cultura, mesmo ao domínio romano (Fabião, 1999: 93-94; Fabião 2011:126-137).

Vasconcellos acabaria por assumir o cargo de conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e passaria a dedicar-se a criar um acervo de antiguidades para compor um novo projecto: o Museu Nacional de Etnografia que viria a se concretizar em 1893, sob os auspícios de Bernardino Machado, então secretário das obras públicas.

Obra de carácter nacionalista, buscando evidenciar a tese da antiguidade remota do povo português, terá seu poder acrescido pela criação da revista “O Archeólogo Português”, em 1895, e se constituirá em importante instrumento de valorização do campo científico arqueológico nacional.

Em 1929 Leite de Vasconcellos reforma-se e suas posições na Universidade e no Museu passam a ser ocupadas por Manuel Heleno (1894-1970). Juntamente com ele, Mendes Correia e Vergílio Correia (1888-1944), este último professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, serão as personalidades de destaque no mundo da Arqueologia portuguesa da primeira metade do século XX (Fabião, 1999:119-120). Enquanto o professor de Coimbra se dedicará à escavação da cidade romana de Conimbriga, à publicação de obras no domínio da história da arte e manterá uma carreira de distanciamento dos grandes conflitos de poder que marcarão o período, o sucessor de Vasconcellos, que assumirá o principal posto da investigação nacional, marcará a sua carreira por um clima de forte disputa com Mendes Correia, esse, sem dúvida, um personagem com maior destaque no cenário nacional e internacional.

Manuel Heleno, o mais novo dos três importantes personagens e com menor currículo académico, se esforçará para reafirmar seu lugar de poder através de publicações de carácter nacionalista em periódicos locais, em consonância com as críticas a Herculano e Oliveira Martins acerca da antiguidade do homem português de que partilhava também seu mentor, Vasconcellos. Já Mendes Correia, que também partilhava das mesmas ideias, recusará, entretanto, que se pudesse reconhecer no português uma raça com características físicas próprias, uma vez que os dados antropométricos dissuadiam tal perspectiva. Mas a descrença numa unidade física, não impedia que ele defendesse, entretanto, uma unidade moral lusitana.

A carreira de Mendes Correia irá consolidá-lo como importante intelectual e cientista do período, tanto em carácter Nacional quanto internacional, relacionando uma considerável carreira política à sua vigorosa campanha interna no que tange às investigações antropológicas coloniais (Fabião, 1999: 121-126).

Este importante personagem do cenário antropológico e arqueológico português estabelecerá relações com inúmeras instituições científicas estrangeiras, em contraponto a uma tradição de isolamento científico que se fazia vigorar no país no período. Em âmbito nacional, também ocupará lugares de destaque em importantes órgãos relacionados à pesquisa, e, em especial, dos domínios ultramarinos portugueses. Entre eles importa destacar o cargo de director da Escola Superior Colonial e de presidente da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. No âmbito da política, veio a exercer, especialmente, os cargos de presidente da Câmara Municipal do Porto, entre 1936 e 1942 e de Deputado à Assembleia Nacional, entre os anos de 1945 a 1956 (Cardoso: 2011: 230-235).

De interesse científico bastante amplo, Mendes Correia entendia o conhecimento da humanidade e de sua história de forma alargada, que incluiria dentro do campo da Antropologia, também a Biologia, a Zoologia, a Anatomia, a Psicologia, a Sociologia, a Arte, a História, a Etnografia, e a Arqueologia, entre outras fontes. No âmbito desse último campo científico, também dava preferência a abordagens bastante amplas do seu objecto, com atenção à geologia, à geografia, e à paleontologia por exemplo. Além disso, defendia suas próprias concepções no âmbito da evolução humana. Tentava conciliar a doutrina católica com o evolucionismo e era defensor de um transformismo moderado e do monogenismo. Também cria na existência do homem terciário. A sua obra *Homo* (Correia, 1926), que teve a primeira edição em 1924 e a segunda, já dois anos depois, e que representa uma espécie de síntese do seu pensamento científico, explicita bem as suas concepções acerca desse e de outros importantes temas (Cardoso, 2011: 240-253).

Correia elabora, nessa obra, dois quadros explicativos, um acerca das causas da evolução e outro sobre os tempos geológicos. Sobretudo no primeiro, apresenta um significativo conhecimento do tema, citando uma série de autores e teorias relacionadas tanto com as causas dos processos de variabilidade individual, quanto com relação aos próprios processos de variação, sua extensão, seus modos e sentido. Dessa forma, procura elaborar um texto variado em conteúdo, demonstrando conhecer as grandes discussões nos campos da Arqueologia Pré-Histórica, da Geologia, da Biologia e da Paleontologia da época.

No que tange à evolução da espécie humana, Correia localiza no Terciário Médio o seu ponto de partida, muito embora admita a carência de provas na matéria. As dúvidas suscitadas por alguns ossos aparentemente trabalhados ou pela descoberta de supostos eólitos levavam os especialistas a questionar, através de experiências realizadas, a origem antropomórfica desses achados. Um dos exemplos citados seria o das descobertas de eólitos por Carlos Ribeiro no vale do Tejo, especialmente na Ota, que Motillet teria atribuído a uma nova espécie de homínido, mas que levantavam, segundo Correia, dúvidas quanto a sua autenticidade (Correia, 1926: 129-133).

Entretanto, o próprio autor identifica, no quadro que traça sobre os períodos da pré-história, uma etapa denominada eolítico, que antecederia o paleolítico. Esta corresponderia ao terciário e “*pelo simples uso de blocos e lascas naturais de sílex (eólitos)*” (Correia, 1926: 47), apresentando lascas e fracturas de utilização indistinguíveis das produzidas causas naturais. Tal afirmativa demonstra a importância que a questão do homem terciário apresenta para Correia.

Somente no Quaternário, então, é que haveria certezas em relação aos vestígios relacionados à evolução humana. Nesse contexto, seria o *Homo Heidelbergensis*,

considerado o mais antigo vestígio humano até então encontrado. O homem de Piltdown merece também atenção especial. O autor destaca a oposição de Waterson, Gregory e Miller à autenticidade dos restos desse suposto hominídeo dizendo tratar-se de uma sobreposição entre fragmentos cranianos humanos e uma mandíbula simiesca. Parece particularmente interessante a sua visão crítica quanto a esse espécime, uma vez que ele próprio demonstra não se sentir satisfeito com a sua descrição como uma nova espécie de hominídeo.

Outras polémicas relacionadas com a genealogia do *Homo sapiens* também aparecem nessa obra, tais como o *Homo Grimaldii* e seu aspecto negróide que tanto teria causado discussões no período. Correia ressalta a opinião de Obermaier segundo a qual esse tipo deveria ser equiparado ao homem de *Cro-Magnon*, discordando, entretanto, deste. Para ele, *Combe-Capelle*, *Grimaldi* e *Cro-Magnon*, seriam tipos distintos, dos quais só o último disporia de dados morfológicos satisfatórios.

Outra das contestações de Correia é com relação a uma possível origem esquimó do Magdalenense europeu de *Chacelade*. Para ele, as semelhanças fisionômicas entre os vestígios encontrados e os actuais esquimós seriam fruto de isomorfismo politópico ou então significaria que os referidos indígenas teriam no espécime de Chancelade um antecessor.

Correia acredita que o tipo físico português teria sua origem nos chamados doliocéfalos dos *kjökkenmöddings*, que por sua vez também seriam semelhantes à raça neolítica de *Baumes Chaudes-Homme Mort* descoberta em vários pontos do território francês e no próprio território nacional, e relacionada a uma leva migratória que teria chegado à Europa Central seguindo o Danúbio. Entretanto, a esse padrão não corresponderia o chamado *Homo Taganus* de Muge, estudado pelo próprio autor, que

teria sua origem na costa setentrional de África e estaria relacionado a tipos mais inferiores que teriam evoluído ou se misturado a tipos superiores como o de *Baumes Chaudes*.

Essa preocupação com os antepassados do tipo físico português e com a sua ligação com levas migratórias da própria Europa ou com origem no Oriente, parece ser um ponto de preocupação do autor, provavelmente relacionado a certas ideias pré-concebidas do que poderiam ser consideradas as genealogias mais nobres para o homem nacional (Correia, 1926: 154-155).

Sobre o homem africano, seus comentários denotam descrença na antiguidade de determinados restos descobertos. Duvida tanto de um esqueleto encontrado por Hans Reck em Oldoway, que apresentaria mutilações dentárias semelhantes à de muitos Negros actuais, bem como de descobertas efectuadas no Transwaal e na Rodésia, devido a interpretações ambíguas quanto a serem fósseis de *H. Sapiens* ou de *H. Neandertalensis*. Este quadro, ao lado de dúvidas levantadas acerca de restos osteológicos encontrados na Austrália, vem reforçar o quadro segundo o qual a antiguidade do homem deveria ser buscada no Oriente Médio ou na Ásia (Correia, 1926:166-171).

Correia indica ainda uma série de especialistas e suas visões contraditórias acerca do berço da humanidade e, muito embora chegue a citar as opiniões de Darwin e de Dart acerca da África como o epicentro do seu surgimento, Correia vê na Ásia o centro antropogénico, baseando-se na contestação da origem tropical humana por Matthew, que diz não haver nessas zonas animais glabros ou semi-glabros que não tenham espezamento de tegumentos. Assim, o homem teria surgido em regiões mais

frias para só depois se espalhar para as zonas topicais do planeta (Correia, 1926: 200:201).

Dessa forma, justifica-se o surgimento do homem na bacia do índico ou nos seus arredores, durante o mioceno, ou, então na porção meridional da região centro-asiática como queria crer Lull, Matthew e Giuffrida-Ruggeri. Este último, segundo o autor, ainda admitia vários centros de dispersão de um tipo homínideo indiferenciado, sendo um a partir do norte eurasiático, outro da Ásia oriental e ainda um terceiro, na região austral da Europa. Mais tarde esse ainda teria acrescentado mais alguns centros, surgindo, assim, um para os Australóides, outro para os Etiópicos e Drávidas, mais um para os Negros, Pigmeus e Bochimanes, a acrescentar a um centro para as raças brancas e outro para as amarelas. A ocupação das Américas teria se dado pela Ásia, através do estreito de Bering. Além desse trajecto, entretanto, Correia ainda ressalta os trabalhos de Rivet e Quatrefages no sentido de supor outro fluxo migratório para a América através do Pacífico, e uma tese sua, que apostaria em migrações efectuadas a partir da área índica para a Austrália, Tasmânia, Antártida e daí para a América do Sul. Descobertas de fósseis do terciário antigo correspondentes a um clima subtropical na Antártida serviriam para corroborar essa ideia (Correia, 1926: 225-227).

O que parece destacar-se, de modo geral, no texto analisado, para além do interesse de Correia em marcar posição em muitos temas polémicos da Arqueologia do período, é o que vem reafirmar-se nas próprias palavras do autor: a percepção de que a Arqueologia Pré-Histórica estaria numa fase crítica, em plena discussão da validade e equiparação de diferentes cronologias tipológicas, como as baseadas em mudanças climáticas, industriais ou paleontológicas. As novas investigações estariam descobrindo formações indígenas independentes em manifestações culturais que antes se supunha ter tido um só centro de difusão. Mas tais divergências, longe de emergirem da deficiência

de informações, seriam uma consequência do aprofundamento das pesquisas dentro do campo arqueológico, que levava à necessidade da análise crítica e depuração dos dados obtidos (Correia, 1926: 237-238).

Na verdade, as variadas perspectivas abordadas por Correia, reflectem não somente a complexidade do próprio campo de estudo, mas também suas preferências e perspectivas acerca dos temas abordados, suas afinidades pessoais e seus próprios questionamentos. A preferência pelo enfoque na história europeia e a preferência pela teoria do surgimento da humanidade na Ásia, ao invés da África, são dois temas que reflectem muito de sua visão de mundo e do seu olhar sobre os territórios colonizados. Outro ponto seria, sem dúvida, a submissão dos temas arqueológicos aos da Antropologia Física, que se constitui no cerne da obra.

No âmbito da Arqueologia Ultramarina, os trabalhos de Mendes Correia que mais merecem destaque, para além do grande incentivo que deu à formação de Missões Antropológicas em várias colónias, será aquele que terá desenvolvido em Timor, quando da primeira das campanhas ali realizadas no âmbito dessa Missão, em 1953, ao lado de António de Almeida, que assumirá a chefia do projecto. Como já visto o povoamento das regiões austrais do planeta despertava grande interesse para esse pesquisador na medida em que poderia justificar o povoamento humano das Américas através da Antártida (Cardoso, 2011: 257- 258).

No que tange à Arqueologia metropolitana, será seu trabalho na Secção de Antiguidades e Escavações da Junta de Educação Nacional que merecerá maior destaque. Nesse cargo, prestará grande apoio ao trabalho realizado pelos arqueólogos que desenvolviam trabalhos em território português.

Suas pesquisas desenvolvidas em Muge também ganham importante lugar neste contexto. Muito embora a defesa de Mendes Correia das afinidades negróides dos espécimes humanos ali encontrados tenha tido oposição de Vallois (1998-1981) e de Manuel Heleno, que procurou utilizar-se de tal questão para tentar se assenhorar das escavações naquele sítio, o seu trabalho, primeiramente no Cabeço da Amoreira e depois no Cabeço da Arruda será de grande importância para o conhecimento desse sítio.

Outro trabalho de destaque de Mendes Correia no que se refere à Arqueologia metropolitana, será o realizado no Cabeço da Mina, também na margem esquerda do Tejo, considerado o primeiro sítio paleolítico ao ar livre escavado em Portugal. Este teria resultado em uma importante recolha estratigráfica de bifaces clássicos do Acheulense Superior e antecedido os trabalhos de Breuil e Zbyszewski (1935-1999) na região. Teria ainda este trabalho sido pioneiro na metodologia utilizada, dando aos objectos encontrados no corte estratigráfico, uma localização gráfica em projecção, o que atestaria a qualidade dos trabalhos realizados (Cardoso, 2011: 253-257).

Além disso, Correia, seguindo a teorização de Vasconcellos e de Bosch-Gimpera, irá transformar-se em um importante defensor do passado lusitano do povo português. Autor de uma obra referencial para a época intitulada “Pré-Roman Lusitania” e publicada em 1928, irá defender a coincidência entre a Lusitânia e Portugal, a busca pelo passado da Nação em épocas pré-históricas e a figura de Viriato como herói nacional.

Também terão destaque na obra metropolitana de Correia as pesquisas sobre o megalitismo português. Confirmar através do estudo dos monumentos megalíticos o passado da Nação portuguesa, sua comprovada antiguidade e importância passa a ser

um instrumento desejado em um momento histórico em que o país vê os seus domínios ultramarinos ameaçados pelo expansionismo de outras Nações Europeias. Nesse contexto, Correia defenderá que tais monumentos poderiam ser remanescentes de um grande Império Ocidental Europeu que teria se expandido a partir do território português, o que daria ao país um passado de destaque em ambiente europeu. Também Manuel Heleno, a partir de dados recolhidos de várias tumbas megalíticas escavadas por ele, irá defender o surgimento da Nação no período Neolítico. (Fabião, 1996: 94-96).

Tais ideias estarão, também, intimamente relacionadas àquilo que se discutia, em cenário internacional, no nascente campo da Arqueologia científica. Após o abandono das ideias evolucionistas universalistas que predominavam o entendimento da história da humanidade durante o século XIX, o nascimento de fortes ideias étnicas e nacionalistas e de uma consequente visão das culturas como entidades localizadas, com forte carácter de especificidade regional, irá dominar o mundo da Arqueologia no século XX. Conforme já visto, o abandono da ideia das eras e a sua substituição pela concepção de culturas, e a percepção da contemporaneidade de várias delas em diferentes partes do continente europeu e do mundo, é fruto do aprofundar e expandir das pesquisas arqueológicas nesse período.

Por outro lado, o desenvolvimento do difusionismo leva à procura de importantes centros culturais, mesmo na Pré-História. Como analisado anteriormente, é durante esse período que obras referenciais para a história da Arqueologia, e também dessa escola de pensamento são escritas, com especial destaque para o trabalho de Childe, no sentido de associar importantes conhecimentos tecnológicos e sistemas políticos, económicos e sociais, entre outros itens, a centros de difusão geralmente associados aos Egipto ou ao Oriente Próximo. Também foi possível perceber como essas ideias tomam diferentes corpos por toda a Europa, durante, sobretudo, a primeira

metade do século XX, buscando diferentes origens para justificar seus nacionalismos, confirmando suas especificidades e superioridade em relação aos países vizinhos. Tais passados construídos irão utilizar-se da Arqueologia de diferentes maneiras e em diferentes graus e buscarão valorizar aspectos da cultura clássica ou da pré-história, dependendo de cada contexto específico.

O que se assiste no panorama arqueológico português, será, nesse sentido, a um diálogo com essas ideias que vigoravam em cenário internacional. Por um lado, a investigação de importantes sítios ligados ao passado clássico do território português, como é o caso da escavação de Conimbriga, por exemplo, conecta-se com uma expansão das investigações desse tipo de sítios tanto em contexto europeu, quanto fora deste e a uma particular valorização desses universos culturais na compreensão do passado da sociedade ocidental. Por outro, a importância dada ao estudo da linguística, no caso de Vasconcellos, por exemplo, e ao passado lusitano do povo português, vincula-se ao nascimento e expansão das ideias etnicistas e nacionalistas que irão permear toda a vida política e social do continente durante o século XX.

Também toda a discussão em torno da existência do homem terciário, da veracidade dos chamados eólitos, da origem da humanidade e do homem português, que são discutidas na obra emblemática de Correia, nada mais é que um diálogo com a própria evolução do pensamento e do conhecimento arqueológico que caracterizam esse período. Suas ponderações são bastante claras em relação aos contextos abordados e às diversas opiniões que cada questão levantava entre especialistas de países diversos.

Particularmente, a ênfase no tema das especificidades do megalitismo português e da veracidade da lusitânia como passado comum desse povo, têm ainda mais um desenvolvimento. A expansão das ideias difusionistas, da identificação e valorização de

centros difusores de cultura, leva a que se crie uma espécie de hierarquia entre aqueles que transmitem suas ideias e tecnologias e aqueles que as absorvem. A procura por justificar a antiguidade e importância das culturas pré-históricas desenvolvidas em contexto português não deixa de ser uma forma de mostrar certa superioridade em relação aos países vizinhos, associando o universo cultural do país a possíveis centros de difusão em contexto europeu.

Tal ideia não será diferente, em essência, daquelas que vigorarão em toda a Europa durante a primeira metade do século XX, e que, como anteriormente analisado, levará a que o passado pré-histórico ou romano seja valorizado ou reinventado em diversos países europeus de formas variadas, procurando individualizar e valorizar esses países, dando ao conhecimento histórico, antropológico e arqueológico uma função política de destaque.

Curiosamente, entretanto, tais ideias sobre a importância dos antepassados remotos da nação não irão ser tomadas como importantes pelo Estado Novo, que não dará nenhuma atenção especial ao tema ou aos monumentos megalíticos do país durante sua vigência. Ao invés disso, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1929, irá se dedicar a novos tipos de apropriação política do patrimônio nacional. A prioridade do momento passa a ser a “restauração” de monumentos, sobretudo edifícios religiosos e políticos medievais, de forma a recuperar sua pureza original, o que significava extrair características adquiridas durante o século XVII e XVIII. Tal projecto tinha como intuito re-valorizar a religiosidade tradicional do povo português, desprezada pela secularidade da República, como propaganda ideológica do governo totalitário (Fabião, 1996: 96-104).

Tal política, aliada à valorização dos territórios ultramarinos será de suma importância para a manutenção do regime. Por outro lado, será também de importância crucial para a concretização das Missões Antropológicas. Realizadas durante a vigência do Estado Novo irão nutrir-se de tais conteúdos ideológicos como parte das redes de construção desses discursos científicos.

CAPÍTULO III

As Investigações Científicas em Contexto Ultramarino e o Desenvolvimento das Missões Antropológicas

Em finais do século XIX, dá-se início a um processo sistemático de investigação científica dos domínios ultramarinos portugueses objectivando assegurar o seu domínio através de medidas que abarcavam um mais profundo conhecimento dos territórios em questão. Nos primórdios desse movimento, campos científicos como a Geografia e a Geologia tomam lugar de destaque, abrindo caminho para campanhas científicas que haveriam de se realizar, nas próximas décadas, numa ampla diversidade de domínios das ciências naturais, humanas e sociais.

Assim, é possível assistir, em 1875, à criação da *Sociedade de Geografia de Lisboa* por Luciano Cordeiro, importante órgão civil dedicado à investigação e exploração científica nacional, tanto em âmbito metropolitano quanto colonial. No ano seguinte dá-se também o surgimento, junto ao Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, da *Comissão Central Permanente de Geographia*, com função de produzir conhecimento científico e estratégico nos domínios Ultramarinos portugueses (IICT, 2008: 9-15).

Tal iniciativa acompanhava um movimento que se fazia sentir em toda a Europa e, sobretudo, na França e na Inglaterra, onde as grandes explorações científicas modernas desenvolviam-se, trazendo ao mundo as narrativas de importantes

aventureiros como Livingstone (1813-1873)², que serviriam para inspirar grandes expedições aos sertões africanos também em Portugal.

Além disso, a fundação da Sociedade de Geografia de Paris, em 1821, e de Londres, em 1830, dava já seus frutos, promovendo expedições e realizando importantes trabalhos científicos coloniais que despertavam o interesse público por essas possessões e aguçavam as políticas Nacionais para o melhor conhecimento e domínio dos territórios conquistados.

Tais iniciativas despertariam também o interesse de Portugal enquanto nação colonial, de forma que foi pensando na organização do Congresso Internacional de Geografia, previsto para acontecer em 1875, em Paris, que Luciano Cordeiro inspirou-se em criar, em Lisboa, uma organização que buscasse desenvolver cientificamente o país que já havia estado na proa do conhecimento das “novas terras” (Machado, 1981; IICT, 2008: 18-22).

Por outro lado, a urgência em integrar esse movimento internacional de exploração científica colonial coadunava-se perfeitamente às delicadas questões de disputa territorial colonial que se faziam sentir entre Portugal e sua antiga aliada, a Inglaterra.

Nesse sentido, inicia-se, ainda em 1876 e sob a coordenação da *Comissão Central Permanente de Geographia*, uma discussão com o propósito de estabelecer as diretrizes para as expedições científicas que se haveria de organizar para a África. As diversas perspectivas sob as quais tais expedições deveriam ser levadas a cabo

² Grande missionário e explorador do século XIX, fez várias expedições na região austral da África, sobretudo a partir de 1849. O “Descobridor” da *Victoria Falls* (1855), esteve envolvido em um episódio de desaparecimento em sua penúltima expedição, iniciada em 1866 em Zanzibar com destino ao lago Niassa. Foi encontrado pelo jornalista Henry Morton Stanley em 1871 em Ujiji, entre o Zaire e a Tanzânia, muito debilitado. Esta situação causou grande comoção internacional na época.

exprimiriam diferentes visões acerca de como as políticas imperialistas deveriam se desenvolver nesse Continente.

Enquanto o Ministro Andrade Corvo esperava que a eminente expedição se limitasse a rectificar as fronteiras interiores de Angola e Moçambique, Luciano Cordeiro defendia que se fizessem duas expedições simultâneas partindo de cada uma das colónias e que tivessem por objectivo atravessar o território de costa a costa.

Assim, a questão da viabilidade dos direitos históricos portugueses posteriormente expressados no chamado “mapa cor-de-rosa” tomavam já corpo nos acontecimentos que antecederam as expedições exploratórias e científicas lideradas por Brito Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, entre 1877 e 1879. Enquanto uma das partes defendia a urgência em tomar posse de territórios historicamente sob a esfera de influência lusitana, José Júlio Rodrigues, então secretário da *Comissão*, em sintonia com a opinião de Andrade Corvo (na altura já não mais ministro), julgava o Zaire um caso perdido, devendo, assim, as expedições circunscreverem-se à definição das fronteiras coloniais portuguesas.

Tendo vencido a última opinião, os desenvolvimentos que se seguiram ao início da expedição africana deixariam claro que as diferentes visões políticas acerca da posição imperialista de Portugal na região estavam longe de entrarem em entendimento. Muito embora os exploradores tivessem instruções de limitarem-se ao reconhecimento dos territórios circunscritos à costa ocidental e ao interior de Angola, Serpa Pinto, seguindo as instruções de Luciano Cordeiro, tentaria empreender a travessia do continente em direcção a Moçambique, muito embora tivesse terminado a viagem em Pretoria e não em Quelimane ou Inhambane, como havia pretendido.

Muito embora tal decisão tivesse desencadeado uma sessão urgente da *Comissão Permanente de Geographia*, a 3 de Novembro de 1877, na qual a atitude de Serpa Pinto seria rechaçada e o retorno ao objectivo inicial da expedição recomendado, o mesmo não haveria de acontecer e a arriscada expedição seria cumprida conforme as possibilidades, produzindo, entretanto, inúmero material cartográfico e topográfico (Santos, 1998: 351-376; IICT, 2008: 27-40).

Em 1880, a antiga *Comissão* passa a fazer parte da Sociedade de Geografia de Lisboa, sendo renomeada como *Comissão Central de Geographia*. A partir de então passaria a integrar entre seus membros, escolhidos pelo governo, além do Director Geral do Ultramar, também o presidente da Sociedade de Geografia, instituição que passaria a receber apoio financeiro público para o funcionamento da própria Comissão tanto quanto para a publicação do Boletim da Sociedade. Em função disso, a Sociedade de Geografia publicaria no periódico as informações científicas que a direcção geral do Ultramar julgasse pertinentes.

Essa clara parceria entre sector público e privado buscava congregar esforços no sentido de ampliar as investigações ultramarinas, seguindo uma tendência com longa tradição em países como a Inglaterra, a França e a Alemanha, onde as sociedades científicas recebiam financiamento estatal.

Entretanto, não tendo resultado de muita eficácia a reunião do antigo órgão estatal junto à Sociedade de Geografia e estando os novos tempos a requerer cada vez mais uma ocupação efectiva dos territórios coloniais sob os auspícios da investigação científica, preocupou-se o Ministério da Marinha do Ultramar em trazer novamente para perto de si tais funções. Nessa época já a questão do mapa cor-de-rosa estava em voga, e o governo havia se comprometido a criar, no sertão africano, estações civilizadoras

tendo por objectivo a protecção dos viajantes, a civilização dos indígenas e o estudo dos povos e paisagens locais. Cada vez mais se fazia urgente o conhecimento aprofundado dos territórios coloniais com o propósito de assegurar a hegemonia portuguesa na região.

Nesse sentido é criada, como serviço anexo à secretaria da Direcção Geral do Ultramar, a *Comissão de Cartographia*, em Abril de 1883. Com o propósito de elaborar uma colecção de cartas das colónias além de outros estudos geográficos que fossem indicados pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, tinha entre seus membros personalidades importantes do mundo científico português como o capitão-tenente da armada real, Hermenegildo de Brito Capelo e o primeiro tenente da armada real, Roberto Ivens, ambos figuras de proa nas expedições de 1877.

Com o objectivo de aperfeiçoar informações necessárias para a elaboração de um atlas das províncias, foi enviada a Angola, ainda em 1883, uma expedição científica com objectivos cartográficos, já sob os auspícios da nova Comissão de Cartografia. Responsáveis pela missão ficaram Capelo e Ivens, que receberiam ainda a incumbência de retomar, no contexto dessa mesma missão, o projecto de explorar, com vistas a ocupação efectiva, os territórios entre Angola e Moçambique, procurando localizar pontos onde fosse possível instalar as estações civilizadoras de que tratava a lei de 1881. Nessa época era Pinheiro Chagas, adepto das ideias de Luciano Cordeiro, Ministro do Ultramar, o que possibilitou que a questão do mapa cor-de-rosa viesse à tona novamente, dessa vez com aprovação legal.

Foi ainda enviada a Moçambique uma expedição, liderada por Augusto Cardoso (muito embora boa parte do percurso tivesse sido liderada pelo seu criado negro chamado Xavier, uma vez que o explorador havia cegado), que foi responsável por

definir os contornos a norte da província. A partir de então, e até a década seguinte, uma grande série de importantes mapas cartográficos das províncias africanas é levada à cabo, com destaque para a *Carta das Possessões Portuguesas da África Meridional Segundo as Convenções Celebradas em 1891*, que retracts o fim das questões relacionadas ao mapa cor-de-rosa e ao *Ultimatum* britânico (IICT, 2008:55-60).

Em 1893 é decretado um novo Regulamento para a Comissão de Cartografia. Neste documento há uma clara divisão entre o que seria denominado geografia política, e que compreenderia assuntos diplomáticos e os relacionados a limites territoriais e divisões administrativas e a geografia física que se incumbiria das explorações científicas e cartas geográficas e hidrográficas das colónias. Na realidade, essa divisão esconderia a separação entre as ciências humanas, sob a denominação da geografia política e das ciências naturais, relacionadas à geografia física. Aparecem aqui os primeiros indícios da ampliação das investigações coloniais para outros domínios científicos, como haveria de se verificar, com muita clareza, a partir do início do século XX.

Em 1897, a Comissão de Cartografia edita o “*Questionário para as Auctoridades Administrativas das Províncias Ultramarinas*” e “*Instrucções para o Traçado de Itinerários*”, como forma de aperfeiçoar o trabalho científico que vinha se realizando no Ultramar.

As “*Instrucções*” traziam orientações como o cuidado e com a precisão dos dados relativos aos trajectos percorridos em termos de horários, direcções, e tipos de marcha, além de características dos terrenos. A atenção com a descrição dos marcos hidrográficos, geográficos, das comunidades humanas e da vegetação local também era preocupação expressa no documento.

Já o “*Questionário*”, enviado a todas as autoridades administrativas do interior das colónias, visava esclarecer os limites de cada divisão administrativa ou comunidade indígena com preferência para marcos naturais, além da identificação e localização de pontos fortificados, corpos de defesa, agentes missionários e populações indígenas. Uma espécie de censo populacional também era requerida, na qual a identificação por sexo, raça e local de nascimento era prioridade.

O “*Questionário*” buscava ainda esclarecer dados relacionados ao relevo, hidrografia, clima, flora, fauna, mapa rodoviário, agricultura, comércio, indústria e cultura indígena com destaque para aspectos estratégicos em cada um dos itens analisados (IICT, 2008: 69-78).

Tais documentos demonstram claramente a importância da sistematização das pesquisas científicas e explorações em âmbito colonial bem como a preocupação em delimitar claramente as fronteiras e esclarecer as características físicas e humanas desses territórios como forma de assegurar sua posse e melhor utilização económica em um período no qual as disputas territoriais aguçavam as nações europeias umas contra as outras e que os domínios coloniais eram símbolos de poder Nacional.

O despertar de um novo século traz, assim, o ampliar dos horizontes e dos domínios científicos em território português, tanto em nível metropolitano quanto colonial, fazendo ciências como a Antropologia, a Etnologia e a Arqueologia se confrontarem com novas perspectivas investigativas e com o ampliar dos seus lugares de poder dentro das esferas políticas estatais.

Em 1919, como consequência da tensa situação de crise que punha as disputas coloniais no centro das questões políticas internacionais, é criada a Direcção dos Serviços Diplomáticos, Geográficos e de Marinha que tinha como funções a realização

de Missões Científicas, a investigação nas áreas de astronomia, geodesia, hidrografia, meteorologia, a elaboração de trabalhos de cartografia, a delimitação de fronteiras e respectivos convénios, negócios diplomáticos e consulares, além de contractos de navegação e transporte marítimo para as colónias. Criavam-se Divisões para tratar de cada uma das funções do órgão e abrigava-se a Comissão de Cartografia, que passava a funcionar na nova “Direcção”, preservando, entretanto, sua composição e atribuições originais.

Em 1920, entretanto, devido a uma nova reforma da administração Ultramarina, a Secretaria do Ministério das Colónias passaria a possuir quatro Direcções-Gerais, com suas respectivas corporações auxiliares. Dessa forma, a Direcção Técnica do Fomento compreenderia três repartições sendo elas, a de Estudos Económicos, a de Correios e Telégrafos, e a de Estudos Geográficos, e esta última abrigaria o expediente da Comissão de Cartografia.

Por fim, em 1924, a situação inverte-se e a Comissão passa a acolher as atribuições e o corpo de funcionários da Repartição de Estudos Geográficos, devido a sua comprovada competência e à extensão do número de seus membros (IICT, 2008: 82-85).

Assim, a permanência da Comissão de Cartografia, a despeito das diversas mudanças administrativas por que passaram os órgãos relacionados à investigação Ultramarina nesse período, denota sua força política e tendencial quanto aos objectivos primordiais do conhecimento científico dos territórios colonizados. Tal hegemonia só será posta em prova a partir da instalação do Estado Novo, quando novos campos científicos passam a dividir com a Geografia, a Geologia e a Geodesia as atenções e os interesses governamentais quanto às colónias.

Dessa forma, de 1883, ano da criação da Comissão de Cartografia, até 1936, ano de sua dissolução, seriam executadas importantes missões científicas e políticas sob sua direcção, tais como a definição da fronteira sul de Moçambique em 1887 (revisada uma última vez em 1937), levantamentos geodésicos também na região sul da mesma colónia, juntamente com o seu reconhecimento costeiro até à Baía Bartolomeu Dias, em 1907, o levantamento geodésico e cartográfico da Ilha de São Tomé, de 1915 a 1918, o levantamento geodésico, cartográfico e geológico do Arquipélago de Cabo Verde, de 1926 a 1932, e o levantamento geodésico e cartográfico da Ilha do Príncipe, de 1929 a 1930.

Também foram criadas e postas em prática a Missão Hidrográfica do Zaire, fixando a fronteira fluvial entre o Congo Belga e Angola, de 1930 a 1935, a Missão Hidrográfica de Moçambique, iniciada em 1929, e a Missão Geográfica de Moçambique que deu início aos seus trabalhos em 1932 (IICT, 2008: 123-126).

Em 1936 assiste-se, então a uma importante alteração na organização da investigação ultramarina, desta vez directamente relacionada à implantação do Estado Novo. É criada a *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, em substituição aos antigos órgãos destinados à investigação científica nesses territórios, criando-se também, junto à Direcção Geral de Fomento Colonial uma Repartição dos Serviços Geográficos, Geológicos e Cadastrais com a finalidade de separar a investigação e a administração coloniais.

Administrativamente, a Junta teria como presidente um oficial geral do Exército ou da Armada, directamente subordinado ao Ministro. Como primeiro ocupante do

cargo foi escolhido o Almirante Gago Coutinho (1869 – 1959), que transitava da Comissão de Cartografia.

Quanto a suas funções, estavam ligadas à investigação, coordenação e consulta em matérias relacionadas aos territórios coloniais, especialmente na área de geografia, geodesia, hidrografia, astronomia, meteorologia, bem como assuntos diplomáticos e de fronteiras.

Tinha ainda a responsabilidade de manter actualizada a informação acerca das publicações e outros materiais sobre temas coloniais, tanto nacionais quanto internacionais além de promover e orientar a investigação nos territórios ultramarinos portugueses e organizar Missões Científicas, recolhendo e conservando o material através delas produzido, orientando, promovendo e subsidiando ainda seu posterior estudo e publicações científicas na Metrópole (IICT, 2008: 114-115).

Muito embora a Junta só passasse a trabalhar devidamente constituída e com regularidade a partir da segunda metade da década de 40, facto que parece se dever à Guerra Civil Espanhola e à Segunda Grande Guerra, até o ano de 1945, quando a Junta sofreria uma grande reforma, seriam realizadas sob sua direcção 11 missões investigativas às colónias. Foram elas: Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique (1936), Missão Hidrográfica de Angola (1936), Missão Botânica a Angola (1937), Missão Geográfica de Timor (1937), Comissão de Estudos Geológicos de Timor (1940), Missão Geográfica de Angola (1941), Missão Botânica de Moçambique (1942), Missão Geo-Hidrográfica da Guiné (1944), Missão Zoológica da Guiné (1944), Missão Antropológica de Moçambique (1945) (IICT, 2008: 117-132 e JMGIC, 1945: 145-147).

Quanto à Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique, essa será a primeira das missões científicas até então criadas que se dedicará directamente à investigação no âmbito das Ciências Sociais.

Criada em 28 de Julho de 1936 pelo Decreto-lei 26.842 em agregação à Missão Geográfica de Moçambique, a Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique teve como chefe o Professor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, também colaborador do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. Em 3 de Abril de 1945, através do Decreto-lei 34.478 teve sua denominação mudada para Missão Antropológica de Moçambique, continuando a ser dirigida pelo mesmo professor (JMGIC, 1945: 145-147).

A referida Missão realizou seis campanhas durante seu período de funcionamento, tendo estas ocorrido nos anos de 1936, 1937-38, 1945, 1946, 1948 e 1955-56, preconizando a investigação nas áreas da Antropologia Física, da Etnologia e da Arqueologia. Nesse sentido, tais pesquisas visavam investigar certas características das populações nativas com vista ao seu melhor aproveitamento económico:

Não se julgue que as investigações antropológicas têm um aspecto puramente especulativo, sejam destituídas de qualquer interesse prático. Um plano de tais investigações nas nossas colónias compreende a averiguação das características bio-étnicas das populações, das suas condições de robustez e vitalidade, das suas perspectivas de desenvolvimento e progresso, dos seus costumes das suas qualidades psíquicas, das suas capacidades e tendências, especialmente no ponto de vista do trabalho, etc. (Correia, 1945a:8).

Dessa forma, tal investigação, assim como as demais que se seguiram a esta, todas presididas por profissionais com formação e experiência profissional bastante diversificada e que, no caso de Santos Júnior, englobava as áreas de Ciências Histórico-Naturais, Medicina e Antropologia, visavam objectivos amplos e estratégicos para os interesses nacionais do período, e produziram conhecimentos e documentos diversificados a respeito da história e da cultura dos indígenas das regiões investigadas.

Em 1945, ocorre então uma importante reforma na Junta, essa efectuada pelo então Ministro das Colónias, Doutor Marcelo Caetano, e consistiu em transformar a Junta num órgão aberto, sem grande número de membros fixos, a não ser uma comissão executiva de três membros. Assim sendo, passaria a ser uma instituição dedicada ao estudo e à discussão académica dos temas ultramarinos e abrigaria as missões científicas (oficiais ou privadas) e os órgãos a essa finalidade dedicados na Metrópole, bem como se dedicaria à utilização e divulgação dos trabalhos realizados, tudo sempre sob a supervisão e coordenação da Junta.

Tinha três objectivos principais, quais seriam melhorar as condições de vida de indígenas e colonos, explorar de forma eficiente os territórios colonizados e contribuir para ampliar o conhecimento do planeta. Visava ainda a cooperação internacional, a cedência de bolsas de estudo para a preparação específica de pesquisadores para o ambiente colonial e a organização de centros universitários de estudos coloniais e outros cursos relacionados com o tema. Além disso, tinha por objectivo fomentar e auxiliar centros de investigação nas próprias colónias. Dessa forma, percebe-se um esforço claro para intensificar e sistematizar a busca por conhecimento nesses territórios (IICT, 2008: 133-140).

Em 1946, é criado, junto à Escola Superior Colonial e sob a alçada da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais a primeira instituição com o propósito específico de realizar investigações ultramarinas dentro dos domínios das ciências sociais e que será baptizada como Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar.

Durante a década de 40 é ainda criada a Missão Antropológica da Guiné chefiada pelo Professor Amílcar Magalhães Mateus, também da Universidade do Porto, e pelo professor Mendes Correia. Em 1945 é criada a referida Missão e em 1946 é efectuada, sob a chefia do professor Mendes Correia uma missão preliminar à Colónia. Os trabalhos têm prosseguimento até 1947 e em 1950 é determinada, entretanto, a conclusão dos seus trabalhos (Correia, 1951b: 7-23).

Durante essa mesma década ter-se-á ainda dado início aos trabalhos da Missão Antropobiológica de Angola, chefiada por António de Almeida, enquanto na década seguinte será a vez da Missão Antropológica de Timor, também presidida pelo mesmo investigador. Como se verá a seguir, ambas as missões darão origem a campanhas científicas desde 1948, ano da primeira viagem científica preliminar a Angola, até o final da década de 60, quando Almeida é jubilado por idade dos cargos que viria a ocupar em órgãos de pesquisa ultramarinos. Entretanto, o mesmo pesquisador ainda continuará os seus trabalhos em Timor até meados da década de 70, demonstrando a grande continuidade dessas pesquisas.

Por outro lado, no que respeita aos encaminhamentos gerais no âmbito da investigação colonial, em 1953, oito anos após sua última reforma, e já sob intensa pressão da ONU quanto às resistências da política colonial portuguesa, a Junta sofre mais uma alteração, dessa vez em sua denominação, passando a chamar-se Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, com a abreviatura correspondente

de Junta de Investigações do Ultramar (Tendeiro, 1958: 26). Tal alteração entra em consonância com a mudança na denominação dos territórios coloniais para Províncias Ultramarinas, em 1951, e acompanhará a Junta até sua dissolução, em 1973.

Apesar das várias alterações administrativas e das diversas dificuldades em âmbito de política interna e externa, é interessante destacar, entretanto, que o período de 1945 a 1973 representa, ao lado daquele que caracteriza o funcionamento da importante Comissão de Cartografia (de 1883 a 1936), um momento de certa estabilidade no desenvolvimento de investigações científicas ultramarinas em um contexto político muito específico, representado pelo Estado Novo, que dará prosseguimento aos seus objectivos de conhecimento, aproveitamento e de domínio desses territórios ao mesmo tempo em que lhes dá posição de destaque nos objectivos e ideários políticos do regime.

Assim, treze anos após a reforma de Junta, em texto de 1958, o então presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, Carrington da Costa (1894-1964), aborda o tema da investigação ultramarina, esclarecendo os principais avanços alcançados até então.

O primeiro ponto importante por ele apontado é a criação dos Institutos de Investigação Científicas em Angola e Moçambique, ambos em 1955, com o propósito de realizar trabalhos de investigação directamente nas colónias, nas áreas das ciências biológicas, geológicas, geográficas e humanas e auxiliar outros órgãos de investigação metropolitanos.

Assim como outros já em funcionamento, como o Instituto de Investigação Médica de Moçambique e o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (criado em 1947), essas instituições são apontadas como um apoio importante no desenvolvimento de

missões científicas, reduzindo despesas com investigadores, prospectores e colectores metropolitanos (Costa, 1958: 9, 10; Tendeiro, 1958: 44-49).

Apona também algumas importantes cooperações internacionais, como a elaboração do *Compectus Florae Angolensis* com a colaboração do Museu Britânico, o desenvolvimento de pesquisas sobre ferrugens do cafeeiro em cooperação com os EUA, e a sediação do Secretariado Geral da *Association pour l'Étude Taxonomique de la Flore d'Afrique Tropicale* (Costa, 1958: 14).

Administrativamente, enumera a existência de seis Centros de Estudos, a saber, Centro de Geografia Ultramarina, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Centro de Botânica, Centro de Zoologia e Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar. Outro texto de 1958, este da autoria de João Tendeiro, investigador do centro de zoologia da Junta, enumera ainda o Centro de Documentação Científica Ultramarina e a Brigada de Estudos de Defesa Fitossanitária (Tendeiro, 1958: 28-29).

Além disso, são ainda enumeradas 18 missões em andamento, quais sejam, as Missões Geográficas de Angola, de Moçambique e de Timor, as Missões Hidrográficas de Angola e São Tomé, de Cabo Verde e de Moçambique, a Missão Geo-Hidrográfica da Guiné, a Missão de Fotogrametria Aérea de Moçambique, a Brigada Hidrográfica do Estado da Índia, a Missão de Estudos da Atracção das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural do Ultramar Português, a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, a Missão de Estudos dos Movimentos Associativos em África, a Missão Botânica de Angola e Moçambique, a Missão Zoológica de Moçambique, a Missão de Estudos Apícolas do Ultramar Português, a Missão de Biologia Marítima, a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique e a Missão de Pedologia de Angola (Costa,

1958: 14). Tendeiro ainda acrescenta a esta lista a Missão Geográfica da Índia, a Missão Científica a São Tomé, a Missão Antropobiológica de Angola e a Missão Antropológica de Timor (Tendeiro, 1958: 55-57).

Ficaram, entretanto, excluídas do quadro enumerativo acima algumas missões como as de Geologia, Geografia Física e Humana, de Antropologia e de Zoologia da Guiné, por não se encontrarem em actividades na altura (Costa, 1958: 13).

Neste ponto, percebe-se que há não só um significativo acréscimo no número de Missões Científicas em andamento, em comparação com períodos anteriores, mas também uma maior variedade de temáticas abordadas, muitas delas relacionadas a temas político-sociais. Além disso, a criação de Institutos de Investigação em algumas províncias ultramarinas e o desenvolvimento de diversos projectos com cooperação internacional parece fazer ver uma maior descentralização da pesquisa científica colonial da Metrópole para outros centros locais e estrangeiros.

Assim, 1945 até 1973, quando a Junta sofre sua última reforma, pode-se perceber claramente um considerável avanço em todas as áreas científicas de investigação colonial, com a concretização de inúmeros trabalhos e missões e com a publicação de um volumoso conjunto de obras, além do estabelecimento de relações com várias instituições internacionais, com considerável intercâmbio de material e publicações científicas. Tal esforço governamental, apesar das constantes dificuldades económicas por que passam as diversas Missões Científicas, estará certamente relacionado a importância que os territórios Ultramarinos tomam para o Governo ditatorial, desde a sua instalação.

No âmbito das Ciências Sociais, as progressivas alterações administrativas da Junta trazem também significativas mudanças nos direccionamentos científicos e

políticos de seu trabalho. Em 1962, através da Portaria 19210 e 30 de Maio, por proposta do director do Centro ao então Ministro do Ultramar, Professor Adriano Moreira, é criado o Centro de Estudos de Antropobiologia, a funcionar em colaboração com o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. No mesmo ano é ainda criado o Centro de Antropologia Cultural e Social, que passará a repartir com o primeiro as funções científicas anteriormente desempenhadas pelo Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar.

O Centro de Antropobiologia passa a ter, entretanto, o direito de integrar na recém criada instituição todos os materiais científicos e operacionais do antigo Centro de Etnologia, não sem antes desencadear uma forte situação de disputa com a Universidade do Porto, a que estavam ligados os principais pesquisadores do antigo Centro, e com o novo centro de Antropologia Cultural e Social. Entre o disputado espólio pode-se citar aquele procedente da Missão Antropológica de Moçambique e da Guiné, ambas já extintas na altura.

O Centro de Antropobiologia teve como seu primeiro director o professor António de Almeida (1900-1984), que havia dirigido o Centro de Etnologia do Ultramar por sete anos, entre 1954 e 1961. Esteve ele no cargo até 1970, quando foi jubulado por idade. Como seu sucessor assume o Professor Miguel Ramos.

António de Almeida, diferente dos demais pesquisadores, teve sua carreira, entretanto, mais ligada a Lisboa. Também de formação variada, frequentou a faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra entre 1921 e 1926, vindo, entretanto a licenciar-se na Universidade de Lisboa em 1927. Além disso diplomou-se na Escola de Medicina Tropical, onde estudou de 1927 a 1935, também em Lisboa. Foi ainda professor na Escola Superior Colonial de 1935 a 1954, no Instituto Superior de Estudos

Ultramarinos entre 1954 e 1961 e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, entre 1961 e 1969, todas instituições com sede também em Lisboa.

O novo Centro por ele dirigido tinha como objectivos realizar estudos antropológicos das populações portuguesas nativas e migradas tendo em vista sua aclimação e sobrevivência, bem como estudar materiais provenientes das Missões Antropológicas em curso e a criar-se. Preconizava também a produção científica com vistas à publicação e a formação de investigadores no campo da antropologia tropical. (IICT, 2008: 371-373).

Sob a administração do professor António de Almeida foram realizadas 23 viagens científicas a territórios ultramarinos, algumas ainda anteriores ao surgimento do Centro de Antropobiologia, sendo duas a Cabo Verde (1962 e 1982), três à Guiné (1959, 1962 e 1980), uma a São Tomé e Príncipe (1954), cinco a Angola (1948, 1949, 1950, 1952 e 1955), uma a Moçambique (1959), duas a Goa, Damão e Diu (1960 e 1961), e nove a Timor (1953, 1954, 1957, 1963, 1964, 1968, 1969, 1974 e 1975).

O volume de expedições realizadas em Angola e Timor está relacionado ao desenvolvimento das Missões Antropológicas a essas colónias, ambas chefiadas por Almeida. Além de tais missões chefiou ele ainda a Brigada Etno-Sociológica da Missão Científica a São Tomé (1954) e as Missões de Estudo na Índia Portuguesa (1961-62) e na Guiné Portuguesa (1959 e 1962).

A Missão Antropobiológica de Angola foi criada em 1950, muito embora já tivesse realizado o Professor António de Almeida outras duas expedições preliminares à colónia, uma em 1948 e outra no ano seguinte. Nesta época era ele professor da Escola Superior Colonial. Posteriormente, realizou ainda mais duas expedições a Angola, em

1952 e 1955, esta última já como director do Centro de Etnologia do Ultramar. Teve como foco principal de seu trabalho de pesquisa o estudo dos Bosquímanos do qual é fruto um livro posteriormente publicado pelo Instituto de Investigação Científica Tropical denominado “Os Bosquímanos de Angola” (Almeida, 1994a), que reúne muitos dos seus trabalhos realizados junto a esse povo.

Em relação a Timor, muito embora entre os primeiros estudos realizados na colónia esteja um trabalho sobre materiais líticos realizado ainda em 1936, por Buhler, fruto de escavações realizadas em abrigos sob rocha em Baguia, é a partir da criação da Missão Antropológica de Timor que os seus estudos se intensificam.

A primeira expedição da Missão Antropológica de Timor é realizada em 1953 com o apoio de Mendes Corrêa e de Ruy Cinatti. As outras expedições dão prosseguimento ao trabalho e além de produzirem inúmero material de conteúdo arqueológico, ocupam-se de trabalhos na área de antropometria e de etnologia. No final da década de 60 são ainda realizadas algumas viagens científicas à colónia visando a elaboração da Carta Etnológica de Timor, entretanto, nunca publicada.

Em 1968, entretanto, uma nova separação temática dentro do Centro de Antropobiologia dá origem à Secção de Pré-História e Arqueologia, esta sucessora da antiga Secção de Pré-história e Paleontologia do extinto Centro de Etnologia do Ultramar, e que foi impulsionada pelo professor Mendes Correia. A nova Secção muda-se para o palácio Vale Flor, e, posteriormente, para o Palácio Burnay, em Lisboa. Com a posterior extinção do Centro de Antropobiologia, a referida secção conseguirá preservar-se, representando uma herança histórica do antigo Centro.

De modo geral, o encrudescimento das guerras coloniais e a posterior independência desses territórios leva a que os órgãos de investigação ultramarina e seus espólios passem por um período de ostracismo que terá fim, em 1982, com a criação do Instituto de Investigação Científica Tropical que hoje alberga documentos, publicações e materiais provenientes das muitas missões realizadas nos territórios ultramarinos. No âmbito particular do campo arqueológico serão o Departamento de Ciências Humanas e a Secção de Pré-história desse instituto os herdeiros dos espólios provenientes desses empreendimentos científicos na actualidade.

CAPÍTULO IV

As Missões Antropológicas Enquanto Projecto Político-Científico

O século XX em Portugal anuncia profundas mudanças políticas no país e também a concretização da ideia de implementar nos territórios ultramarinos um tipo de colonização de base científica no campo das ciências sociais que se fará através das Missões Antropológicas.

Tal projecto não será, entretanto uma consequência exclusiva da vontade política do Estado Novo. Será também fruto da visão dos vários cientistas envolvidos acerca de seu próprio campo científico e da importância dos estudos coloniais para o seu desenvolvimento e para a sociedade na qual se inseriam.

Nesse ponto, será sem dúvida o discurso produzido por Mendes Correia o mais significativo na elaboração das justificativas ideológicas para o desenvolvimento das Missões. Mas seu trabalho será o ponto de chegada de uma jornada iniciada no século anterior e que ele mesmo faz questão de usar como elemento incentivador desse projecto. É o que ocorre com a exaltação do trabalho de Fonseca Cardoso e de muitos outros personagens envolvidos na empresa ultramarina que Correia toma como exemplos pioneiros da pesquisa antropológica colonial.

Mas, para além da obra de Fonseca Cardoso também outros trabalhos merecem destaque, sobretudo no que tange à preocupação específica com a Arqueologia. Dentre eles destacam-se os textos de Ricardo Severo “Primeiros Vestígios do Período Neolítico na Província de Angola”, de Félix Alves Pereira “Utensílios da Época da Pedra na Guiné Portuguesa” e de Leite de Vasconcellos “Instrumentos prehistóricos da África Portuguesa”.

O primeiro deles será o pioneiro no que tange aos textos científicos arqueológicos portugueses em contexto ultramarino (Severo, 1890). Publicado em 1890, na *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes* da portenha Sociedade Carlos Ribeiro, esse texto tratará de alguns instrumentos líticos angolanos dos quais o autor toma conhecimento através uma descrição e de algumas fotografias enviadas por um amigo. Admite uma contextualização bastante precária do material encontrado citando a descrição feita pelo amigo acerca de como tais informações chegaram até ele:

“Reduz-se unicamente a dois instrumentos cortantes de pedra polida, encontrados em uma excavação, feita não sei para que fim, em um valle do Quanza, tudo quanto se conhece da Prehistoria d’Africa Occidental, na Guiné Inferior. Ha mais de dous annos que o Dr. Troni me mandou a photographia d’estes dois objectos, que lhe offereço” (Severo, 1890: 4).

Mas a precariedade dessas informações não torna o objecto de análise único. Severo segue relatando as poucas pesquisas de que tem notícia acerca da pré-história da região Centro-Oeste Africana, especialmente sobre artefactos líticos. E reconhece:

“D’aqui resalta o valor ethnologico d’estas analogias, que novos factos irão definindo melhor, e que faz d’estes pequenos estudos, para muitos de um valor mínimo, documentos preciosos nas questões primordiales da anthropologia geral e elementos essenciaes às formulas syntheticas da sciencia” (Severo, 1890:6).

Desta sua esperançosa defesa dos estudos até então realizados no campo da arqueologia do Centro-Oeste africano duas questões cruciais e recorrentes em seu texto

emergem. A primeira é a importância do aprofundamento do conhecimento da pré-história africana para a evolução da própria ciência, e a segunda é a sua visão universalista e evolucionista do conhecimento da humanidade.

No que tange ao primeiro ponto, destaca-se a advertência, presente em todo o texto, de que um maior aprofundamento dos estudos da pré-história africana seria necessário para preencher lacunas de conhecimento acerca da humanidade e esclarecer especificidades ainda não estudadas, como no caso dos dois artefactos líticos que descreve, cuja morfologia encontrava-se, segundo o autor, ausente do *Album préhistórico* de Gabriel de Mortillet (1821-1898).

Quanto ao segundo ponto, a visão universalista e evolucionista do conhecimento da humanidade, fica claro que Severo compartilhava da ideia de que o estudo pré-histórico dos povos conduziria a alguma forma de periodização das etapas de desenvolvimento humano que se caracterizariam pelo uso de matérias-primas e tecnologias específicas (Severo, 1890: 3). Também tende a enfatizar a semelhança entre a pré-história europeia e a africana como forma de justificar certo poligenismo cultural, em consonância com sua concepção evolucionista da humanidade (Severo, 1890: 7-8).

Já o texto de Félix Alves Pereira (? – 1915), publicado em 1908, é ainda mais sucinto que o de Severo. Trata-se de uma descrição de uma página apenas, publicada em *O Archeologo Português*, acerca de uma nota publicada em 1905, na revista *Anthropologia*, cujo título original seria “*Nota acerca de um jazigo de labradorites lascadas, encontrada pelo Dr. Maclaud na confluencia de Féfiné e do rio Grande (Guiné Portuguesa)*” de autoria do Dr. E. P. Hamy.

É um texto interessante por constar de uma revista ainda hoje com grande prestígio nacional. Entretanto, não apresenta grande inovação em relação ao estado das investigações ultramarinas. Trata-se de uma notícia esparsa sem maiores desenvolvimentos, e dedicada à descrição dos artefactos em si.

Traz, apesar disso, uma interessante explanação do autor acerca das relações entre esses objectos e os povos que deles se serviram, bem como de seus descendentes:

“Não é em regiões de selvagens o primeiro achado de instrumentos analogos aos das épocas prehistoricas. Por onde parece que não se podem classificar de selvagens os nossos antepassados neolithicos pelo menos, só porque se serviram de utensilios de pedra; seria uma civilização relativa, talvez menos rude que a dos negros actuaes. Estes dos nossos dias conhecem o ferro e não deixam de ser selvagens. Houve civilizações do bronze brilhantíssimas” (Pereira, 1908:5).

Tal consideração parece fazer crer que Alves Pereira estivesse tratando de certa degeneração da cultura indígena, tão ao gosto da Arqueologia Imperial do século XIX e inícios do século XX (Trigger, 2004: 107-144). Mas isso não o impede de considerar valiosa a investigação colonial e de valorizar o escasso trabalho feito até então nesse campo.

Se ele começa o seu texto a afirmar que a nota que se seguia seria de importância, uma vez que tratava de descobertas pré-históricas de uma colônia portuguesa, o autor terminará sua exposição fazendo conhecer um pequeno artefacto de pedra polida oriundo também da Guiné, mais especificamente do arquipélago de Bidajós, e parte do espólio do Museu Ethnológico Português. Seria um raspador, encontrado em 1882, enterrado a pouca profundidade numa rua na vila de Bolama.

Menos que o valor dos artefactos em si, o que parece transparecer nesses textos é um interesse nascente no tema das investigações ultramarinas e a percepção de que, mesmo que esparsamente, alguns cuidados com a recolha e descrição de artefactos arqueológicos já se desenvolviam antes da consolidação do projecto das Missões Antropológicas que iria ocorrer logo nas primeiras décadas do século XX.

Essa mesma consciência subjaz o artigo de Leite de Vasconcellos, publicado em 1913, portanto, 23 anos depois do texto de Ricardo Severo. Nele o autor preocupa-se em descrever alguns artefactos líticos depositados no Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Lisboa dos quais toma conhecimento através de Paul Choffat (1849-1919). Tratam-se de objectos colectados em diferentes contextos tanto na África Ocidental quanto Oriental. Um deles, um raspador de sílex encontrado em Huíla, já havia sido descrito por Choffat nas *Comunicações* da Direcção dos Serviços Geológicos de Portugal, em seu volume IV (1900-1901), segundo alerta Vasconcellos. Outros já publicados, segundo informações também do próprio autor, seriam dois instrumentos de sílex encontrados em Ontongontongo e publicados no mesmo volume das *Comunicações* por Nery Delgado.

Além dessas referências feitas a publicações referentes aos objectos que descreve no artigo, Vasconcellos faz menção aos textos de Ricardo Severo e de Félix Alves Pereira, talvez como uma prova das poucas referências disponíveis até então sobre o assunto. Fala também acerca de um texto de Gomes Eanes de Azurara (1410-1474) no qual este descreve como certa população das Canárias usava instrumentos de pedra em suas actividades quotidianas. Termina a alertar que tanto o Museu Etnológico quanto o da Academia das Ciências de Lisboa dispunham em seus acervos de machados de povos indígenas, com cabos de madeira e lâminas de pedra e completa: *“Êles dão idea perfeita do modo como se empregavam os instrumentos neolíticos que*

em tamanha quantidade aparecem nas estações arqueológicas e nos campos”
(Vasconcellos, 1913: 177).

Mais uma vez parece evidente que a preocupação com o estudo arqueológico dos territórios ultramarinos não passava ao largo das preocupações desses investigadores. Alguma produção, ainda que esparsa, fazia-se sentir no decorrer dos anos, e vários museus acumulavam algum tipo de artefactos provenientes desses territórios. Mas também parece evidente que a ausência de um projecto de investigação especialmente voltado para o tema tornava as investigações coloniais um campo esporádico nas carreiras desses arqueólogos.

Será uma conjuntura de factores políticos, sobretudo o particular interesse do Estado Novo nos territórios ultramarinos, e a dedicação de Mendes Correia e alguns de seus seguidores, entre eles Santos Júnior, o que transformará o projecto de investigação científica social nos territórios ultramarinos uma realidade. O projecto irá tomando contornos próprios a partir da actuação de cada um dos chefes responsáveis pelas Missões, como no caso da obra de António de Almeida em Angola e Timor, mas será sem dúvida devedora do discurso produzido por Mendes Correia no início do século XX.

Se Correia sente-se de certa forma herdeiro do trabalho iniciado por Fonseca Cardoso, e antes dele, por todos os envolvidos na consolidação da obra ultramarina, e faz do argumento histórico um tema usual de seus textos, também trará à discussão novos propósitos para o desenvolvimento das Missões Antropológicas. Para ele a colonização científica tinha motivos práticos e não somente teóricos e deveria servir igualmente ao desenvolvimento da própria Ciência e do país.

Nesse intuito, a realização da Primeira Exposição Colonial Portuguesa e do Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial, ambos realizados concomitantemente em 1934, significam a consolidação de um projecto que terá seu ponto culminante na realização da primeira Missão Antropológica a Moçambique, dois anos depois.

Dois discursos, um produzido por Henrique Galvão (1895-1970), a propósito da apresentação do relatório e contas da Exposição Colonial (Galvão, 1935), e um segundo, de Mendes Correia realizado na inauguração do Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Correia, 1934), são bastante esclarecedores no que tange aos objectivos político-científicos da investigação ultramarina portuguesa.

No primeiro caso, trata-se da visão do organizador da Exposição, que viria posteriormente a tornar-se um ferrenho opositor do Regime. Nele faz questão de expor sua opinião e a de outros participantes acerca do evento bem como a sua importância para o momento político do país. No segundo caso, figura a palavra de Mendes Correia em tom bastante nacionalista e celebrativo, enumerando a importância da Antropologia Colonial para o desenvolvimento da própria ciência e da Nação.

Os dois textos têm muito em comum, e juntos sintetizam uma espécie de quadro ilustrativo da importância que a ciência colonial, e em especial as ciências sociais, virão a tomar dentro da sociedade académica e dos objectivos políticos do Estado de então. Tais pontos virão a se efectivar muito mais claramente no desenvolvimento dos projectos e dos relatórios das Missões Antropológicas, como se verá adiante, mas já aqui apresentam alguns fortes argumentos que acompanharão as Missões no decorrer de seu desenvolvimento.

No caso do texto de Henrique Galvão, a importância dos territórios coloniais para o Estado Novo, a utilização desses como um símbolo da grandeza da Nação portuguesa e de seu povo serão, ambos, um ponto de grande importância no seu discurso. Acerca da realização da Exposição Colonial ele diz:

A Exposição Colonial, conforme as directrizes de V. Ex^a, pretendeu ser essencialmente uma obra profunda de cultura e propaganda das cousas coloniais – que o mesmo é dizer de reintegração deste povo, secularmente colonizador, nos verdadeiros ideais da sua Pátria.

Foi, por consequência, o acontecimento duma Política que o Governo português veio, com princípio em 1926, mas, sobretudo, depois de 1928, desenvolvendo laboriosamente, e que assenta sólidamente em três realizações fundamentais: Ordem Política e Social, Ordem Económica e Financeira e Ordem Colonial (Galvão, 1935: 8).

Nota-se que a associação entre cultura colonial e os ideais intrínsecos do povo português, desses princípios com um tipo de política e de governo gravados em letras maiúsculas e, portanto, de grande importância e personalidade e, finalmente, a classificação da “Ordem Colonial” como um dos pilares centrais dessa mesma política tornam o conhecimento das colônias, a história da Nação e a política vigente como uma só substância.

Essa substância, que se materializa numa missão, não só em relação às colônias, mas ao mundo como um todo, tem sido, em sua opinião, posta em cheque por Nações que insistem em ignorar a primazia portuguesa ao mesmo tempo em que o país mesmo se esquecia de sua Missão:

Nesses cem anos, enquanto nós abandonávamos praticamente uma missão mundial, em matéria de civilização e expansão ultramarina – missão que se vinha a cumprir a séculos – a Europa organizava e agitava, quantas vezes à nossa custa, as suas idéias coloniais, e pretendia formar os seus impérios (...).

E nós, que adormecemos, nem sequer fomos dizer à Europa que esse espírito moderno já era antigo de 500 anos entre nós (Galvão, 1935: 10).

Assim, o Estado Novo seria, ao mesmo tempo, um despertar para a missão colonizadora portuguesa, uma conciliação com o seu passado pioneiro e grandioso, mas também um projecto para o presente e para o futuro, o de mostrar à Europa a nobreza do país, sua obra, seu destino. Mas também o era para o próprio povo português, que deveria melhor conhecer suas colônias para melhor amá-las:

Partindo do princípio de que não podem amar-se perduravelmente as colônias sem previamente se conhecerem, e que não é possível conhecê-las por meio de simples palavras, embora repassadas de entusiasmo de verdade, nem através duma catequese sentimental – procurou ardentemente apresentar expressões concretas e claras, simples e eloqüentes, não só de ordem moral, política e espiritual, mas também de ordem económica (Galvão, 1935: 14).

Finalmente, a tríade Missão Civilizadora, Política Estatal e Ciência Colonial se fazem completas, no intuito de levar ao próprio povo português o conhecimento de seus territórios ultramarinos. Mas não um conhecimento de relatos esparsos como até então se fazia, mas aquele que materializa as colônias diante da Nação em todos os seus amplos aspectos. E como a secção oficial do Congresso contasse com uma subdivisão para a História “(...) da actividade descobridora e colonizadora dos portugueses de

1415” (Galvão, 1935: 24), e outra para a Representação Etnográfica das colônias, com a exposição de nativos “(...) que foram alojados em aldeias ou habitações típicas, continuando na Exposição a sua vida, usos e costumes coloniais” (Galvão, 1935: 24), é possível compreender a importância das ciências sociais e humanas nesse projecto.

Mendes Correia, por sua vez, também não ficará indiferente diante dessa tríade que impulsionava esforços para os territórios ultramarinos. Nem tampouco ignorará a decorrência da Exposição Colonial, enfatizando a miríade de sentimentos que despertava a concomitância desta com o Congresso Nacional de Antropologia Colonial:

“(...) neste dia em que se inaugura, ao lado duma grandiosa Exposição Colonial Portuguesa, uma assembléa científica que se vai ocupar das populações das nossas colônias. Com admiração e reconhecimento apenas? Não: também com orgulho, com legítimo orgulho, porque, se é certo que a ciência não tem pátria, nós temo-la, e esses homens eram portugueses como nós somos” (Correia, 1934:4).

Este trecho é o culminar de um longo parágrafo de exaltação a figuras que, segundo o autor, contribuíram no passado para o nascimento das ciências sociais e humanas ultramarinas, dentre elas citados os nomes de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), Duarte Pacheco (1460-1533) e José de Anchieta (1534-1597). À exaltação do pioneirismo científico de Portugal segue-se, então, uma evidente demonstração do sentido nacionalista acerca de um legado que teria prosseguimento no presente. A missão histórica portuguesa, novamente alinha-se ao lado do presente político do país. A ciência aparece nesse quadro de maneira particularmente curiosa. Apesar de admitir certo grau de neutralidade e universalismo nesse campo, uma vez que a ciência, para

ele, não possuiria pátria, o sentimento patriótico que desperta a nacionalidade de seus actores, torna-se, entretanto, motivo de orgulho, admiração e reconhecimento por parte de seus congêneres. Em outras palavras, se a ciência se resguarda num certo campo de autonomia, sua produção não está, entretanto, de todo separada dos interesses nacionalistas que a contextualiza.

Também a ameaça externa ao legado português no mundo e a reacção necessária a esse perigo são lembrados por Correia em seu discurso:

“(...) vagueamos por longos anos nas incertezas duma política romântica, que só com as conferências de Bruxelas e de Berlim começa a abrir os olhos, enquanto os Serpa Pinto, os Capelo, os Ivens, os Dias de Carvalho, os Silva Pôrto, procuram em África garantir prioridades que vinham já dos Duarte Lopes e dos outros pioneiros dos velhos tempos. Mas, reatando embora a tradição gloriosa, nem porisso esses homens alcançaram evitar que a sofreguidão de oiro e as modernas ambições imperialistas nos arranquem países imensos que eram bem nossos, pedaços frementes da nossa carne e do nosso sangue. Hipocritamente, Livingstone, ‘descobrimo’, como Stanley e como Speake, terras que já portugueses haviam pisado, escrevia que os portugueses com que nelas ia deparando, tinham escurecido tanto que se não distinguiam dos pretos...” (Correia, 1934: 6).

Já neste parágrafo, o mote central é a perda dos territórios conquistados por Portugal ao longo dos séculos. Segue-se uma breve história da perda do Império das Índias e do Brasil para fixar finalmente o olhar sobre África. Aqui, novamente, a exaltação de importantes e anônimas figuras da aventura gloriosa de Portugal sobre o mundo aparece demarcada no plural de nomes conhecidos da história ultramarina do país. Também a própria história-missão da Nação na tarefa de descobrir e incorporar

novas terras e a nobreza não-económica desse projecto aparecem lembrados no discurso, em contraste com a vil acção daqueles que não são capazes de distinguir o pioneirismo histórico dos portugueses na pele dos que habitam os territórios injustamente tomados. Novamente, a conciliação com o passado glorioso da Nação parece fazer-se através do abandono das políticas românticas do passado, ou seja, da acção do Estado no presente em consonância com o trabalho de novos interessados no conhecimento e ocupação efectiva dos territórios ultramarinos.

A ocupação científica das colónias passa, assim, a assumir um papel preponderante tanto para o passado, quanto para o presente do país. E, novamente, a preocupação com a importância desses territórios para a comunidade nacional se faz perceber:

“As nossas Universidades e escolas vivem geralmente num mundo abstracto em que parecem ignoradas as colónias, a não ser por vezes ao comentarem-se literariamente algumas estrofes dos Lusíadas ou quando se entra em conta com alguns pobres mapas, suspensos das paredes e mais visitados pelas moscas indiscretas do que pelos olhares verdadeiramente interessados da mocidade dum país dotado duma consciência imperial” (Correia, 1934:8).

Nota-se aqui que a valoração das colónias passa primeiro por um afastamento do mundo abstracto das Universidades e escolas e depois pela criação de uma verdadeira consciência imperial entre os mais jovens. Trata-se de ultrapassar a visão das colónias como simples apêndices do país e de despertar no povo português sua Missão colonizadora, que, de mais, produziria bons frutos inclusive entre os indígenas:

“Não é apenas a multidão dos analfabetos que se desinteressa de tudo o mais que não seja a sua profissão (entendida no aspecto penoso e restrito) ou as distrações vulgares. A nossa gente culta tem também, em geral, os mais limitados interesses intelectuais. Evitemos que a nossa acção educativa intensifique até nos indígenas das colónias os nossos defeitos, adicionando-os lamentavelmente aos que eles próprios já possuem” (Correia, 1934:8-9).

Finalmente, o papel da Ciência é revelado. Ela tem a função de iniciar uma nova acção educativa na sociedade portuguesa, de trazer o interesse das colónias, como um interesse pela própria vida, ao seio do país. Mas não se trata somente de reeducar a população metropolitana. É preciso pensar no país na sua variedade cultural e racial, é preciso também voltar-se para a reeducação dos indígenas ultramarinos. Novamente a Missão Civilizadora entrelaça-se com a colonização científica e esta, por conta de sua própria contemporaneidade, só poderá ser pensada a partir do novo regime político.

Mesmo no contexto da reforma da Junta em 1945, já em um período em que as Missões Antropológicas eram uma realidade no projecto ultramarino do governo, Mendes Correia, num artigo intitulado “Missões Antropológicas às Colónias”, volta a reforçar seu discurso acerca da importância político-científica das investigações científico-sociais em contexto colonial:

“Entre as disciplinas que nos últimos anos têm sido estudadas com uma certa intensidade entre nós, no domínio das pesquisas respeitantes às colónias portuguesas, figuram a Antropologia física, a Prehistória e a Etnografia, havendo já alguns trabalhos publicados em tais matérias. Nem sempre tem sido reconhecido o interesse científico e nacional dessas disciplinas, devendo no entanto acentuar-se que é velha e honrosa tradição lusitana a nos interessarmos pelas populações indígenas” (Correia, 1945a:5).

Neste novo contexto, no qual as Missões já se encontravam em desenvolvimento, o desinteresse aparente pelas pesquisas em ciências sociais no ultramar deveria ser novamente combatido pelo retornar à Missão Histórica portuguesa, não só em relação aos territórios coloniais enquanto posse territorial, mas, sobretudo, aos seus Nativos, por quem a Nação havia tradicionalmente desenvolvido interesse. Mas, para além da relação indissociável entre colonização científica e missão civilizatória, também o papel do Estado aparece novamente intrincado nas teias de construção desses conhecimentos:

“Enfim o estudo científico da população das nossas colônias sob os mais variados aspectos não é menos importante e imprescindível do que o das maiores riquezas do subsolo ou do revestimento vegetal daqueles territórios. Pelo contrário, é mais urgente e mais imperioso do que qualquer outro, pois, se apresenta incontestável interesse económico e nacional, a par do seu interesse científico, não possui menor valor nos pontos de vista político e humanitário”
(Correia, 1945a: 9)

Uma vez mais vemos ser possível identificar a tríade de princípios que moviam a ocupação científica social ultramarina. Não só a investigação do elemento humano colonial se fazia importante por razões científicas, mas também se apresentava como objecto de interesse económico e nacional. Além disso, não se deveria esquecer as razões humanitárias que circunscreviam essa empresa, razões que voltavam a apontar para a missão civilizatória do país junto dos seus nativos.

No decorrer do desenvolvimento das missões, novos objectivos haverão de ser incorporados a esses, razões de ordem internacional, pessoal e mesmo um amplo leque

de interesses nacionais virão a ser percebidos nos projectos e na produção científica desses empreendimentos investigativos ultramarinos, como se virá a verificar no decorrer da análise de sua produção.

Entretanto, se as teias tornam-se cada vez mais intrincadas e complexas, se esses discursos científicos ampliam-se de forma a abarcar novos agentes, é certo que sua complexidade se verifica desde seu nascimento. Desde as primeiras investigações, por mais limitadas que se fizessem em razão das grandes lacunas de conhecimento, variados interesses e objectivos além de um número significativo de associações políticas, científicas e pessoais, fazem com que o tema não só permaneça lembrado, mas também permite que este passe a ocupar lugares de maior visibilidade no decorrer da primeira metade do século XX.

CAPÍTULO V

Discussões: Nas Teias da Produção Científica Ultramarina.

A Arqueologia e seus Múltiplos Actores

Pensar na consolidação da Antropologia ou da Arqueologia enquanto ciências modernas é por si só uma tarefa de grande vulto. Uma miríade de actores desfila entre as mais diversas contextualizações teórico-metodológicas e as realidades sócio-políticas que estiveram na origem dos discursos oficiais sobre esses campos científicos.

E certamente aquilo que se escolhe relatar dessa história é sempre uma ínfima parcela de sua complexidade, um panorama parcial e congelado de sua existência rica e dinâmica. Mas é aquilo que a metalinguagem científica permite que se diga sobre a própria ciência, dela já expurgados todos os seus elementos impuros ou errôneos (Latour, 1997: 27-28).

Naturalmente, um mergulho numa abordagem etnometodológica do nascimento e consolidação dessas ciências (Latour, 1997: 28) nos levaria a buscar, para além da metalinguagem científica, os actores em suas práticas e produções discursivas, em meio à desordem, ao erro, aos acordos, aos desentendimentos que perfazem a construção do facto científico.

Quando, por sua vez estamos a tratar das Ciências Sociais produzidas em contexto colonial, ou em contexto ditatorial, estamos automaticamente a introduzir na equação um elemento que nos lança para fora do universo da epistemologia ou da filosofia da ciência a fim de incorporar actores claramente relacionados ao universo político e social de um determinado lugar e período histórico. Estamos a admitir que o mundo da antropologia, da sociologia e da história seja convidado a participar,

juntamente com o da política estatal, da definição de uma determinada produção científica.

Se isso, por um lado, rompe logo à partida o universo circunscrito da metalinguagem científica conhecida e nos convida a buscar novas abordagens, por outro, impõe, também à partida, uma grande complexidade ao objecto de estudo. Falar de uma Ciência Colonial, ou de uma Ciência Ditatorial, se nos é permitido imputar mais termos ao enredo dessa metalinguagem oficial, é falar necessariamente de um fazer científico intrinsecamente relacionado a um contexto político-social de dimensão estatal. É relacionar essa produção científica a contornos que extravasam a busca por melhores metodologias ou novas teorizações de um determinado campo do conhecimento para absorver interesses, discursos, e visões de mundo que à partida poder-se-ia pensar incompatíveis com os princípios de neutralidade ou falsificação, tão gratos à Ciência.

Não que tal complexidade não esteja diariamente em jogo enquanto produz-se ciência nos regimes democráticos modernos ou no interior das mais diversas Universidades e centros de pesquisa desses países. Mas admiti-lo como conceito definidor do objecto em análise é não poder se furtar à sua acção. E o que se pode perceber na breve análise da relação entre o nascimento da Antropologia e da Arqueologia moderna e os regimes imperialistas e ditatoriais que povoaram a Europa na primeira década do século XX é que esse objecto de análise toma proporções tais que nos lança em um campo cuja complexidade é evidenciada pela quantidade de questionamentos, variáveis e dúvidas que nos surge à medida que nos emaranhamos mais em suas redes produtivas. Pensar na compreensão da produção científica Colonial ou Ditatorial é, sem dúvida, pensar em um tipo de sociologia da ciência que

pressuponha a equidade entre os seus actores constituintes, numa simetria entre natureza e cultura, verdadeiro e falso, política estatal e ciência (Latour, 1997: 25-31).

E quando o objecto de análise é não somente a Ciência Colonial, mas também a Ditatorial, não só a Arqueológica, mas também a Antropológica e todas em um contexto povoado por grandes disputas territoriais, guerras mundiais, nacionalismos e comunidades científicas em construção, a complexidade dessa produção parece claramente evidente. As Missões Antropológicas são concretizadas em pleno Estado Novo, em contexto colonial e num ambiente em que tanto a Antropologia, quanto a Arqueologia consolidavam-se enquanto campos científicos modernos, tanto em Portugal quanto em contexto internacional. Eram também Campanhas científicas em que a Arqueologia aparece em contexto secundário, nas quais o conhecimento dos indígenas contemporâneos, sua classificação, o estudo de suas capacidades físicas e psicológicas se fazia prioritário sobre a investigação de seu passado pré-histórico, ou nas quais este aparece como um apêndice, um aprofundador do conhecimento e classificação desses nativos.

É um objecto de Estudo pleno de particularismos e secundarismos que tornam cada vez mais complexas as redes de sua produção. Em primeiro lugar, é protagonizado por um país periférico em contexto europeu (Santos, 2002: 23-85), para o qual as colônias representam a lembrança de seu passado de pioneirismo nas grandes navegações modernas (Ribeiro, 2004: 51). Este é também um país, que, em função das ideologias implementadas pelo Estado Novo, prolonga a posse de seus territórios ultramarinos, muito para além daquilo que o momento histórico mundial podia julgar coerente.

Essas Missões são, assim, o resultado da conciliação entre a Missão Civilizadora do povo português, consequência de sua própria história de país colonizador e pioneiro das grandes navegações modernas, com as promessas do regime político do presente, no sentido de devolver o país a sua grandiosidade e a sua essência, de garantir, a partir da posse definitiva e da colonização científica dos territórios ultramarinos, o lugar de primazia que era devido ao país.

Nesse contexto, entretanto, as pesquisas em Ciências Sociais são secundárias em relação às que possibilitavam conhecimento e posse das colônias enquanto extensões territoriais da Nação. Este último campo de pesquisa, antecedendo a ascensão do Estado Novo, manterá papel de destaque durante o regime ditatorial. Mas, para a nova política governamental, a figura do nativo no seio da Nação passa a ganhar particular importância. O Acto Colonial celebra este novo momento de um país que tenta convencer o mundo de que Portugal era uno em sua multiplicidade cultural e território fragmentado, ao mesmo tempo em que procura manter as hierarquias e poderes sob controle, em território nacional.

Entretanto, se essa frente de defesa do governo ditatorial será promissora para a Antropologia Colonial, o mesmo não se dará com a Arqueologia. Esse campo científico não será utilizado pelo governo da mesma forma que se viu acontecer nos governos Nazi-Fascistas da Alemanha e da Itália durante o mesmo período.

Para o governo Salazarista, são os territórios ultramarinos juntamente com um ideal de reaportuguesamento do país (Gomes, 2006-2007: 197), que significa novamente um retorno aos tempos áureos dos descobrimentos, que constituirão os pilares do regime. Por um lado, esse reaportuguesamento era representado por um retorno à vida rural, a um estilo de vida caracterizado pela simplicidade, pela vida em

comunidade, pela importância do trabalho, da família, dos ideais patrióticos e religiosos. Por outro lado, a importância dos territórios ultramarinos andava em conjunto com a exaltação dos Grandes Descobrimentos, de forma que, nenhum tempo anterior ou posterior a esse, que representasse uma queda na grandiosidade do país, deveria ser lembrado (Gomes, 2006-2007: 205-208). Nos dois casos, o papel da Arqueologia parece secundário ou perigoso, de forma que, apesar da importância que as colónias tomam no regime, o projecto de investigação em ciências sociais terá a Arqueologia como conteúdo de menor importância no propósito de conhecer os indígenas do ultramar.

Mas, por outro lado, o projecto das Missões Antropológicas não deve ser entendido como fruto exclusivo da vontade política do governo ditatorial. Ele é também, naturalmente, o fruto dos interesses e propósitos de um determinado grupo de cientistas que, tendo em disponibilidade uma determinada rede de actores, vê nas pesquisas ultramarinas um meio de concretizar determinados objectivos científicos. Naturalmente também, a sua posição enquanto produtor de discursos científicos dentro da comunidade nacional e internacional proporcionará a manutenção e a melhoria das suas próprias carreiras profissionais e lhe concederá certo prestígio social.

No caso específico de Mendes Correia, é de se notar, por exemplo, que o discurso de exaltação da obra de Fonseca Cardoso como pioneiro das investigações científicas sociais ultramarinas, discurso que no seu desenvolvimento dará a Correia um papel de destaque no cenário político-científico nacional do período, começará a partir de uma amizade. Correia não foi contemporâneo de Fonseca Cardoso. No entanto, o era de um de seus filhos, Armando da Fonseca Cardoso. E será através dele que virá a tomar conhecimento do espólio do falecido capitão, o que o levará a conseguir, junto da família a doação do material ao Museu e Laboratório de Antropologia da Universidade do Porto, do qual já era director (Roque, 2001: 272).

Esta será somente uma das múltiplas redes estabelecidas no decorrer desse projecto científico, mas serve como ilustração do grau de complexidade que circunda a ciência produzida pelas Missões. Ditadura, colonialismo, consolidação de campos científicos, esforço estatal, amizades pessoais. Estes e incontáveis outros agentes contribuirão para que presenças e lacunas se constituam na matéria final desses discursos.

O que ocorre em panorama internacional, no que tange ao nascimento da Antropologia e da Arqueologia enquanto ciências modernas, os conflitos teórico-metodológicos que se travam dentro desses campos, em fins do século XIX e início do século XX, não estarão, assim, ausentes do que se discutia também em cenário português. Nem a história das instituições particulares e estatais dedicadas à investigação ultramarina portuguesa estará indiferente aos conflitos e às necessidades político-científicas que se estabeleciam no contexto da era do colonialismo moderno europeu. E tampouco, estará a trajetória histórica das Missões Antropológicas ausente de todos esses agentes e de tantos outros, relacionados aos particularismos de cada pesquisador, instituição de pesquisa ou cenário de estudo.

De facto, o que começa a delinear-se no estudo dessas Missões é um quadro de complexidade na construção desse produto científico, que irá acrescentando cada vez maior número de agentes, a fim de compreendermos de que forma a ciência produzida constituiu-se como tal, em suas especificidades, em suas abordagens científicas e em suas redes de cooperação que possibilitaram que esta pudesse, de alguma forma, estabelecer-se e propagar-se até os nossos dias.

PARTE II

DECOMPONDO AS REDES QUE COMPÕEM

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA:

O LUGAR DA ARQUEOLOGIA NAS

MISSÕES ANTROPOLÓGICAS

*Ess vida sabe qu'nhôs ta vivê
Parodia dia e note manchê
Sem maca ma cu sabura
Angola Angola
Oi qu'povo sabe
Ami nhos ca ta matá-me
'M bem cu hora pa'me ba nha caminho
Ess convivência dess nhôs vivência
Paciência dum consequência
Resistência dum extravagância*

(Angola, Cesária Évora)

Das Controvérsias aos Aliados e Vice-Versa:

As Muitas Camadas dos Textos Científicos

A Arqueologia das Missões Antropológicas está intrinsecamente associada aos debates científicos e sociais de fins do século XIX e início do século XX em contexto mundial e, ao mesmo tempo, não pode ser isolada da política colonialista e do regime ditatorial de inspiração fascista que governava Portugal no período. Nesse sentido, seu surgimento encontra-se relacionado à tríade Missão Civilizadora, Política Estatal e Ciência Colonial, que irá povoar o universo ideológico do governo Salazarista e estará na base da criação das Missões, na década de 30 do século XX.

Por outro lado, sua permanência nesse projecto científico extravasará o escopo legal que regulamenta as Missões, devendo ser entendida nas complexidades de interesses que ajudaram a moldar esses empreendimentos. Novamente aqui, uma miríade de elementos vem constituir as teias dessa produção científica exigindo que o olhar do observador seja desviado das discussões especificamente teórico-metodológicas do campo científico para outros contextos que possibilitaram ou restringiram a constituição final desses discursos.

Entretanto, a tarefa de analisar as características propriamente científicas dessa produção arqueológica não deverá prescindir do mesmo grau de complexidade. De facto, se a ciência acabada, nada mais é que um texto em camadas, que a junção de muitos aliados no dirimir de uma série de incertezas e controvérsias, o retorno às suas condições de produção nos irá impelir a mergulhar em um mundo de inúmeras possibilidades, escolhas e acordos (Latour, 2000: 53-81).

Dessa forma, o presente capítulo procurará investigar os caminhos percorridos pelos cientistas responsáveis pelas Missões Antropológicas e por outros importantes aliados, na construção do projecto científico arqueológico colonial que resulta do desenvolvimento dessas Missões.

Em primeiro lugar, procurará perceber de que forma a investigação arqueológica emerge em meio ao projecto estatal das Missões Antropológicas, procurando ressaltar os principais objectivos oficiais desses empreendimentos, as razões pelas quais a Arqueologia pode ou não ser valorizada em cada projecto e em diferentes momentos históricos, bem como a forma como aparecerá na produção científica desses empreendimentos.

A seguir, procurará caracterizar a ciência arqueológica produzida nas missões. O enfoque de tal análise será o qualitativo e recairá, sobretudo, sobre a produção arqueológica das Missões protagonizadas por Santos Júnior e António de Almeida. Terá em atenção a biografia dos chefes das Missões, as trajectórias de cada campanha desenvolvida, o trabalho de campo efectuado e um espectro das publicações resultantes desses projectos científicos, uma vez que será este o produto que retornará ao circuito de aliados e contestadores que estarão no contexto que circunscreve sua própria produção, ou seja, as comunidades científicas arqueológicas em nível nacional e internacional.

Assim, será possível interconectar à complexidade de agentes que compõem as redes de produção da ciência arqueológica no contexto das Missões, os legais, os pessoais e os propriamente científicos, ou seja, os concernentes ao campo teórico-metodológico da disciplina. Sem dúvida, a análise desta produção científica sob tais pontos de vista torna-se crucial na compreensão da composição desses discursos, desde

os interesses e objectivos que permitiram o seu desenvolvimento, até a forma como tais projectos ganham corpo, em suas especificidades, tanto na trajectória académica de cada pesquisador e no tipo de trabalho de pesquisa efectuado, quanto nos textos científicos que lhe sucedem, permitindo determinado grau de visibilidade no interior das comunidades científicas para as quais foram desenvolvidos.

CAPÍTULO VI

A Arqueologia no Contexto da Missão Antropológica de Moçambique: os Primeiros Projectos

A terceira década do século XX inaugura, em Portugal, a produção de um vasto discurso relacionado à importância de efectivar investigações científicas antropológicas nas colónias ultramarinas.

Dando prosseguimento a um projecto que, desde o terceiro quartel do século XIX, vinha tomando espaço nas estratégias políticas governamentais, as ciências sociais passam a adquirir importância no projecto de ocupação científica do ultramar português, anteriormente protagonizado pela demarcação e conhecimento dos territórios e de suas riquezas materiais.

Nesse contexto, a Universidade do Porto protagoniza um papel importante, em especial através de Mendes Correia, fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (Correia, 1941a:15-18)

Já no início da década de 30, o Instituto de Antropologia dessa Universidade envia material, fruto de pesquisas realizadas nos territórios Ultramarinos, para as Exposições Coloniais de Antuérpia (1930) e Paris (1931), para a primeira Exposição Colonial portuguesa, realizada no Porto em 1934 e para a Exposição do Mundo Português, esta ocorrida em Lisboa em 1940. Durante a decorrência da Exposição de 1934 participa ainda do Congresso Nacional de Antropologia Colonial, que teve como fruto dois volumes publicados (Correia, 1945a: 3-7).

Como consequência do desenvolvimento desses esforços foi criada a primeira das Missões Antropológicas, com o objectivo de investigar a colónia de Moçambique. Criada em 28 de Julho de 1936 pelo Decreto-lei 26.842 em agregação à Missão Geográfica enviada a essa colónia, a Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique deveria ser inicialmente chefiada por Mendes Correia (Santos Júnior, 1938:3). Como não pudesse aceitar o convite, indicou como chefe o Professor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990), também colaborador do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

No referido Decreto-lei os objectivos dessa missão científica deixavam já ver claramente a importância dada à Arqueologia:

Artigo 1º. É o governo, pelo Ministro das Colónias, autorizado a mandar agregar à Missão Geográfica de Moçambique um técnico de competência reconhecida para proceder a estudos antropológicos e arqueológicos nas regiões em que actualmente trabalha aquela Missão (Portugal, 1936).

A posição de destaque da Arqueologia no projecto inicial dos estudos científicos sociais dos territórios ultramarinos, lado a lado com a Antropologia, parece constituir um ponto importante para a percepção da importância e dos objectivos desse projecto. Tal posicionamento denota uma concepção da Missão na qual o termo Antropologia toma um sentido amplo que abarca vários campos do conhecimento humano como a Arqueologia e a Antropobiologia. Demonstra ainda que, no âmbito desse projecto de conhecimento, a Arqueologia toma um papel crucial, explicitamente demarcado, que necessita ser decodificado.

Em texto publicado por Mendes Correia nesse mesmo ano e cuja pretensão seria a de elaborar um plano de estudos no âmbito da Arqueologia para Moçambique, o estabelecimento desse projecto científico justifica-se pelo próprio atraso científico que Portugal apresentava em relação aos seus vizinhos colonialistas, no que tange ao conhecimento dos territórios africanos e de sua gente. Além disso, esse atraso é também encarado como uma situação perigosa devido ao risco de ver-se esse conhecimento cair em mãos estrangeiras.

Por outro lado, razões menos voltadas para as relações internacionais também são apontadas, como o respeito aos antepassados que, de forma pioneira, iniciaram estudos nesse território ou os próprios interesses materiais do Estado na colónia (Correia, 1936: 28).

No contexto desse último ponto, a Arqueologia seria defendida como um campo de estudo que não poderia ser classificado como especulativo, mas sim como um meio para conhecer as possibilidades dos povos através do seu passado e das suas origens. Nessa medida, aconselharia que investigações fossem feitas em diversos campos como as culturas líticas, estações de arte rupestre, explorações de ruínas e investigação de tradições etno-arqueológicas (Correia, 1936: 29).

De facto, o relatório da primeira missão, que, embora realizada em 1936, viu a publicação de seus resultados efectivada somente dois anos depois, traz inúmeros relatos acerca de investigações arqueológicas.

O próprio plano da Missão já incluía explicitamente importantes partes dedicadas à investigação nesse campo científico. Dividido em duas partes, comportava, na primeira delas, a visita a museus e centros universitários ao lado de outras a sítios de arte rupestre da União Sul-Africana e da Rodésia e ao sítio de Zimbabué. Na sua

segunda parte, a Missão propunha-se a colher dados científicos em Antropologia, Arqueologia e Etnografia dentro do território de Moçambique (Santos Júnior, 1938:4).

A primeira parte da Missão incluiu a visita ao Museu do Cabo e, na mesma cidade, à secção de Anatomia da Faculdade de Medicina, além de um sítio de pinturas rupestres em *Witzembergen*, este último acompanhado pelo cônsul português. Em *Johannesburg*, destacou-se a visita à secção de Arqueologia dirigida pelo professor Clarence Van Riet Lowe (1894-1956) que ofereceu ao museu antropológico do Porto um *coup-de-poing* atribuído à “*cultura lítica sul-africana de Stellenbosch de Vaal River*”. Também se destaca uma longa conversa com o Professor Raymond Dart (1893-1988), com quem Santos Júnior esteve a trabalhar durante alguns dias.

No caminho para Pretoria, o chefe da missão teria visitado as cavernas de *Sterkfontein*, onde fora encontrado um fóssil humano *Australopithecus*, acompanhado, dessa vez, pelo vice-consul. Já naquela cidade, Santos Júnior teria visitado ainda um museu, do qual destacou a colecção de gravuras rupestres sobre rocha basáltica.

Na direcção da Rodésia, teria conhecido mais um museu e sítios arqueológicos com artefactos líticos e com arte rupestre e, prosseguindo a viagem, pode visitar as famosas ruínas de *Zimbabué*. Finalmente, em *Salisbury*, teria dedicado tempo, novamente, à visita de museus e de sítios de arte rupestre (Santos Júnior, 1938:6-38).

Dessa forma, pode-se perceber claramente o forte peso da Arqueologia nos objectivos alcançados na primeira parte dessa Missão, que tinha também claros propósitos de intercâmbio com a produção científica inglesa. A visita a determinados sítios, o estudo de colecções em alguns museus e, sobretudo, o contacto com importantes nomes da Arqueologia do período fazem dessa parte da Missão uma forma

de conhecer o desenvolvimento da ciência colonial inglesa e, ao mesmo tempo, de estabelecer contactos fazendo-se também conhecido.

Na segunda parte da Missão, já em Moçambique, a recolha de dados antropométricos de indígenas locais divide espaço com investigações a sítios arqueológicos adjacentes. Aqui, um fenómeno interessante parece ocorrer. Enquanto o trajecto na busca por colher dados biométricos parece estar, a princípio, traçado, as pesquisas arqueológicas fazem-se, muitas vezes, mediante informações colhidas ou descobertas efectuadas no decorrer da viagem. Outras vezes, mesmo parecendo possuir um conhecimento prévio da existência de determinado sítio, a sua investigação fica condicionada às possibilidades dos próprios percursos.

Este quadro, que será tratado de forma mais detalhada posteriormente, será uma constante, tanto no âmbito desta Missão em particular, quanto das outras que virão a se constituir tendo como objecto de pesquisa outros territórios coloniais. Neste caso específico, ela denota certa contradição entre os objectivos legais do empreendimento científico, que punham a Arqueologia e a Antropologia (ou a Antropometria, mais especificamente) no mesmo patamar de importância. Este é um interessante indício de como, desde o princípio, o papel da produção arqueológica das Missões deve ser entendido para além do conteúdo legal que as regulamenta.

O número e temas das publicações acerca da Missão vêm ainda mais confirmar esse quadro. No rescaldo da primeira campanha são publicados quatro trabalhos, sendo um deles a transcrição de uma conferência acerca dos resultados da Missão, um sobre grupos sanguíneos entre os nativos do *Tete*, outro a respeito de hipofalangia e hexadactilia na Zambésia, e um último intitulado “Contribuição para o estudo da Idade

da Pedra de Moçambique”. São, assim, dois trabalhos especificamente sobre Antropologia e um de Arqueologia (JMGIC, 1952).

Já depois da segunda Missão, decorrida entre Agosto de 1937 e Janeiro de 1938, são publicados 25 trabalhos. Oito deles são relatórios das Missões, com destaque para uma versão em Francês intitulada “*Mission Anthropologique de Mozambique*”, publicada na *Revue Anthropologique*, em 1939.³ Outros oito textos discorrem acerca de temas exclusivamente antropológicos, sendo um sobre tatuagens, outro sobre anomalias de membros na Zambézia, um terceiro acerca dos *Muzimos* e do culto aos mortos, e os outros cinco acerca dos negros de Moçambique e Zambézia, dos Antumbas da Zambézia, de caracteres faciais, da antropologia de Moçambique, e de tatuagem indígenas em *Tete*. Ainda cinco textos discorrem acerca de temas diversos como a epopéia portuguesa em Moçambique, o museu colonial e sobre mamíferos anómalos encontrados em um museu de Lourenço Marques.

Finalmente, quatro textos têm conteúdo arqueológico, sendo um deles acerca de pinturas rupestres no Chifumbázi, outros dois descritos sob o mesmo título “Pré-História de Moçambique”, e há ainda uma tradução desse mesmo trabalho para o inglês, intitulado, “On the Prehistory of Mozambique”, publicado, em 1941, no documentário trimestral *Moçambique*, de Lourenço Marques (JMGIC, 1952).

Apesar do número de textos ser pouco expressivo para estabelecer um quadro estatístico significativo, podemos perceber que tanto na primeira quanto segunda Missão os textos em Antropologia representam o dobro de publicações em relação aos

³Essa referência bibliográfica é assim descrita no documento: MISSION ANTHROPOLOGIQUE DE MOZAMBIQUE – Publ. *Revue Anthropologique*, nº7-9, Juillet-Septembre 1939. Paris, 1939. Resumo de uma conferência feita em Paris no “Institut International d’Anthropologie” em 9 de Novembro de 1939.

arqueológicos, que, para além disso, sofrem de pouca variedade temática em comparação com o primeiro campo teórico. Muito embora a Arqueologia tenha a vantagem de dispor de um texto traduzido para o inglês, o que, sem dúvida, representa maior capacidade de internacionalização do conhecimento, a ambiguidade entre o lugar reservado para esse campo científico nas políticas estatais e a forma como esse conhecimento é efectivamente realizado no âmbito dos interesses próprios da comunidade académica e das disponibilidades do trabalho de campo vai tomando contornos cada vez mais específicos que diferencia e distancia a Arqueologia do papel protagonista da Antropologia no contexto dessas Missões.

CAPÍTULO VII

Novos Planos, Novos Contextos

Em 1940, por indicação da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais é elaborado um plano de estudos antropológicos ultramarinos, assinado por Mendes Correia e que deveria contemplar um período de seis anos de trabalho e visar pesquisas nos campos antropológicos, etnográficos e arqueológicos (Correia, 1941b:1).

O referido plano pretendia contemplar dois enfoques científicos: o da ciência pura, definida como a que pretende prender-se a indagações científicas desinteressadas, e o da ciência aplicada, ou aquela que visaria a melhoria das condições de vida dos indígenas e a sua colaboração com o Império (Correia, 1941b:1).

Nesse contexto, o autor estabelece uma hierarquia de prioridades para as pesquisas, na qual a Antropologia física ocuparia o lugar principal, em virtude de proporcionar a caracterização biológica e a avaliação das capacidades dos indígenas. Logo a seguir, segundo o texto, viriam os estudos antropológicos, que deveriam se prender à averiguação das capacidades psíquicas, dos hábitos, vocações e capacidades dos nativos. Ocupando a próxima posição estaria a etnografia, considerada uma auxiliar dos estudos Antropológicos e Antropobiológicos. Em último lugar viria a Arqueologia, considerada, dessa vez, especulativa, ao contrário do que se verifica no primeiro plano de estudos arqueológicos de Mendes Correia para Moçambique, publicado em 1936. Mas, apesar disso, a esse campo científico é reconhecida certa importância ao lado dos outros anteriormente citados. Em defesa do seu interesse, Mendes Correia traça a seguinte justificativa:

Se é certo que os objectivos imediatos e a utilidade directa das missões a organizar devem ser considerados num critério de benefício e proveito para os indígenas, não deve esquecer-se o mais amplo interesse político e económico nacional dos trabalhos daquelas Missões. A arqueologia em geral, e em especial a pré-história, além de possuírem um interesse erudito, constituem, como base imprescindível para o conhecimento das origens étnicas e da evolução dos povos, um elemento importante da avaliação do papel destes no grémio humano (Correia, 1941b:2).

Assim, a Arqueologia parece perder importância no que tange à intervenção directa sobre os indígenas, mas mantém um interesse propriamente erudito, que provavelmente se relacionaria a discussões em âmbito científico internacional das quais Portugal não queria parecer afastado, como já se fazia sentir no plano de Mendes Correia, de 1936. Além disso, teria um interesse político e económico relacionado à avaliação do potencial das comunidades indígenas a partir da sua origem étnica e do seu processo de evolução.

Ainda nesse mesmo documento, avalia-se também a prioridade de cada colónia no envio de missões antropológicas que as estudem. Muito embora Mendes Correia considere que, em termos científicos, todas necessitem de igual atenção por não possuírem estudos significativos, são novamente os aspectos político e económico que são postos em evidência na escolha. Segundo ele, em termos de “utilidade nacional” deveria dar-se preferência ao estudo de Angola e Moçambique devido ao seu maior potencial de desenvolvimento económico e demográfico (Correia, 1941b:3).

Assim, para o primeiro ano do plano prevê-se a continuação dos trabalhos em Moçambique, enquanto para o segundo opta-se pelo início dos trabalhos em Angola e Guiné. Enquanto o estudo dessa última colónia justifica-se pelo interesse em seu mosaico étnico, a investigação em Angola deveria preconizar os *Boximanes*⁴ por estarem em perigo de extinção devido à sua inferioridade (Correia, 1941b:5).

Para o quarto ano deveria ficar o início das investigações em Timor, que, devido a sua distância impunha alguns obstáculos ao projecto. O estudo das tribos timorenses, entretanto, se justificaria devido a sua importância no esclarecimento da origem do povoamento da Melanésia e Insulíndia e para a crítica à “linha divisória de Wallace”⁵.

Neste contexto, começam a figurar-se alguns pontos cruciais para a compreensão das investigações arqueológicas no contexto das Missões. Estas parecem ocorrer em quatro contextos que interagem, ao mesmo tempo possibilitando sua ocorrência e condicionando sua realização.

O primeiro deles prende-se à necessidade de interacção com o panorama científico internacional. Na justificativa para o desenvolvimento da colonização científica ocorre desde a necessidade de compensar o atraso científico português em relação aos outros países europeus, como se argumenta no plano de 1936, até o propósito de contribuir para o estudo dos *Boximanes* e para a discussão da origem do

⁴ António de Almeida, chefe da Missão Antropológica de Angola define os Bosquímanos (*Boximanes*) como povos que “(...) têm sua filiação nos homens de Grimaldi, negróides descendentes de povo oriundo da Ásia e portadores de cultura de tipo aurinhacense (...)”. Fisionomicamente os descreve como sendo baixos, magros e de pele amarelada, entre outros caracteres (Almeida, 1994: 28).

⁵ A Linha de Wallace é uma fronteira que divide o ecossistema asiático do característico da Oceania. Passa entre as ilhas de Bali e Lonbok, Bornéu e Celebes e entre as Filipinas e as Ilhas Taláud e deve-se a sua existência a um canal profundo presente na região. Seu nome deve-se ao naturalista Alfred Russel Wallace (1823-1913) que explorou a região entre 1854 e 1862. (Van Oosterzee, 1997).

povoamento melanésio, temas que figuravam importantes, sobretudo nas escolas inglesas e francesas. Nesse contexto, o “eruditismo” da Arqueologia parecia interessar politicamente o governo português e os próprios investigadores envolvidos. Ao Estado, interessava manter-se, o máximo possível em pé de igualdade com as outras Nações concorrentes, sobretudo a Inglaterra, enquanto que aos investigadores interessava integrar-se no seio da comunidade científica internacional, da qual dependia, em parte, o sucesso de suas carreiras.

O segundo ponto relaciona-se directamente ao primeiro e diz respeito ao intercâmbio com importantes nomes da Arqueologia nacional e internacional, como podemos notar nos contactos estabelecidos com os professores Dart e Van Riet Lowe na primeira parte da Missão inicial a Moçambique. Esse quadro, que se reproduzirá mais vezes no decorrer das campanhas que se desenvolverão tanto em Moçambique, quanto em outras colónias, condicionará em parte, nesses contextos, a produção científica arqueológica a laços de solidariedade desenvolvidos com alguns investigadores importantes no cenário português ou no estrangeiro.

O terceiro contexto envolve os interesses especificamente nacionais, relacionados à manutenção dos territórios e ao aproveitamento dos seus recursos, nesse caso, humanos. Neste ponto a Arqueologia justifica-se em meio ao projecto das Missões Antropológicas como forma de avaliar o potencial de cada comunidade nativa a partir do conhecimento e avaliação do seu passado. Integrada nesse projecto político estatal deverá cumprir com alguns princípios por ele estabelecidos e dever-lhe determinadas prestações de conta, algumas vezes contornadas em meio aos interstícios dos próprios lugares de poder que as cria e regulamenta, como se verá posteriormente.

Em último lugar, notam-se as próprias contingências do trabalho de campo, que, mediante percursos pensados, na maioria das vezes, visando a recolha de dados antropobiológicos, condicionam as investigações realizadas em tempo e espaço.

Este último ponto relaciona-se directamente com a posição secundária que a Arqueologia vai ocupando no contexto das Missões Antropológicas e que vai se delineando de forma cada vez mais clara no decorrer do desenvolvimento das novas campanhas científicas que se seguem.

Todos esses contextos, que serão tratados detalhadamente na terceira parte deste trabalho, constituem redes essenciais na compreensão das razões pelas quais a Arqueologia, muito embora posta em segundo plano nos novos projectos de desenvolvimento das Missões, continua a fazer parte das pesquisas e das publicações delas decorrentes.

CAPÍTULO VIII

A Arqueologia e as Missões a Partir de 1945

Muito embora o plano elaborado por Mendes Correia para os seis anos seguintes tenha sido enviado à Junta em 1941, as Missões Antropológicas só teriam prosseguimento a partir de 1945, quando a Junta sofre uma importante reforma que a transforma num órgão aberto, com poucos membros fixos, ao mesmo tempo em que esta intensifica e diversifica a promoção de investigações ultramarinas (IICT, 2008: 133-140).

Nesse mesmo ano o Decreto-Lei 34478 dá à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais novos direccionamentos quanto às Missões Antropológicas e Etnológicas:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a, pelo Ministro das Colónias, organizar e enviar às colónias missões antropológicas e etnológicas para o estudo das respectivas populações no ponto de vista bio-étnico.

Art. 2.º Os objectivos fundamentais das missões antropológicas são:

1.º O reconhecimento geral dos grupos étnicos de cada colónia, seus indivíduos, sua sistematização e definição das suas condições de vitalidade;

2.º O estudo das instituições tradicionais das populações indígenas e do seu direito consuetudinário (Portugal, 1945a).

Um ponto muito importante se faz notar nos novos direccionamentos que esse Decreto-Lei traz às investigações antropológicas. A partir de então a Arqueologia deixa de ser citada explicitamente como objectivo a ser contemplado nas Missões, ao mesmo tempo em que essas passam a assumir um carácter descritivo e classificatório do presente das populações indígenas visando desenvolver com esses povos relações vantajosas para a metrópole.

Ainda em 1945, a Junta publica um plano para a ocupação científica do Ultramar português (JMGIC, 1945), no qual justifica seu intento colonizador e a importância do investimento em pesquisas científicas nos territórios ultramarinos para a concretização desse objectivo. Além disso delinea as principais iniciativas a serem preconizadas em termos de desenvolvimento científico colonial.

Um primeiro ponto importante nesse documento é, novamente, a preocupação com o atraso que Portugal apresentava em relação a outros países da Europa em matéria de investigação colonial e a necessidade de elevar “o bom nome da Nação” como justificativa que torna imprescindível o aumento dos investimentos nessa área.

Por outro lado, os feitos lusitanos na acção civilizadora de terras selvagens são relembrados, como forma de justificar o pioneirismo do país, e sua permanência e incremento nos domínios coloniais (JMGIC, 1945: 11-21).

Outro aspecto importante do documento é o frequente destaque para as reduzidas capacidades financeiras do governo, que implicariam em uma acentuada racionalização dos investimentos, preconizando as pesquisas que fossem realizadas segundo objectivos e métodos mais eficazes para os objectivos de Estado.

Estes, por sua vez, estariam relacionados à otimização económica das colónias, pelo que as pesquisas que obtivessem resultados mais visíveis nesse campo deveriam ser preconizadas em detrimento daquelas consideradas desinteressadas ou puras, que mais visassem o desenvolvimento científico universal ou a “alta cultura”:

“É bom repetir-se que a investigação científica orientada pelo Ministério das Colónias deve ter por objectivo principal o aspecto utilitário, isto é, o campo económico, não só porque isto se torna indispensável à exploração racional dos territórios ultramarinos, mas ainda para se tornar evidente a utilidade dos trabalhos que vão ser cometidos à Junta” (JMGIC, 1945: 30).

Dessa forma, trabalhos que tivessem uma não tão evidente utilidade económica, ou necessitassem de prolongados investimentos para terem seus resultados evidenciados, estariam em desvantagem em relação àqueles que demonstrassem vantagens económicas rápidas e evidentes, pelo que o documento apresenta-se céptico em relação à utilização das Universidades como ambiente favorável ao desenvolvimento desse tipo de pesquisa e aponta a necessidade de criar um Museu ou Instituto Colonial com essa finalidade.

Além disso, o texto preconiza a organização de Missões em campos científicos únicos ou intimamente relacionados, economicamente mais vantajosas que grandes Missões dedicadas a diferentes áreas científicas que, além disso, estariam menos propensas a desentendimentos entre pesquisadores. A subordinação de itinerários, de horários e de épocas de trabalhos também é apontada como um ponto negativo para o desenvolvimento de grandes empreendimentos investigativos (JMGIC, 1945: 38-39).

Em termos científicos, vê-se claramente justificada a prioridade e o interesse dados a cada área de pesquisa. Dessa forma, o principal campo de investigação deveria ser o do estudo da superfície terrestre, compreendendo a geodesia e a cartografia, seguidos da geologia, e da meteorologia. Tal facto justificava-se, sobretudo, pela melhor compreensão da qualidade dos solos.

Na sequência estariam a botânica e a zoologia, seguidas da entomologia e ictiologia, novamente destacadas pela sua importância no melhor aproveitamento da agricultura, pesca e pastoreio.

A seguir viriam a higiene e a medicina, ambas associadas ao melhor conhecimento do indígena e à melhoria da qualidade de vida das comunidades humanas instaladas ou naturais das colónias. A estas áreas científicas ligam-se a antropologia física e social e a etnografia como meios de auxiliar a administração das comunidades indígenas.

Em último lugar estariam os estudos arqueológicos, que, por seus interesses especulativos não deveriam ter o mesmo grau de prioridade que os anteriores, não devendo, entretanto, serem esquecidos (JMGIC, 1945: 24-25).

Tais direcçõens terão, não obstante essa classificação depreciativa da Arqueologia, um reflexo muito diverso nos objectivos estipulados legalmente para as Missões Antropológicas que serão, a partir de então, organizadas. Algumas vezes, a Arqueologia aparecerá claramente definida nos objectivos das Missões desenvolvidas, enquanto em outras será suprimida dos projectos.

Porém, apesar da sua presença ou ausência nos projectos específicos das Missões Antropológicas ou da sua pouca valorização nos planeamentos estatais para as pesquisas Ultramarinas, o que parecerá certo é que as pesquisas arqueológicas

efectivamente desenvolvidas no campo, e sua posterior divulgação ocuparão um lugar próprio no interior desses projectos, que só poderá ser compreendido ultrapassando a análise dos seus projectos oficiais.

CAPÍTULO IX

A Missão Antropológica de Moçambique:

Da Terceira à Sexta Campanha

A portaria 10997 de 19 de Junho de 1945, que institui a Terceira Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique, estabelece como objectivos do empreendimento:

- a) - Prosseguir os estudos antropológicos, etnológicos e pré-históricos realizados em campanhas anteriores pela secção agregada à Missão Geográfica de Moçambique.*
- b) – O estudo da Robustez e vitalidade dos vários grupos étnicos da colónia, e muito especificamente dos indígenas.*
- c) – Os estudos psicotécnicos experimentais com o objectivo de se colherem elementos que permitam conhecer-se as aptidões dos indígenas para os vários misteres (...).*
- d) – O estudo das instituições tradicionais e direito consuetudinário (...).*
- e) – O aproveitamento dos materiais colhidos em trabalhos de gabinete subsequentes (...) (Portugal, 1945b).*

Nota-se claramente que, apesar da ausência literal da Arqueologia no Decreto-Lei 34478, que discorre sobre a constituição das novas Missões Antropológicas, o projecto para a terceira missão a Moçambique mantém esse campo científico entre seus

principais objectivos, embora sob a justificativa de dar-se prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos por missões anteriores. Os restantes objectivos, entretanto, adequam-se às novas directrizes propostas pelo Governo, visando desvendar as características físicas, psíquicas e sociais dos indígenas e, em alguns outros trechos, recomendando mesmo que a missão trabalhasse em conjunto com os serviços de saúde e de administração civil da província para estabelecer cooperações e prioridades nas investigações.

A mesma Portaria previa, para a quarta Campanha, realizada em 1946, a extensão dos trabalhos ao Niassa e Quelimane, seguindo os mesmos objectivos que o anterior, o que continuava a incluir as pesquisas arqueológicas, que, de facto, foram incorporadas também a essa campanha.

Já a quinta Missão, prevista na mesma Portaria, com o objectivo inicial, não alcançado na prática, de estudar o Sul do Save, é realizada em 1948, e recebe influências do “Plano de Estudos para a Valorização Económica da Colónia de Moçambique”, para o qual o presidente da Junta pediu que Santos Júnior apresentasse uma exposição esclarecendo o “(...) *papel da Missão Antropológica para a valorização do capital humano [da colónia]*” (Santos Júnior, 1947b). Segundo tal exposição, o prosseguimento dos trabalhos da Missão deveria levar a um conhecimento amplo da colónia a fim de esclarecer as seguintes questões:

1º - Origem e relações das populações umas com as outras.

2º - Condições de vitalidade e robustez dos vários grupos étnicos.

3º - Aptidões e tendências predominantes dos mesmos (Santos Júnior, 1947b).

Neste caso específico, a Arqueologia parece figurar entre os instrumentos capazes de descortinar a origem das populações nativas, uma vez que, na mesma exposição, ao propor a formação de brigadas para comporem a próxima Missão Antropológica, teria incluído, ao lado daquelas destinadas aos estudos somatológicos, etnográficos e psicotécnicos, a de estudos de Pré-história, justificando ainda sua importância:

“Aos leigos, pode parecer, à primeira vista, que os estudos de pré-história não têm interesse de maior. Recorde-se apenas os importantes auxílios por ela prestados aos estudos dos problemas das origens” (Júnior, 1947b).

Essas propostas, de facto, passam a fazer parte do referido Plano de Valorização Económica, que justifica a importância da continuação dos estudos arqueológicos tendo em vista as directrizes do Congresso Panafricano de Nairobi⁶. O mesmo plano estabelece ainda, para a quinta campanha da Missão de Moçambique, estudos de natureza antropobiológica, cultural, linguística, psicotécnica e pré-histórica, sendo que

⁶ No “Pan-African Congress on Prehistory”, ocorrido Janeiro em 1947, em Nairobi, tendo como presidente Henri Breuil, tomou-se uma série de resoluções concernentes à investigação arqueológica naquele continente. Dentre elas, algumas são enviadas para a Junta ainda no final do mesmo mês. Estas seriam a resolução nº1, que atenta para a necessidade se procederem a imediatos e consistentes estudos de pré-história em África, sob completa direcção científica e com apoio oficial; a resolução nº4, que pede, nomeadamente, que o governo de Angola tome providências necessárias para que as investigações naquele país tenham continuidade, tendo em vista as provas apresentadas naquele Congresso, de que a referida colónia portuguesa seria potencialmente muito rica em vestígios pré-históricos; a resolução nº 12, que faz os mesmos pedidos e considerações com relação a Moçambique; e a resolução nº 13, que faz um apelo pela conservação de locais pré-históricos e paleontológicos, aconselhando a criação ou a revisão da legislação acerca do tema e a tomada de medidas efectivas de protecção dos sítios, tais como colocação de paliçadas e de avisos e, sobretudo, a nomeação de conservadores oficiais (Breuil; Broom, 1947).

estes últimos deveriam novamente concentrar-se no “*estudo das estações pré-históricas para esclarecimento do problema das origens*” (Santos Júnior, 19--b).

Finalmente, nas “Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique referentes à campanha de 1948”, emitidas pelo Presidente da Junta a 26 de Maio do mesmo ano, estabelece-se como objectivo desse empreendimento científico “*executar os trabalhos preconizados no plano de valorização económica da colónia de Moçambique (...)*”, bem como obter informações que esclarecessem os três pontos preconizados por Santos Júnior na sua exposição de 1947, acrescidos ainda de um quarto objectivo que seria a avaliação das “*possibilidades de deslocação de populações indígenas e seu aldeamento.*” Prevê-se ainda a criação de seis brigadas de estudo sendo elas as de estudos antropobiológicos, etnográficos, psicotécnicos, de deslocação de população indígena e seu aldeamento, linguísticos e pré-históricos (Bebiano, 1948).

Assim, muito embora a orientação do presidente da Junta fosse que se desse prioridade às primeiras brigadas e à continuação de trabalhos e projectos já em curso, não se pode negar que a Arqueologia continua tendo um papel destacado no planeamento e execução dos planos destinados ao estudo antropológico de Moçambique.

Já a última campanha da Missão Antropológica enviada a essa colónia, ocorrerá somente em 1955. Muito embora Santos Júnior tenha insistentemente requerido da Junta as autorizações necessárias para dar prosseguimento ao projecto, a fim de realizar uma última viagem à colónia, os anos que se seguem à campanha de 1948 são de inúmeras negativas e ausências com relação aos seus pedidos.

Em plano enviado à Junta em Agosto de 1949, visando o planeamento dos trabalhos da Missão para o ano seguinte, Santos Júnior pretende que naquele ano haja

prosseguimento dos trabalhos de gabinete. Entretanto, alerta que, tendo em vista sua idade e saúde, não conviria que se gastassem mais um ou dois anos nesses trabalhos, vindo logo a se realizar a última campanha prevista, com o intuito de investigar a província do sul do Save, ainda não estudada (Santos Júnior, 1949).

Já em carta enviada em oito de Julho de 1950, Santos Júnior pergunta quando seria possível realizar a próxima campanha da Missão e alerta para a necessidade de se começar a planear uma Missão Antropológica para Timor, que, segundo Santos Júnior, conviria ser dirigida por algum membro da Missão de Moçambique, devido às relações etnológicas do leste africano com a Insulíndia (Santos Júnior, 1950b). Entretanto, não lhe é concedida autorização para nenhum dos dois projectos.

Ainda em Outubro do mesmo ano envia à Junta um plano de trabalhos para 1951 que é composto pelo projecto da “última campanha de trabalhos de campo de Moçambique”. Esse projecto se justificaria, novamente, pela necessidade da investigação da província do sul do Save que, segundo Santos Júnior, seria a única ainda não estudada na colónia. Só então, argumenta o autor, seria possível acabar o reconhecimento antropológico da colónia. Este projecto, que previa ainda a conservação das brigadas criadas para a Missão anterior, incluindo a de pré-história, também não recebe qualquer aval estatal (Santos Júnior, 1950c).

Na sequência desse facto, a Junta lhe comunica estar interessada no prosseguimento dos trabalhos da Missão, pedindo, entretanto, que os materiais até então recolhidos por esta fossem depositados no Instituto Antropológico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, para posteriores estudos, e que o material de campo ainda em posse de Santos Júnior fosse também devidamente devolvido. A ambiguidade de tal resolução leva a que o chefe da Missão envie algumas correspondências a Mendes

Correia, entre outros, com o intuito de esclarecer a questão, porém sem grande sucesso (Santos Júnior, 1951).

Em Abril de 1951 uma resolução da Junta dizendo respeito à Missão Antropológica, à Missão Botânica e à Missão Zoológica de Moçambique, dá conta de que, devido a uma reorganização dos serviços daquele órgão, as directrizes de trabalho dos investigadores não poderiam ser seguidas naquele ano. Dessa forma, a possibilidade da realização da última campanha a Moçambique não poderia ser encarada (JMGIC, 1951).

Novo planeamento de trabalho é enviado à Junta para o ano de 1952, voltando novamente aí a figurar o mesmo projecto para a “última campanha de trabalhos de campo em Moçambique”, que havia sido escrito para o ano anterior (Santos Júnior, 1952). Tal projecto é novamente ignorado e, no ano seguinte, em carta a um amigo, Santos Júnior expõe toda a sua mágoa em relação ao tratamento dispensado a ele e à Missão, desde 1948:

“O estudo integral da Antropologia de Moçambique que já podia estar feito, não pode fazer-se por milagre. Só pode fazer-se com a dedicação e o espírito de sacrificio daqueles a quem for cometida tão honrosa quanto patriótica tarefa (...). Mas se a dedicação, entusiasmo e espírito de sacrificio são muito, por si só não bastam. É imprescindível da parte das entidades oficiais o auxílio continuado e na medida da necessária suficiência, ligado a uma liberdade de acção que não possa esbarrar, ser frenada, ou até totalmente parada pelo primeiro incidente de ordem burocrática (Santos Júnior, 1953a).

Mas, o necessário apoio que esperava receber da Junta tão logo não se faz presente no projecto da Missão de Moçambique, não obstante algum aval tenha sido conseguido nos meses seguintes. Em Agosto do mesmo ano, aquele órgão lhe envia correspondência perguntando se o trabalho da Missão ficaria realmente concluído em uma só campanha e pedindo que indicasse os meios necessários para esse fim (Santos Júnior, 1953b). Em Novembro, finalmente, a Missão é aprovada e a responsabilidade pela elaboração de uma proposta para a nova Portaria que autorizaria a viagem fica a cargo de Santos Júnior (JIU, 1953). Entretanto, o ano de 1954, parece ter transcorrido na tentativa de aprovar a referida Portaria e de conseguir autorização para a tão desejada viagem.

Em fins desse mesmo ano, um novo projecto de trabalho para o ano de 1955, prevê trabalhos de gabinete de Janeiro a Abril e a realização, de Maio a Outubro, da “6^a e última campanha de trabalhos de campo em Moçambique para remate do seu reconhecimento antropológico, arqueológico e etnográfico” (Santos Júnior, 1954). Nota-se que os estudos arqueológicos continuam a ter lugar explicitamente definido nos projectos da Missão.

Entretanto, os planeamentos parecem não ter sido novamente seguidos. O “Plano de Trabalhos da Missão Antropológica de Moçambique para o ano de 1955”, enviado à Junta em Julho do mesmo ano, prevê a realização de trabalhos de campo nos próximos meses e segundo as seguintes pretensões:

“Além de dois locais que desejaria visitar no distrito de Tete para estudar umas estações de pinturas rupestres, no nosso plano de trabalhos de campo figura o reconhecimento antropológico, etnográfico e pré-histórico da região a sul do

Save, ou seja dos distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques” (Júnior, 1955a).

Nota-se aqui uma posição claramente privilegiada da Arqueologia nos propósitos científicos de Santos Júnior na realização da última campanha da Missão. A visita a alguns sítios de arte rupestre, bem como o reconhecimento pré-histórico do sul do Save, compõem uma significativa parte dos projectos para essa viagem, que só viria a se concretizar em Agosto de 1955, prolongando-se até o início do ano seguinte.

Já a Portaria 15240, de quatro de Fevereiro de 1955, que recria a Missão Antropológica de Moçambique, possibilitando que a última campanha fosse realizada, previa que a Missão desse prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos desde 1945, que fosse subdividida em brigadas, segundo a conveniência do serviço, e que permitisse deslocação ao estrangeiro de membros da equipa sempre que fosse “*reconhecido como conveniente para a realização dos planos da missão*” (Portugal, 1955). Embora esta Portaria nada diga acerca dos campos científicos a serem abordados pelo projecto, o facto das brigadas terem prosseguimento, coaduna-se com a manifesta vontade de Santos Júnior de dar prosseguimento aos estudos em Pré-história.

Assim, o que parece destacar-se nos episódios que circunscrevem a realização da última das Campanhas da Missão de Moçambique não é, propriamente, e como nos casos anteriores, um papel diminuto ou invisível da Arqueologia nos planeamentos das missões, que, ao contrário, mantém-se claramente perceptível nos objectivos desses projectos. O que merece destaque, neste caso especificamente, é um claro papel de inferioridade que a Missão como um todo parece adquirir nos planeamentos estratégicos da Junta, papel este que pode estar relacionado à simples questões administrativas ou à

própria capacidade de negociação de Santos Júnior no interior das malhas burocráticas do Estado.

No que se refere aos textos publicados em decorrência das últimas campanhas dessa Missão, o quadro contrastante que opõe o secundarismo das pesquisas em Arqueologia à sua persistência no desenvolvimento desse projecto científico parece confirmar-se. Dos textos publicados por Santos Júnior a partir de 1945, ano em que decorre a terceira campanha da Missão, até 1952, data em que a Junta publica a “Lista dos Trabalhos da Missão Antropológica de Moçambique” (JMGIC, 1952), vinte e dois são acerca de temas antropológicos, etnológicos ou generalistas e somente três são estritamente arqueológicos. Foram ainda publicados nesse mesmo período três trabalhos à guisa de relatórios das campanhas desenvolvidas.

Dos vinte e dois trabalhos citados anteriormente, oito são etnográficos, outros oito antropobiológicos, cinco são textos generalistas acerca da antropologia em Moçambique ou da antropologia colonial e, finalmente, um deles trata do transporte da mosca tsé-tsé à distância, preconizando um problema de saúde pública enfrentado na colónia.

Todos os trabalhos são da autoria exclusiva de Santos Júnior, em sua grande maioria escritos em língua portuguesa e fruto de conferências e lições proferidas na metrópole ou em Moçambique. Únicas excepções com relação à língua são dois textos, um em Francês e outro em Inglês, ambos publicados, entretanto, em Portugal.

Somente cinco publicações são fruto de congressos, a maioria luso-espanhóis realizados em Portugal. Excepção feita a um texto acerca de caracteres descritivos em Antropologia, publicado em Francês e apresentado no “*Premier Congrès International d’Antropologie Différentielle*, realizado em Paris, em 1950 e que é uma tradução da sua

dissertação de concurso a professor da Faculdade de Ciências do Porto, de 1948. Destaca-se também um texto acerca das flutuações populacionais indígenas em Moçambique, publicado em Português nas “Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria”, em Madrid.

Os textos em Arqueologia, por sua vez, denominam-se “Carta da Prehistória de Moçambique”, publicado em 1950, “Pinturas rupestres de Riane”, de 1951 e “Pintura Rupestres de Moçambique” lançado em 1952. O primeiro e o segundo são fruto de congressos, sendo o primeiro uma comunicação apresentada no Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa, e o segundo um trabalho apresentado no Congresso da Sociedade Espanhola para o Progresso das Ciências, realizado em Málaga. O último é consequência de uma conferência realizada na Associação dos Arqueólogos Portugueses.

De modo geral, e embora a publicação em questão seja anterior à última das campanhas da Missão, percebe-se que o quadro que caracteriza a produção científica em Antropologia/Etnografia das Missões de Moçambique, serve também para definir o que ocorre com relação à Arqueologia. São publicações vocacionadas maciçamente para o cenário científico nacional, no máximo espanhol, na sua grande maioria em Português e sem participação de colaboradores nacionais ou internacionais.

Nesse ponto, evidencia-se uma diferença significativa em relação à obra de António de Almeida, que se verá mais a frente. Nela, a Arqueologia, embora ainda secundária, se comparada com a produção científica em Antropologia e Etnologia, apresenta maior potencial de internacionalização, com maior número de textos em língua estrangeira ou fruto de congressos internacionais, bem como maior participação de nomes destacados desse campo científico em âmbito nacional e internacional.

Percebe-se, assim, que preferências pessoais, questões temporais ou o local ocupado pelo pesquisador no interior das redes de relações interpessoais da comunidade científica local e mundial parecem interferir directamente no tipo de ciência que se virá a realizar nas diversas Missões Antropológicas, demonstrando diferentes formas de engajamento, de redes produzidas e de circulação de conhecimento arqueológico nos diferentes contextos coloniais investigados.

CAPÍTULO X

A Missão Antropológica da Guiné

A Guiné será a próxima colónia a receber uma missão com propósitos antropológicos. Em 1945, Mendes Correia é convidado pelo Ministério das Colónias a realizar uma missão preliminar a esse território e à África Ocidental Francesa, para onde segue acompanhado de seu adjunto, Amílcar de Magalhães Mateus, que será incumbido da chefia da Missão Antropológica, instituída no ano seguinte. Acerca dos resultados dessa primeira viagem, Correia publica um relatório, em 1947, onde não faz notar nenhuma pesquisa relacionada ao campo arqueológico (Correia, 1947).

O projecto da Missão, por sua vez, é inspirado no programa da Missão Antropológica na África Ocidental Francesa, e prevê observações em Antropologia física, Etnografia, caracteres psicológicos e psico-fisiológicos, inquéritos acerca do estado sanitário, situação alimentar, condições económicas e morais e colheita de elementos lingüísticos entre os nativos (Correia, 1947).

Nota-se a completa ausência da Arqueologia como objectivo a ser alcançado por esse projecto e, mesmo na carta anexa ao plano de trabalho de 1946, onde Mateus comenta acerca da segunda viagem, a primeira da Missão Antropológica, realizada em Março do mesmo ano, a tendência permanece, dando a entender que nenhuma investigação teria sido feita dentro desse campo científico (Mateus, 1946a).

Entretanto, o plano enviado em conjunto com a correspondência anterior, para os anos de 1947 a 1949, cita que, de acordo com o planeamento de Mendes Correia, deveriam ser pesquisadas regiões à sudoeste e nordeste da colónia, e, especificamente

em relação à essa última região, diz que, ao seguirem em direcção ao Boé, deveriam ser realizadas pesquisas de pré-história (Mateus, 1946b).

A Arqueologia volta a desaparecer das cartas enviadas à metrópole, entre Maio e Junho de 1947, com o propósito de dar a conhecer os andamentos da segunda campanha da Missão. Novamente, somente dados antropológicos são enumerados (Mateus, 1947a; Mateus, 1947b).

Não obstante tal quadro, seu currículo, publicado em 1953, enumera um trabalho arqueológico acerca da Guiné, denominado “*Nota preliminar acerca da estação pré-histórica de Nhampasseré (Guiné Portuguesa)*” e apresentado na II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, realizada em Bissau, em 1947 (Mateus, 1953). O facto de tal estudo não merecer maior atenção nas correspondências trocadas com o Presidente da Junta acerca dos trabalhos realizados pela Missão, parece ser, por isso, interessante.

De qualquer forma, a pouca visibilidade que essa Missão tem no panorama geral desse projecto investigativo, as poucas viagens realizadas e textos publicados fazem com que esse projecto tenha pouca expressão na compreensão do fazer arqueológico das Missões Antropológicas e apareça somente de forma secundária nas análises aqui realizadas.

CAPÍTULO XI

A Missão Antropobiológica de Angola

No caso de Angola, duas missões preliminares serão realizadas na colónia, uma em 1948 e outra no ano seguinte, antes que a Missão Antropobiológica seja estabelecida, em 1950. A primeira viagem constitui uma missão de estudo para a qual António de Almeida é enviado pela Escola Superior Colonial, onde é professor de Etnografia Colonial.

Segundo relatório enviado pelo chefe da missão à Junta, o objectivo desse projecto “(...) consistia em apreciar somática e etnograficamente os indígenas de raça negra não pertencentes à grande família banto, ou sejam os vátua (...)”. Entretanto, no mesmo relatório, afirma que, estando em S. João do Sul, no Morro *Cubal*, havia efectuado investigação de algumas sepulturas cilíndricas e de escavações naturais dos arredores de onde havia retirado grande quantidade de ossos humanos enviados a Lisboa a fim de se verificarem a sua origem e idade. Também afirma ter encontrado alguns sítios arqueológicos com variados instrumentos líticos em *Humpata* e *Capangombe* e vários fósseis animais e vegetais no deserto de *Moçâmedes* e em *Capangombe*, que também haveria enviado à metrópole com o objectivo de serem estudados (Almeida, 1949:01).

Tais aspectos fazem perceber que, embora os objectivos do projecto, explicitados por António de Almeida em seu relatório, não contemplassem explicitamente as pesquisas arqueológicas, ou mesmo em outros campos científicos,

como a paleontologia por exemplo, essas pesquisas acabaram por se efectivar no decorrer do trabalho de campo realizado.

Já a segunda missão preliminar a Angola e a primeira campanha da Missão Antropobiológica estão ambas relacionadas a um projecto inicial relacionado à proximidade do censo populacional angolano, que ocorreria em 1950, e que traria uma oportunidade ideal de estudar os caracteres somáticos e biológicos e os hábitos alimentares dos indígenas com o intuito de combater a crise populacional da qual, segundo António de Almeida, a colónia sofreria (Almeida, 1948).

O investigador propõe, então, um plano de trabalho de dois anos, que funcionaria com a cooperação de seis equipas formadas, cada uma, por um pesquisador e um ajudante com a incumbência de examinar, pelo menos, cem homens e cem mulheres de cada tribo visitada. Enumera como vantagem para o projecto, o facto de se adequar às exigências da Conferência Internacional de Hot Springs, da “Food and Agriculture Organization” (FAO) e de outras organizações internacionais com as quais Portugal havia se comprometido no tocante ao estabelecimento de normas alimentares adequadas à saúde dos indígenas (Almeida, 1948)

A esse projecto, acrescenta Mendes Correia, em parecer emitido em 1949 por pedido da Junta, que deveriam ser acrescentados estudos em Antropologia Social, Linguística e Pré-História, notando, entretanto, que tal alteração exigiria mais vastos investimentos financeiros e humanos. Em virtude disso, o Ministro da Colónias emite um primeiro parecer, em Junho do mesmo ano segundo o qual considerava o projecto pendente até melhor oportunidade (Silveira: 1949).

Não obstante tal parecer negativo, António de Almeida viaja à Angola entre o final de 1949 e o início do ano seguinte com o propósito de dar continuidade aos trabalhos anteriormente iniciados. Dessa missão destaca o Governador-geral de Angola “(...) os notáveis resultados que conseguiu obter e a extraordinária e valiosa colecção de objectos de sílex que reuniu” (Carvalho, 1950a).

Assim como havia feito em Janeiro, também em Abril de 1950 o Governador de Angola renova o pedido de realização de uma missão em conjunto com o censo a ocorrer no mesmo ano e, em Março, o próprio António de Almeida em reunião com o Ministro das Colónias reelabora seu pedido inicial propondo uma Missão Antropobiológica de seis meses, chefiada por ele e por José Camarate Andrade França (1923-1963), geólogo dedicado à investigação arqueológica.

Segundo António de Almeida, essa missão deveria ter como objectivos “(...) *efectuar a prospecção geral, antropométrica, fisiológica e etnográfica (nomeadamente no que interesse à alimentação, aldeamento e organização social) das várias tribos de Angola*” (Almeida, 1950; Carvalho, 1950a; Carvalho, 1950b).

Novamente, nota-se a ausência da Arqueologia nos objectivos a serem alcançados pelo projecto, que será aprovado através de despacho do Ministro das Colónias em 04 de Junho. A partir de então, passa a ser constituída a Missão Antropobiológica de Angola tendo António de Almeida como chefe e Camarate França como auxiliar (Silveira, 1950).

Em documento de 17 de Junho, no qual o chefe da Missão assume compromisso em relação ao gasto da verba que lhe fora destinada, os objectivos do projecto são mais especificamente descritos:

a) Estudo antropométrico e fisiológico de indígenas pertencentes ao maior número de tribos de Angola

b) Estudo da alimentação dos nativos (JMGIC, 1950)

Muito embora em ambas as descrições dos objectivos desta missão, António de Almeida exclua a Arqueologia como parte integrante da proposta, em relatório enviado ao Presidente da Junta em 1951, quando da elaboração da segunda campanha, o autor deixa claro ter recolhido, nas três viagens realizadas, inúmero material pré-histórico e encontrado mais de uma centena de sítios em todas as províncias da colónia, dando a certeza de que esse campo científico continua a ser explorado a despeito de não ser contemplado em suas directrizes gerais (Almeida, 1951).

Nesse mesmo relatório, António de Almeida propõe a execução de mais duas campanhas científicas, em 1951 e no ano seguinte, justificando sua importância pelo grande número de tribos a serem ainda estudadas e aos milhares de estações arqueológicas que acreditava existirem nesse território (Almeida, 1951).

Entretanto, muito embora o próprio governador de Angola tenha enviado, em 10 de Março de 1951, ao Presidente da Junta, um pedido para que uma nova campanha viesse a se realizar ainda naquele ano, justificando sua urgência pelo interesse e proficiência com que essas investigações estavam a ser desenvolvidas por António de Almeida (Carvalho, 1951), a próxima Missão só virá a efectivar-se no ano seguinte, devido a problemas de saúde que acometem o investigador, como se faz perceber em nova carta enviada pelo Governador da província ao Ministro do Ultramar, em 25 de Março do ano seguinte (Carvalho, 1952).

A última das campanhas da Missão Antropobiológica de Angola é realizada em 1955. Em relatório enviado por António de Almeida acerca dessa campanha, o autor exalta os resultados obtidos tanto no estudo de povos de língua Hotentote e Bosquímanos quanto da descoberta de várias estações pré-históricas, o exame de importantes sítios rupestres e alguns recintos muralhados (Almeida, 1956b).

Com relação aos resultados dessas campanhas, segundo currículo produzido no período, António de Almeida publica, até o ano de 1965, sete obras acerca de temas arqueológicos angolanos, sendo eles “Prehistoire de l’Angola”, em colaboração com Camarate França, em 1954, “Contribution a l’étude des gravures et peintures du desert de Mozamèdes (Angola)”, “Introduction a la préhistoire de l’Angola, ambas em colaboração com Henri Breuil, publicadas em 1959, “Recintos Muralhados de Angola”, em colaboração com Camarate França, em 1960, “Notícia sobre o paleolítico do território de Cabinda”, juntamente com Camarate França, em 1963, “Sobre a pré-história de Angola”, com o mesmo colaborador, em 1964 e “Le Magosien du sud de l’Angola, ainda com Camarate França, em 1965. O mesmo currículo ainda cita uma obra em fase de publicação intitulada “Gravuras e pinturas rupestres de Angola” (Almeida, 19--).

Nota-se o pequeno número de trabalhos arqueológicos publicados, em comparação com os antropológicos, que perfazem 21 títulos efectivados e sete em fase de publicação, incluindo na contagem somente os textos publicados a partir de 1948, quando se dá a campanha preliminar a Angola. Curioso também perceber que o primeiro dos títulos arqueológicos citados no referido contexto surge somente em 1954, um ano antes de dar-se por finalizada a Missão Antropobiológica a essa província.

Já em outro currículo, que pretende abarcar a obra de António de Almeida até 1980 (IICT, 19--), os textos publicados acerca de temas angolanos perfazem 33 itens, enquanto os estritamente arqueológicos são apenas sete, os mesmos registados como publicados no currículo anterior. Isso indicaria que o texto considerado em fase de publicação no outro currículo não teria chegado a se concretizar e que as obras subsequentes publicadas por Almeida, teriam tido somente conteúdos antropológicos.

Entretanto, à parte tal quadro de aparente desvalorização do tema, nota-se que a maioria dos títulos arqueológicos é publicada em colaboração com especialistas nacionais e internacionais e cinco deles em contextos de congressos internacionais. No caso dos textos antropológicos/etnológicos, são sete participações em eventos internacionais e cinco textos em colaboração com outro autor, sendo que, com exceção de apenas um, a colaboradora é a sua filha, Maria Emília de Castro e Almeida.

Interessante também perceber que, no caso da Arqueologia, metade dos títulos (quatro de oito) é publicada em Francês, enquanto no caso dos textos em Antropologia/Etnologia dos 21 títulos analisados, somente quatro textos eram em Francês e um em Inglês. Tal quadro nos indica certa posição universalista que os trabalhos arqueológicos ocupam no contexto da Missão angolana e que vem confirmar um posicionamento diferenciado que esse investigador estabelece em relação a essa temática, se comparado ao ocupado por Santos Júnior, muito mais retido ao cenário nacional ou ibérico.

CAPÍTULO XII

A Missão Antropológica de Timor

A Missão Antropológica da Timor, por sua vez, é criada em 19 de Maio de 1953 por deliberação da Junta das Missões Geográficas e das Investigações do Ultramar, tendo também como chefe António de Almeida. Conforme o projecto apresentado pelo autor no mesmo ano, os trabalhos deveriam compreender “(...) *investigações antropológicas, etnográficas e pré-históricas nessa província*” (Almeida, 1953).

Nesse caso, apesar da Missão ser chefiada pelo mesmo investigador responsável pela Missão de Angola, a Arqueologia, no caso, pré-histórica, aparece claramente discriminada entre os principais objectivos desse projecto.

A primeira campanha da Missão tem início em Julho de 1953 e encerra-se em Janeiro de 1954. Almeida viaja, novamente, a fim de dar prosseguimento aos trabalhos em 1957, dessa vez aproveitando a viagem para também participar do IX Congresso Internacional das Ciências do Pacífico, em Bangkok (Costa, 1957). Em Julho de 1958, pede autorização para participar do V Congresso Internacional de proto e pré-história, em Hamburgo, com trabalho acerca do Neolítico de Timor (Almeida, 1958) e em Julho de 1962 é convidado a tomar parte do conselho da Associação de Pré-História do Extremo Oriente como representante de Timor e Macau (JIU, 1962).

Ainda em 1962 é nomeado director do recém-criado Centro de Estudos de Antropobiologia, através da Portaria 19.210 de 30 de Maio. Essa portaria, busca esclarecer o papel das ciências humanas no contexto ultramarino da seguinte forma:

No vastíssimo campo das ciências humanas contam-se outros complexos problemas intimamente relacionados com a sobrevivência e a aclimação das vastas etnias portuguesas nos territórios onde vivam ou pretendam fixar-se; o condicionalismo geoclimático e social das regiões tropicais em particular incide grandemente sobre as populações e, de acordo com as leis da genética, pode implicar sensíveis alterações somato-fisiológicas e psicológicas nos naturais e imigrados, comprometendo a vitalidade dos respectivos descendentes. Para o estudo dessas relevantes questões torna-se indispensável o conhecimento da antropologia morfológica, fisiológica e psicológica e do concurso de outras disciplinas humanas como a paleontologia, a pré-história e a etnologia (Portugal, 1962).

Novamente nota-se a prevalência dos interesses relacionados à interferência directa sobre a vida do nativo, e mesmo sobre o ambiente, de forma a beneficiar interesses metropolitanos. Para esse fim a Antropologia aparece mais uma vez em posição de dominância em relação a outros campos científicos, mas a Arqueologia, pré-histórica no caso, continua a merecer importância, embora secundária. Nesse sentido, tal descrição nos alerta que nesse novo Centro, dirigido pelo chefe das Missões a Angola e a Timor, a Arqueologia continua a ter um espaço reservado nas pesquisas ali produzidas.

No ano seguinte à criação desse Centro, Almeida consegue autorização do Ministro do Ultramar para realizar uma nova viagem a Timor com o intuito de participar dos exames de aptidão à Universidade e de admissão às escolas técnicas e de Magistério primário e de, segundo ele, “(...) completar a prospecção antropobiológica dos grupos étnicos locais, designadamente os Isnis (...), estudo iniciado pela Missão Antropológica de Timor, que chefei (...)” (Almeida, 1963b). Em outro documento diz ter a intenção de terminar os estudos sobre os Isnis e Turicai e realizar algumas pesquisas no campo

da Pré-história para, assim, obter material para duas publicações de vulto sobre os assuntos (Almeida, 1963a).

O primeiro documento parece indicar ter a Missão de Timor já se encerrado. Entretanto, os trabalhos e as viagens têm prosseguimento e mais nenhum documento faz crer que algum constrangimento dos trabalhos na colónia se tenha imposto, por decisão estatal, enquanto Almeida continuou a ocupar o cargo de director do Centro de Antropobiologia.

Assim, em Agosto de 1964, viaja novamente a Timor a fim de presidir aos exames de aptidão e admissão e de dar prosseguimento aos trabalhos investigativos (Almeida, 1964a). Em Setembro de 1968 pede novamente autorização à Junta para presidir aos mesmos júris, e para ali permanecer por alguns dias a fim de realizar investigações antropobiológicas na província (Cardim, 1968).

Em 1969 é incumbido, por proposta do Governo de Timor e aprovação do Ministério do Ultramar, a elaborar uma “Carta Étnica de Timor” (Almeida, 1973a). Viaja no mesmo ano à província sob convite da Direcção Geral de Educação, a fim de participar novamente do júri dos exames de aptidão e admissão e de dar continuidade aos trabalhos da Carta (SGE, 1969; Almeida, 1969).

Em 1970, Almeida é jubilado por limite de idade, ficando, entretanto, o trabalho da Carta Étnica entregue ainda a seu cargo. Com o propósito de terminá-la viaja ainda mais duas vezes a Timor, uma em 1974 e outra no ano seguinte (Almeida, 1973b). Tal trabalho nunca chega a ser, entretanto, publicado.

Das publicações de autoria de António de Almeida presentes no mesmo currículo analisado anteriormente (Almeida, 19--), entre os 1953 e de 1965, três são acerca de temas arqueológicos e sete em Antropologia/Etnologia timorenses. Ainda constam do mesmo documento quatro textos arqueológicos e quatro antropológicos, ainda em publicação.

Os três textos em Arqueologia são, “Découvertes Préhistoriques dans Timor Portugais, em colaboração com Mendes Correia e Camarate França em 1954, “Preliminary notice of Paleolithic Stations in Eastern Malaysian Archipelago (Portuguese Timor), com Mendes Correia e Ruy Cinatti, em 1955, e “Du Néolithique du Timor Portugais”, em 1959. Todos os textos são escritos em contexto de congressos internacionais.

Os textos em publicação na altura, por sua vez, são “Sobre Alguns Exemplos com Fácies Paleolítica de Timor Português”, com Mendes Correia e Camarate França, “Velhas indústrias de Pedra em Timor Português”, com Henri Breuil, “Novas prospecções pré-históricas em Timor Português” e “Materiais Líticos Achados na Gruta de Lene-Hara, em colaboração com Georges Zbyszewski.

Já com relação aos textos em Antropologia, daqueles já publicados na altura, três deles são resultados de eventos internacionais, sendo um título em Francês e dois em Inglês, enquanto os outros três representam produções estritamente nacionais. Além disso, são todos de autoria individual. Dos textos ainda por publicar, todos são produções nacionais em português, mas, diferente dos primeiros, dois deles têm co-autoria. Um deles com um pesquisador estrangeiro e outro com sua filha Maria Emília. Interessante ressaltar que os textos que resultam de colaboração com autores

estrangeiros ou de eventos internacionais são todos em Etnologia ou Linguística, enquanto aqueles em Antropologia Física são todos publicados em contexto nacional.

Já no currículo que abarca a obra de Almeida até 1980 (IICT, 19--), também já anteriormente citado, são 31 as obras enumeradas que dizem respeito a temas timorenses, dos quais apenas oito discorrem sobre Arqueologia. O texto “Du Néolithique du Timor Portugais”, presente no currículo anterior, não é aqui citado, ao passo que o texto “Contribuição para o Estudo do Neolítico do Timor Português”, publicado em 1960, nas Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, e “Quelques notes su sujet du Néolithique du Timor Portugais”, publicado em Hamburgo, em 1958, e em Berlim, em 1961, nas actas do Congresso Internacional de Pré-História e Proto-História, são acrescentados à lista de publicações arqueológicas timorenses. Dos textos considerados em fase de publicação no currículo anterior, somente o primeiro deles, denominado “Sobre Alguns Exemplares com Fácies Paleolítica de Timor Português” consta deste como já publicado, neste caso, com colaboração de Mendes Correia e Camarate França, nos “Trabalhos do Centro de Antropobiologia, em 1964,”.

A partir de 1965 são citados os textos “A Contribution to the Study of Rock-Paintings, in Portugues Timor”, publicado em Tóquio, em 1966 e em Honolulu, em 1967, no “Asian and Pacific Archaeology Series”, do 11º Congresso de Ciências do Pacífico, ocorrido em Tóquio, “Contribution to the Study of the Prehistory of Portuguese Timor – Lithic Industries”, em colaboração com Zbyszewski, também publicado nos mesmos anos, e no mesmo volume, e “Da Pré-História do Timor Português, sem data indicada, mas publicado nas “Memórias da Academia das Ciências de Lisboa”.

São, portanto, dois textos em francês, e três em inglês, todos publicados em congressos internacionais e mais três em português e publicados em revistas nacionais.

Desses, três têm co-autoria com colaboradores portugueses e um deles com Zbyszewski. Já no caso dos textos em Antropologia são 16 itens publicados em língua portuguesa e em revistas nacionais, quatro em francês e três em inglês, todos publicados em volumes internacionais. Desses, por sua vez, somente um teria parceria, neste caso, com sua filha, Maria Emília Almeida, e com Miguel Vieira.

Novamente, como no contexto angolano, podemos perceber que a Arqueologia ocupa uma situação secundária no processo de pesquisa, porém, ao mesmo tempo, dominada por uma maior articulação com colaborações e eventos, sobretudo em contextos internacionais, dando a esse campo uma posição bem sedimentada na comunidade científica nacional e estrangeira.

CAPÍTULO XIII

O Actor e Sua Produção Científica: Santos Júnior, Amílcar Mateus,

António de Almeida e as Missões Antropológicas

Se a Arqueologia ocupa o singular espaço que começa a se delinear a partir da comparação entre o conteúdo legal das Missões Antropológicas e a produção científica que dela emerge, se a ela pode-se apontar um lugar ao mesmo tempo secundário e tendencialmente internacionalizante, se ela pode ser, muitas vezes, ignorada no escopo legal dos projectos, mas, ao mesmo tempo, persistente na produção científica que deles emerge, ainda que o trabalho de campo lhe relegue um espaço condicionado aos trabalhos antropobiológicos, tal posição certamente não se explica sem que outros importantes factores sejam considerados.

Entre eles há que ressaltar-se, em primeiro lugar, a própria biografia dos cientistas que chefiaram as missões. As suas trajectórias académicas, seus gostos pessoais, as redes que conseguiram estabelecer em seus percursos profissionais, as suas eventuais experiências são factores de grande importância na compreensão do lugar que as pesquisas arqueológicas virão a ocupar nas pesquisas efectuadas no contexto das Missões e na sua posterior produção científica.

De modo geral, dois pontos em comum parecem destacar-se na trajectória profissional dos três personagens que vieram a tornar-se chefes das Missões Antropológicas. O primeiro será a inevitável ligação, directa ou indirecta, a Mendes Correia que, conforme já analisado, foi uma das mais eminentes figuras do cenário arqueológico nacional do período e personagem fulcral para a criação e

desenvolvimento desses projectos científicos em territórios ultramarinos. A outra será a construção de uma trajectória académica fortemente relacionada às ciências biológicas e, muito especificamente, à medicina.

Tais factores virão ao encontro de uma tradição de entendimento da Antropologia de forma ampla, abarcando vários campos científicos que, também como já observado, partilhava Mendes Correia (Cardoso, 2011). Mas também se coadunará com uma tendência à valorização da chamada Antropometria nas pesquisas efectuadas em contexto colonial, que, por sua vez estará relacionada à *Anthropologie* francesa de Broca e Topinard e aos métodos de mensuração e classificação humana que foram analisados na primeira parte deste trabalho (Roque, 2001).

Primeiro dos personagens a chefiar uma Missão Antropológica, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, nascido em Braga, em 1901, frequenta o curso de Engenharia Agronómica, em Lisboa e o de Ciências Histórico-Naturais, na Universidade do Porto, no qual se licencia em 1923. Até 1926, será aluno dos cursos de Grego, Etnologia, Estética, História da Arte e Química Coloidal, nesta mesma universidade. A partir desta data passa a frequentar a Faculdade de Medicina do Porto, curso no qual se forma em 1932. Finalmente, em 1944, conclui o curso de doutoramento, novamente, em Ciências Histórico-Naturais. Indivíduo de interesses variados, Santos Júnior acaba por revelar preferência pelo campo da Antropologia, no qual irá construir boa parte de sua carreira profissional.

A partir de 1923 passa a estar ligado profissionalmente à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, o que indicará já sua forte ligação a Mendes Correia, fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Instituto de Antropologia da mesma Universidade e principal personalidade dessa escola científica.

Ali Santos Júnior virá a ocupar o cargo de assistente nas áreas de Zoologia e de Antropologia, e ainda a reger as cadeiras de Antropologia, de Anatomia e Fisiologia Comparadas e o curso de Ecologia Animal e Zoogeografia e de Zoologia Geral, em diferentes anos. Também exercerá o cargo de preparador-conservador do Museu de Antropologia da mesma faculdade (Santos Júnior, 1948b). Muito embora tenha se dedicado a lecionar várias cadeiras na área de Zoologia e de Medicina, a presença marcante da área de Antropologia parece evidente, não só na sua carreira profissional junto da escola portuense, mas também no seu trabalho em território ultramarino.

O cargo de Chefe da Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique, que passa a ocupar a partir de 1936, virá a dever-se também à forte influência de Mendes Correia, que, conforme já visto, havia sido convidado para chefiar a referida Missão, mas que, por impossibilidade de aceitar o convite, indicou Santos Júnior para o cargo. Nessa função realizará as seis já descritas campanhas àquela colónia, entre os anos de 1936 e 1955 e se dedicará aos estudos Antropobiológicos, Etnográficos e Arqueológicos de culturas nativas.

No campo específico da Arqueologia, as referências em seu currículo (Santos Júnior, 1948b) se limitam a alguns trabalhos e cargos exercidos. Terá sido membro do Comité internacional para a organização dos congressos internacionais de Pré-história e Proto-história, sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Terá ainda ministrado a conferência “Pré-história de Moçambique” na Universidade de Madrid, em 1941, e na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia mais 11 conferências sobre temas arqueológicos metropolitanos, incluindo as pesquisas realizadas em Muge, sob a direcção, novamente, de Mendes Correia. Além disso, terá apresentado mais cinco comunicações sobre temas arqueológicos em congressos nacionais e internacionais,

sendo dois sobre temas angolanos, e um sobre Moçambique, e participado do Congresso de Pré-história e Proto-história do Porto, em 1940, com a apresentação de três comunicações, duas sobre temas metropolitanos e uma intitulada, simplesmente, “Arte Rupestre”. Quanto à sua bibliografia, são citados 20 textos com temas especificamente arqueológicos de um total de 87 publicações apontadas.

Já Amílcar de Magalhães Mateus, nascido na Guarda, em 1911, irá licenciar-se em Ciências Biológicas, e em Medicina, simultaneamente, em 1935. Terá ainda recebido o prémio Rui de Serpa Pinto, entre os anos de 1932 e 1934, como aluno distinto de Antropologia, devido às suas tendências para a investigação científica. Entretanto, doutora-se no ano de 1944 com uma tese na área de Ciências Biológicas, sobre os cromossomos de Batráquios (Mateus, 1953). Novamente, apesar de certo ecletismo de pensamento, a preferência pelo campo da Antropologia associada à formação em Medicina se manifesta no currículo académico de um dos chefes das Missões Antropológicas. A influência da Escola Antropológica do Porto e, particularmente, da figura de Mendes Correia, também se fazem forte neste contexto. É de se recordar que, como no caso de Santos Júnior, será Mendes Correia o indicado para chefiar a Missão Antropológica da Guiné, tendo, entretanto, passado tal incumbência para Amílcar Mateus, no ano a seguir à primeira viagem científica ali realizada. Tal Missão irá cumprir somente duas campanhas, entre 1946 e 1947, e, como já visto terá pouca expressão no panorama geral de entendimento desses projectos científicos.

Mateus será também, como no caso anterior, assistente da Faculdade de Ciências do Porto, na área de Antropologia e Zoologia, tendo, entretanto se tornado professor extraordinário da mesma faculdade, em 1948. Nesse cargo viria a reger as disciplinas de Zoologia Médica, Zoologia, Ecologia Animal, Zoologia Sistemática e Antropologia (Mateus, 1953).

As referências à Arqueologia no currículo de Mateus resumem-se a apenas um texto dos 25 trabalhos citados, publicados desde 1930. Este seria o já citado “Nota Preliminar Acerca da Estação Pré-histórica de Nhapassaré (Guiné Portuguesa)”, datado de 1952 e, portanto, publicado cinco anos após a última campanha à colónia ter decorrido. Os demais são trabalhos em Antropologia Física e no campo da Biologia. Tal posição da Arqueologia na obra do autor, associada à curta duração da Missão, faz com que se reforce a sua situação de secundarismo em relação às outras desenvolvidas em territórios ultramarinos.

Finalmente, António de Almeida, nascido em Viseu, em 1900, irá licenciar-se em Medicina pela Universidade de Lisboa, e obterá ainda diploma pela Escola Superior Colonial e pela Escola Superior de Medicina Tropical, também em Lisboa. Será também professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina e da Universidade Técnica de Lisboa, ministrando em ambos os institutos cadeiras relacionadas a temas ultramarinos.

Além da carreira de professor, desempenhará também o trabalho de investigador em centros estatais. Será director do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar e quando da sua dissolução passará a Director do Centro de Antropobiologia, criado em 1962. Nesse último, virá a trabalhar até o seu jubileamento por idade em 1970.

Será ainda chefe da Missão Antropobiológica de Angola (1948, 1949, 1950, 1952, 1955), da Missão Antropológica de Timor (1953-54, 1957, 1963, 1964, 1968 1969, e, depois de jubilado, em 1974 e 1975) da Brigada de Etno-sociologia da Missão Científica de São Tomé e de Missões Científicas na Guiné (1959, 1961), em

Moçambique (1959), na Índia Portuguesa (1960, 1961) e em Cabo Verde (1962) (Almeida, 19--).

Como é possível perceber, António de Almeida tem sua carreira profundamente relacionada aos temas ultramarinos. Desde a sua formação inicial até os cargos ocupados e missões desempenhadas, o papel das colónias em sua carreira é crucial. Tal posição o colocará em contacto directo com Mendes Correia, que desempenhará importantes cargos nesses domínios tais como o de presidente da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, além de ter sido um dos principais idealizadores das Missões. Muito embora, diferentemente dos personagens anteriores, tenha sua formação relacionada a Lisboa e Coimbra, distante do campo de influência principal de Mendes Correia, que era o Porto, António de Almeida também irá manter relações próximas com essa eminente figura, vindo a desenvolver, inclusive, trabalhos em conjunto com este, com destaque para os produzidos em decorrência da primeira campanha científica realizada em Timor (Correia; Almeida; França, 1994a; 1994b). Também, como nos casos anteriores, terá sua formação académica relacionada à Antropologia e à Medicina, confirmando certa homogeneidade do grupo.

Com relação à Arqueologia, especificamente, as referências directas em seu currículo, como nos casos anteriores, também são poucas. Foi correspondente nacional de Arqueologia da C.C.T.A, de Londres, membro representante de Macau e Timor Português no Conselho da Associação de Pré-História do Extremo-Oriente, Secretário da Secção de Pré-história do IV Congresso Panafricano de Prehistória e de estudo do Quaternário de 1939, em Leopoldville e vice-presidente da quinta edição do mesmo congresso em 1963, nas Canárias, além de ter sido convidado pelo mesmo congresso a ser colaborador do atlas de pré-história da África (Londres). Também tomou parte em

pelo menos três congressos estritamente de Arqueologia. Quanto à sua bibliografia, os textos arqueológicos corresponderão a 17 trabalhos dos 170 citados, desde 1934.

Esse número de contribuições dentro do campo arqueológico representa uma pequena parcela da totalidade das actividades que compõem o seu currículo, que do mais é bastante variado, com participações em eventos que abarcam desde as ciências médicas até a Etnografia e o folclore, passando pela Onomástica e os descobrimentos, além, é claro, do campo da Antropologia, que era, sem dúvida, o seu maior interesse científico (Almeida, 19--).

Se fica claro, pela análise do seu currículo, que António de Almeida tinha interesse em variados campos científicos, também fica confirmado que sua carreira é sedimentada preferencialmente na investigação dos temas ultramarinos. Também, se parece evidente que a Arqueologia representa uma pequena parte da sua produção científica, ao lado daquela dedicada à Antropologia e a Etnologia, por exemplo, é certo também que há um lugar reservado àquele campo científico na sua carreira.

Tal quadro, que de modo geral também se coaduna com os analisados anteriormente, será, sem dúvida, mais um factor de explicação para o lugar que a Arqueologia ocupa nos trabalhos das Missões Antropológicas.

Se, por um lado, esses pesquisadores são adeptos do conceito alargado de Antropologia de que também compartilhava Mendes Correia, em consonância com outros campos científicos, tais como o da Biologia, da Geologia, da Etnografia e da própria Arqueologia, por outro, também são parte integrante de um momento histórico que punha na Antropometria um grande interesse científico e que tem nas suas formações na área de Medicina, certamente, um grande reforço.

Esse contexto específico ajuda a explicar, ao mesmo tempo, o papel secundário da Arqueologia nas Missões e a sua permanência para além dos interesses oficiais que o campo pudesse suscitar em diferentes contextos. A preferência pessoal, seu campo de conforto e de maior interesse era, sem dúvida o da Antropologia física, mas a Arqueologia deveria fazer parte do programa investigativo a ser desenvolvida nas colónias como forma de compreensão ampla dos povos estudados.

Por outro lado, como já analisado, os próprios interesses estatais punham naquele primeiro campo científico o seu foco de interesse, levando a que as redes estabelecidas para a consolidação daqueles projectos privilegiassem os interessados em tal área.

Assim, a forma como esses investigadores irão conciliar os seus diversos interesses e os seus vários aliados durante a sua carreira irá, sem dúvida, se reflectir sobre o grau de visibilidade da Arqueologia e sobre o tipo de produção arqueológica que se fará durante as Missões Antropológicas. Esse tipo de relação irá, sem dúvida, se fazer transparecer na análise da produção científica dentro desses projectos, deixando revelar seus propósitos e preferências nos discursos produzidos.

CAPÍTULO XIV

A Ciência em Construção:

As Missões Antropológicas e sua Produção Arqueológica

Se uma determinada comunidade científica explicita, em cada período, um espírito de época, o trabalho de seus congêneres deverá apresentar-se como um diálogo com essa mesma comunidade. O espírito de época seria aqui caracterizado como o conjunto das verdades aceitas, das regras a serem obedecidas e das controvérsias discutidas pelo conjunto dos cientistas que investigam um mesmo campo em um determinado período. Para que um determinado investigador possa ter o seu discurso científico aceite no interior dessa comunidade ele deverá, naturalmente, estabelecê-lo com base nessas possibilidades permitidas pela concordância entre os seus iguais. Para tanto, deverá chamar para si aliados, dirimir controvérsias no interior do grupo e construir o seu texto com o máximo de camadas necessárias para que possa alcançar aceitabilidade no interior dessa comunidade (Latour, 2000: 45-75).

Dessa forma, espera-se que os textos científicos produzidos por cada pesquisador envolvido directamente nas Missões, venham a reflectir, de certa forma, as discussões desse campo científico no período em que se desenvolveram. O contexto teórico-metodológico utilizado, as técnicas escolhidas, os aliados que convida a tomar parte do discurso, as controvérsias que cria ou com as quais dialoga, deverão, dessa forma, explicitar o tipo de relação que esses pesquisadores estabelecem com a comunidade científica arqueológica do período.

Entretanto, não se tratando de um projecto exclusivamente arqueológico, mas, pelo contrário, de Missões Antropológicas que tinham como objectivo secundário ou mesmo complementar algumas pesquisas arqueológicas, cuja execução estava sujeita em tempo, percursos e recursos aos objectivos principais desses empreendimentos científicos, será esperado que o tipo de tratamento que se concederá a esse campo não será tão cuidadoso quanto o que se esperaria se a Arqueologia fosse o objectivo principal do projecto. Naturalmente, tal situação particular também irá se reflectir de alguma forma sobre o tipo de produção científica que emergirá desses projectos.

Assim, em primeiro lugar, o presente capítulo se ocupará de caracterizar as trajectórias históricas e geográficas que circunscrevem o desenvolvimento das Missões Antropológicas, e, conseqüentemente, de sua produção arqueológica. Dessa forma será possível contextualizar de forma concisa seu universo de acção e de influência e as possibilidades em jogo quando se trata de caracterizar o tipo de Arqueologia que ali se desenvolve.

A seguir, procurará caracterizar a produção científica das Missões, buscando perceber de que forma a produção arqueológica das Missões Antropológicas virá a estabelecer diálogo com a comunidade científica do período. Buscar localizar os temas abordados, as opções teórico-metodológicas, os aliados convocados e as relações estabelecidas com possíveis controvérsias existentes no período ajudará a caracterizar a produção arqueológica desses empreendimentos no que diz respeito à sua relação com o universo científico que a circunscreve.

Finalmente, procurará perceber de que forma as pesquisas em Arqueologia são realizadas em campo, procurando delimitar o espaço para ela reservado no universo científico das Missões. Dessa forma, será possível comparar o tipo de pesquisa realizada

com a sua conseqüente produção científica, de forma a perceber o seu lugar no contexto das Missões e das comunidades científicas do período.

Tais objectivos serão alcançados tendo por base dois conjuntos de textos. O primeiro deles diz respeito a um espectro das publicações relacionadas à produção arqueológica das Missões de Moçambique, Angola e Timor. Tal conjunto ganha especial importância na medida em que é o resultado directo do diálogo com a Comunidade Científica a que se relaciona. É também o resultado de um determinado conjunto de aliados angariados. Do número e da qualidade das publicações realizadas depende a visibilidade que uma determinada produção científica ganha em meio académico.

O segundo conjunto de textos diz respeito a alguns cadernos de campo e relatórios da autoria de Santos Júnior, António de Almeida e de seu assistente de campo, Marques Júnior. Tais documentos, sendo muito mais intimistas ou direccionados para obrigações devidas ao Estado, trazem outro tipo de informações ao contexto da produção arqueológica das Missões. Nesses documentos é possível perceber o papel da Arqueologia no conjunto das Missões e no interesse tanto dos investigadores quanto do Estado, para quem o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos era uma necessidade.

Com relação à análise de documentos e publicações optou-se pela abordagem selectiva das Missões chefiadas por Santos Júnior e António de Almeida, por questões de visibilidade e acessibilidade. Sendo as Missões por esses pesquisadores chefiadas de impacto claramente superior à da Guiné, sua produção significativamente mais numerosa e com maior visibilidade na comunidade científica, a análise das suas características foi priorizada em relação àquela chefiada por Amílcar Mateus. Por outro

lado, sendo uma abordagem qualitativa das Missões, ou seja, sem pretensão de abarcar toda a sua produção, mas sim um espectro desta, o presente capítulo procurará traçar um panorama dessa produção científica que, de modo geral, possa ajudar na compreensão da totalidade da sua produção, quer no âmbito dos trabalhos realizados em Moçambique, Angola e Timor, quer no âmbito da própria Guiné.

Dessa forma, a análise de tais documentos na procura por diálogos científicos e preferências no que tange à produção arqueológica das Missões será mais um dos aspectos fulcrais na compreensão dessa produção científica. Juntamente com outros aspectos já analisados, irá procurar completar o quadro de análise do contexto que caracteriza a produção arqueológica das Missões, buscando resgatar toda a sua complexidade e compreender seus pontos fracos e fortes no quadro histórico, político e científico nacional e internacional do período.

14.1 - A Ciência e Suas Condições de Produção: As Missões Antropológicas, Seus Antecedentes, Seus Diálogos, Seus Percursos

Sendo determinada produção científica fruto de inúmeras redes estabelecidas durante seu processo produtivo, a compreensão e caracterização da produção arqueológica das Missões Antropológicas deverá seu formato final a todo o percurso de desenvolvimento desse produto discursivo. Assim, não só seus aspectos legais, ou as características de seus pesquisadores definirão o tipo de Arqueologia nesse contexto emergida, mas também as trajetórias históricas e geográficas que circunscreveram esses projectos.

Conforme já analisado, as pesquisas antropológicas e arqueológicas que se vêm a desenvolver em contexto ultramarino a partir dos anos 30 do século XX são fruto de uma trajetória histórica de pesquisas que procurou privilegiar, em maior ou menor medida, o conhecimento dos territórios coloniais que serão posteriormente fruto das investigações promovidas pelas Missões aqui analisadas. Realizados por pesquisadores nacionais ou estrangeiros, esses trabalhos preliminares, muitas vezes superficiais, foram, entretanto, os primeiros incentivadores da ocupação científica ultramarina no campo das ciências humanas e sociais. Sem eles, provavelmente, alguns pontos de interesse dos organizadores dessas empresas científicas não teriam emergido e, de certa forma, condicionado prioridades ou visões iniciais acerca de seus objectos de pesquisa. Além disso, investigações realizadas no mesmo contexto histórico através diferentes projectos, ou aquelas que vieram a se desenvolver nesses territórios coloniais posteriormente, também se apresentam como parte integrante dessa mesma trajetória que posiciona os trabalhos desenvolvidos pelas Missões Antropológicas numa inter-

relação com o universo científico de um período específico da história dos campos abordados.

Por outro lado, as trajetórias percorridas em cada uma das campanhas realizadas, quer por determinação dos seus projectos oficiais, quer por opções tomadas por seus investigadores em campo, também irão condicionar, certamente, o tipo de ciência que virá a ser desenvolvida nesses territórios. Sabe-se que os percursos eram escolhidos tendo como foco principal o estudo antropobiológico de determinados grupos indígenas, e que as pesquisas arqueológicas realizadas estavam condicionadas a esses trajectos. Perceber essas escolhas é uma forma de visualizar os espaços passíveis de serem investigados e, ao mesmo tempo, clarificar aqueles que não estiveram disponíveis, por diversas razões, para essas pesquisas. Certamente, tais informações são de suma importância na compreensão do tipo de Arqueologia que virá a ser desenvolvida no contexto das Missões Antropológicas.

Assim, a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique, chefiada por Santos Júnior a partir de 1936, embora seja um projecto pioneiro no que se refere à ocupação científica do ultramar, no campo das ciências humanas e sociais, não será, entretanto, responsável pelas primeiras pesquisas naquela colónia e regiões adjacentes. No plano de estudos para Moçambique, escrito por Mendes Correia em 1936, como já visto, um dos incentivadores fulcrais das Missões (Correia, 1936), alguns antecedentes para as pesquisas arqueológicas na região são apontados. Segundo Correia, as ruínas arqueológicas de Zimbabue já teriam sido testemunhadas por portugueses desde o século XVI. Já no próprio território de Moçambique, embora as pesquisas arqueológicas fossem extremamente escassas em comparação com o que se desenvolvia nos territórios sob a tutela inglesa, Correia aponta a descrição de um afiador e triturador de Quartizite, encontrado no rio Buzi e descrito por Leite de Vasconcelos em *O Arqueólogo*

Português, em 1913, e de alguns artefactos de sílex lascado, colhidos à superfície, nas cascalheiras adjacentes ao rio Monapo, descobertos por Wayland e publicados na revista *Man*, em 1915. Também as pinturas rupestres do Chifumbazi já teriam sido mencionadas por Carl Weise, no começo do século XX (Correia, 1936:19-23).

A própria Missão de Moçambique virá, assim, a dar continuidade a esses pequenos trabalhos iniciais, e será incentivada não só por esses, mas também por todas as descobertas feitas, sobretudo, na África do Sul nesse mesmo período e que levavam a crer existirem também em Moçambique muitos dos contextos encontrados na colónia vizinha (Correia, 1936). De facto, as seis campanhas desenvolvidas pela Missão irão aumentar exponencialmente os conhecimentos arqueológicos na região e abrir espaço para novos trabalhos. O próprio António de Almeida fará uma viagem científica à colónia em 1959, mas pesquisas pontuais passarão a ser realizadas nesse território já a partir dos anos 40, através de nomes como H. Breuil, C. Van Riet Lowe, L. Wells e A. Borges e terão continuidade, a partir de finais dos anos 60 e inícios dos anos 70, com R. Dickinson, R. Derricourt, C. Ervedosa, Q. da Fonseca, V. Grilo, T. Leite, G. Liesegang, J. Martinez, A. Monteiro, R. de Oliveira, Rita-Ferreira e M. Ramos. Este último assumirá a direcção do Centro de Antropobiologia após o jubileamento de António de Almeida (Morais, 1990:9).

Quanto aos trajectos percorridos por esta Missão (ANEXO I), a primeira campanha comportava, conforme referido, duas partes, sendo a primeira uma visita a diversos pontos de interesse na União Sul Africana e Rodésia, e na segunda, as primeiras pesquisas em território moçambicano. Neste território foram visitados Tete, Kambulabaça, Vila Coutinho, Chifumbazi, Vila Gamito, Furakungo, Tete, Kambulabaça, Vila Gouveia, Vila Pery e Beira. Entretanto, a maciça parte do trabalho

foi realizada no circuito que abarca as oito primeiras localidades, ou seja, à Norte do território, sobretudo na actual província de Tete (Santos Júnior, 1938).

Já na segunda Campanha, os lugares percorridos foram Tete, com destaque para as visitas ao Mícombo, Marura, Inhacapindeca, Massangano, Chicôa, Fingoé, Inhacapiriri. Dégua, Zumbo, Chitávi, Mâgué e Chifumbazi. Ali sofre um acidente de trabalho, quando investigava o sítio de arte rupestre de Chicolone, tendo que ser transportado de avião às pressas para Lourenço Marques, onde fica internado 51 dias, pondo fim à viagem. Esta segunda campanha compôs uma trajectória semelhante à anterior, com destaque para as pesquisas realizadas, novamente, em Tete (Santos Júnior, 1940a).

Sobre a terceira campanha há menos informação disponível, mas sabe-se que foram investigados Angonia, Tete, Mutatara, Chemba, Sena, Corongoza, Cheringona e Marromeu, circunscrições pertencentes às actuais províncias de Tete, e também Manica e Sofala. Seguindo a mesma tendência, na quarta campanha o ponto de partida é Nampula, então capital do Niassa (hoje província de Nampula), de onde a equipa parte para o interior, visitando algumas circunscrições das actuais províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. O itinerário passa por Nampula, Moçambique, Namapa, Monte Riane, Porto Amélia, Macimboa da Praia, Palma, Quionga, Muêda, Montepuez, Marrupa, Monte Campote, Mutuali, Litunde, Manlamba, Coboè, Metangula, Vila Cabral, Quamba, Milange, Metolola, Megaza, Morrombala, Quelimare, Namagoa plantations (Lugela), Namarroi, Gurué e Entre-os-rios. Percebe-se que as investigações avançam ainda mais para a região norte da colónia (Santos Júnior, 1947c).

A quinta campanha, como a quarta, parte de Nampula. O objectivo era estudar o litoral do Niassa e Zambésia, completando, assim, os estudos ao Norte da colónia.

Foram efectuadas pesquisas em Nampula, Ribauè, Alto Molócuè, Ile, Meconta, Imala, Namapa, Mocimboa da Praia, Mucojo, Quissanga, Ibo, Mecúfi, Momba, Nacala, Mussoril, Mogincual, Mogovolas, António Enes, Larde, Moma, Pebane, Maganja da Costa, Nhamacurra, Mopeia, Luabo, Chinde, Quelimane, Marromeu, Lacerdónia, Lourenço Marques. Tais localidades correspondem às actuais províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Manica e Sofala (Santos Júnior, 1948a).

Finalmente, a sexta campanha, realizada após sete anos de espera, teve como objectivo estudar a antiga província Sul do Save, hoje dividida entre Inhambane, Gaza e Maputo. Desta última campanha não há relatórios oficiais disponíveis, mas sabe-se, pelo estudo de materiais arqueológicos recolhidos (IICT, 2002) que a trajectória desta campanha teria incluído pelo menos Marracuene, Mambone, Lourenço Marques, Chiluané, Magude, Induna Mauanja, Vila Vaneteze, Massangir, Vila Incomáti. Macarretane, Caniçado, Guijá, Pafúri, Mapai, Macupulane, Massangena, Mapanhe, Maxaila, Mambone, Inharrine, Vilanculos, Vila Zambeze, Alto da Maxixe, Chibuto, Inhambane, Manhiça, Quissico, Marracuene, Mavila, Chidinguel, Vila João Belo, Macia, Catuane, Maputo, Changalane, Moamba, Sabié e Namaacha, todas localidades do Sul do Save, além de algumas poucas regiões de Manica e Sofala e uma do Niassa, também citadas.

Nota-se, na comparação entre os projectos estatais para as campanhas de Moçambique, analisados anteriormente, e os trajectos efectivados em campo, que o objectivo para a quarta campanha, de estudar o Niassa e Quelimane (Zambézia), não foi plenamente alcançado, ficando o litoral para ser pesquisado posteriormente, o que acabou por acontecer na quinta campanha, que, segundo os projectos iniciais, deveria estudar o Sul do Save. Tal questão levará a que mais uma campanha tenha que ser desenvolvida para que os trabalhos fossem terminados.

Já a Missão Antropobiológica de Angola, como a própria designação dá a entender, teve seus objectivos voltados para as pesquisas em Antropologia física. Muito embora essa não seja uma característica exclusiva deste projecto, no caso da Missão de Angola, as pesquisas antropológicas realizadas entre os Bosquímanos constituíram, certamente, seu legado mais conhecido. Pesquisas arqueológicas foram, entretanto, realizadas, sobretudo com a colaboração de Camarate França.

Mas o projecto de investigação da província de Angola nas suas cinco campanhas realizadas entre 1948 e 1955, duas preliminares e três no contexto da Missão Antropobiológica, não será, novamente, o pioneiro das pesquisas realizadas nesse território. As primeiras pesquisas acerca de vestígios arqueológicos em Angola datam de décadas anteriores. Conforme já citado, a primeira pesquisa acerca da Arqueologia ultramarina teve como objecto de análise artefactos encontrados em Angola. Publicado por Ricardo Severo em 1890, foi seguido por outros textos semelhantes, da autoria de Nery Delgado, Paul Choffat e Leite de Vasconcellos, estes três últimos publicados já nas primeiras décadas do século XX (Jorge, 1975:3).

Já na metade do século, as pesquisas na colónia se intensificam, não só com o trabalho da Missão Antropobiológica, chefiada por Almeida, mas também através de outras pesquisas realizadas através do Governo Geral da Colónia e da Companhia dos Diamantes, que em 1946, nas suas “Publicações Culturais” traz a público um trabalho de Arqueologia Pré-Histórica da autoria de Jean Janmart, que na altura ocupava o cargo de chefe dos serviços de prospecções da Companhia. Outros trabalhos de destaque nesse período seriam o do Engenheiro Fernando Mouta, editado pelo Museu dos Serviços de Geologia e Minas de Luanda e o de J. Desmond Clarck para a Diamang. Este último, publicado em 1966, e intitulado “The Distribution of Prehistoric Culture in Angola”, parece ser particularmente interessante na compreensão do tema (Jorge, 1975: 4).

Ainda outras pesquisas importantes, publicadas já a partir da segunda metade do século, merecem destaque. Uma delas seria o mapa das estações arqueológicas de Angola, publicado por J. A. Martins, em 1959, a pedido dos Serviços de Geologia e Minas. Além desta, o trabalho de O. Davies, em 1958, acerca da formação de algumas praias elevadas da província, de João Vicente Martins sobre a Idade dos Metais em Lunda, publicado em 1966, e o de A. V. Rodrigues sobre construções em pedra da cultura Banta, datado de 1968, são outros exemplos importantes (Jorge, 1975: 5).

Além disso, não se poderia deixar de lembrar os trabalhos feitos, a partir de 1970, por Santos Júnior e Carlos Ervedosa, este da Universidade de Luanda, acerca do concheiro de Bemfica, em Luanda e das pinturas do abrigo de Caninguiri, no Mungo, que tiveram prosseguimento em trabalhos individuais de cada um dos autores (Jorge, 1975: 5).

Quanto aos temas e localidades estudados pela Missão chefiada por Almeida, estes variam entre o estudo da arte rupestre, de estruturas de defesa e de tecnologia lítica, e foram desenvolvidos em amplas porções do território Angolano. Alguns documentos ajudam a reconstituir as trajetórias percorridas pela Missão, mas com algumas diferenças. Enquanto no caso das primeiras duas campanhas preliminares as informações são mais escassas, as campanhas da Missão propriamente ditas podem ser mais detalhadamente descritas.

Em relação à primeira campanha preliminar sabe-se que os trabalhos decorreram no sul da colónia, sobretudo nos Postos administrativos da Lucira, São Nicolau, do Forno da Cal e de Capangombe (Munhino) (Almeida, 1949). Sobre a viagem seguinte pouco se sabe, não sendo possível reconstituir seu trajecto. Entretanto, conforme já visto, uma carta do Governador-geral da colónia deixa claro que entre os objectivos

alcançados por esse projecto se destacaria a recolha de uma importante colecção de artefactos de sílex, fazendo crer a presença de pesquisas arqueológicas nessa campanha (Carvalho, 1950a).

Já sobre as três campanhas da Missão Antropobiológica de Angola, informações recolhidas dos cadernos de campo de um de seus assistentes, António de Almeida Marques Júnior. (1950a, 1950b, 1952, 1955), ajudam a reconstituir com fidelidade os percursos escolhidos (ANEXO II).

A primeira campanha (Marques Júnior, 1950a;1950b) inicia os seus trabalhos em Luanda, percorrendo, posteriormente, Limbombo, Ambriz, Santo António do Zaire, para, então, chegar a Cabinda, onde uma parte considerável dos trabalhos se desenvolve. Lá chegando, visitam Landana, Buco Zau, Belize e Necuto.

Terminado o trabalho em Cabinda, dão continuidade às pesquisas em Matadi, São Salvador do Congo e Cuimba, na província actual do Zaire, seguindo para Maquela do Zombo, Mavoio, Damba, Mucaba, Bungo, Alto Cuale, na província de Uíge, Camabatela, localizado no Kwanza-Norte, Malange, na província de mesmo nome, Mussende, no Kwanza-Sul, Andulo, Silva Porto, Chitembo, situados na Bié, e Serpa Pinto, Mavinga, Cuito-Cuanavale, Merongue, Vila da Ponte, no Kuando-Kubango. Até aqui a trajectória é descendente, do extremo norte da colónia, para o extremo sul.

No prosseguimento dos trabalhos, a equipa segue no sentido da actual província de Huíla, seguindo para leste. Alí visitam Capelongo, Quipungo, Sá da Bandeira (Lubango) e Chibia. A seguir, seguem sentido sul, para a província do Cunene, onde visitam Vila Pereira de Eça (Ngiva), Cuamato, Evale, Chiede, Chilemba-Cafú, Curoca, Catequero, Otchinjau, Oncócuca e Ompupa. Retornam a Huíla onde passam por Pocolo,

Chibembo e Chibia. Finalmente, rumam para Namibe, no litoral sul da província, onde visitam Cainde, Moçâmedes, Caraculo, Maconge, Buico e Bibala.

Após este ponto a trajetória volta a ser no sentido norte, passando por Quilengues, no Huíla, por Lobito no Benguela, Porto Amboim, Gabela, Quibala no Kwanza-Sul, Calulo, Dondo, Zenza do Itombe e Cassoalala, no Kwanza-Norte e, finalmente, Luanda.

Nota-se que, ao contrário da abordagem escolhida por Santos Júnior, que sectorizou o trabalho geograficamente, António de Almeida parece escolher percorrer a colónia no sentido norte-sul, com maior ênfase em alguns pontos do trajecto, mas numa abordagem, aparentemente, mais generalista do território.

A segunda campanha, bem menor que a anterior (Marques Júnior, 1952), parte novamente de Luanda, começando os trabalhos pelo Kwanza-Norte, no Dondo e Calulo. Depois a equipa segue para Quibala, Bimbe e Nova Lisboa (Huambo), no Kwanza-Sul, e no prosseguimento visitam Silva Porto (Kuito) e Chitembo na Bié. Depois rumam para Cuito-Cuanavale, Mavinga, Diholo, Kandulo, Chipunto, Katala Luiana, Demba, Chitengue, Menongue, Longa, Caiundo, Cuangar, Dirico e Mucusso, no Kuando-Kubango. Fazem finalmente o retorno passando pelo Malange, e daí, novamente, para Luanda. Neste campanha percebe-se repetir-se a mesma trajetória norte-sul, mas desta vez, com ênfase maior na parte central e austral da colónia.

A terceira e última campanha (Marques Júnior, 1955), passará por Luanda, depois por Muxima, no Bengo, Porto Amboim, Novo Redondo e Lobito, no Kuanza-Sul. Seguem viagem passando pelo Benguela e daí para Quilengues e Sá da Bandeira (Lubango), no Huíla. A seguir visitam Moçâmedes, Lucira, São Nicolau, Munhengo, Vila Arriaga, Camucuío, Munhino, Capolopopo, Brutuei e Moque, no Namibe,

passando, a seguir para a província de Huíla, onde visitam Chibia e Chibemba. Depois seguem para o Cunene, passando por Catequero, Naulila, Vila Pereira de Eça, Nehoni, N'giva, Chiede, Omupanda, Mupa e Evale. No Kuando-Kubango visitam Vila da Ponte (Artur de Paiva) e no Huíla novamente, passam por Quipungo, Mulondo, Vila Folgares (Capelongo) e Ossi. Depois rumam para Nova Lisboa (Huambo), e daí para Silva Porto (kuito) e Alto Cuito, na Bié, Cazamba, no Lunda Sul, Vila Luso (Luena), no Moxico, Quibala, no Malange, Calulo, Quissange e Dondo, no Kuanza-norte, e finalmente Luanda. Esta última campanha parece ter tido uma trajectória ainda mais variada que as demais, indo para sul, mais próximo ao litoral e depois fazendo a trajectória norte no sentido do interior da colónia.

De modo geral, parece repertir-se a mesma abordagem generalista do território em todas as campanhas, na procura por investigar povos indígenas específicos e de, ocasionalmente, visitar alguns sítios pré-históricos de que havia conhecimento. Nota-se ainda certa ênfase nas pesquisas realizadas na porção austral do território, o que condiz com um dos propósitos primordiais da Missão, que seria o estudo dos Bosquímanos, considerados em vias de extinção.

Finalmente, quanto à Missão Antropológica de Timor, sabe-se que António de Almeida esteve nessa colónia, em pesquisa, desde 1953 até 1975, num total de oito viagens, sendo que as duas últimas ocorreram depois do seu jubileamento por idade do Centro de Antropobiologia que dirigiu desde a sua criação.

Mas não terá também sido ele o pioneiro das investigações antropológicas na ilha. Desde o final do século XIX a Universidade de Coimbra já dispunha de uma colecção de crânios timorenses que geravam bastante polémica acerca da sua proveniência. Pesquisadores estrangeiros também já haviam desenvolvido importantes

estudos sobre a região, com destaque para as investigações de Alfred Russel Wallace (1823-1913) acerca das diferenças entre Malaios e Papuas. Além disso, o próprio Mendes Correia já havia publicado, em 1916, dois artigos baseados em documentos da autoria de Fonseca Cardoso, sobre Timorenses analisados por ele, e ainda mais um, em 1934, a partir de indígenas trazidos para a Exposição Colonial, ocorrida no mesmo ano (Schouten, 2001: 159-162).

Quanto aos estudos especificamente arqueológicos, o primeiro trabalho publicado dataria de 1936, seria da autoria de Alfred Bühler e teria sido fruto de escavações realizadas na região de Baguia. Do total de oito escavações efectuadas por esse pesquisador em Timor, somente a decorrida em um abrigo de rocha nessa região estaria dentro do actual território de Timor-Leste. Os artefactos líticos e as cerâmicas recolhidas desse sítio estariam em consonância com outros trabalhos realizados por Bühler, em Nikiniki. Em 1939, também W.J. Willems teria desenvolvido trabalhos arqueológicos na parte Oeste da ilha, tendo escavado a caverna Ulman, e sítios em Fatu Turi, e Fatu Meang, próximo a Atambua. Posteriormente, em meados da década de 50 do século XX, Theodor Verhoeven, um ministro religioso alemão e arqueólogo amador teria também realizado escavações a oeste do território português próximo a Atapupu e a Kateri. Esse mesmo ministro teria retornado a Timor em 1964 e realizado mais algumas pesquisas, dessa vez nas proximidades do território português (Lucas et al., 1992: 270; Oliveira, 2008: 9-12).

Apesar de certa frequência nas pesquisas realizadas nas proximidades do território português e da investigação realizada por Bühler na colónia, será com a Missão Antropológica de Timor que as pesquisas arqueológicas virão a ter certo papel de destaque na história das investigações Timorenses do período colonial português. O facto de ter tido um carácter estatal e a própria duração desse empreendimento científico

dará a António de Almeida e seus aliados, a oportunidade de investigar com maior liberdade de tempo e de espaço algumas regiões da antiga colónia.

Mas esse papel de destaque pouco terá a ver com a qualidade do trabalho realizado e sim com a sua marca na própria história das pesquisas ultramarinas. De acordo com investigações posteriores, o trabalho realizado nesse território por Almeida terá sido marcado pela falta de informações detalhadas acerca dos métodos de escavação empregados, bem como das próprias estratigrafias dos sítios. Além disso, preconceitos eurocêntricos e a falta de interesse por técnicas de análise mais acuradas como as datações por rádio-carbono, usadas já desde 1951, irão também contribuir para a pobreza científica dessas investigações. No que tange à qualidade do trabalho, terá sido a pesquisa de Ian Glover a merecedora de maior destaque no contexto anterior à invasão indonésia. Ele terá efectuado sua pesquisa de doutoramento na região, tendo realizado ali três campanhas de escavação, entre 1966 e 1967, no platô de Baucau, e na região de Tutuala, onde chegou a visitar sítios pesquisados por Almeida (Oliveira, 2008: 12-19).

Tais análises contemporâneas da qualidade dos trabalhos efectuados durante as várias Missões Antropológicas não são, certamente, as únicas e tampouco as carências encontradas são exclusividade do contexto timorense. Como se poderá perceber no decorrer desta pesquisa, a Arqueologia das Missões pertence a um momento histórico e social específico que impõe sobre esse fazer científico características ao mesmo tempo comuns ao universo português do período e específicas das condições de trabalho em contexto ultramarino.

Quanto à trajectória percorrida no decorrer do projecto da Missão Antropológica de Timor (ANEXO III), nota-se que, embora a primeira campanha da Missão tenha

percorrido várias localidades do território, serão as investigações realizadas nas proximidades da lagoa de Laga que ganharão maior destaque. Na segunda campanha, haverá recolhas novamente nos arredores de Laga, mas também em Lautem e Baguia. Em 1962, Cinatti, que fazia parte da Missão e que estava a trabalhar em Timor na altura, dá conta da existência de três sítios de pinturas rupestres em Tutuala, sendo o que leva o próprio nome da região, mais o de Ili Kerekere e a caverna de Lene Hara. Na terceira viagem de Almeida à colónia, os sítios encontrados por Cinatti são visitados e o de Sunu Taraleu, também na região de Tutuala, é acrescentado à lista (Oliveira, 2008: 12-18). Na sequência, Almeida teria ainda realizado mais três viagens à colónia, anteriores ao seu jubileamento e mais duas posteriores. Essas últimas viagens, feitas a pretexto da participação nos júris de aptidão à Universidade e de admissão às escolas técnicas e de Magistério primário ou para elaborar a “Carta Étnica de Timor”, teriam tido carácter complementar aos trabalhos até então desenvolvidos.

De modo geral, pode-se confirmar, a partir de uma rápida análise dos antecedentes, das influências e das trajectórias das campanhas das Missões Antropológicas aqui abordadas, que o tipo de Arqueologia que emerge desses trabalhos será condicionada, não só por escopos legais e políticas de estado que ditavam os objectivos desses empreendimentos científicos, ou pelas capacidades e preferências académicas dos seus responsáveis, mas também pela própria história pregressa de pesquisas em cada colónia, e pelos trajectos escolhidos em cada viagem. Se a história das pesquisas indica o crescimento do interesse nos temas ultramarinos e o reconhecimento da necessidade de conhecer cientificamente as colónias, os trajectos percorridos indicam os limites espaciais delimitados para as pesquisas, a partir de objectivos pré-estabelecidos ou de especificidades encontradas no terreno.

Se esses factores se entrelaçam profundamente com projectos legais e estatais e com objectivos científicos dos investigadores que desenvolvem as Missões, eles também introduzem a sua própria porção de especificidade no trabalho realizado, indicando heranças e fronteiras na história dessa produção científica. Por outro lado, os trabalhos realizados, eventualmente, no mesmo período ou em períodos posteriores, representam uma continuidade desse processo, denotando a importância dos projectos das Missões na compreensão da Antropologia e da Arqueologia dos territórios estudados, e, mais que isso, indicando a sua participação na história da ciência construída pelos investigadores de diversos tempos e espaços.

14.2 - A Ciência e seus Laboratórios: As Pesquisas Arqueológicas no Trabalho de Campo das Missões

Se as leis que regulamentam o projecto científico ultramarino, os percursos profissionais e académicos dos que as dirigem e os seus antecedentes históricos e os trajectos escolhidos condicionam a ciência arqueológica produzida nas Missões, será no decorrer do próprio trabalho de campo que se poderá visualizar com bastante propriedade tais factores condicionantes.

No caso específico das Missões Antropológicas está-se a tratar de um contexto que, à partida, já relega a Arqueologia para uma posição subalterna aos estudos Antropobiológicos, para os quais as trajectórias das campanhas são, na grande maioria das vezes, traçadas. Conhecer o indígena da colónia é a prioridade das Missões, tanto nos projectos estatais e legais que as cria e regulamenta, quanto nos objectivos primordiais dos cientistas e nos percursos escolhidos no terreno. Assim, o tipo de pesquisa arqueológica que poderá ser posta em prática, em campo, estará condicionada em tempo, espaço e prioridades, a factores que não dizem respeito, directamente, aos próprios objectivos da investigação dentro desse campo científico.

Por outro lado, a realização de projectos de investigação em territórios exógenos tanto geograficamente, quanto culturalmente, para a equipa metropolitana, e restricto em tempo e recursos humanos, financeiros e logísticos deverá ser mais um factor condicionante para toda a pesquisa desenvolvida.

Perceber o espaço reservado para as investigações arqueológicas no decorrer de cada campanha realizada será, dessa forma, crucial para a compreensão do tipo de

produção arqueológica que emerge em meio a esses projectos científicos ultramarinos. Quando e como as pesquisas ocorrem no desenrolar dessas viagens será, ao mesmo tempo, fruto das condições que possibilitaram o desenvolvimento das Missões e gerador de mais condicionalismos que se reflectirão no tipo de discurso arqueológico daí emergido.

Nesse sentido, o que parece destacar-se na análise de todo o trabalho de campo realizado durante as Missões é um quadro bastante homogêneo do contexto que circunscreve a sua produção arqueológica. Aquilo que se manifesta nos relatórios das primeiras campanhas da Missão de Moçambique, será relatado tanto em Angola, quanto em Timor. Apesar de se tratar de diferentes períodos de tempo, de espaços diversos e mesmo de dois investigadores com personalidades díspares, o espaço reservado para as pesquisas arqueológicas em cada um dos projectos em questão será muito semelhante. Uma rápida descrição das descobertas arqueológicas nas duas primeiras campanhas de Moçambique servirá, assim, para esclarecer os contornos de tal contexto.

A primeira referência a estudos arqueológicos presente no relatório da campanha inicial a Moçambique dá-se a 26 de Setembro de 1936, a caminho de Tete, onde Santos Júnior realiza estudos antropométricos entre os *Nhúngués*, o pesquisador aproveita a ida do intendente a uma localidade próxima para verificar a existência de uma gruta com gravuras, a aproximadamente dez quilómetros do seu ponto de partida. Já em 19 de Outubro, enquanto esperava pelo conserto do veículo que transportava a equipa de pesquisa em viagem exploratória, Santos Júnior, com o auxílio de um chefe local, teria empreendido uma visita ao sítio de pinturas rupestres de *Chifumbazi*. Teria também ficado a saber da existência de outro sítio semelhante, à aproximadamente 30 quilómetros dali, que não teria podido visitar por não dispor de materiais e de carregadores (Santos Júnior, 1938: 39-45).

No dia 28, nas proximidades de *Marissa* encontra, à berma da estrada, um artefacto lítico grosseiro, que posteriormente é complementado pelo achado de mais algumas peças em quartzo, uma delas identificada com a cultura Rodesiana de *Wilton*. Entretanto, por falta de tempo tal sítio não teria podido ser mais profundamente estudado.

No dia seguinte a equipa segue caminho para o *Zambeze* e vai à procura do sítio de gravuras rupestres de *Kambulabaça* do qual havia sido informado por um sipaio da polícia de *Tete*, mas, após três horas de procura, o referido funcionário não teria conseguido encontrá-lo.

Finalmente, no dia 1º de Novembro, o grupo viaja de *Tete* em direcção a *Vila Pery* onde se encontra com o Engenheiro Pires de Carvalho, dirigente das explorações mineira da *Revue Dredgring Company* que doa ao Museu Antropológico da Universidade do Porto 22 contas metálicas encontradas nas actividades de dragagem da Companhia (Santos Júnior, 1938:48-51).

Parece evidente que, em parte, essa metodologia empregada na pesquisa arqueológica da primeira Missão Antropológica decorre do facto de se dispor de pouca informação prévia acerca da existência de sítios nas regiões estudadas. Assim, a investigação arqueológica vai se fazendo no próprio campo, à medida que os territórios são explorados e as informações recolhidas. Por outro lado, o facto dessas explorações estarem condicionadas, em tempo e em espaço, às trajectórias entre povoações onde se pretendia realizar pesquisas antropobiológicas, sobretudo, parece dar a esse campo científico uma posição secundária em relação à Antropologia, contrastando, de certo modo, com a importância que essa ciência adquire na primeira parte da viagem, quando se exploram territórios sob a possessão inglesa.

A segunda campanha da Missão Antropológica de Moçambique, realizada entre Agosto de 1937 e Janeiro de 1938 reafirma ainda mais essa questão. Santos Júnior chega a *Tete* no dia 4 de Setembro onde teria ficado por 20 dias a fazer pesquisas de ordem antropobiológica e etnológica. É somente no caminho para *Fíngoè*, no dia 24 de Setembro, que, à berma de uma estrada onde havia parado para admirar a serra de Zumbo, o investigador depara-se com um raspador de tipo “*thumb nail*” e, logo mais a frente, lascas de sílex e pontas de quartzo-hialino. Tal descoberta teria rendido-lhe três horas de pesquisas no sítio que classifica como sendo do “*midle stone age complex sul-africano*” (Santos Júnior, 1940a: 7-28).

Mais à frente, nesse mesmo destino, nota a existência de um penedo com forma de pala em torno do qual descobre vários raspadores, lâminas, pontas de seta e de lança, em quartzito e em sílex, que classifica como sendo da mesma tradição que o sítio anterior, mas de tipo mais evoluído. Contudo, o autor afirma ter feito somente uma rápida recolha de superfície no local, seguindo logo após para *Fíngoè* onde teria feito medições antropológicas e pesquisas etnológicas (Santos Júnior, 1940a: 28-29).

No dia 27 de Setembro, no caminho de regresso a *Tete*, especificamente em *Mundjuze*, pára novamente, dessa vez por duas horas, para fazer recolha de instrumentos líticos de sílex, quartzo e quartzito. A respeito deste sítio não faz maiores comentários. Daí segue para Marissa, em busca de investigar mais profundamente o sítio arqueológico encontrado na primeira Missão e onde teria recolhido algumas dezenas de artefactos de quartzo-hialino e de sílex. Julga este sítio pobre, entretanto (Santos Júnior, 1940a: 35-36).

No dia 13 de Outubro, após ter passado alguns dias a trabalhar no estudo de grupos sanguíneos e de elementos etnográficos em *Tete*, segue para *Zumbo*. No dia

seguinte, em *Sussa*, pára para inspeccionar um cabeço repleto de seixos rolados onde encontra lâminas de quartzo, um pequeno pedaço de sílex e uma espécie de raspador circular de quartzito. Não faz, entretanto, maiores pesquisas na área. No dia seguinte a esse, mais de 20 quilómetros à frente, encontra um montículo esbranquiçado com mais seixos rolados, onde encontra um *coup-de-poing* da cultura de *Stellenbosch*. Nesse sítio teria ficado durante três horas a recolher artefactos (Santos Júnior, 1940a: 55-56).

No dia 18, após mais alguns dias de trabalho, resolve fazer uma nova recolha de artefactos líticos em *Chitávi*, que, segundo Santos Júnior, só foi possível por ter cedido o veículo do projecto para que o Administrador pudesse ir a um posto próximo a esse local. No caminho teria encontrado um sítio, também caracterizado pelo acúmulo de seixos rolados, onde o investigador recolhe algumas machadinhas de quartzito e mais vinte ou trinta lascas do mesmo material, que permitiram a ele classificar o sítio como do tipo *Kafouense*. Não teria podido, entretanto, permanecer mais tempo no local em virtude do desinteresse do Administrador, que insistia que deveriam prosseguir a jornada (Santos Júnior, 1940a: 65-66).

Chegando a *Chitávi*, o chefe da Missão teria ficado recolhendo artefactos por algumas horas, acompanhado de um habitante local. Afirma ter enchido, nessa altura, uma lata de gasolina de peças paleolíticas, com destaque para alguns *coup-de-poings* de tipo *Stellenbosch*. Já no Zumbo, Santos Júnior teria feito mais algumas recolhas, uma delas próxima a uma lagoa intermitente novamente repleta de seixos rolados (Santos Júnior, 1940a: 66-67).

Volta a fazer nova recolha de artefactos líticos no dia 24 de Outubro, no caminho entre *Chicôa* e *Tete*, dessa vez por três horas e, no dia 1º de Novembro, após

efectuar estudos etnográficos sobre os *Muzimos*⁷ da região, segue para *Chifumbázi* onde volta a visitar um sítio rupestre investigado na primeira campanha. Dali parte para *Chicolone* a procura de pinturas rupestres que haviam sido estudadas trinta anos antes por *Wiese* e do qual *Dart* havia feito referência em uma publicação em 1931 (Santos Júnior, 1940a: 78-80).

Este último sítio, que é descrito por ele como um *Muzimo*, é o palco de um episódio interessante da Missão. Ao estudar as pinturas de uma caverna do complexo, Santos Júnior teria sido atacado, juntamente com a equipa de nativos que o acompanhava, por um enxame de abelhas. Tendo os nativos escapado do local logo do ocorrido, Santos Júnior, que havia insistido em permanecer ali mais tempo, acaba por ser forçado a deixar o rochedo onde se encontrava a caverna pouco tempo depois. Como não havia indígenas para içá-lo pela mesma corda pela qual havia ali chegado, teria tentado subir pela face do rochedo, caindo de grande altura. Teria, por essa razão, ficado desacordado durante algumas horas e, levado posteriormente a um hospital, atesta ter fracturado o pé, entre outros ferimentos (Júnior, 1940a: 80-86).

Toda essa descrição, inclusive o acidente em *Chicolone*, nos revela alguns dados interessantes acerca do fazer arqueológico no contexto das Missões Antropológicas. Vemos persistir, em primeiro lugar, a supremacia dos objectivos antropológicos sobre os arqueológicos, tendo os primeiros definido, na maior parte do tempo, a trajectória que circunscreveu os achados e estudos no âmbito desse último campo científico. Destacam-se, entretanto, as visitas à *Marissa*, *Chifumbázi* e *Chicolone*, percursos

⁷Santos Júnior, no relatório da Segunda Missão Antropológica de Moçambique (1940), descreve o Muzimo como sendo "(...) a alma de um próximo parente, pai ou avô". Já no documento intitulado "Resumo da Actividade da Missão Antropológica de Moçambique" (SD) define-o como "(...) lugares sagrados onde os indígenas vão invocar a protecção das almas dos seus antepassados"

propositadamente feitos com intuitos arqueológicos, e todos relacionados a sítios já anteriormente pesquisados por Santos Júnior ou por outros investigadores.

Além disso, vemos fortes resistências humanas, por parte de administradores e nativos, condicionarem o tempo, os trajectos e a logística dessas pesquisas. Esse factor, naturalmente, não afecta somente as investigações arqueológicas visto que o baixo número de indígenas disponíveis em cada localidade para serem estudados, ou a demora em organizá-los, é também um aspecto negativo várias vezes mencionado no relatório (Santos Júnior, 1940a: 16, 29, 38-39, 41-43, 52, 63). Entretanto, percebe-se claramente que o incómodo causado pelas acções de Santos Júnior, por seus estudos e viagens, reflecte-se de forma significativa sobre as pesquisas arqueológicas da Missão, reduzindo, condicionando, e, no caso de *Chicolone*, impedindo o prosseguimento de suas investigações.

Por último, há que destacar outra característica persistente: a ausência de pesquisas mais sistemáticas nos sítios encontrados. Todo o trabalho realizado limita-se a recolhas de superfície e reproduções de gravuras e pinturas rupestres em sítios, muitas vezes detectados entre os caminhos que ligavam localidades onde pesquisas antropológicas seriam realizadas. Sobretudo no segundo relatório nota-se a atenção do investigador para a presença de algumas características marcantes no entorno, sobretudo a presença de elevações, de seixos rolados ou de palas, que o auxiliam a encontrar alguns sítios nesses trajectos.

Sabemos, entretanto, que esse pouco aprofundamento das pesquisas, o aterem-se à recolha rápida de dados e informações também não afecta somente a Arqueologia e prende-se, entre outros motivos, a algumas directrizes que já se fazem notar no primeiro plano de estudos de Mendes Correia:

“Será desnecessário dizer que muitos elementos recolhidos não serão estudados in loco, mas depois nos centros de estudos metropolitanos de que façam parte os membros da missão, ou até noutros, quando haja, como é natural, a necessidade de apelar para os conhecimentos muito especializados de outros técnicos, em determinados sectores de trabalho” (Correia, 1936: 30).

A opção por centrar os estudos na metrópole está certamente relacionada às precariedades da viagem, aos prazos temporais a serem cumpridos, uma vez que o chefe da Missão era também professor e pesquisador no Porto, ou mesmo aos limitados orçamentos disponíveis para esses empreendimentos científicos. Também se relaciona, muito provavelmente, à necessidade de reafirmar o poder metropolitano sobre as províncias de forma que a produção de conhecimento teria como objecto os territórios coloniais, mas deveria ser concretizada pelos colonizadores no seu próprio território, como medida de reafirmação de sua autoridade e poder.

Entretanto, a discrepância entre o tempo gasto na investigação arqueológica e aquele disponibilizado na recolha de dados antropobiológicos, sobretudo, e etnográficos, parece evidente. Enquanto as pesquisas antropológicas dispõem de dias seguidos de trabalho, as arqueológicas desfrutam de, no máximo, um dia de investigação, no caso de *Chicolone*. A ausência de escavações ou pesquisas mais detalhadas nesse campo vem confirmar, ainda, um desequilíbrio entre os dois enfoques claramente definidos para a Missão no decreto-lei que a regulamenta.

Os documentos e publicações relacionados às quatro últimas campanhas de Moçambique, embora manifestem suas próprias especificidades, não destoam do quadro que se consolida nas primeiras viagens. Na terceira campanha, por exemplo, as queixas acerca do tempo escasso para o desenvolvimento das pesquisas povoam os

documentos trocados entre Santos Júnior e o presidente da Junta (Júnior, 1945b, 1945c, 1945d, 1945e). Muito embora tal factor tenha prejudicado o desenvolvimento de todos os trabalhos, não somente os arqueológicos, este será um contexto que certamente se reflectirá especialmente sobre temas considerados secundários, como é o caso das pesquisas dentro desse campo científico. Entretanto, apesar das circunstâncias desfavoráveis, Santos Júnior dá conhecimento da descoberta ou da visita a alguns sítios arqueológicos.

Em carta enviada no dia 20 de Setembro (Santos Júnior, 1945b), o investigador conta ter feito uma viagem de 200 quilómetros ao Monapo à procura de uma cascalheira onde Wayland teria, por volta de 1914, descoberto instrumentos paleolíticos. Embora não tivesse encontrado o referido sítio na parte do curso do rio investigada, teria recolhido alguns quartzos, segundo ele, estranhamente lascados e que deveriam ser posteriormente avaliados para que fosse comprovada a sua possível origem antrópica. Neste caso específico, é a trajectória histórica das pesquisas na colónia o que leva a que um determinado percurso seja traçado no terreno com o propósito de realização de pesquisas arqueológicas. Conforme já visto, as pesquisas de Wayland na região constam como um dos antecedentes das investigações em Moçambique.

Já em comunicação de 28 de Outubro (Santos Júnior, 1945c), Santos Júnior descreve uma viagem feita de Vila Gouveia à serra de Chôa com o propósito de visitar as ruínas de Matali e de Molanda. No caminho teriam encontrado uma estação lítica de cultura Wilton, além de outra, de mesmo tipo, em Vila Gouveia. Neste caso, o texto dá a entender que o grupo teria conhecimento prévio das referidas ruínas, provavelmente por informações obtidas em campo, e que tais visitas teriam possibilitado a descoberta de mais alguns sítios, até então desconhecidos. Novamente, em carta de 02 de novembro (Santos Júnior, 1945d) o pesquisador comunica uma visita a um sítio de pintura

rupestres em um abrigo, que julga muito interessante. Neste caso, o uso da palavra “visita”, indica mais um caso de prévio conhecimento do sítio em questão. O mesmo ocorre, ainda na mesma carta, com a manifestação da sua intenção de estudar as ruínas de Mavita e da Zembe, segundo ele, “numa rápida viagem de prospecção”. Aqui, o prévio conhecimento do tipo e do nome dos sítios indica, mais uma vez, o conhecimento antecipado dos locais. Além disso, a explícita declaração de que os trabalhos seriam rápidos e superficiais, reforça o carácter secundário dessas pesquisas nos propósitos da Missão.

Na quarta campanha, Santos Júnior comunica a descoberta ou investigação de dois sítios de arte rupestre e cinco contendo artefactos líticos (Santos Júnior, 1946d). Os de arte rupestre seriam os de Monte de Riane e Monte Campote. O primeiro estaria localizado ao fundo de um pala ou gruta e teria sido descoberto anos antes por um agrimensor. Neste sítio o pesquisador teria também realizado uma escavação de 1, 50 metros de profundidade de onde teria extraído grande quantidade de cerâmica das camadas superiores e abundantes instrumentos de quartzo mesolíticos das inferiores. Já no segundo sítio, localizado em um rochedo granítico de face vertical e também já descoberto anos antes, dessa vez por um topógrafo, teria sido realizado um remeximento do escasso solo na base do rochedo que teria, entretanto, se mostrado estéril.

Neste caso, vê-se repetir o mesmo contexto da campanha anterior. Os sítios investigados seriam de conhecimento prévio da equipa e, embora tenham sido realizadas algumas pesquisas complementares, estas dão a entender terem sido bastante ligeiras.

Quanto aos sítios líticos, estes têm, todos, uma característica em comum. Teriam sido descobertos nas imediações de estradas percorridas pela equipa. No caso de Marrere seria a presença de pequenos cabeços de ondulação suave e rodeados de seixos

rolados de pequenas dimensões o que teria chamado a atenção para a prospecção no local. Em Misse, seria a presença de cascalheiras e de jazidas com areia quartzosa grossa o que teria despertado em Santos Júnior o interesse na região. Em Lunguice, o achado de um machado de mão e de *coup de poing* junto ao rio que dá nome ao sítio teria dado início à nova recolha. Já em N’Gongoé I e N’Gongoé II, seriam, novamente, formações semelhantes àquelas que levam à descoberta do sítio de Marrere, o indício que desencadeia nova prospecção.

Este contexto está em perfeita consonância com aquele que se manifesta nas primeiras duas campanhas anteriormente descritas. No caminho entre localidades onde, de modo geral, planeava-se a realização estudos antropobiológicos, determinados indícios na paisagem circundante levam a que rápidos trabalhos de prospecção arqueológica sejam realizados e novos sítios descobertos.

No relatório da quinta missão (Santos Júnior, 1948a) as informações acerca de pesquisas arqueológicas são especialmente escassas. Fala-se sobre uma visita às chamadas Ruínas de Gomene, no dia 15 de Agosto de 1948, que teria tido sua existência informada à equipa pelo chefe dos serviços das obras públicas de Porto Amélia, onde Santos Júnior havia proferido uma conferência. Tais ruínas teriam sido encontradas meses antes por um administrador e são visitadas e descritas pelo autor como um *muzimo*. Na área central desse sítio teria ainda escavado dois pontos de onde retirou-se muitas conchas de moluscos, fragmentos de cerâmica, ossos queimados, uma pederneira e algumas contas de vidro. O grupo teria ainda visitado, no dia 20 de Agosto, as ruínas de algumas casas circulares nas imediações da estrada entre porto Amélia e Montepuez. A informação da existência de tal sítio também lhe teria sido informada por um engenheiro no final da já citada conferência.

No dia 29 de Agosto, visitam o Lumbo, em função de precisarem despachar algumas caixas para Lourenço Marques. Santos Júnior diz que, aproveitando a ocasião, havia tentado descobrir a estação pré-histórica de onde proviriam alguns artefactos em sílex encontrados dois anos antes nos arruamentos dos jardins do hotel do Lumbo, porém sem sucesso. A 31 de Agosto, já de partida, faz mais um incursão aos arredores, juntamente com o capataz principal, novamente sem sucesso.

A próxima e última referência será em 03 de Outubro, onde, em Mulumbo, Santos Júnior resolve averiguar a existência de um sítio megalítico que lhe tinha sido informado por três pessoas. Tendo viajado, segundo ele, 639 quilómetros à procura do sítio, não teria sido, entretanto, capaz de localizá-lo, uma vez que ninguém na localidade haveria afirmado conhecê-lo. O chefe de uma povoação indígena próxima informa conhecer, por outro lado, uma caverna onde teriam se refugiado os soldados de Gungunhana, que na verdade se revelou ser um sítio de pinturas rupestres. Ali procedeu-se à reprodução das figuras e à “escavação da terra solta do pavimento daquela pala” (Santos Júnior, 1948a:123). Tal escavação teria fornecido muitas lascas de quartzo e instrumentos “bem afeiçoados”.

Mais uma vez, sítios conhecidos anteriormente, quer por si mesmo, quer por funcionários coloniais, transformam-se em viagens pontuais com propósitos arqueológicos. Muito embora tais percursos às vezes representem um substancial comprometimento em termos de tempo e espaço percorrido, como no caso do sítio de Mulumbo, seu carácter ocasional é claro. Além disso, os trabalhos realizados nesses sítios continuam a ser bastante superficiais e rápidos.

Sobre a última das campanhas da Missão de Moçambique não há relatórios disponíveis, mas sabe-se, através dos espólios e documentos provenientes dessa viagem,

que muitas estações arqueológicas são novamente descobertas. Uma correspondência de Santos Júnior para um ministro, no dia 24 de Setembro de 1955 (Santos Júnior, 1955c), também reforça essa constatação. Nesse documento, o autor comunica a descoberta de cinco estações paleolíticas à margem do rio Zambese. Ainda no Distrito de Tete, indica a descoberta de mais duas estações de pinturas rupestres.

Muito embora o texto não deixe perceber os contornos dessas descobertas, o comentário feito a seguir parece bastante interessante. Santos Júnior diz que seu mestre e amigo, Mendes Correia, havia escrito há mais de vinte anos que Moçambique teria um papel crucial na resolução de importantes problemas da pré-história da África do Sul e que os trabalhos realizados na província só teriam vindo a confirmar tal afirmação. Esse comentário vem ressaltar, mais uma vez, o papel peculiar da Arqueologia nos desenvolvimentos das Missões Antropológicas. Muito embora esteja relegada a uma importância secundária nos propósitos desses projectos, sua manutenção parece estar associada a questões específicas, como já citado anteriormente. Neste caso, o seu valor no panorama científico internacional parece evidente e a sua manutenção no projecto vem, segundo Santos Júnior, confirmar tais expectativas.

O caso das pesquisas Arqueológicas realizadas na Missão Antropobiológica de Angola, seguirá, também, padrões semelhantes àqueles que se pode averiguar em Moçambique. Ao analisarem-se os cadernos de campo do assistente de António de Almeida, cooperador tanto da Missão de Angola, quanto da realizada em Timor, António de Almeida Marques Júnior (1950a, 1950b, 1952, 1955), o quotidiano de cada campanha e o lugar reservado para as pesquisas arqueológicas indicam padrões em consonância com o ocorre na primeira Missão analisada.

O primeiro caderno relativo à campanha de 1950 (ANEXO IV e ANEXO V), inicia a descrição dos trabalhos da equipa, com a chegada a Luanda no dia 15 de Julho. Ainda nesse mesmo dia dá-se a primeira informação de cunho arqueológico. Tendo ido o grupo a Catete, localizado a cerca de 50 quilómetros do ponto inicial, a fim de buscar saber se naquela região haveria “Angolas” presos, Marques Jr. e Camarate França, que esperavam que António de Almeida resolvesse a questão junto ao aspirante da administração, resolveram efectuar prospecções, junto a um terreno próximo da habitação daquele funcionário público, onde se teria encontrado algum material lítico, com indícios de ter sido trabalhado.

Até o dia 26 de Julho, enquanto permanecem em Luanda a resolver problemas administrativos que os impedia de dar início às viagens ao interior da colónia, a equipa sai repetidamente com o intuito de realizar prospecções e até uma breve escavação nas imediações da cidade. Neste contexto específico as pesquisas arqueológicas são realizadas como forma de aproveitamento do tempo despendido antes que as viagens programadas pudessem se desenvolver.

A próxima notícia relacionada à Arqueologia data do dia 9 de Agosto, já com os trabalhos programados a decorrerem. Camarate França e outro componente da equipa de pesquisa, vão realizar prospecções em algumas grutas à beira-mar, a cerca de sete quilómetros de Landana, onde são colhidos alguns fósseis. No dia seguinte partem para Buco Zau, onde, ainda no mesmo dia, à espera do almoço, a Missão teria colhido grande quantidade de sílex trabalhado no terreno fronteiriço à administração e habitação do administrador.

No dia 13 de Agosto, como precisassem abastecer os carros saem em direcção a uma povoação próxima. Daí seguem para a beira do rio Luali, onde se colhem mais

alguns instrumentos líticos. No dia seguinte, fazem uma incursão pelo Belize, com o propósito de medir alguns indígenas da etnia Ba-Lundi. Ali, Almeida também teria feito prospecções, próximo a um rio, com o intuito de verificar a existência de instrumentos líticos, visto os mesmos terem aparecido no terreno de frente ao porto, onde a equipa foi almoçar.

Já no dia 18 de Agosto partem para Necuto. Ali, enquanto o pequeno almoço era preparado para a equipa, teriam colhido alguns instrumentos de quartzo e sílex entre os seixos rolados que existiam no terreno do posto. Teriam sido encontradas, também, algumas peças de jaspe tiradas de um corte do morro para a terraplanagem do local.

Nestes contextos, a Arqueologia aparece novamente como uma actividade realizada em pequenos tempos livres, nas imediações dos edifícios administrativos que acolhiam a equipa em cada povoação e limitada a pequenas recolhas de artefactos líticos.

No dia 21 de Agosto, entretanto, as investigações arqueológicas tomam nova roupagem. Embora fosse dia de descanso, Almeida e França acompanham o Administrador Manuel Martins, de São Salvador do Congo, em prospecção arqueológica, motivados por um machado lítico oferecido pelo mesmo administrador à Missão, e que, segundo ele, teria sido encontrado num corte localizado em um monte nas proximidades. Nos dias seguintes, mais prospecções são realizadas nas imediações, levando à recolha de inúmero material lítico. Aqui, ressalta-se mais um caso no qual as pesquisas são motivadas por descobertas ocasionais de funcionários locais da colónia.

O mesmo ocorre no dia 30, em Mavoio, quando lhe são mostrados alguns instrumentos líticos, colhidos nas redondezas. Enquanto esperam pelo almoço, os membros da equipa aproveitam para observar os cortes de alguns terrenos, onde teriam

colhido bastante material. Também no dia 12 de Setembro, em Mucaba, saem em prospeção arqueológica para as proximidades de um colonato em construção, em cujo terreno teria um engenheiro encontrado uma linda ponta de lança em quartzo hialino. Não tendo a equipa encontrado nada no local indicado pelo engenheiro resolvem retroceder no caminho, vindo a encontrar, na estrada de Cuílo, a um quilómetro do rio Longe, uma grande estação que avançaria para os dois lados da estrada, tendo ali o grupo apanhado um grande número de peças de quartzo hialino, jaspe e quartzite.

Nas semanas seguintes são realizadas algumas prospeções ocasionais, entre certas povoações visitadas, ainda aproveitando os tempos livres, as proximidades dos locais onde a equipa estava instalada ou algumas características específicas do entorno, como a proximidade de algum rio, por exemplo. Como confirmação desses aspectos ocasionais que circunscreviam as pesquisas arqueológicas durante a campanha, cita-se que no dia 15 de Novembro, a equipa teria seguido viagem passando por Ompupa, onde, enquanto esperavam pelo conserto de uma das carrinhas da Missão, teriam sido recolhidas algumas peças arqueológicas. No dia 20 de Novembro pela manhã, já em Cainde, indo Marques Jr. aos arredores do Posto onde a equipa havia dormido, para satisfazer alguma necessidade fisiológica, teria se deparado com alguns artefactos líticos, como bifaces, núcleos e lâminas. Mais tarde, Almeida e França teriam feito mais recolhas na região.

Nestes casos, o factor ocasional das pesquisas arqueológicas é fortíssimo. Enquanto no primeiro caso é a aleatoriedade do local onde um dos veículos da Missão havia ficado avariado o que permite algumas recolhas de superfície, no segundo, é a falta de instalações sanitárias em um dos edifícios que serviriam como abrigo para a equipa o que leva a que mais algumas recolhas fossem realizadas. Embora não sejam

situações ímpares na história da pesquisa arqueológica das Missões, sobretudo no primeiro caso, elas servem, entretanto, para reafirmar o carácter secundário das mesmas.

Já na segunda campanha da Missão (ANEXO VI), a viagem se inicia em 19 de Julho de 1952, com a chegada da equipa a Luanda, e no dia 11, em Chitembo, são feitas as primeiras recolhas arqueológicas. Enquanto parte da equipa acabava de tomar notas sobre lingüística e etnografia de grupos indígenas locais, Camarate França teria encontrado, numa ilha nas proximidades, no rio Cuebe, uma jazida com características mesolíticas. Neste caso, não há certeza de que Camarate França tivesse conhecimento prévio do sítio. O mesmo ocorre entre o dia 25 de Setembro e 04 de Outubro, quando França teria abandonado a equipa e seguido para Menongue para realizar algumas escavações. Marques Jr. não dá nenhuma informação adicional sobre o caso, mas parece ser uma situação em que o pesquisador vai ao encontro de algum sítio conhecido.

Nos dias 10 e 16 de Outubro mais achados furtivos impulsionam a equipa a fazer algumas recolhas de superfície, e do dia 04 a 07 de Novembro, prospecções realizadas nas proximidades do posto administrativo do Dirico, do rio Cuito e de uma pedreira existente nas proximidades permitem ainda novas recolhas. Nestes últimos casos, são pequenos tempos livres surgidos nas pesquisas antropobiológicas, muitas vezes relacionados à ausência de indígenas para serem medidos, o que leva a que haja possibilidade de desenvolvimento de algumas investigações arqueológicas.

Finalmente, na última campanha de Angola (ANEXO VI), a equipa chega a Luanda no dia 30 de Agosto e no dia 06 de Setembro inicia a viagem ao interior da colónia. No dia 12 partem para Lucira e, logo no entroncamento para essa cidade, encontram uma estação arqueológica pré-histórica abundante e com peças consideradas belas. Ainda param mais duas vezes, no caminho para São Nicolau, devido à localização

de mais artefactos. Depois, nos arredores da própria sede do Posto de São Nicolau, encontram ainda mais materiais líticos. Nota-se que a viagem se inicia sem nenhuma novidade quanto ao lugar das pesquisas arqueológicas nos objectivos da Missão. Novamente, as pesquisas são realizadas nas imediações das estradas, ou do edifício que deveria abrigar a equipa no desenvolvimento dos trabalhos em Antropologia física.

No dia 15 de Setembro, novas prospecções possibilitadas pela ausência de indígenas e realizadas à berma da estrada entre São Nicolau e Sá da Bandeira, permitem a localização de mais quatro estações líticas. Já no dia 25, em Camucuio, a equipa investiga um afloramento, provavelmente granítico, onde existiriam inúmeras gravuras de pegadas de criança, machados gentílicos e enxadas, entre outras figuras. Teriam sido vistas quatro lajes contendo as figuras descritas, localizadas a uma distância entre dois e cinquenta metros umas das outras. O sítio teria sido encontrado por um Boer naturalizado português que, por sua vez, teria comunicado o facto a um morador local.

No dia seguinte, impulsionados pela visita ao referido sítio rupestre, o grupo descobre ainda outra laje com gravuras de machado e de uma ferradura a 150 metros ao nascente daquele sítio. De tarde, ainda no mesmo dia, partem para conhecer uma nova estação, também indicada pelo mesmo morador local. Estaria também localizado na mesma região dos primeiros, mas bastante distante destes. Nestes últimos casos, repete-se novamente a fórmula na qual a existência de um determinado sítio é comunicada à equipa da Missão, que, então, acrescenta essa visita ao roteiro previsto de viagens. O conhecimento da existência do sítio desperta, então, o interesse da equipa em realizar mais prospecções na área, o que leva à descoberta de outros pontos de interesse.

Do dia 28 de Setembro ao dia 08 de Outubro, mais algumas prospecções e recolhas ocasionais são realizadas e, no dia seguinte, o grupo faz uma pequena viagem

para Capolopopo à procura de indígenas para serem observados e ali indagam um morador local acerca da localização de algumas gravuras rupestres que este teria encontrado. O informante, então, teria se oferecido para levar a equipa ao local. O sítio estaria localizado a cerca de um quilómetro nas redondezas e Marques Júnior, teria aí tirado algumas fotografias. Ainda no dia seguinte voltam ao local para dar prosseguimento ao registo e medição das gravuras.

O mesmo ocorre em Brutuei, no dia 11 de Outubro, quando a equipa vai até o morro de Tchitundo-Hulo observar o sítio rupestre estudado por Camarate França e procurar uma suposta caverna com pinturas que diziam haver nas proximidades do local. Nos dias seguintes novas prospecções auxiliadas por informantes locais levam ao conhecimento de mais sítios na mesma região.

As próximas e últimas pesquisas arqueológicas dessa campanha só serão registadas no dia 30 de Novembro, já em Ossi, quando a equipa resolve visitar as já bastante conhecidas ruínas existentes na foz do Ossi. Estas se constituiriam por uma muralha de pedras sobrepostas precariamente que se estenderia da foz do rio Ossi até ao rio Cunene, numa extensão aproximada de cinco quilómetros. No dia seguinte vão a outro morro à cerca de dois quilómetros da povoação comercial, onde também existiria outra muralha. Esta seria mais perfeita que a anteriormente vista e teria um perímetro de cerca de dois quilómetros.

Estes últimos sítios voltam a confirmar o mesmo quadro anteriormente citado e também observado em campanhas anteriores, quer em Angola, quer em Moçambique. O conhecimento de novos sítios através de informantes locais, ou de pesquisas anteriormente realizadas, levam a que, nos intervalos entre os percursos e pesquisas

realizados com finalidades antropobiológicas algumas pesquisas arqueológicas fossem realizadas, ainda que de forma rápida e, na maioria das vezes, superficial.

No caso da última das Missões aqui analisadas, os cadernos de campo de Marques Júnior disponíveis, cobrem somente as campanhas de 1953-54 e 1963, a primeira e a terceira campanha da Missão Antropológica de Timor (Marques Junior, 1953-54; 1963).

No primeiro caderno (ANEXO VIII), a primeira referência à Arqueologia aparece logo no dia 3 de Agosto, data do início das actividades, quando António de Almeida teria saído em prospecção junto a uma ribeira nas proximidades de Díli, não tendo encontrado, entretanto, nada. O mesmo ocorre no dia 7 de Agosto, quando a equipa vai até uma cascalheira à ponta da baía, ainda em Díli, colher algumas peças de talhe duvidoso, devido ao seu rolamento.

Nota-se que os componentes da campanha estariam à espera do navio “Índia” que só deveria chegar no dia 27 de Agosto, tendo, entretanto, fundeado somente no dia 11 de Setembro. Por este facto, segundo Marques Júnior, eles continuavam ali “na boa vida”. De facto, o que fazem, para além das prospecções, é visitar algumas localidades e fazer filmagens, mas o que parece implícito nesta afirmação do autor é o facto das prospecções arqueológicas realizadas não fazerem parte do que seria, na sua opinião, o trabalho efectivo da Missão. Seriam encaradas, talvez, como uma forma de ocupar o tempo, até que as viagens ao interior da colónia tivessem início. Tal situação vem confirmar, logo à partida, que o papel da Arqueologia nessa Missão não se altera em relação às anteriores. Continua, portanto, a ser uma actividade secundária nesse projecto.

Após uma recolha fortuita de um artefacto em jaspe no jardim do Posto de Bobonaro, no dia 20 de Setembro, quando as pesquisas antropobiológicas já estavam em andamento, e que não mereceu maiores investigações, uma vez que o local de origem das areias de onde havia sido retirada a peça era custoso de ser alcançado, a equipa segue caminho para Cor Lulic, quando, no dia 02 de Outubro fazem mais uma descoberta. Há cerca de três quilômetros dessa localidade, são obrigados a parar devido a um problema com um dos automóveis, o que fez com que verificassem a existência de uma estação pré-histórica de onde foram retirados, segundo o autor, um razoável número de materiais. O mesmo teria ocorrido também no dia 29, no terraço e calçada de acesso ao Posto de Suai, onde se teriam encontrado algumas peças, embora consideradas mais pobres.

O quadro se repete no dia 12 de Outubro, em Ainaro, nos arruamentos do jardim da residência do Administrador e no dia 24, em Viveque, em plena rua, quando artefactos são recolhidos casualmente e sem que tivessem dado origem a pesquisas mais aprofundadas. Todas estas descobertas retratam, novamente, situações em que a Arqueologia aparece pontualmente, entre os trajectos e trabalhos em Antropobiologia, sujeitos a coincidências e sem que tivessem recebido tratamento mais apurado.

Porém, no dia 11 de Novembro, a equipa visita o lago de Laga, onde Mendes Corrêa e António de Almeida encontram uma estação arqueológica. No dia 24 dão-se início às escavações no local, orientadas por esses pesquisadores e efectuadas por moradores locais. Das valas abertas teriam, entretanto, recolhido pouco material. À superfície do terreno em quase toda a extensão ao longo da estrada até próximo do lago é que se teria encontrado artefactos em grande quantidade e considerados de boa qualidade. No dia 25 de Novembro, Marques Júnior retorna ao local para ver o material que havia sido retirado das duas valas que tinha dado ordem para que fossem abertas,

sendo esse também pouco e, segundo o autor, considerado fraco, tendo então continuado a pesquisa pela superfície do terreno, onde novamente teria encontrado belas peças, principalmente junto da estrada. O autor dá novamente ordem para que, no dia seguinte, mais duas valas fossem abertas. Tendo novamente encontrado pouco material de interesse nessa escavação, faz novas recolhas de superfície nos arredores do lago e encerra as pesquisas.

Nota-se que este sítio, em particular, desperta atenção especial do grupo de pesquisa, que ali realiza repetidas escavações. Entretanto, apesar desse facto, os trabalhos em antropobiologia têm prosseguimento em concomitância com a escavação do sítio de Laga que fica encarregue de um grupo de trabalhadores locais. Por outro lado, nota-se ainda que, muito embora as escavações tivessem sido realizadas, a equipa parece recolher maior número de artefactos do entorno do sítio, que consideram de melhor qualidade que aquele retirado das valas abertas. Percebe-se, assim, que, por um lado, a importância do sítio não coloca a pesquisa arqueológica como prioritária, e, por outro, que o facto de ali haver-se realizado escavações não implica que o contexto do sítio tivesse sido necessariamente explorado, uma vez que as recolhas de superfície tomam lugar prioritário nos trabalhos realizados.

Em 22 de Dezembro, no caminho para Lautém, novamente nas proximidades do lago de Laga, a equipa pára com o propósito de fazer uma prospecção em um terreno que parecia conter material arqueológico, devido à grande quantidade de pedras que se viam à superfície. Teria sido aí encontrada mais de uma centena artefactos, e verificado, ainda, que a mesma faixa de terreno se estenderia numa extensão de 1500 a 1600 metros ao longo da estrada de Baucau-Lautém, do seu lado direito. No dia 24 de Dezembro, já em Lavai, entre Lautém e Baucau, foram ainda colhidas mais de uma centena de artefactos arqueológicos de técnica semelhante àquela colhida nas proximidades do lago

de Lago. Também à cerca de um quilómetro do mesmo lago, na margem direita da estrada de Baucau-Lautém, o autor e António de Almeida teriam recolhido mais uma centena de peças de material semelhante ao anterior, mas a estação arqueológica teria continuidade, pela beira mar, até cerca de quatro ou cinco quilómetros nos arredores do Lago.

Torna-se claro, neste contexto, que as proporções das recolhas entorno do lago são enormes, e que, em função das potencialidades do entorno, um tempo considerável é dispensado na busca por artefactos na região. Ainda assim, os trabalhos continuam a ser superficiais e pouco esclarecedores acerca da natureza do sítio.

O segundo dos cadernos de campo de autoria de Marques Júnior sobre Timor, relacionado à campanha de 1963 (ANEXO IX), obedece a padrões semelhantes ao primeiro. Neste, novamente, as pesquisas arqueológicas não só representam uma parte diminuta do trabalho realizado, como o lugar reservado a essas pesquisas é nitidamente secundário.

A primeira referência arqueológica data do dia 26 de Setembro, quando, em Bobonaro, António de Almeida resolve verificar a existência de um sítio a cerca de dois quilómetros do Posto, em Fatu Luli, onde alguns nativos teriam dito existirem artefactos em sílex, voltando, entretanto, sem ter encontrado nada “que valesse a pena”. Apesar disso, os nativos teriam dado-lhe algumas peças de sílex que lá haviam encontrado, e que usavam como pederneiras. Novamente, o incentivo para uma prospecção arqueológica nasce de informações surgidas no terreno, levando a que algum novo trajecto fosse acrescentado à Missão com o propósito de efectuar alguma pesquisa nesse campo científico.

No dia 02 de Outubro, o grupo parte para Baucau e no mesmo dia à tarde, em Lavai, junto ao mar, faz colheitas de materiais arqueológicos. No dia 4 a equipa parte para Laga, e nesse mesmo dia, depois do almoço, desloca-se até Sagadate a fim de verificar uma pedreira de sílex ali existente, de onde teria trazido algumas amostras. No retorno, o grupo visita novamente o lago de Laga, retirando, nos terrenos próximos, cerca de uma centena de artefactos líticos lascados. Nota-se, neste contexto específico, certa continuidade em relação às recolhas ocorridas na primeira campanha também nas imediações do mesmo lago. Percebe-se ainda a continuidade da mesma abordagem em relação ao sítio, novamente bastante superficial.

No dia 10 de Outubro, orientado por um sipaio, Almeida encontra um sítio de arte rupestre em Tutuala. Nesse local, Almeida manda abrir uma vala de onde retira artefactos considerados de boa qualidade, de feição mesolítica. A referida gruta seria conhecida por Lene-hara e estaria voltada para a ilha de Jaco. O grupo teria ainda visitado outra gruta nas proximidades, que, por sua vez, já teria sido estudada por Cinatti.

No dia 23 de Outubro, tendo voltado para Díli, a equipa fica a saber que a pretensão do Governador da província era que estudassem os Lovaia-Epulos e que pesquisassem as grutas de Tutuala, que já haviam visitado, a fim de se desfazer dos pedidos feitos por certos australianos sobre tais temas. No dia 25 partem, então, para Los Palos e de lá, no dia seguinte para Tutuala, onde parte da equipa volta a investigar a gruta, fazendo proveitosa recolha de artefactos.

Este contexto, que é o último relatado com conteúdo arqueológico nesse caderno de campo, revela plena continuidade com relação ao quadro que se procurou traçar até o momento. Não só estas pesquisas são efectuadas a partir de conhecimentos adquiridos

em campo e de pesquisas anteriormente efectuadas, como a sua continuidade depende menos dos objectivos arqueológicos próprios da campanha que de objectivos políticos específicos, representados, neste caso, pelo interesse do Governador em corresponder a determinado pedido feito por alguns australianos.

Este último caso, especificamente, é ambigualmente interessante para a compreensão do papel da Arqueologia nas Missões Antropológicas. Por um lado, representa o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa por propósitos exteriores aos planeamentos científicos da própria viagem, uma vez que os trabalhos no local pareciam já ter sido dados por encerrados até o recebimento do pedido do Governador. Tal facto volta a afirmar o papel ocasional dessas investigações arqueológicas no decorrer dos trabalhos em Antropologia. Por outro lado, o pedido do Governador, volta a afirmar o papel peculiar da pesquisas arqueológicas nesses projectos. A sua permanência aparece relacionada, também neste caso específico, a interesses internacionais, que colocam o Estado em uma situação tal que a negativa do pedido feito poderia interferir na imagem do país, no relacionamento entre Estados ou entre personalidades específicas. Este contexto, por sua vez, vem reafirmar a necessidade de explorar novos sentidos para a explicação da permanência da Arqueologia nos projectos das Missões.

É evidente que o carácter ocasional das pesquisas arqueológicas, não simboliza um simples desleixo em relação a essas pesquisas. Conforme já analisado, estes factos têm, muitas vezes, relação directa com determinações estatais ou com certo desconhecimento em relação aos territórios pesquisados, que acaba por ser dirimido à medida que novas viagens são realizadas, ou então que informantes locais dão a conhecer ao grupo sítios específicos, o que leva a que o interesse da equipa de pesquisa se volte para esses locais. O mesmo acontece, ocasionalmente, com grupos indígenas

que as equipas pretendem estudar e que, em decorrência de informações recolhidas em campo, levam a que viagens inesperadas sejam feitas com o intuito de procurá-los.

Além disso, a própria abordagem dos sítios, a forma como são investigados em relação ao tempo disponível, não representa, necessariamente, uma investigação de qualidade inferior ao que acontecia em muitos contextos metropolitanos. Abel Viana em sua obra intitulada *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*, datada de 1962 (Viana, 1962), passa boa parte do texto a discutir a situação de precariedade das intervenções no património arqueológico metropolitano já em um período bastante posterior ao do início das Missões Antropológicas. Em certa altura da obra, por exemplo, Viana faz um elogio a Leite de Vasconcellos ressaltando seu talento e a sua preparação literária, científica e artística. Entretanto, a completar mais um quadro descritivo do desprestígio da Arqueologia em cenário nacional, ressalta que mesmo Vasconcellos, apesar de seu laborioso trabalho como fundador do grande museu que leva o seu nome, também não teria disposto de investimentos para escavações de grande vulto, aproveitando-se de achados fortuitos e de colecionadores particulares como fonte para o seu trabalho (Viana, 1962: 70).

Muito embora Vasconcellos tivesse falecido no começo da década de 40 do século XX, sendo seus últimos anos de trabalho contemporâneos somente das primeiras campanhas da Missão de Moçambique, ainda assim, o seu lugar como personalidade de vulto na história da Arqueologia portuguesa é indiscutível. Se tal personalidade teria desenvolvido trabalhos de pesquisa precários, devido a condições histórico-sociais específicas do país, é compreensível que outros trabalhos, entre eles os desenvolvidos em territórios ultramarinos, também sofressem com condições desfavoráveis.

Além disso, tais críticas não são exclusivas da obra de Viana, nem das suas considerações sobre o trabalho de Vasconcellos. Outro bom exemplo da dimensão dessa discussão no país é um dos textos recomendados pelo próprio Viana na bibliografia da mesma obra, e denominado “*A Técnica Alemã de Escavações Arqueológicas*”, publicado por Adriano Vasco Rodrigues em 1961, e que é tão ou mais explícito no que tange às carências teórico-metodológicas da Arqueologia em território nacional.

Escrito como a descrição de um estágio realizado pelo autor na vila romana da Floresta de Ahrweilwe, tem o propósito de dar a conhecer as mais modernas técnicas de escavação arqueológica desenvolvidas pela Universidade de Bona no referido sítio. Descreve a divisão do campo segundo ordenadas e abcissas e a localização dos achados mediante esse ordenamento, além do próprio método minucioso de escavação aí desenvolvido, desde os instrumentos utilizados, o método sob o qual as cotas são retiradas, os perfis e cortes preparados e desenhados e os planos registados. Aborda ainda o cuidado com as estruturas encontradas, o seu desenho, as reconstruções realizadas a utilização do diário de escavações e a forma como as tarefas são distribuídas entre os membros participantes da escavação.

Acerca da comparação com o trabalho efectuado em Portugal, o autor declara que os Alemães teriam um desagradável conceito daquilo que seria feito no país na altura. Segundo Rodrigues, eles “*dizem que nós escavamos somente para encontrar paredes...*” (Rodrigues, 1961: 9). E ainda prossegue:

“Na verdade nada têm de científicos os métodos que continuamos seguindo e não permitem um registo exacto, ou uma reconstituição segura dos interiores escavados. Por que nos limitamos, apenas, a retirar a terra dos interiores sem a

interpretação científica dos mesmos, consideram-nos como pedreiros que se contentam em levantar muros sem encher os interiores...” (Rodrigues, 1061: 9).

Ora, se por um lado essa seria a opinião germânica acerca do trabalho de campo realizado em Portugal, por outro, a partir da própria concordância do autor, e da sua exaltação dos métodos por eles utilizados, passa a ser uma auto-crítica da ciência produzida no próprio país. Demonstra a consciência e o contacto com outros métodos de trabalho e a percepção de que aquele realizado em Portugal estava aquém das discussões e acções implementadas no exterior. Por outro lado, uma reflexão dessa natureza realizada no início da década de 60, leva a um questionamento acerca do tipo de trabalho realizado em décadas anteriores. Tal reflexão vai ao encontro novamente da obra de Viana, que ressalta a precariedade das pesquisas realizadas mesmo por personalidades cruciais na história da disciplina, como Leite de Vasconcellos.

É de se imaginar, portanto, que muitos dos problemas enfrentados pelos pesquisadores nas investigações de sítios arqueológicos ultramarinos, não fossem de todo diferentes daqueles que enfrentavam seus contemporâneos em contexto metropolitano. O que parece, entretanto, evidente, é que o tempo disponível e os percursos escolhidos nas diversas campanhas de cada Missão Antropológica estavam regulados segundo as necessidades e interesses dos estudos em Antropobiologia. Às pesquisas arqueológicas eram reservados tempos livres e eventuais descobertas, quer nos trajectos entre povoações, quer através de informações ocasionais, nos dois casos, com recursos humanos, estruturais e temporais bastante reduzidos. Em razão de tais questões as pesquisas desenvolvidas ficavam, muitas vezes, aquém até mesmo das necessidades mínimas dos próprios pesquisadores no esclarecimento dos sítios investigados, como se verá exposto nas publicações analisadas no próximo tópico.

Entretanto, se a sua situação de precariedade é evidente, por outro, a sua permanência nos trabalhos desenvolvidos pelas Missões é bastante reveladora, não só de uma concepção ampla da Antropologia, da busca pelo conhecimento alargado dos indígenas estudados, mas também de vários outros interesses a esses estudos associados. Conforme visto, interesses de cunho internacional estiveram algumas vezes associados ao desenvolvimento de algumas pesquisas ultramarinas aqui analisadas, bem como os próprios projectos das Missões manifestam interesses pessoais, estatais e internacionais associados ao estudo desse campo científico. Assim, a sua compreensão só poderá ser alcançada na abordagem alargada das redes que compõem sua construção científica e na localização, nos interstícios do projecto de ocupação científica ultramarina que circunscreve o nascimento das Missões Antropológicas, o seu espaço de actuação, quer para as comunidades científicas do período, quer para os interesses pessoais e estatais a eles associados.

14.3 - A Ciência e seus Aliados: Pequeno Panorama da Produção Científica Arqueológica das Missões

O texto científico, sendo o produto final da pesquisa, é o fruto de todos os condicionalismos, de todos os aliados angariados, de todas as discussões dirimidas, de todos os factos construídos no decorrer dos trabalhos. Erigido em camadas, arregimenta para si todas as referências que considera possíveis e necessárias para torná-lo aceitável para a comunidade a que se destina. Ao observar o texto científico em sua forma acabada, torna-se difícil perceber toda a complexidade dos processos que permitiram a sua existência tal como se apresenta. Para isso é necessário retornar às suas condições de produção (Latour, 2000).

Compreender a história dos campos científicos abordados pelas Missões, o universo legal desses projectos, as características particulares de seus pesquisadores, os seus antecedentes históricos e trajetórias percorridas e, finalmente, a forma como as pesquisas são efectuadas em campo, são pontos essenciais para a compreensão da forma como esses textos científicos ganham o seu formato final.

A análise dos próprios textos, por sua vez, permitirá estabelecer um horizonte de comparação com todos os factores até agora analisados, ajudando contextualizar a produção arqueológica das Missões. Naturalmente, dada a extensão do objecto de pesquisa, uma análise da totalidade dos textos relacionados às três Missões aqui abordadas tornaria o quadro de análise demasiado extenso. Assim sendo, optou-se por uma abordagem qualitativa, abarcando uma amostra das publicações em questão e buscando construir, através desse conjunto de textos um panorama dessa produção científica que sirva para estabelecer comparação com a sua generalidade.

Tendo os textos sido escolhidos por um critério simples de visibilidade, e por possuírem clara correspondência com as descrições do trabalho de campo disponíveis, mostraram-se, entretanto, bastante homogêneos quanto às referências que traçam com as diversas missões e as suas várias descobertas, bem como com relação ao tipo de abordagem dos objectos de pesquisa. Dessa forma, reforça-se o seu valor como fonte de comparação e formulação de um panorama da Arqueologia das Missões.

Com relação à Missão Antropológica de Moçambique, os textos escolhidos para análise são *Contribuição para o estudo da Idade da Pedra em Moçambique: A estação lítica da Marissa (Tete)*, datado de 1937, *Pré-história de Moçambique*, de 1940, *Carta da Pré-história de Moçambique*, de 1950 e *Nota sobre o “Muzimo” do abrigo com pinturas rupestres da Mavita*, também publicado na mesma data. Este último, ao contrário dos demais que são da autoria exclusiva de Santos Júnior, é escrito por J. Norberto dos Santos Júnior e Luís dos Santos, ambos ajudantes da Missão. Nota-se, inclusive, que o primeiro é filho de Santos Júnior. O facto de ser aqui incluído um texto da autoria de dois outros membros da equipa científica do projecto, tem o propósito de enriquecer o quadro que se pretende construir do pensamento arqueológico da Missão, trazendo ao debate uma abordagem do trabalho realizado no contexto das viagens científicas sob a supervisão de Santos Júnior, porém realizada por outros membros da equipa.

Já quanto ao material produzido pela Missão Antropobiológica de Angola, o quadro seleccionado para o presente estudo conta com textos produzidos por António de Almeida, Henri Breuil e Camarate França datados da década de 60 do século XX. São eles *“Primeira Nota Sobre a Jazida Magosiense de Vila Serpa Pinto (Angola)”*, de Camarate França, datado de 1960, *“Recintos Muralhados de Angola”*, de António de Almeida e Camarate França, publicado também em 1960, *“Notícia Sobre o Paleolítico*

do Território de Cabinda (Angola)”, de Almeida e França, de 1964 e *“Das Gravuras e Pinturas Rupestres do Deserto de Moçâmedes (Angola)”*, da autoria de Henri Breuil e António de Almeida e publicado no mesmo ano. Estes fazem parte de dois volumes produzidos pela Junta de Investigação do Ultramar e intitulados “Estudos sobre Pré-História do Ultramar Português”.

É de se ressaltar que boa parte dos textos arqueológicos escritos sobre contextos estudados durante a Missão de Angola foram escritos por Camarate França, que também acompanhou António de Almeida à colónia. Como era colaborador do projecto a inserção de um texto de sua exclusiva autoria também enquadra-se como parte do propósito de compreensão ampla do contexto científico arqueológico a ele relacionado.

Finalmente, sobre a Missão de Timor, será analisado um texto que faz parte do compêndio “O Oriente de Expressão Portuguesa” e que denomina-se *“Nouvelles Stations Lithiques du Timor Portugais et la Prehistoire de L’Indonesie Orientale”*, da autoria de Mendes Correia, António de Almeida e Camarate França, datado de 1956, e mais um texto encontrado no Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica Tropical, e que se caracteriza por um estudo de António de Almeida sobre pinturas rupestres datado de 1967, e que tem por título *“A Contribution to the Study of Rock Paintings in Portuguese Timor”*.

Dessa forma, a partir dos textos que se seguem, será possível percorrer a produção científica das Missões, percebendo suas peculiaridades e relações com o seu contexto de produção. Ocupando períodos temporais relativamente distintos e contextos geográficos bastante diversos, esses empreendimentos, embora contenham, em dois dos casos, a mesma marca de autoria, representada pela chefia de António de Almeida nas Missões de Angola e de Timor, virão a constituir universos próprios de análise e de

diálogo com a Comunidade Científica do período. Por outro lado, apresentarão fortes pontos em comum com relação ao tipo de abordagem dos objectos de pesquisa que, por sua vez, se relacionam às similaridades de suas condições de produção em campo, como foi possível verificar no tópico anterior.

Sobre a Missão de Moçambique, o primeiro texto analisado intitula-se **Contribuição para o estudo da Idade da Pedra em Moçambique: A estação lítica da Marissa (Tete)** (Santos Júnior, 1937). Este texto inicia-se com a descrição da forma como o autor toma conhecimento do sítio rupestre de Kambulabassa, através de uma obra da autoria de Emílio de San Bruno, datada de 1927. A seguir descreve como teria saído à procura do tal sítio, porém sem sucesso. Em compensação, segundo o autor, teria descoberto, no caminho para Marissa, a estação lítica de que trata o trabalho. Estes artefactos seriam micrólitos encontrados, segundo Santos Júnior, ao acaso, enquanto seguia de automóvel pela referida estrada.

Segue-se, então, a descrição das peças seguida da sua caracterização como pertencentes à cultura de Wilton. Apesar da publicação ser bastante diminuta, o facto de tais achados terem dado origem a um texto científico é assaz interessante, uma vez que o próprio texto e a descrição do seu achado no relatório da primeira campanha da Missão deixa claro o seu carácter fortuito e superficial. Nesse relatório fica explícito, como anteriormente visto, que não só o achado havia se dado à berma da estrada, como que, por falta de tempo, não teria sido possível dar continuidade às pesquisas no local.

Já o texto **Pré-história de Moçambique** (Santos Júnior, 1940c), é bastante mais extenso e detalhado. Neste texto, diversas estações arqueológicas descobertas nas duas primeiras campanhas da Missão são descritas. A estação de Marissa é citada como o primeiro sítio arqueológico descoberto na campanha de 1936, e, como tal, teria sido

dedicada ao Prof. Riet Lowe. Indica ainda ter continuado o trabalho de recolha no local, durante a segunda campanha.

Especificamente no contexto da segunda campanha são descritos os sítios líticos de Sanandala, no Tete, Indjune, entre Chicôa e Fingoè, Indjuze 2º, a vinte quilómetros do primeiro, Chitávi, Nhancuaze e Sussa, entre Chicôa e Zumbo, Zumbo, na zona do hospital e forte, Tete, nas proximidades do quartel da sétima companhia indígena, Mavita, ao sul de Vila Pery e Vale Limpopo, nas proximidades do rio de mesmo nome. São ainda descritos os sítios de arte rupestre de Chifumbázi e Chicolone e os Recintos Muralhados de Nhaangara, Zembe e Mavita, além da Muralha na Serra Songó.

Os primeiros seis sítios o autor afirma terem sido encontrados nas proximidades de estradas e detectados a partir da localização de determinados marcadores na paisagem, sobretudo quantidade significativa de calhaus ou pequenas elevações no entorno, que, como já visto, era uma forma usada por Santos Júnior para detectar novas estações arqueológicas, citada especialmente na segunda campanha. Já os sítios de Zumbo e Tete teriam sido encontrados no interior das povoações e os de Mavita e Vale Limpopo por outros pesquisadores. Destes últimos sítios Santos Júnior haveria tomado conhecimento na altura da segunda viagem à colónia. A existência dos últimos quatro sítios teria sido informada à equipa de pesquisa, que então teria se deslocado até o local com o intuito de realizar as investigações necessárias.

Ao contrário do que se poderá verificar nos textos sobre Arqueologia angolana, sobretudo, a descrição dos artefactos líticos recolhidos é bastante ligeira. O mesmo não acontece, entretanto, com os sítios de arte rupestre, que parecem merecer uma descrição mais detalhada. Outro ponto interessante do texto é a preocupação com o detalhamento dos trabalhos que teriam antecedido as pesquisas arqueológicas na colónia.

As narrativas do relatório de campo da segunda campanha da Missão, bem como as descrições bastante detalhadas que Santos Júnior faz, no próprio texto científico em questão, acerca da forma como os sítios foram descobertos só vêm confirmar o quadro que vem sendo traçado acerca da produção arqueológica no contexto das Missões. Destaca-se a descoberta do sítio de Chitávi, que no texto “Pré-história de Moçambique” Santos Júnior afirma ser o mais interessante dos seus achados de estações líticas zambesianas, até aquele momento (Santos Júnior, 1940c:20), e que no relatório da segunda campanha sabe-se só ter tido sua descoberta possível por causa de uma viagem do administrador a um posto próximo, em um automóvel cedido pela Missão, e na qual Santos Júnior também teria seguido.

No texto **Carta da Pré-história de Moçambique** (Santos Júnior, 1950a), as informações estão actualizadas, de forma a abarcar cinco das campanhas realizadas na colónia. Nesse estudo consta também o conhecimento de várias estações no Sul do Save, que só seria explorada na última campanha, efectuada cinco anos após a sua publicação. Esses sítios teriam sido descobertos por outros colaboradores, como Lereno Barradas, por exemplo, que, efectuando trabalhos na colónia, havia localizado e pesquisado vários deles.

O que esse texto traz de mais interessante, em primeiro lugar, é uma bibliografia sobre a pré-história de Moçambique na qual constam vários textos contemporâneos das campanhas da Missão, escritos por outros pesquisadores que não tinham ligação com esta, sobretudo por Alexandre Borges, Bettencourt Dias, Henri Breuil, Van Riet Lowe e o já citado Lereno Barradas. Destaca-se que vários desses pesquisadores tinham uma ligação bastante forte com a geologia, alguns teriam sido funcionários coloniais e que os trabalhos por eles desenvolvidos demonstram que a Missão de Moçambique teria feito parte de um contexto mais alargado de pesquisas da colónia.

Esta ligação à geologia vem ao encontro de uma interessante afirmação de Santos Júnior no mesmo texto e que também merece destaque. Segundo ele, os trabalhos de Arqueologia deveriam receber colaboração dos geólogos porque, como as estações líticas em Moçambique teriam sido descobertas, em sua grande maioria, em terraços fluviais, o estudo geológico desses sítios seria essencial para um trabalho completo e aprofundado dessas estações (Santos Júnior, 1950a:651).

Na análise dos relatórios de cada uma das cinco campanhas, torna-se evidente esse facto. A maioria dos sítios encontrados são detectados, a partir das estradas percorridas, por indícios na paisagem que podem ser associados a terraços fluviais, como o acúmulo de seixos rolados, ou então realmente à beira de rios, de forma que a afirmação de Santos Júnior faz-se coincidir com os tipos de achados realizados. Por outro lado, não se pode negar, a partir da análise desses mesmos textos, que essas características estão condicionadas à forma como as pesquisas arqueológicas são realizadas, que, como já visto, é fruto da sua posição secundária nos estudos das Missões, relegada, na maioria das vezes, a achados fortuitos nos caminhos entre localidades.

O último dos textos analisados no contexto moçambicano é **Nota Sobre o “Muzimo” do Abrigo com Pinturas Rupestres da Mavita**, da autoria de Norberto dos Santos Júnior e Luís dos Santos, e datado também de 1950 (Santos Júnior; Santos, 1950). Este texto narra a descoberta do referido sítio durante a terceira campanha da Missão de Moçambique. Sendo um texto escrito por assistentes da Missão, um deles filho de Santos Júnior, traz uma visão diferente sobre as pesquisas ali realizadas.

A descoberta do sítio teria sido obra conjunta da equipa, iniciada, ao que tudo indica, novamente, por uma descoberta fortuita. Santos Júnior teria se interessado por

um grande monólito de granito que teria avistado, indo verificar suas características de perto. Ali Norberto dos Santos Júnior teria localizado pinturas rupestres antropomórficas. Os estudos dessas pinturas, por sua vez, teria sido levado a cabo pelo chefe da Missão. Os dois autores do texto teriam sido, então, encarregados de proceder a um inquérito a fim de averiguar se aquele sítio seria um Muzimo, uma vez que Santos Júnior se encontrava “absorvido por outras ocupações” (Santos Júnior; Santos, 1950: 590). A seguir, procede-se uma descrição detalhada dos significados e ritos associados a esse sítio, que revelou-se ser, de facto, um local sagrado.

O que parece ressaltar neste texto em especial é a forma como os trabalhos são efectuados em campo. Muito embora sejam claramente chefiados por Santos Júnior, a participação de outros colaboradores torna-se fundamental na compreensão do referido sítio. Também é possível inferir, através da análise de documentos referentes a essa campanha, que, novamente, os trabalhos realizados nesse local poderiam ter sido prejudicados, em tempo e profundidade, por outros planeamentos.

Recorda-se que em carta de 02 de Novembro (Santos Júnior, 1945d), Santos Júnior diz pretender fazer uma rápida prospecção a esse sítio. Levando em consideração que a publicação aqui analisada dá a entender ter o sítio sido descoberto ao acaso por Santos Júnior, tal frase poderá significar o planeamento de uma nova visita ao local. Isso quererá dizer que o primeiro estudo não terá sido suficiente para a compreensão do sítio. Entretanto, como a segunda visita pretendia ser, novamente, rápida, muito provavelmente os estudos do sítio não terão alcançado toda a profundidade necessária. Tal situação poderia ser explicada pela chegada das chuvas, que teria levado Santos Júnior a planear o término dos trabalhos para o dia 9 ou 10 de Dezembro, levando a que as actividades ainda por desenvolver precisassem ser aceleradas.

Com relação à produção arqueológica da Missão Antropobiológica de Angola, ressalta-se, à partida, o texto “**Primeira Nota Sobre a Jazida Magosiense de Vila Serpa Pinto (Angola)**” (França, 1960) no qual o autor analisa o espólio de um sítio considerado Magosiense, e, segundo ele, encontrado por mero acaso. Admite ainda que os estudos realizados na chamada “ilha dos amores” teriam sido feitos durante o período de descanso da equipa e que o carácter essencialmente antropológico da Missão e a falta de tempo haviam impedido a ocorrência de estudos mais profundos na região. Entretanto, mantém a esperança de que os mesmos tivessem prosseguimento num futuro próximo.

Apesar dessas questões limitadoras o texto prossegue com a descrição da pequena escavação realizada e do inventário do espólio, dividido por camadas e por tipos. O texto ainda inclui um extenso cálculo da percentagem de cada um dos tipos encontrados por camada e eventuais implicâncias de determinadas concentrações na interpretação do conjunto. O autor também destaca ser o sítio da “ilha dos amores” uma estação-oficina, evidenciada pela quantidade de núcleos e de lascas, lâminas e lamelas sem retoques, bem como peças inacabadas e, sobretudo, pelo elevado número de resíduos de fabrico ali encontrados.

Não obstante as espantosas 91 páginas de texto, 2 de bibliografia e 10 páginas de reproduções de artefactos, desse texto que se intitula “uma pequena nota” sobre o sítio em questão, a descrição do achado no caderno de campo de 1952, vem completamente ao encontro do carácter casuístico dos achados reiterado pelo próprio autor, nessa publicação.

Segundo a narrativa da campanha científica, no dia 11 de Agosto, em Chitembo, o trabalho de prospecção realizado teria sido possibilitado pelo término das pesquisas

em Antropologia naquela localidade, liberando França do trabalho prioritário da Missão para as pesquisas em Arqueologia.

Em “**Recintos Muralhados de Angola**” (Almeida; França, 1960), é novamente o carácter eminentemente antropobiológico das campanhas da Missão o que impede um estudo mais aprofundado das estruturas das quais a equipa havia tomado conhecimento tanto em 1950, quanto em 1952. Seria somente em 1955 que a Missão teria podido estudar com mais profundidade alguns dos recintos muralhados da colônia. Ainda assim, os autores ressaltam que não havia sido possível a realização de “*demoradas e profundas pesquisas, que convém levar a efeito, a fim de seus resultados ajudarem a esclarecer as muitas dúvidas que tais monumentos suscitam*” (Almeida; França, 1960: 110), e que esperavam que trabalhos mais profundos realizados no futuro, *in loco*, pudessem autorizar e alicerçar conclusões mais seguras sobre o objecto de pesquisa.

A seguir, os autores procedem a uma descrição detalhada dos recintos de Óci, Txipunda Txa Njimbo e de Daundo, e de algumas narrativas indígenas acerca das possíveis origens dessas estruturas. Entretanto, apesar das poucas informações disponíveis, algumas conclusões são aventadas acerca da origem dos sítios em questão. Para os autores, teriam sido obra dos Bantos, em período relativamente recente, quando muito do século XIX e usadas pelos nativos, muito embora não fossem tradicionais na região. Ressaltam ainda a opinião de Breuil, para quem essas construções seriam fruto da influência da cultura mediterrânica na região.

Já as descrições do caderno de campo de 1955, relacionadas aos trabalhos de 30 de Novembro no estudo dessas estruturas, se não nos mostram o fruto de períodos de inactividade no trabalho antropológico, também não demonstram grande dedicação e

planeamento da pesquisa. No caso dos recintos de Óssi, o sítio já era bastante conhecido, levando a que a equipa se interessasse em visitá-lo.

Apesar das poucas informações disponíveis acerca de como o grupo teria sido informado da existência do sítio ou de como teriam incluído essa visita no planeamento dos trabalhos da missão, nota-se que pouco tempo foi dedicado à investigação do local e que nenhuma pesquisa mais aprofundada terá sido feita na ocasião.

Outros condicionalismos estão na raiz do trabalho “**Notícia Sobre o Paleolítico do Território de Cabinda (Angola)**” (Almeida; França, 1964). Este teria o propósito de investigar dois sítios localizados nas proximidades do rio Luali e descobertos durante a campanha de 1950. Novamente aqui, os autores ressaltam a necessidade de maiores pesquisas na região, constituindo, o texto científico em questão, somente uma “primeira ideia” do paleolítico da região abordada.

Entretanto, essa ideia inicial aparece, no texto, transformada em uma análise cuidadosa. Tendo o espólio sido dividido por séries e depois enumerado por tipo e quantidade em cada delas, os autores consideram ainda as diversas culturas a que o espólio presente em cada uma delas estaria relacionado.

Mais uma vez, em contraste com o cuidado com que os objectos de pesquisa são analisados na publicação em questão, a narrativa do caderno de campo de 1950, referente ao dia 13 de Agosto, mostra mais uma situação na qual as pesquisas arqueológicas são realizadas a partir de descobertas fortuitas e tempos ociosos no que tange às pesquisas antropobiológicas. Nesse dia, como já visto, é a necessidade de abastecer os carros o que leva a equipa ao encontro dos territórios circundantes do rio Luali, onde são recolhidos instrumentos líticos. Neste caso, uma conjunção entre uma

descoberta ocasional e a necessidade de cumprir tarefas secundárias leva a que a Missão desenvolva mais algumas pesquisas arqueológicas.

Finalmente, no que tange às pesquisas realizadas em Angola, o texto “**Das Gravuras e Pinturas Rupestres do Deserto de Moçâmedes (Angola)**” (Breuil; Almeida, 1964), apresenta, como no caso do estudo acerca dos recintos muralhados, algumas particularidades. Os sítios de que faz referência o texto já eram, de alguma forma, do conhecimento das populações locais e teriam sido visitados por vários pesquisadores e amadores ao longo do período colonial. Teria, particularmente, Camarate França estudado alguns desses sítios, entre 1951 e 1952 e, posteriormente, a Missão Antropobiológica de Angola, quando da campanha de 1955, teria feito estudos complementares ao tema.

Analisando as gravuras rupestres de Txipòpilo, em Camucuiu, e as pinturas e gravuras de Txitundu Hulo e do filho de Txitundu Hulo, no Brutuei, o texto estabelece uma extensa descrição e interpretação dos motivos encontrados e aventa algumas considerações acerca da sua procedência.

O que o caderno de campo de 1955, no dia 21 de Setembro, nos diz acerca desses estudos é que estes seriam fruto, novamente, da conjunção entre uma situação particularmente propícia, neste caso, certo conhecimento difundido entre a população local acerca de onde esses sítios poderiam ser encontrados, e algumas circunstâncias especiais no desenvolvimentos dos trabalhos antropobiológicos, como tempos ociosos ou paragens pela falta de indígenas, o que teria permitido que os estudos arqueológicos se realizassem.

Já no caso de Timor, dois textos, em particular, merecem destaque. Em “**Nouvelles Stations Lithiques du Timor Portugais et la Prehistoire de L’Indonesie**

Oriental” (Correia; Almeida; França, 1994a), o sítio da Laga é descrito como parte da campanha de 1953 à colónia.

Poucas informações são dadas acerca da sua descoberta, ao passo que o processo de pesquisa dos sítios encontrados durante essa campanha e a publicação de seus resultados em reuniões científicas internacionais merece destaque especial. Ainda algumas dificuldades com o acesso ao material recolhido e transportado para a Metrópole é destacado, de forma que o referido texto é considerado pelos autores uma espécie de notícia preliminar sobre o objecto de estudo. Não obstante tais questões, os artefactos são analisados de forma cuidada, novamente divididos em várias séries e uma definição cultural para cada uma delas é aventada.

Os autores ainda terminam o texto demonstrando esperança de que o prosseguimento dos trabalhos investigativos pudessem trazer maiores esclarecimentos sobre a história humana na região, uma vez que descobertas paleontológicas como do Pitecantropus e do Homo soloensis, de Java, continuariam, até aquele momento, sem correspondências arqueológicas satisfatórias. Os estudos desenvolvidos na colónia poderiam, assim, vir a permitir que o território timorense viesse a fornecer os primeiros testemunhos pré-históricos sobre o tema.

Muito embora o texto em questão esteja carregado de significado no que tange à importância presente e futura do objecto de estudo, às potenciais implicações que a necessária continuidade dos estudos trariam não só para a Arqueologia como para a história humana de modo geral e também ao seu formato científico e à sua apresentação em reuniões internacionais, o que se percebe na descrição do caderno de campo de 1953-54, é um tipo de exploração do sítio, que, embora de certa forma mais intensa do

que se vê na maioria dos sítios de Angola, é, ainda assim, relegada a segundo plano nos objectivos da missão e sujeita a um tipo de investigação muito pouco sistemática.

Aliás, não só o papel da Arqueologia é secundário nos objectivos científicos da Missão, como o trabalho de escavação é totalmente relegado a terceiros, de forma que o material analisado nesta e em outras publicações que retomam o tema é certamente fruto de selecções efectuadas, quer nas valas já escavadas pela equipa de trabalho responsável pelas obras, quer nas prospecções de superfície efectuadas nos arredores do sítio escavado.

O segundo texto que merece destaque na análise da produção científica da Missão de Timor é **“A Contribution to the Study of Rock Paintings in Portuguese Timor”** (Almeida, 1967d). Esse texto, que descreve e analisa a arte rupestre dos sítios de Tutuala, Ili Kére Kére, Lene Hara e Suno Taraleu, e inicia-se com a descrição do trabalho de Cinatti em alguns dos sítios analisados.

Segue-se uma substancial descrição e tentativa de interpretação das figuras encontradas nos diversos sítios, e aventa-se algumas comparações entre o tipo de arte ali encontrada e outros sítios da Oceania.

A consistente descrição dos sítios, entretanto, novamente não é conseguida a partir da profundidade do trabalho de campo. No caderno de Marques Júnior, datado de 1963, as narrativas que se seguem a partir do dia 5 de Outubro, narra o encontro da Missão com alguns dos sítios rupestres em Tutuala.

Neste caso, conforme já visto, os sítios em questão já eram, como em outros casos semelhantes, do conhecimento do grupo local, e no caso específico de um dos sítios visitados, já estudado anteriormente por Cinatti. Por outro lado, a continuidade dos trabalhos no sítio de Lene Hara parece estar claramente relacionada ao interesse do

Governador da província em ver-se livre do já referido pedido feito por alguns pesquisadores australianos.

O que parece destacar-se na análise de todos esses textos, é, em primeiro lugar, uma clara diferença entre aqueles produzidos no contexto da Missão chefiada por Santos Júnior e os que se referem às Missões chefiadas por António de Almeida. Enquanto no caso de Santos Júnior, os textos relacionados a estações líticas parecem bastante reduzidos em termos das descrições das peças, dos sítios e da sua classificação e mais consistentes em termos de referências históricas, a alguns pesquisadores e aos interesses relacionados aos estudos dos indígenas ultramarinos, no caso de António de Almeida, os mesmos textos produzidos no contexto das missões por ele chefiadas parecem muito mais detalhados em relação ao estudo dos artefactos recolhidos e muito mais conciso em relação a outro tipo de referência.

Inúmeros factores podem explicar tais diferenças, desde preferências pessoais, até especificidades históricas, mas convém destacar, particularmente, dois factores. Primeiro, no caso da Missão de Moçambique, existe uma forte centralização dos trabalhos na figura de Santos Júnior. Como este tivesse particular preferência pelos trabalhos em Antropobiologia, as pesquisas em Arqueologia ganharão, certamente, menor profundidade. Nota-se que mesmo na análise do texto escrito por dois dos assistentes da Missão, a liderança marcante de Santos Júnior na condução dos trabalhos se faz presente.

No caso das Missões de Angola e Timor, a abordagem de António de Almeida difere daquela adoptada pelo seu colega. Muito embora Almeida também tivesse seu interesse voltado para a Antropobiologia, que, no caso específico de Angola, dava mesmo nome à Missão, sua opção por desenvolver trabalhos conjuntos no que tange às

pesquisas em Arqueologia, terá um reflexo em termos de abordagem nos trabalhos publicados. Neste caso específico há que destacar sua parceria tanto com Breuil quanto com Camarate França, dois pesquisadores dedicados à Arqueologia e que, particularmente no caso de França, não só desenvolve os trabalhos em campo juntamente com Almeida, como também publica, posteriormente, boa parte dos textos arqueológicos relacionados à Missão de Angola.

O segundo ponto que merece destaque na compreensão das diferenças entre o fazer arqueológico da Missão chefiada por Santos Júnior e aquelas chefiadas por António de Almeida diz respeito justamente a essa especificidade das pesquisas realizadas por Almeida. A influência marcante de Breuil nesses projectos irá se reflectir directamente sobre a abordagem dos textos arqueológicos referentes a Angola e Timor, sobretudo na prevalência da aplicação do chamado “método das séries”.

De facto, os trabalhos em Arqueologia lítica dessas Missões utilizam-se permanentemente desse método, desenvolvido possivelmente por Breuil nos anos quarenta e que tinha por objectivo seriar conjuntos de artefactos a partir do seu grau de patina e desgaste. Tal método se apresenta como uma alternativa para o estudo de espólios cujos contextos são de difícil datação por terem sofrido revolvimento (Cardoso, 19--:11,12; Brandão, 19--, 170). Como a maioria dos estudos arqueológicos das Missões deu-se a partir de recolhas de superfície, o uso de tal método era aplicado como uma alternativa de interpretação daqueles espólios.

Por outro lado, as razões para o uso dessa metodologia de trabalho anunciam um forte ponto em comum entre todas as Missões. A posição secundária da Arqueologia em todas as campanhas realizadas leva a que as pesquisas dentro desse campo científico se

desenvolvam com nítidas carências em termos logísticos, humanos e temporais e a que a opção por recolhas de superfície ou de rápidas escavações se tornem majoritárias.

Esta carência, que se torna nítida tanto nos textos publicados quanto nos relatórios e cadernos de campo, e que em vários casos aqui expostos encontra mesmo correspondência directa nos diversos textos analisados, reflecte essa situação de precariedade das pesquisas em Arqueologia, que só permite investigações e divulgações parciais de dados, expectativas em relação ao objecto de pesquisa e que encontra no futuro a esperança de estudos mais aprofundados.

A esperança que Santos Júnior vê nas pesquisas realizadas com a colaboração da geologia, reflecte bem essa situação. O facto da maioria dos sítios moçambicanos terem sido encontrados, segundo ele, em terraços fluviais, reflecte, de certa forma, os próprios percursos a que a Arqueologia estava sujeita, aos sinais no entorno que chamavam a atenção do pesquisador durante as viagens entre localidades. Pensar no auxílio da geologia na compreensão de tais contextos não deixa de ser uma forma de reafirmar tais condições. Por outro lado, o facto de boa parte dos textos aqui analisados deixarem clara a sua definição enquanto estudo preliminar dos sítios investigados também traz à tona essa situação peculiar dos estudos arqueológicos no contexto das Missões.

Mas é justamente neste ponto que emerge a questão de maior interesse na análise comparativa entre as investigações arqueológicas realizadas em campo e a sua posterior publicação científica. Nota-se existir um claro salto interpretativo entre a situação que circunscreve a recolha dos materiais durante as viagens científicas e a forma como eles são apresentados e descritos no produto final. Embora não seja um factor exclusivo deste contexto de pesquisa, mas uma qualidade inerente à própria produção científica, esse salto interpretativo no qual os factos muitas vezes esparsos durante o processo de

pesquisa tomam densidade, ganham autoridade, constroem um discurso o máximo possível coeso na sua posterior divulgação, manifesta, neste caso especificamente, um lugar de importância para a Arqueologia que merece ser mais profundamente investigado.

Não obstante seu secundarismo no desenrolar do trabalho de campo, a preocupação com a publicação dos dados, ainda que manifestamente preliminares, a necessidade em fazer referência a outros pesquisadores e à importância desses estudos para a colônia e para a resolução de questões que interessavam ao próprio campo científico, como se manifesta em muitos dos textos, significa que esses estudos apresentavam um valor específico para os cientistas envolvidos no desenvolvimento desses projectos, bem como para outros agentes a quem as Missões pudessem interessar.

Investigar a importância dos estudos arqueológicos, seu lugar no contexto das Missões Antropológicas é uma tarefa que só poderá ser alcançada, conforme já visto, na complexidade das redes que compõem essa produção científica. A preocupação com a valorização dos dados recolhidos, ainda que superficialmente, em campo, atesta que sua importância deve ser buscada em outros contextos, tais como interesses científicos dentro do campo da Arqueologia, relações interpessoais entre pesquisadores, questões nacionais e mesmo contingências do próprio trabalho de campo, que serão analisadas mais profundamente na próxima parte deste trabalho.

Capítulo XV

Discussões: As Redes de Produção da Arqueologia no Contexto das

Missões Antropológicas: As Complexidades do Fazer Científico

Se a Ciência Colonial ou a Ciência Ditatorial abarca um universo de complexidades históricas, sociais e científicas, a Arqueologia das Missões Antropológicas também estará emersa nessa mesma rede de complexidades.

Para compreendê-la será preciso levar em consideração não só o papel a Arqueologia e da Antropologia nas discussões nacionais e coloniais que marcaram toda a primeira metade do século XX, mas também o lugar secundário que a Arqueologia ocupa no contexto das Missões Antropológicas. Será ainda necessário ter em questão a importância dos territórios coloniais para o governo ditatorial Salazarista, e o papel da ocupação científica do Ultramar nesse contexto.

O universo legal que circunscreve a criação das Missões Antropológicas reflectirá, sobretudo, esses três últimos pontos. No decorrer das décadas e da constituição de cada uma das Missões, o papel da Arqueologia irá se tornando cada vez mais secundário para os propósitos Estatais desses empreendimentos. O grande factor motivador desses estudos passa a ser o conhecimento dos indígenas, a avaliação das suas potencialidades e a investigação de meios que pudessem levar à sua mais eficiente “civilização”. Nesse sentido, a Arqueologia, embora continue a ser compreendida como uma forma de conhecimento do passado dos povos nativos, passa a ser considerada, cada vez mais, como conhecimento especulativo, pois que não teria consequência directa e imediata sobre os propósitos estatais. Esse factor, associado ao orçamento

limitado para os projectos de ocupação científica ultramarina leva a que a Arqueologia passe a ser a última das prioridades para o Estado português no estudo de suas colónias.

Naturalmente, a esta questão meramente financeira juntam-se outras como a necessidade de reafirmar a posse das colónias através do seu conhecimento estratégico e da construção da ideia de um Portugal além-mar, do qual as comunidades nativas também seriam parte integrante. Também no alcançar desses objectivos os conhecimentos estritamente em Antropologia física e cultural, pareciam muito mais elucidativos do que aqueles associados directamente à Arqueologia.

Por outro lado, percebe-se que, muito embora esse campo científico seja desvalorizado pelos objectivos estatais para as Missões, sua presença permanece constante, quer nos projectos específicos de cada campanha, quer no trabalho realizado em campo, ainda que o planeamento de uma dada viagem não contemplasse esses estudos. Percebe-se ainda que na produção científica das Missões, os textos arqueológicos aparecem de forma secundária, porém com um maior potencial de internacionalização que aqueles relacionados à Antropologia física e à Etnografia. Muito embora haja variantes nos dados correspondentes a cada uma das Missões, estes indícios parecem levar a crer que a compreensão do lugar da Arqueologia nesses projectos científicos ultramarinos deve ser buscada para além do escopo legal que regulamentava esses projectos.

Começa a manifestar-se um quadro tal que a permanência da Arqueologia nesses projectos só poderá ser compreendida na investigação de vários outros factores. Interesses provenientes do próprio campo científico da Arqueologia, de relações interpessoais entre pesquisadores, além dos interesses nacionais nos estudos arqueológicos e as próprias contingências dos trabalhos de campo, serão factores que se

entrelaçação de variadas maneiras de forma a permitir a continuidade desses estudos no projecto de ocupação científica ultramarina.

Mas, além desses factores, ainda alguns outros podem ser enumerados como parte das redes complexas definem o formato final dessa produção científica. Em primeiro lugar, a própria trajectória académica e profissional dos chefes das Missões será um componente importante na compreensão do lugar da Arqueologia no desenvolvimento desses projectos.

Sabe-se que a figura de Mendes Correia é crucial na compreensão da história das Missões e que esta personalidade da história das Ciências Humanas e Sociais portuguesa terá sido o fundador da Escola Antropológica do Porto. Todos os chefes das Missões Antropológicas estarão ligados a esse pesquisador de forma directa ou indirecta. Além disso, terão todos uma forte ligação com as ciências biológicas e médicas e desenvolverão interesses particulares no campo da Antropologia durante seu percurso académico. Estes componentes relacionados com a adopção da mesma concepção de Antropologia de que partilhava Mendes Correia, na qual a participação de vários campos científicos, entre eles o da Arqueologia, contribuirá para o conhecimento alargado das comunidades humanas investigadas, levará à compreensão do papel secundário, porém permanente, do campo arqueológico no desenvolvimento dos estudos antropológicos a que se destinavam as Missões.

Além disso, a trajectória histórica e geográfica desses projectos será outro componente modelador da sua produção científica arqueológica. Foi possível perceber que os trabalhos iniciados pelas Missões Antropológicas não terão sido os pioneiros das pesquisas arqueológicas nos projectos investigados. Tanto em Moçambique, quanto em Angola e Timor, alguns trabalhos, ainda que esparsos e superficiais, já haviam sido

feitos, de forma que tais informações serviram, certamente, para moldar os interesses e criar uma primeira visão daquilo que seria o património e as potencialidades no campo arqueológico de cada uma das colónias investigadas.

Por outro lado, os trabalhos arqueológicos das Missões não serão os únicos desenvolvidos nesses territórios, nem durante o seu período de existência nem nos anos que sucederam o seu término. Na realidade, o projecto das Missões deve ser compreendido como parte de um contexto científico no qual contribuições precedentes, contemporâneas e subsequentes interagem entre si, formando uma rede de conhecimentos sobre os territórios investigados.

Além disso, os percursos escolhidos em cada campanha das Missões abordadas será outro factor preponderante na compreensão do tipo de Arqueologia que será passível de ser construída durante a duração desses projectos científicos ultramarinos. Esses trajectos obedecem a determinadas escolhas prévias dos chefes das Missões, que por sua vez estão directamente relacionadas aos grupos indígenas que interessava ser pesquisados dentro do campo da Antropobiologia. Entretanto, outros factores como diferentes abordagens do território ou particularidades no desenvolvimento de certas campanhas também interferirão na configuração final dos espaços percorridos. É de se recordar, por exemplo, que a forma como as primeiras cinco campanhas da Missão de Moçambique se desenvolve é o que levará à necessidade de se proceder a uma última viagem, tão requerida por Santos Júnior, com o intuito de estudar o Sul do Save.

Sabendo que as pesquisas em Arqueologia estavam, de modo geral, sujeitas a esses trajectos efectuados com o intuito de se realizarem as pesquisas antropobiológicas que eram o foco dos trabalhos das Missões, a dinâmica espacial que toma cada uma das

campanhas realizadas será um componente essencialmente modelador das pesquisas que se tornaram possíveis no âmbito desses projectos.

A forma como essas mesmas investigações são desenvolvidas em campo pode ser melhor percebida, por sua vez, na análise dos relatórios e cadernos de campo correspondentes às diversas campanhas realizadas por cada Missão. O espaço reservado para as pesquisas arqueológicas durante as viagens científicas tomam, por sua vez, particular importâncias como mais um dos aspectos cruciais no entendimento do tipo de ciência produzida, dentro desse campo científico, nesses projectos.

Sabe-se, na análise desses documentos, que as pesquisas arqueológicas estavam sujeitas a descobertas fortuitas ocorridas nos percursos entre povoações onde as pesquisas antropobiológicas deveriam se desenvolver, ou a informações conseguidas em campo e através de trabalhos prévios efectuados nas regiões em estudo. Sabe-se também que pouco tempo, e recursos humanos e logísticos reduzidos são reservados para essas pesquisas. Ainda quando a importância do sítio parece alcançar certo vulto no desenrolar de uma determinada campanha, como o que ocorre com relação ao sítio da lagoa de Laga, na primeira campanha da Missão de Timor, as escavações ali efectuadas ocorrem em concomitância com a continuidade dos trabalhos antropobiológicos, sendo efectuadas por moradores locais e supervisionadas, periodicamente, pela equipa da Missão.

Além disso, a maioria das investigações se limita a recolhas de superfície, muitas delas efectuadas também nas proximidades das sedes administrativas das povoações onde as medições dos indígenas locais se desenrolavam. Como consequência, pouco conhecimento acerca dos contextos que circunscrevem esses sítios ou locais de recolha podem ser alcançados no desenvolver desses trabalhos. Tomando

novamente o caso do sítio da Lagoa de Laga como exemplo, nota-se que, muito embora algumas escavações tivessem sido efectuadas no local, os artefactos daí procedentes teriam sido considerados insatisfatórios, levando a que a maior parte dos artefactos recolhidos tivessem procedido, na verdade, de recolhas de superfície efectuadas nos arredores do local. Na realidade, tais trabalhos acabam por contribuir muito pouco na compreensão da natureza do sítio em questão ou das diversas estações líticas a essa localidade associadas.

Entretanto, tais carências não significam que as pesquisas realizadas em território ultramarino tivessem qualidade inferior às que se desenvolviam em contextos metropolitanos. Conforme visto, textos da década de 60 do século XX, e, portanto, bastante posteriores ao início das Missões Antropológicas, discutiam as sérias carências da produção arqueológica no país. O que difere no caso das Missões é que a prioridade das pesquisas arqueológicas é secundária em relação às outras actividades desenvolvidas por esses projectos, levando a que o tempo disponível, os recursos humanos e logísticos envolvidos e os percursos escolhidos estivessem regulados segundo as necessidades e interesses dos estudos em Antropologia. Tal situação colocará as investigações arqueológicas em uma situação especial de carência que se evidenciará na própria produção científica dela resultante.

Numa análise breve da produção científica das Missões de Moçambique, Angola e Timor, nota-se que a percepção das carências dos estudos é evidenciada pelos próprios autores que, muitas vezes, indicam no decorrer do texto as qualidades preliminares dos trabalhos e a necessidade de desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas na elucidação dos problemas que o objecto de pesquisa desperta.

Nota-se também que algumas opções metodológicas ou percepções dos autores acerca da natureza do património arqueológico colonial decorrem das próprias características a que estão submetidos os trabalhos de campo dentro desse universo científico. A utilização do “método das séries” de Breuil ou a necessidade que Santos Júnior via no axílio da Geologia para a compreensão dos sítios moçambicanos, que, segundo ele, estariam localizados, na sua grande maioria, em terraços fluviais, indicam, entre outras questões, as consequências das pesquisas realizadas a partir de recolhas de superfície, escavações pouco sistemáticas e da prospecção e descoberta de sítios em trajectos específicos e mediante a percepção de determinados marcadores ambientais escolhidos.

Neste ponto convém ressaltar a existência de um salto interpretativo entre os dados recolhidos em campo e a forma como esses mesmos dados são apresentados nos textos posteriormente produzidos. Enquanto o trabalho de campo parece bastante superficial e pouco elucidativo, os textos publicados, embora admitam que os dados recolhidos sejam preliminares e necessitem de estudos mais aprofundados, estão revestidos de certa profundidade e autoridade que, de certa forma, ultrapassa as carências iniciais verificadas em campo. Sabe-se que esta é uma característica típica da construção de qualquer ciência, mas neste caso específico significa um esforço no sentido de apresentar esses dados para a comunidade científica. Esse é um forte indício de que, apesar da sua posição secundária no contexto da missão, a sua permanência nesses projectos está relacionada a objectivos específicos que necessitam ser escrutinados.

Por outro lado, algumas especificidades também podem ser percebidas no desenvolvimento dos trabalhos sob a chefia de Santos Júnior e António de Almeida. O interesse de Almeida em estabelecer parcerias, nomeadamente com Breuil e Camarate

França, nas investigações em Arqueologia, em contraponto com a forte centralização dos trabalhos da Missão de Moçambique também se reflectirá no nível de profundidade da análise dos espólios recolhidos, por exemplo. Isso não quer dizer, entretanto, que Santos Júnior não estabeleça também as suas relações interpessoais com pesquisadores da área. Recordar-se, por exemplo, a primeira parte da primeira campanha da Missão de Moçambique, em que esse pesquisador trabalha com Raymond Dart, ou o facto de haver dedicado a Van Riet Lowe o sítio da Marissa, descoberto na primeira campanha da Missão.

O que parece querer destacar-se novamente neste caso, é uma série de especificidades que circunscrevem a produção arqueológica das Missões e que perpassam não somente questões científicas ou estatais, mas também questões pessoais, acerca da visão particular de cada pesquisador sobre o seu objecto de pesquisa, suas possibilidades de trabalho, a forma como escolhe e desenvolve seus relacionamentos interpessoais e o momento histórico em que essas pesquisas se desenvolvem, entre muitos outros factores.

Toda a miríade de elementos que circunscrevem essa produção científica, as suas redes complexas, só podem ser descortinadas à medida que regredimos do produto científico final, ou seja, das pesquisas finalizadas e divulgadas, para as suas condições de produção (Callon, 1986, 2008). Enquanto esse caminho é percorrido, os factos científicos tornam-se cada vez menos densos, coesos e revestidos de autoridade, e mergulham em um universo de incertezas e opções que estarão muitas vezes sujeitos a meros acasos ou a certos percalços que conduzem a produção científica em um caminho específico (Latour, 2000).

Identificar e compreender essas redes de produção nos seus mais diversos agentes é uma maneira de perceber os factores que permitiram à Arqueologia das Missões Antropológicas sua constituição final, em todas as suas especificidades, ao mesmo tempo em que ressalta suas características comuns com qualquer outra produção científica. Assim, é possível perceber sua integração no universo de produção da ciência colonial e ditatorial, mas também localizar, nesse discurso, outras características que extravasam as barreiras políticas que se impõem numa primeira análise a esse objecto de pesquisa, procurando ultrapassar visões limitadoras da compreensão de toda a sua complexidade.

PARTE III

A CIÊNCIA VIVIDA: A ARQUEOLOGIA E AS MISSÕES ANTROPOLÓGICAS DO OFICIAL À PRÁTICA

*Olha o sol que vai nascendo
Anda ver o mar
Os meninos vão correndo
Ver o sol chegar*

*Menino sem condição
Irmão de todos os nus
Tira os olhos do chão
Vem ver a luz*

*Menino do mal trajar
Um novo dia lá vem
Só quem souber cantar
Vira também*

*Negro,
Bairro negro,
Bairro negro
Onde não há pão
Não há sossego*

(Menino do Bairro Negro, Zeca Afonso)

Os Horizontes da Ciência Vivida

O projecto de desenvolvimento da Antropologia e da Arqueologia coloniais encontra eco nos discursos de diversos pesquisadores no decorrer das décadas que precederam a oficialização das Missões Antropológicas. Sua efectivação, entretanto, dá-se sob a manifestação de interesses Estatais, sob a forma de programas de investigação que deveriam focar-se em objectivos específicos e cujos resultados deveriam ser utilizados obedecendo a determinados requisitos. O conhecimento adquirido por esses empreendimentos deveria, assim, servir a propósitos políticos que visavam à consolidação de relações de poder que tinham a manutenção dos domínios coloniais como prioridade.

Mas, se o Estado se impõe como regulamentador desse projecto, não o faz, entretanto, a despeito dos cientistas directamente envolvidos em sua realização. Esses homens são, por um lado, reconhecidos pelo Estado como chefes das Missões a serem desenvolvidas e se encontram arreados nas malhas burocráticas e políticas que regulamentam seu trabalho. Por outro lado, manifestam, eles próprios, seu apoio ou insatisfação com relação aos processos regulamentadores do seu funcionamento, e aos objectivos políticos que o circunscrevem. Mais que isso, movimentam-se conforme suas possibilidades no interior das redes de poder em que se inserem tirando delas o máximo proveito no sentido de desenvolver seu trabalho conforme os seus próprios objectivos, algumas vezes coadunando com os poderes constituídos, outras vezes contornando-os em função de seus interesses particulares.

Isso não quer dizer, de forma alguma, que o resultado desses projectos de investigação, ou seja, que a ciência produzida nas Missões, seja resultado de um simples conflito de interesses entre as ideias científicas, encarnadas pelos objectivos dos responsáveis pelas missões, e o escopo ideológico e político do Estado, encarnado pela regulamentação oficial do empreendimento, ou, ainda, que a ciência seja feita a despeito desses conflitos, como se existisse como entidade separada do contexto social no qual se insere.

Pelo contrário, a ciência produzida por essas missões, bem como as utilizações dadas ao material recolhido e ao conhecimento produzido, tanto as oficialmente regulamentadas quanto aquelas que se constituíram nos interstícios do poder constituído são a única ciência possível de ser reconhecida e analisada, pois que a ciência só se constitui em meio às tensões e aos esforços para alcançar o seu reconhecimento dentro de seus próprios limites e no seio da sociedade na qual se insere.

Assim, o presente capítulo procurará perceber o lugar da Arqueologia dentro das Missões Antropológicas em meio a várias tensões políticas, sociais, pessoais, e científicas, ou seja, a partir de questões inerentes ao panorama internacional da disciplina, a relações interpessoais desenvolvidas pelos chefes das Missões, por questões nacionais e por contingências do trabalho de campo.

Buscará ainda captar as práticas científicas e políticas empreendidas no decurso do desenvolvimento das Missões Antropológicas, comparando-as com os objectivos e o devido funcionamento das mesmas, bem como a utilização de seus materiais e resultados por parte dos cientistas responsáveis e do Estado.

Tal análise procurará, assim, perceber os distanciamentos entre os projectos Estatais, bem como os ideários subjacentes ao oficial funcionamento desses empreendimentos científicos ultramarinos e as reais práticas desenvolvidas, muitas vezes nos interstícios das relações de poder governamentais, pelos seus agentes, em diferentes perspectivas.

CAPÍTULO XVI

A Arqueologia no Universo das Missões Antropológicas

A forma como a Arqueologia é encarada, tanto nas directrizes gerais propostas pela Junta a partir de 1945, quanto nas diversas Missões executadas a partir desse período, revela que sua importância ocupa um lugar que só pode ser compreendido se ultrapassarmos o próprio discurso legal que a regulamenta.

Esse discurso, que exclui ou relega para segundo plano esse campo científico, atribuindo-lhe um carácter especulativo, ao mesmo tempo em que valoriza o conhecimento bio-étnico dos indígenas e suas instituições e direito tradicionais, ou que preconiza os trabalhos em antropologia física e social devido a sua capacidade de auxiliar na administração das comunidades indígenas, não é capaz de estrangulá-lo, entretanto, do campo científico das Missões Antropológicas.

Por um lado, podemos entender a posição oficial da Junta num contexto que antevê os conflitos pós Segunda Guerra com as restantes nações europeias no que tange à manutenção dos territórios coloniais. Nesse caso, a prevalência dos estudos que trouxessem benefícios imediatos em termos da melhoria do controle sobre os nativos, nesse caso através do conhecimento das suas características físicas e culturais, é entendida como um meio para reforçar a tese estatal das províncias ultramarinas como extensões da Nação portuguesa e não como colónias dominadas, como até então figuravam esses territórios.

Para que tal tese tivesse fundamento diante das outras nações europeias, que passariam a pressionar o Estado português em favor da descolonização, era preciso

construir uma imagem desses territórios na qual o conhecimento e bem-estar dos povos nativos e o desenvolvimento económico e social das províncias deveriam ser evidenciados. Nesse contexto, a Antropologia e a Etnologia passam a tomar lugar de destaque no projecto de colonização científica governamental.

Por outro lado, esse mesmo posicionamento passa a ser a causa da posição secundária ocupada pela Arqueologia no projecto oficial do Estado Português Salazarista. Em primeiro lugar porque a Arqueologia é classificada como conhecimento especulativo em um contexto em que a falta de recursos e a necessidade de resultados facilmente perceptíveis sobre as comunidades indígenas põe tais estudos em segundo plano, como podemos notar no plano de Ocupação Científica do Ultramar Português, publicado pela Junta em 1945.

Em segundo lugar, porque a ditadura Salazarista passa a fazer dos territórios ultramarinos a espinha dorsal da manutenção do próprio governo, tomando-os, por um lado, como instrumento de protecção e de exaltação diante de outras Nações, e, por outro, como ícone de unificação nacional e como forma de fechar-se cada vez mais dentro do próprio território nacional, isolando-se do contexto internacional o máximo possível.

Esse contexto será duplamente perverso para o desenvolvimento da Arqueologia. Por um lado, como já visto, diferente do que ocorre em outros governos fascistas europeus do período, nos quais a Arqueologia toma papel importante na exaltação da Nação a partir do seu passado, no caso de Portugal, essa exaltação faz-se através do reafirmar do papel pioneiro da Nação nas Grandes Navegações Modernas e do seu carácter multicultural, o que levará à necessidade da manutenção dos territórios Ultramarinos e ao relegar da Arqueologia, sobretudo pré-histórica, para segundo plano.

Por outro, a tendência do governo a fechar-se sobre si mesmo limita a grande vantagem política da Arqueologia, que se prende justamente à possibilidade de participação, com autoridade, dos debates internacionais acerca dos primórdios e do desenvolvimento da própria humanidade, como, aliás, já alerta Mendes Correia nos textos de 1936 e 1941 (Correia, 1936; 1941b).

Entretanto, a despeito de tal contexto, a Arqueologia continua a fazer parte do legado das Missões Antropológicas quer de forma claramente delimitada nos projectos das Campanhas, quer no quotidiano do trabalho de campo efectuado.

Assim, enquanto no caso da Missão Antropológica de Moçambique a Arqueologia continua a aparecer nos diversos projectos das campanhas que se seguiram à reforma da Junta de 1945, na curta Missão da Guiné ela não é sequer mencionada. Entretanto, nos dois casos, ela persiste na produção bibliográfica que se segue aos trabalhos de campo, com maior ou menos intensidade, mas sempre de forma mais tímida que a produção em Antropologia e Etnologia.

Já no caso das Missões a Angola e a Timor, ambas chefiadas por António de Almeida, alguns traços em comum persistem. Apesar de a Arqueologia ser, frequentemente, negligenciada ou posta em segundo plano nos seus projectos de investigação, o seu interesse em colaborar com importantes nomes da Arqueologia nacional e internacional, como Camarate França e Henri Breuil, parece evidenciar a sua preocupação em produzir trabalhos referenciais – e bons relacionamentos – dentro desse campo científico.

Sua produção bibliográfica também corrobora essa tendência. Apesar de manter, como nos outros casos, uma produção Arqueológica inferior numericamente à

Antropológica, aquela apresenta mais intensas características de internacionalização, apresentando maior número de textos em línguas estrangeiras ou em cooperação com nomes já conceituados na área, tanto em cenário nacional quanto internacional.

Novamente, a produção Arqueológica só pode ser entendida nas suas relações com características próprias que articulam o contexto político e económico do período com a necessidade de engajamento dentro da própria comunidade científica, ou, por outras palavras, através da sua capacidade de estratificar seus discursos buscando o maior número de reforços possíveis dentro das possibilidades disponíveis (Latour, 2000).

Assim, para compreender de que forma a Arqueologia persiste nas Missões Antropológicas devemos procurar explicação nas suas condições de produção, neste caso, nas relações que estabelece com o panorama científico internacional, com outros nomes da Arqueologia nacional e internacional, com interesses especificamente nacionais e com as próprias contingências do trabalho de campo, como se verá a seguir.

CAPÍTULO XVII

As Relações entre a Arqueologia das Missões e o Panorama Científico Internacional

Desde a primeira campanha da Missão Antropológica de Moçambique, em 1936, ou ainda, desde as primeiras discussões acerca da importância de se realizar pesquisas antropológicas nessa colónia, como o plano de estudos de Mendes Correia, do mesmo ano (Correia, 1936), o cenário científico internacional toma importância crucial na motivação para a realização de pesquisas Arqueológicas.

No texto de Mendes Correia, de 1936, o atraso científico português, bem como o risco que esse atraso representa, o perigo de ver-se o conhecimento acerca das colónias portuguesas cair em mãos estrangeiras, constitui um dos pontos cruciais de defesa da investigação Arqueológica em Moçambique (Correia, 1936: 28).

Por outro lado, o próprio projecto da primeira campanha dessa Missão previa, na sua parte inicial, a investigação da produção arqueológica inglesa, através da visita à União Sul-Africana, à Rodésia e ao Zimbabué (Santos Júnior, 1938:4). Previa ainda a visita à secção de Arqueologia dirigida por Van Riet Lowe e a conversa e cooperação com Raymond Dart (Santos Júnior, 1938:6-38). Além disso, a preocupação de Santos Júnior em caracterizar os sítios encontrados em Moçambique a partir de discussões que citam nomes como Dart, além de outros arqueólogos com expressão internacional, para além de manifestar cuidado com a teorização da pesquisa também manifesta esse mesmo contexto de valorização do panorama internacional na produção arqueológica das Missões.

Percebe-se que a preocupação da Arqueologia portuguesa em relação ao Ultramar não era somente a de garantir que a investigação das colónias fosse realizada por pesquisadores nacionais que dessem vulto internacional ao país, mas também de se por a par e de participar das discussões que se fazia nesse campo científico em nível mundial.

Em relatório das actividades da Missão Antropológica para o ano de 1939 (Santos Júnior, 1940b), Santos Júnior reafirma essa tendência ao demonstrar a sua preocupação em explicar ao Ministro das Colónias a importância em participar do XVIII Congresso internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, que, naquele ano, se realizaria em Istambul:

“Afigurava-se-me boa política não perder uma ocasião excelente de dar a conhecer não só o pouco que a Missão Antropológica de Moçambique tem feito, mas também o largo plano de estudos que neste interessante capítulo da ciência o governo português, por inteligente iniciativa de seu ilustre ministro das colónias, se propunha realizar com o apoio e colaboração do Prof. Doutor Mendes Correa, ilustre director do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ao qual me honro pertencer como um dos mais humildes colaboradores” (Santos Júnior, 1940b:4).

Nesse congresso internacional, para o qual Santos Júnior preparou três trabalhos, sendo um deles em Arqueologia, denominado “Contribuitien à l’étude du Paléolithique de Moçambique”, a participação portuguesa afigura-se como objecto de variados interesses. Não só importava demonstrar os avanços que a Missão de Moçambique apresentava na investigação ultramarina portuguesa, mas, sobretudo, o plano de

investigação desenvolvido em colaboração com interesses estatais e a autoridade científica nacional, aqui representada pelo Instituto de Antropologia do Porto, e, em particular, pela figura de Mendes Correia.

Sem dúvida, a própria existência de um planeamento científico do projecto e a necessidade de documentá-lo em um importante evento internacional demonstrava a preocupação em inserir-se em contextos já estabelecidos e respeitados fora do âmbito nacional, consolidando não só o poder político do Estado através de variadas esferas de importância, mas o próprio lugar da ciência portuguesa no panorama da comunidade científica internacional.

Esse quadro continuará a confirmar-se não só nas campanhas subsequentes enviadas a Moçambique, mas também nas outras Missões desenvolvidas em Angola e Timor, principalmente.

O próprio plano apresentado por Mendes Correia em 1941, para os próximos estudos antropológicos coloniais, expressa essa tendência. Nesse documento, a preocupação com questões científicas internacionais, como o estudo dos *bosquímanos* ou com a validade da linha de *Wallace* tornam evidentes a tendência em posicionar as pesquisas ultramarinas portuguesas no contexto das discussões da comunidade científica internacional. Além disso, planeia-se o regresso da terceira missão a Moçambique, por terra, até Angola, com o intuito de melhor conhecer os povos bantos do território, nitidamente uma preocupação com uma visão mais globalizante dos estudos efectuados em Moçambique (Correia, 1941b:4-8).

No caso específico dos estudos arqueológicos no contexto dessa Missão, não só a visita aos museus da União Sul Africana e da Rodésia são cogitados por Mendes

Correia, mas também aos do Uganda e do Kénia, que, segundo ele, serviriam “*para o estudo dos problemas da pré-história de Moçambique iniciados com êxito pelo Dr. Santos Júnior (...)*” (Correia 1941b:5). Nota-se aqui a clara percepção de que a resposta aos questionamentos suscitados pelas pesquisas realizadas por Santos Júnior só poderiam ser respondidos se outros contextos externos à própria província fossem investigados.

Além disso, o mesmo documento previa a publicação dos trabalhos já realizados em revistas nacionais e internacionais. Novamente, o interesse na inserção das pesquisas científicas ultramarinas portuguesas em contextos que extravasassem os especificamente nacionais, parece evidenciar-se no projecto das Missões Antropológicas.

Em carta anexa ao plano para a terceira Missão de Moçambique, escrita em Dezembro de 1944 por Mendes Correia, novamente destaca-se a importância das pesquisas a serem realizadas no panorama geral da ciência da época:

“É preciso não perder de vista a vastidão da colónia e a multiplicidade de assuntos interessantes para a ciência e para a Nação, nela largamente disseminados” (Correia, 1944:3).

É possível aqui perceber que os interesses estatais estão postos ao lado dos especificamente científicos, demonstrando que, para além dos projectos oficiais, outros interesses e questionamentos também moviam essas pesquisas.

A portaria 10997, que regulamenta as campanhas dessa Missão Antropológica a partir de 1945, confirma e explica essa questão:

“7º. - Sempre que superiormente for julgado necessário, para esclarecimento de problemas comuns, os trabalhos de campo poderão ser extensivos aos territórios vizinhos estrangeiros, obtido o prévio acordo das autoridades respectivas” (Portugal, 1945b)

Muito embora a preocupação com o controlo estatal sobre a extensão das pesquisas seja clara, a percepção de que os contextos estudados extrapolam as fronteiras nacionais e de que a percepção dos problemas investigados só pode ser clarificada analisando contextos amplos e, portanto, internacionalizando a pesquisa, também parece bastante especificada na legislação que será a base para as campanhas seguintes da Missão de Moçambique.

No ano seguinte, Santos Júnior, ao planear sua quarta campanha a Moçambique, ressalta a importância de partir da metrópole em Maio, não só porque, assim, mais tempo para a pesquisa estaria disponível, mas também porque a partida mais cedo viabilizaria de melhor maneira a sua participação no Congresso da Associação Sul Africana para o Progresso das Ciências, que se realizaria em Pretoria, em Julho, para o qual também requisita um passaporte especial (Santos Júnior, 1946a:2). Muito embora não haja registos de trabalhos publicados por Santos Júnior nesse congresso, a preocupação em conciliar a investigação colonial com a participação num evento internacional novamente demonstra o interesse com os contextos extra-nacionais dos campos científicos investigados.

Nesse mesmo ano, a Missão Antropológica é alvo de reportagem no jornal moçambicano “Notícias”. Nesse artigo, que sintetiza o conteúdo de conferência proferida por Santos Júnior na Câmara Municipal de Quelimane, o papel da Arqueologia nas missões é assim justificado:

“Por último refere-se aos estudos da pré-história como valiosos instrumentos para o esclarecimento dos complexos problemas das origens e da evolução dos povos, bem como da avaliação do papel por eles desempenhado no grémio da humanidade.” (Santos Júnior, 1946b)

A percepção de que a Arqueologia estaria envolvida na resolução de questões que diziam respeito a toda a humanidade e a divulgação de tais ideias em publicação de domínio público parece novamente atestar a importância das questões internacionais nas pesquisas arqueológicas ultramarinas.

Tal importância ainda se confirma em documento enviado, durante a campanha de 1946, para o presidente da Junta, no qual afirma manter correspondência com o professor Dart, com quem já havia trabalhado na primeira campanha da Missão (Santos Júnior, 1946c:2). Novamente, a importância dos contextos internacionais no fazer arqueológico, evidencia-se no decorrer desse projecto científico.

As instruções para a campanha de 1948 da Missão de Moçambique (Bebiano, 1948), também reafirma o mesmo quadro, na medida em que a Arqueologia é novamente justificada no planeamento da campanha tendo em vista objectivos

internacionais. Dessa vez são as directrizes do Congresso Panafricano de Nairobi que ditam o prosseguimento do reconhecimento arqueológico pré-histórico da colónia.

Mesmo depois de 1948, quando há um lapso temporal na aprovação de novas Missões para Moçambique, Santos Júnior, inconformado e interessado em realizar uma última campanha, que, segundo ele seria indispensável para terminar suas investigações na colónia, demonstra sua insatisfação com a Junta, entre outros aspectos, denunciando a falta de interesse desse órgão em aprovar a sua ida ao Terceiro Congresso Panafricano de Pré-história que se realizaria na Rodésia do Norte, em 1955 (Santos Júnior, 1954a).

Também no “Plano de Trabalhos da Missão Antropológica de Moçambique para o Ano de 1955” (Santos Júnior, 1955a), o prosseguimento dos trabalhos administrativos da Missão é ilustrado através da alegada elaboração de trabalhos para o mesmo III Congresso Panafricano de Pré-história de Livingstone. Essas atitudes só vêm reforçar a ideia de que o próprio prestígio do empreendimento científico, e, em particular, dos trabalhos Arqueológicos realizados, estava intimamente relacionado à interacção com o panorama científico internacional.

Mesmo a Missão Antropológica da Guiné, cuja expressividade é muito pequena comparada às demais, mantém de forma significativa a ligação entre a ciência produzida por esse empreendimento e a comunidade internacional.

Em correspondência de 1945, enviada ao presidente da Junta com o objectivo de desculpar-se por não poder assumir a chefia da missão, Mendes Correia elogia os propósitos do empreendimento, ressaltando a importância de acrescentar aos seus objectivos uma visita à África francesa (Correia, 1945b).

No ano seguinte, Amílcar Mateus, que assume a chefia da Missão por indicação de Mendes Correia, envia à Junta um plano de trabalhos para os anos de 1947 a 1949. Entre os objectivos propostos inclui, na aproximação da fronteira da colónia, nas imediações do Boé, a realização de pesquisas em pré-história. Nesse ponto, mediante as devidas autorizações, planeia manter contacto com o Dr. Pales, da Missão Antropológica em curso na Guiné Francesa, com o propósito de trocar informações acerca de populações comuns (Mateus, 1946b:1).

Em 1947 propõe nova missão à Guiné. Entre os motivos que o levam a planear essa nova viagem, inclui a realização da II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, a ocorrer em Dezembro desse mesmo ano (Mateus, 1947c).

Em correspondência do ano seguinte informa ao presidente da Junta ter apresentado nesse mesmo congresso dois trabalhos, sendo um deles “*Nota preliminar acerca da estação prehistórica de Nhampasseré (Guiné portuguesa)*” (Mateus, 1948). Aqui nota-se claramente que o objectivo de partilhar informações científicas, nomeadamente em Arqueologia, em evento internacional, novamente molda os objectivos de uma Missão Antropológica.

Além disso, percebe-se, no mesmo documento, a preocupação do autor em narrar o interesse que o delegado britânico da conferência demonstrou no seu trabalho, ao ponto de expô-lo em sala especial, bem como de outras personalidades estrangeiras que dele se aproximaram para obter informações mais aprofundadas acerca do sítio de Nhampasseré. Tal situação, comentada em tom de orgulho, demonstra a importância do reconhecimento internacional para o fazer arqueológico das Missões.

Em relação às Missões a Angola e Timor, ambas chefiadas por António de Almeida, pode-se afirmar que o contexto internacional parece ainda mais forte que nas demais Missões. Talvez por certa tendência pessoal do pesquisador, talvez por sua posição privilegiada como director do Centro de Etnologia do Ultramar e, a partir de 1962, do Centro de Antropobiologia, as referências internacionais parecem sempre presentes nos seus trabalhos.

Uma característica muito forte das suas publicações é o especial cuidado em citar as discussões a nível internacional dos contextos por ele estudados. Da mesma forma, a preocupação com a interacção com contextos científicos internacionais parece uma constante na sua correspondência administrativa.

Já em 1948, quando a Missão Antropológica de Angola ainda se encontrava em projecto, sua proposta de aproveitar o censo que iria ocorrer na colónia em 1950 para realizar trabalhos antropológicos já se baseava na preocupação com o que ocorria em meio científico de modo alargado. Ele faz questão de ressaltar que essa seria uma excelente oportunidade de perceber melhor as condições físicas e fisiológicas dos indígenas com o objectivo de melhor utilizar os instrumentos disponibilizados pela ciência para superar-se o baixo crescimento demográfico dos nativos (Almeida, 1950:1).

Evidentemente, estava a referir-se, nesse ponto, não só a possíveis pesquisas em âmbito nacional acerca do tema, mas, sobretudo, ao intenso debate a respeito da utilidade da antropobiologia para o melhor conhecimento dos indígenas, que se vinha travando em cenário internacional já há muito tempo.

No mesmo documento demonstra ainda conhecimento acerca dos termos pelos quais as pesquisas na área se desenvolviam em regiões estrangeiras, citando o número

limite de indígenas que se poderia prever serem analisados durante o período proposto para a pesquisa, tendo em vista outras experiências nacionais e internacionais (Almeida, 1948:2)

Por fim, justifica o estudo de robustez dos indígenas a partir das directrizes apontadas pela Conferencia Internacional de Hot Springs, pertencente ao “Food and Agriculture Organization”, acerca da necessidade de divulgar o conhecimento a respeito dos regimes alimentares nos diversos países e suas colónias (Almeida, 1948:4)

Em 1949, uma carta de Mendes Correia ao presidente da Junta elogiando o trabalho de António de Almeida em Angola e recomendando sua continuidade, ressalta a importância do empreendimento:

“(...) renovo a informação, já anteriormente dada, da alta conveniência científica e nacional do prosseguimento urgente das investigações iniciadas pelo prof. António de Almeida no sudoeste de Angola sobre populações em decadência e cujo carácter especial suscita as atenções dos especialistas do mundo inteiro” (Correia, 1949b)

Novamente, a importância científica em âmbito internacional do trabalho realizado parece reforçar o apelo para a continuidade do projecto. Por outro lado, o interesse de António de Almeida por trabalhos efectuados em âmbito internacional também manifesta-se nas actividades efectuadas pela Missão.

Em 1951 o próprio António de Almeida pede à Junta verbas para visitar museus da Europa (Silveira, 1951), e no ano seguinte, vem novamente negociar financiamento para estagiar no Museu do Homem e no Instituto de Paleontologia Humana, em Paris.

Além disso, seguindo a tendência de intercâmbio internacional de informações, pretende também proferir lições em Antuérpia, a pedido da sua Universidade Colonial, no próprio Museu do Homem, por convite do seu director, prof. Vallois e em Bruxelas, sob os auspícios do Museu do Congo, *Cercle Africain* e da *Royal Union Coloniale Belge*. Também cogita apresentar conferência na Holanda, por indicação do Dr. Paul Julien, presidente da Sociedade Antropológica dos Países Baixos (Almeida, 1952a:1).

A conferência apresentada em Bruxelas, segundo correspondência também de 1952, teve como título “Os Bosquímanos de Angola e a Pré-História do Território” (Almeida, 1952b), demonstrando a presença da Arqueologia nos propósitos internacionais da Missão. Mais que isso, a importância dessa conferência e a da realizada no Museu do Homem, em Paris é apontada como razão para que mais subsídios sejam concedidos pela junta à Missão, demonstrando que a internacionalização do conhecimento era um factor de valorização do projecto.

Em outra carta, escrita na mesma data, e também com objectivos financeiros, Almeida, ao pedir um técnico cinematográfico para a Missão, com o intuito de filmar os bosquímanos, alerta para o facto de tal povo estar se escasseando e de que sua raridade dava-se por só serem encontrados em Angola e na África do Sul. Além disso, alerta que seu pedido de filmagem só se fazia devido ao desejo expresso por Vallois, do Museu do Homem de Paris, por Olbrecht, director do Museu do Congo Belga e por Van Hasse da Universidade Colonial de Antuérpia (Almeida, 1952c). Mais uma vez nota-se que a expressividade e importância de que desfrutava os Bosquímanos no cenário científico

internacional é apresentada como reforço para as necessidades de investimentos na Missão.

Essa tendência de participar em eventos internacionais continua a acompanhar a carreira de António de Almeida e a trajectória das Missões por ele realizadas. Em 1953 participa do IV Congresso de Pré-História do Extremo Oriente, em Manila, com um texto de tripla autoria do qual participam Ruy Cinatti e Mendes Correia e intitulado “Notícia Preliminar de uma estação Paleolítica no Arquipélago Malasiano Oriental (Timor Português) (Almeida, 1954a). Em 1956 tem novamente autorização para fazer conferência na Sociedade Real Belga de Antropologia e Pré-história e no Museu do Homem, em Paris (JIU, 1956), e ainda no mesmo ano é autorizado a realizar outras conferências nas Universidades de Antuérpia, Leiden e Barcelona (Almeida, 1956b). No ano seguinte, participa do IX Congresso Internacional das Ciências do Pacífico, em Bangkok (JIU, 1957). Percebe-se aqui claramente a presença da Arqueologia no propósito em efectuar conferências na Bélgica.

Em 1958, pede autorização para participar do V Congresso Internacional de Proto e Pré-História, em Hamburgo, com trabalho sobre o Neolítico de Timor, do VI Congresso Internacional de Ciências Onomásticas, em Munique, com trabalho sobre antroponímia de Angola, para visitar os museus etnográficos da Índia, em Amsterdão, do Congo Belga, em Bruxelas, do Homem, em Paris e para estudar, durante alguns dias com o prof. Breuil (Almeida, 1958b). Nota-se neste contexto, forte presença da Arqueologia, quer na participação no congresso de Hamburgo, quer no propósito de estudar com Breuil.

Em 1959, por conta de um acordo cultural luso-britânico é convidado a realizar lições sobre os Bosquímanos e Hotentotes de Angola, na Universidade de Londres e

sobre os povos de Timor, na Universidade de Cambridge (Almeida, 1959a, 1959c) e no mesmo ano é autorizado a participar do IV Congresso Panafricano de Pré-história, em Leopoldville, Congo Belga (DGAPC, 1959). Ainda em 1959, pede nova autorização, dessa vez para a realização de conferências em Lourenço Marques e Joanesburgo acerca de materiais antropobiológicos e pré-históricos de Angola (Almeida, 1959b). Novamente a Arqueologia aparece com grande importância na produção científica do chefe das Missões de Angola e Timor.

Em 1960, torna-se correspondente da Sociedade de Antropologia de Paris, da qual Vallois é Secretário-Geral (Almeida, 1960); em 1961, pede autorização para visitar os museus de Etnografia e Arqueologia de Madrid (Almeida, 1961) e em 1962, é convidado para tomar parte do conselho da Associação de Pré-História do Extremo Oriente como representante de Timor e Macau e para colaborar com trabalho na área de Arqueologia na revista "*Asian Perspectives*" (JIU, 1962). Aqui, além do seu já confirmado interesse em realizar estudos arqueológicos fora do país, percebe-se também que sua autoridade em relação a questões arqueológicas é confirmada em âmbito internacional através do convite para actuar como consultor em uma associação e revista estrangeiras.

Ainda no mesmo ano, recebe autorização para apresentar conferência na Universidade de Viena intitulada "As investigações científicas no Ultramar Português" (Almeida, 1962), e em 1963 candidata-se a participar do V Congresso Panafricano de Pré-História, a realizar-se, dessa vez, em Tenerife (DGAPC, 1963). Além do interesse em apresentar trabalho em congresso especificamente arqueológico, nota-se, neste contexto, sua preocupação em divulgar genericamente o trabalho investigativo

ultramarino de Portugal em contexto internacional, certamente uma forma de reafirmar a importância do país em âmbito científico e político.

Em 1965, é autorizado a fazer uma lição na Universidade de Harvard. Também é convidado a apresentar lição sobre os Bosquímanos de Angola na Universidade Católica da América e na de Toronto (Almeida, 1965). No ano seguinte, pede autorização para realizar conferência na Universidade Johann Wolfgang Goethe, na Alemanha Ocidental, acerca da organização e progresso da investigação científica no Ultramar Português (Almeida, 1966). Aqui, muito embora a Arqueologia não apareça de maneira clara, pode-se perceber a confirmação do interesse do investigador em manter-se conhecido em âmbito internacional e em divulgar a obra científica de Portugal no Ultramar, valorizando assim, o trabalho das Missões Antropológicas.

Em 1967, é autorizado a proferir lições nas Universidades de Frankfurt e Mogúncia (Mainz) (Almeida, 1967a). Candidata-se ainda a apresentar comunicação sobre alguns aspectos antropobiológicos dos Bosquímanos na Real Academia das Ciências Exatas, Físicas e Naturais de Madrid (Almeida, 1967b). No final desse ano, ainda é convidado a participar do I Congresso Brasileiro de História e Geografia e para proferir 15 lições nas Universidades Federal e Católica do Rio de Janeiro e na de São Paulo (Almeida, 1967c). Aqui, na continuidade de sua actuação político-científica internacional, pode-se perceber que seus interesses não se restringem à Europa e suas colónias, mas também ao continente americano, aqui representado pela visita ao Brasil.

Em 1968, é convidado a participar do VIII Congresso de Ciências Antropológicas e Etnológicas em Tóquio (Almeida, 1968a) e do 66º Congresso da Associação Sul-Africana para o Avanço das Ciências (Almeida, 1968b). Pede ainda autorização para participar do VIII Congresso Internacional das Ciências

Antropológicas e Etnológicas, no Japão (Almeida, 1968c). Novamente, seus interesses internacionais demonstram grande variabilidade.

Em 1970, é convidado a apresentar uma comunicação na sessão Plenária da Academia Pontifícia das Ciências do Vaticano (Almeida, 1970d). Nesse mesmo ano, em Agosto, é jubilado por idade do Centro de Antropobiologia. Depois disso ainda continua a efectuar viagens ao exterior e às colónias a título científico, mas agora já sem ligação institucional ao Estado.

Essa descrição, entretanto, está longe de ser um quadro completo das relações internacionais de António de Almeida, que para além de haver realizado pesquisas em Angola e Timor, também esteve em Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Goa, Damão e Diu, e que realizou ainda mais contactos internacionais relacionados a esses contextos ou a outros temas de interesse, como as ciências onomásticas, por exemplo.

O que parece interessante ressaltar nesse quadro é o seu interesse em participar nos meios científicos internacionais relacionados aos campos de estudo abordados, e, em particular, da Arqueologia, em um período ditatorial no qual os contactos com contextos estrangeiros eram encarados com desconfiança e com grandes restrições. Isso faz com que sua grande actuação internacional demonstre, de facto, a importância da comunidade científica extra-nacional para o projecto e desenvolvimento das Missões Antropológicas de Angola e Timor.

Já no contexto geral das Missões aqui abordadas, pode-se perceber que as discussões científicas em âmbito internacional se constituem, em muitos momentos, no motor de produção e reprodução do fazer arqueológico desses empreendimentos

investigativos, demonstrando a importância, em termos de prestígio científico e de actuação política do Estado, que o panorama estrangeiro demonstra nas estratégias de manutenção dos objectivos das investigações nesse campo científico.

Esse quadro de importância no cenário internacional, ou seja, a necessidade de se posicionar nas questões levantadas pela comunidade arqueológica extra-nacional, quer por necessidades particulares dos chefes das Missões na construção de suas carreiras científicas, quer pela importância política que tal actuação representava para o Estado português, é, sem dúvida, um dos factores que mantém e direcciona as pesquisas arqueológicas realizadas nas colónias, contribuindo para a caracterização final da obra realizada.

CAPÍTULO XVIII

As Relações dos Chefes das Missões Com Outros Nomes da Arqueologia Nacional e Internacional

Este ponto, intrinsecamente relacionado ao anterior, relaciona-se directamente aos intercâmbios gerados, no decorrer das Missões, com personagens estrategicamente importantes para o desenvolvimento das pesquisas no campo arqueológico, sobretudo, ou para a consagração dos projectos científicos no propósito de dar continuidade aos seus trabalhos.

Na Missão Antropológica de Moçambique, os contactos mais marcantes e mais intensamente citados dão-se entre Santos Júnior e os professores Clarence Van Riet Lowe e Raymond Dart.

O primeiro desses pesquisadores, engenheiro de formação, transforma-se em Arqueólogo durante o período em que supervisiona a construção de dezenas de pontes na África do Sul, onde também nasceu. Durante esse empreendimento descobre mais de 300 sítios arqueológicos em *Wilger, Vals, Rhenoster, Caledon, Modder e Riet rivers*. Além disso, realiza trabalhos em colaboração com Henry Breuil, tanto acerca de temas de Arqueologia lítica quando de arte rupestre. Também é responsável por tentar estabelecer, em 1945, etapas evolutivas *pré-Levallois* em *Stellembosch* (África do Sul) e *proto-Levallois* em *Victória West* (Uganda) e *Kerzaz* (Argélia).

Já Raymond Dart, é um importante antropólogo, conhecido por ter descrito, em 1924, o *Australopithecus Africanus*, através de crânio juvenil encontrado em *Taung*, no actual *Botswana*. Sua descoberta gerou muita polémica na época devido a certas

resistências da comunidade científica em considerar a origem do homem moderno em África (Cunha, 2010:32-33).

Os dois importantes cientistas são não só citados e consultados em várias ocasiões no decorrer dos trabalhos da Missão de Moçambique, como na primeira campanha, por exemplo, mas também têm seu trabalho reconhecido no universo teórico-metodológico dos trabalhos realizados por Santos Júnior.

No caso do trabalho de Lowe, vários sítios descobertos pelo chefe da Missão de Moçambique são classificados como sendo da cultura *Stellemboch*, por exemplo. Já no caso de Dart, discussões acerca do surgimento e do desenvolvimento do homem em África, incluem não rara vezes o seu nome. Também é citado por pesquisas realizadas acerca de pinturas rupestres da Zambézia (Santos Júnior, 1940c).

Além disso, Santos Júnior cita ainda E. J. Wayland, como sendo um dos primeiros pesquisadores a encontrar artefactos líticos em Moçambique (Santos Júnior, 1937). Wayland é uma referência no mundo da Arqueologia da época por haver encontrado na Rodésia do Norte (Zâmbia), à beira do rio *Kafue*, e, depois, no Uganda, sítios do Paleolítico Inferior cuja cultura nomeou por “Kafuense”, termo também muitas vezes utilizado por Santos Júnior para classificar sítios encontrados na colónia (Robertshaw, 1990: 78-95).

Por fim, personalidades como Breuil (1877-1961) e Bosch-Gimpera (1891-1974) e Junod (1863 -1934) são citados também como referências para diversas discussões de cunho arqueológico e etnográfico do autor (Santos Júnior, 1940c, 1945a). O primeiro, considerado um eminente arqueólogo do período manterá fortes contactos com António de Almeida. O segundo, também exercerá uma forte influência sobre os arqueólogos

portugueses, sobretudo sobre Mendes Correia, no que tange à originalidade da cultura ibérica, e, em particular, portuguesa (Fabião, 1999: 120). Ambos são citados como referência para a discussão acerca dos recintos muralhados de Zimbabué, no texto “Pré-História de Moçambique” (Júnior, 1940c). O último deles, etnógrafo e missionário é citado em relação aos seus estudos sobre a cultura indígena (Júnior, 1945a).

Já no que se refere a personalidades nacionais, Santos Júnior cita com alguma frequência os trabalhos Arqueológicos de Leren Barradas em Moçambique (Santos Júnior, 1944, 1950a). Engenheiro de formação, título que mantém em muitos dos seus trabalhos, publica várias pesquisas acerca da pré-história da colónia.

De um modo geral podemos notar que a maioria das referências e dos contactos estabelecidos com personalidades nacionais e internacionais por Santos Júnior, está envolvida em questões que remetem às origens da Humanidade. Nota-se uma grande preocupação com os estudos da pré-história, sobretudo do paleolítico inferior. Mesmo os estudos relacionados aos recintos muralhados do Zimbabué têm como tônica a origem dos povos construtores e a antiguidade do conjunto.

No caso da Missão da Guiné, também fortemente influenciada por Mendes Correia, o próprio projecto da Missão, feito por esse eminente antropólogo português, foi baseado no “Organismo de Inquérito para Estudo Antropológico das Populações Indígenas da África Ocidental Francesa (Alimentação e Nutrição), mediante exemplar concedido pelo Dr. Pales, chefe da referida missão de estudo. Nesse caso, as influências estrangeiras irão interferir de maneira negativa a produção arqueológica da Missão Antropológica. Como o projecto original usado como referência não priorizava os estudos arqueológicos, como consequência, esse campo científico aparece muito pouco representado no projecto científico Guineense (Correia, 1947).

Já com relação às missões de Angola e Timor, ambas chefiadas por António de Almeida, as influências estrangeiras e nacionais são bastante consideráveis e marcantes no que diz respeito às investigações em Arqueologia.

Em âmbito nacional, suas duas maiores influências são Ruy Cinatti (1915-1986) e Camarate França (1923-1963), sem considerar a presença sempre marcante de Mendes Correia em todas as Missões Antropológicas. Com o primeiro, escreveu a conferência apresentada no IV Congresso Internacional de Pré-História do Extremo Oriente, a respeito de uma estação paleolítica de Timor (Almeida, 1994e). Ruy Cinatti, que era agrônomo, antropólogo e poeta dedicou grande parte de sua vida ao trabalho e à pesquisa nessa colónia.

Mas é Camarate França a maior parceria nacional de António de Almeida no que tange às pesquisas arqueológicas. Com ele dividiu a primeira e a segunda campanha da Missão a Angola e publicou vários textos acerca da pré-história dessa colónia. França que morreu muito jovem, aos quarenta anos, foi, a despeito da pouca idade, um importante arqueólogo do período, efectuando muitas pesquisas acerca da pré-história angolana. Foi este, ainda, um querido discípulo de Mendes Correia (Cardoso, 2011).

Em âmbito internacional, as principais figuras de destaque são, sem dúvida, Henri Victor Vallois (1889-1981) e Henri Édouard Prosper Breuil (1877-1961). O primeiro deles é um paleontólogo que trabalhou com Marcellin Boule (1861-1942) no sítio Neandertal de “*La Chapelle aux Saintes*” (cujo fóssil representativo é conhecido como “*the old man*”). Foi também chefe da “*Revue d'Anthropologie*” de 1932 a 1970 e director do Museu do Homem de Paris, em 1950.

Breuil, por sua vez, foi a influência estrangeira mais importante da carreira de António de Almeida. Arqueólogo, Etnólogo e Geólogo com grande produção científica em vários países da Europa, é bastante conhecido por seus estudos em pré-história e, em particular, em arte rupestre, sobretudo em Lascaux e Altamira.

Enquanto com Vallois seu contacto, que exprime alguma admiração, mantém uma correlação mais institucional como quando se torna correspondente da Sociedade de Antropologia de Paris, da qual Vallois é Secretário-Geral, em 1960, com Breuil, entretanto, desenvolve um relacionamento profissional mais próximo. Com ele publica vários textos acerca da pré-história de Angola e Timor, com especial atenção para os sítios de arte rupestre.

Novamente aqui nota-se a prevalência dos estudos pré-históricos e das discussões acerca das origens da humanidade nas referências internacionais da produção científica das Missões Antropológicas. Todos os quatro pesquisadores aqui citados possuem uma considerável obra acerca do tema e contribuem para a construção da produção arqueológica das Missões.

Dessa forma, pode-se perceber que personalidades nacionais e internacionais contribuem para a construção da obra arqueológica das Missões, sobretudo no caso de Moçambique, Angola e Timor, de diferentes formas, quer através da participação directa, como a execução de investigações e publicações em conjunto, ou indirecta como a troca de correspondência e cordialidades entre investigadores.

Essa influência reflecte-se nos trabalhos efectuados trazendo para o seu universo teórico-metodológico visões e conceitos por esses pesquisadores partilhados,

representando um direcionamento nos temas investigados e dando prestígio às Missões.

Quanto aos direcionamentos temáticos das investigações, nota-se uma prevalência das discussões relacionadas às origens da humanidade e das pesquisas em pré-história. Essa opção temática confere ao trabalho Arqueológico das missões uma visão universalista, bem ao encontro do eruditismo do qual esse campo científico é acusado no escopo legal das Missões. Mas, por outro lado, é justamente esse eruditismo e o internacionalismo que dele resulta que são considerados argumentos de valorização da obra científica das Missões, contribuindo para a sua continuidade.

CAPÍTULO XIX

A Arqueologia, as Missões Antropológicas e as Questões Nacionais

As questões nacionais, quer sejam as orientações legais das Missões, quer seja a valorização económica e formal desses empreendimentos, ou até mesmo a regularização do uso do material por elas produzido, são aspectos de grande importância na compreensão da sua produção arqueológica.

É a partir da compreensão do papel da Arqueologia nos propósitos estatais com relação às missões, do tipo de financiamento envolvido, da importância desses empreendimentos nos direccionamentos oficiais mais alargados e do tipo de controle estabelecido sobre seus resultados, que essa produção científica pode ser melhor compreendida na sua complexidade.

Nesse sentido, pode-se perceber que, desde o seu planeamento, as Missões Antropológicas, e, em particular, sua produção Arqueológica, seguem determinadas directrizes estatais acerca dos objectivos a serem por esses estudos científicos alcançados no sentido de contribuir para interesses nacionais.

No já citado texto “Prehistória de Moçambique”, de Mendes Correia, publicado em 1936, entre as várias justificativas para a realização de estudos sociais nessa colónia, o autor argumenta:

“O prestígio nacional, a honra da nossa cultura, o respeito dos nossos maiores, o interesse da ciência, os próprios interesses materiais do país, reclamam que

sejam enviadas com urgência, novas missões científicas às nossas colônias para o estudo sistemático e amplo destas, sob variados aspectos, por especialistas.” (Correia, 1936: 28).

Percebe-se que alguns indícios começam a delinear-se no desvendar dos interesses nacionais nas Missões Antropológicas. Entre questões especificamente científicas e aquelas relacionadas ao reconhecimento do país em âmbito internacional, vê-se evidenciar-se outras preocupações, voltadas para a história e a valorização do próprio país. Os interesses materiais, ou seja, questões económicas, e o respeito aos maiores, ou, por outras palavras, a honra aos antepassados que foram pioneiros de vários estudos científicos coloniais, e dos quais se ocupa Mendes Correia em boa parte do texto, são citados como razões para a urgência no envio de missões científicas ultramarinas.

Logo a seguir, ao tratar especificamente da Arqueologia, justifica:

“A Arqueologia de Moçambique deve ser o objecto de estudo duma ou de algumas dessas missões. O interesse de tal estudo não é meramente especulativo, embora, se o fosse, nem deixasse de merecer, por isso, a atenção dum país civilizado. O conhecimento das possibilidades duma população reclama, porém, o estudo do seu passado, das suas origens” (Correia, 1936:29).

Aqui nota-se que, ao lado da associação entre o interesse por temas especulativos e o grau de civilização de um país, ou seja, da importância no cenário internacional de estar-se a par de questões que dizem respeito aos interesses puramente

científicos ou acerca das origens e desenvolvimento de toda a humanidade, há questões especificamente nacionais de interesse nos temas arqueológicos. Essas questões relacionam-se à importância de se conhecer as origens de uma população, seu grau de desenvolvimento físico, mental e cultural, para melhor esclarecer as suas possibilidades de contribuição para a missão civilizadora e desenvolvimentista do Estado em relação às colónias.

A também já mencionada obra “Ocupação Científica do Ultramar Português”, publicada em 1945 pela Junta (JMGIC, 1945), e que pretendia ser um plano para as próximas Missões a serem enviadas às colónias deixa muito claro os objectivos nacionais em relação às pesquisas científicas ultramarinas e, em particular, aos estudos antropológicos e arqueológicos.

Logo no início do texto, no subtópico denominado “A Ciência como Base Indispensável ao Desenvolvimento Racional do Ultramar”, as investigações científicas em África são assim justificadas:

“Estamos numa época em que a investigação científica em África está em foco, com o objectivo não só de melhorar as condições de vida das populações indígenas e dos colonos, como também a exploração económica da terra, e, ainda, na esperança de que no Continente Negro ou do Mistério venha a encontrar-se a chave para a solução de muitos problemas científicos que – e, talvez, para sempre... - aguardam explicação satisfatória” (JMGIC, 1945:21).

Uma consciência de época parece evidenciar-se nesse discurso. Em primeiro lugar, põe-se em evidência, a preocupação com a missão civilizadora do Estado, que

relacionada a melhoria das condições de vida dos indígenas ao adoptar de traços culturais europeus, e da vida dos colonos à capacidade de reproduzir em África as povoações metropolitanas. Tal mentalidade é confirmada um pouco antes no mesmo texto, quando exalta-se a expansão da agricultura tipicamente europeia, com espécies introduzidas pelos portugueses, nos hábitos alimentares indígenas e na própria paisagem do continente, e que atribui-se essa transformação do modo de vida nativo, considerada positiva, a experiências científicas desenvolvidas no século XVI, por portugueses, no Continente (JMGIC, 1945:20).

Em segundo lugar, pode-se notar que a preocupação com a resolução de problemas científicos que dizem respeito a toda a humanidade permanece como uma fonte de prestígio a quem os pudesse desvendar. Aqui, com relação aos temas especificamente antropológicos e arqueológicos não se poderia deixar de citar as preocupações em relação ao surgimento e evolução da própria humanidade.

Nota-se, assim, que o desenvolvimento racional do Ultramar está indissociavelmente ligado à investigação científica, quer seja para transformar o presente das comunidades humanas ali inseridas, quer seja para conhecer o seu passado.

No que se refere aos interesses puramente nacionais, ou seja, à possibilidade de utilização da ciência como forma de implementar transformações consideradas vantajosas no presente das comunidades Ultramarinas nativas e metropolitanas, um ponto limitador se impõe. A questão dos financiamentos disponíveis irá direccionar as preferências nacionais no desenvolvimento de estudos segundo sua capacidade de produzir resultados mais imediatamente. Acerca desse tema o mesmo texto argumenta:

“O problema da realização da investigação científica no ultramar português apresenta-se, como em todo o mundo, com o mesmo aspecto e dificuldades, designadamente no que respeita a obtenção dos fundos necessários, porque, contrariamente ao que sucede com outras rubricas de despesas, as investigações sofrem do mal de se não verem logo os seus resultados, e estes só são susceptíveis de análise, quanto à sua eficácia, passado largo tempo” (JMGIC, 1945: 23)

É em virtude dessa dificuldade em se direccionar recursos para projectos que demorariam muito tempo até serem claramente úteis aos interesses estatais que as pesquisas com resultados práticos mais evidentes são preconizadas. Em função dessa escolha, conforme anteriormente analisado, é que a Arqueologia é posta em posição secundária em relação a todos os outros ramos científicos, devido ao seu interesse considerado especulativo (JMGIC, 1945: 25).

Será, portanto, em relação à sua função como fonte de compreensão das possibilidades de cada população nativa, da sua contribuição para a civilização dos territórios ultramarinos, que a Arqueologia será justificada nos objectivos das Missões Antropológicas. Da mesma forma, sua caracterização como conhecimento especulativo e a dificuldade em identificar as funções imediatamente práticas desses estudos em um contexto em que os escassos financiamentos deveriam ser administrados tendo como principal objectivo a transformação da vida dos nativos e a garantia do bem-estar dos metropolitanos é o que levará a que a Arqueologia ocupe nas Missões uma posição secundária.

Ainda no mesmo contexto, os discursos nacionalistas nos estudos em Ciências Sociais encontram eco também nos trabalhos realizados por Santos Júnior em

Moçambique. Seus relatórios reflectem, de forma frequente, a importância do estudo dos povos nativos ultramarinos para o Estado português.

No final do relatório da primeira campanha de Moçambique Santos Júnior justifica a obra científica ultramarina que o Ministério das Colónias se empenhava em desenvolver, da seguinte forma:

“O conhecimento científico das nossas colónias é tarefa a realizar com fervoroso entusiasmo e com a mais decidida boa vontade.

Conheçamos as nossas colónias, valorizemo-las com o nosso esforço, com o nosso trabalho dedicado e profícuo, para maior glória da Pátria.

As nossas colónias, embora muitos pareçam ignorá-lo ou queiram dar a impressão de que o desconhecem, constituem parte integrante da Pátria sacrossanta” (Santos Júnior, 1938:52).

Neste discurso, a glória da Pátria e a indissolubilidade do Império parecem ser os mais nobres objectivos a serem alcançados pelos pesquisadores nacionais no Ultramar. Naturalmente, as contribuições da ciência para a prosperidade económica e o conhecimento e protecção dos territórios, parecem ser pontos fulcrais para o Estado nesse momento.

No relatório da segunda campanha, por sua vez, ao realçar a importância da criação de um museu colonial português, justifica historicamente o valor da contribuição metropolitana contemporânea para a manutenção do Império:

“Escola de heróis, tribuna de Santos e campo de labuta afatigada, o Império Colonial Português foi ungido com sangue nobilíssimo de nossos Avós, inteiramente votados ao Bem da Nação e à maior glória da Pátria, em atitudes de abnegação cristã e de amor fraternal por todas as raças.

Não é pois estranho que em cada português seja viva e fremente a unidade indestrutível do Império Colonial, seja sagrada a memória pelos seus heróis e mártires” (Santos Júnior, 1940a:91).

Aqui, não só os aspectos económicos e políticos são ressaltados no que tange aos resultados das pesquisas científicas ultramarinas, que, aliás, figurariam no referido museu, mas, novamente, a honra dos antepassados que, sejam como soldados, agricultores, comerciantes ou missionários, ajudaram a consolidar o Império que deveria ser mantido pelos seus contemporâneos (Santos Júnior, 1940a:91).

Essa necessidade de valorização dos territórios ultramarinos como partes indissociáveis da Nação, não está, entretanto, desligada da noção de que esses territórios eram portadores de grandes riquezas que acrescentariam valor à própria metrópole. Não se trata, portanto, de um pedido de abnegação e entusiasmo totalmente desinteressado, mas de um investimento na prosperidade do país.

Mendes Correia, em texto de 1945, acerca das Missões Antropológicas, esclarece aos leitores os interesses científicos e nacionais dos estudos em Antropologia Física, Pré-História e Etnografia em contexto ultramarino:

“Ora as ditas disciplinas dizem pura e simplesmente respeito ao conhecimento do factor mais importante da riqueza de um país: o factor humano. Ruskin escreveu que a maior riqueza das nações não é a que está nas entranhas da terra, nas rochas, mas a que está na carne, na vida, na produção cada vez maior de criaturas de sopro poderoso, olhar leal e coração forte. Como ficaria completa a ocupação científica das colónias sem estudos sobre a respectiva população?” (Correia, 1945a: 5).

Nota-se, neste ponto, novamente aparecer um importante elemento de valorização das Missões Antropológicas, repetido frequentemente. Sua utilidade no desvendar das qualidades e defeitos dos indígenas, de seu grau de evolução e dos melhores meios para melhorar suas qualidades visando o enriquecimento da Nação são pontos importantes a contar a favor da continuidade desses estudos.

Esse mesmo argumento também pode ser encontrado em textos de Santos Júnior, como em “Missão Antropológica de Moçambique”, de 1946, acerca da quarta campanha (Santos Júnior, 1946d:456), e no relatório da quinta Missão (Santos Júnior, 1948a:1).

Em outro texto de Mendes Correia, publicado em 1947 e acerca da campanha preliminar à Missão da Guiné, a importância dos indígenas é novamente evidenciada:

“A violência, o desprezo, mesmo a indiferença, são maus sistemas de política colonial em relação aos nativos. Felicitemo-nos por quase sempre – e hoje mais do que nunca – ser diversa a atitude de Portugal perante as gentes de além-mar que estão sob sua soberania e para com as quais não esquecemos os deveres de

protecção e solidariedade que tal facto e altos princípios nacionais e espirituais impõem do modo mais absoluto” (Correia, 1947:7).

Aqui, a política de interferência e de civilização aparece novamente relacionada aos interesses nacionais em relação às populações indígenas das colónias e, consequentemente, ao contexto justificador das Missões Antropológicas.

Em matéria publicada no jornal “Noticias”, de Lourenço Marques, de 16 de Outubro de 1946, Santos Júnior esclarece melhor essa questão:

“Só o conhecimento científico do indígena em todas as suas qualidades, que regra geral são muitas, e nos seus defeitos quase sempre fáceis de corrigir, pode fornecer as normas para atitude de comando certo, ou seja do governo justo que melhor se adapte às circunstâncias” (Santos Júnior, 1946e).

Neste quadro, claramente, a associação entre a política indigenista e as pesquisas científicas aparece evidenciada. Nesse sentido, as pesquisas Antropológicas e, particularmente, as Arqueológicas, estariam intimamente ligadas à sua capacidade em fornecer instrumentos para a transformação cultural das comunidades nativas.

Finalmente, o também já citado Plano de Valorização Económica da Colónia de Moçambique, intimamente relacionado à quinta campanha dessa Missão, traz ainda mais luz a esse contexto:

“É uma importante tarefa a do reconhecimento global dos valores humanos da colônia e das suas respectivas culturas.

À Missão Antropológica cabe propor medidas para preservar os valores da população indígena, de harmonia com os princípios da humanidade e as exigências da vida moderna.

É preciso porém, como diz o antropologista americano Heine Geldern, evitar que as populações indígenas, em consequência da proletarização, dêem origem a massas amorfas, sem espiritualidade, sem ideias, sem alegria de viver, sem energia e sem esperança no futuro” (Santos Júnior, 19--b).

Esta explicação, por sua vez, não deixa dúvidas acerca da função das Missões Antropológicas no contexto dos interesses Estatais. A conciliação dos valores indígenas com as exigências da vida moderna, ou seja, a sua contribuição para o processo de europeização dessas populações, parece estar relacionada aos objectivos principais desse empreendimento. Esse processo dar-se-ia através do papel da ciência no sentido de “preservar os valores da população indígena”, o que, na continuação do discurso, parece relacionar-se com o conhecimento das principais características dessa comunidade e com a sua capacidade em contribuir para que essa aculturação se desse da forma mais adaptativa (ou com menor atrito) possível.

As Missões de Angola e Timor, chefiadas por António de Almeida também contribuem para essa discussão. No caso de Angola, desde o Plano de Estudos Antropológicos Coloniais de 1941, da autoria de Mendes Correia, que os estudos dessa colônia são justificados, sobretudo devido à necessidade de se estudar os Bosquímanos, considerados em vias de extinção (Correia, 1941b:5). Novamente, a inevitabilidade do

processo de absorção cultural é considerado como motivo para o desenvolvimento de Missões Antropológicas.

O planeamento inicial da campanha de 1950, que deveria decorrer em conjunto com o censo da população angolana, também a realizar-se no mesmo ano, justifica-se no discurso de António de Almeida, por sua vez, tendo em vista a necessidade de conhecer-se as características físicas e fisiológicas das populações indígenas a fim de debelar os males responsáveis pelo baixo aumento populacional dessas comunidades (Almeida, 1948:1). Aqui, a possibilidade de alterar situações novamente tendentes à extinção dos nativos parece ser o motivador de mais uma campanha científica.

A sua preocupação com o continuar de um trabalho que já havia sido iniciado desde os tempos das grandes navegações também parece ser uma constante nos seus textos. Um bom exemplo desse hábito é o texto “Dos Bosquímanos e Hotentotes na História e na Ciência”, de 1954, em que atribui a Bartolomeu Dias as primeiras observações de Hotentotes (Almeida, 1994a: 30). Em “Alguns velhos e novos conceitos sobre os povos não bantos de Angola”, publicado em 1964, e que baseia-se nas pesquisas efectuadas nas cinco campanhas que fez a essa colónia, atribui a Vasco da Gama os primeiros avistamentos de Bosquímanos na costa ocidental de África (Almeida, 1964b: 9).

Em “Sobre/entre os Bosquímanos de Angola”, de 1956, fala de mapas e observações efectuados nos séculos XVIII e XIX, acerca dos Bosquímanos (Almeida, 1994b:104). Novamente em “Dos Povos do Deserto de Moçâmedes (Angola)”, de 1964, cita terem os portugueses conhecido os Bosquímanos um século antes que os

Holandeses (Almeida, 1994c:167). O mesmo ocorre no texto “Sobre os Hotentotes de Angola”, no qual volta a citar o facto de ser de Portugal a primazia na observação desse povo (Almeida, 1994d: 263).

Longe de esgotar o tema, esses são alguns exemplos daquilo que se pode encontrar na obra produzida pela Missão de Angola. Em relação a Timor, a questão da primazia toma outra dimensão. A maioria dos textos publicados em função dessa Missão, quer seja no âmbito a Arqueologia, da Etnologia ou da Antropologia Física, ressalta a grande antiguidade dos próprios nativos timorenses, apoiado, sobretudo, na palavra de Breuil, antiguidade essa, algumas vezes ressaltada pela ideia partilhada por alguns investigadores de haver-se dado na insulíndia a origem dos primeiros humanos.

Tal argumento pode ser percebido em textos como “Sobre alguns exemplares com fáceis Paleolítica de Timor Português, de 1964 (Correia; Almeida; França, 1994b:156-157), “Da Pré-História do Timor Português – Pinturas Rupestres”, de 1976 (Almeida, 1994h: 190) e “Alguns aspectos antropológicos do Timor Português”, de 1968 (Almeida, 1994g: 267), por exemplo.

Também bastante esclarecedor no que tange aos interesses estatais nas pesquisas em ciências humanas nos territórios ultramarinos é o texto da Portaria 19.210 de 30 de Maio de 1962, que cria o Centro de Antropobiologia, dirigido desde o seu surgimento por António de Almeida:

“No vastíssimo campo das ciências humanas contam-se outros complexos problemas intimamente relacionados com a sobrevivência e a aclimação das várias etnias portuguesas em territórios onde vivem ou pretendem fixar-se; o

condicionalismo geoclimático e social das regiões tropicais em particular incide grandemente sobre as populações e, de acordo com as leis da genética, pode implicar sensíveis alterações somato-fisiológicas e psicológicas nos naturais e emigrados comprometendo a vitalidade dos respectivos descendentes. Para o estudo destas relevantes questões torna-se indispensável o conhecimento da antropologia morfológica, fisiológica e psicológica e do concurso de outras disciplinas humanas como a paleontologia, a pré-história e a etnologia” (Portugal, 1962).

Este texto reúne vários argumentos já percebidos em outros textos anteriormente citados e nos acrescenta ainda mais alguns pontos. Novamente a adaptação dos indígenas ao estilo de vida Ocidental e dos territórios coloniais aos modelos metropolitanos são enfatizados. Além disso, as próprias influências negativas do meio ambiente tropical e a acção deste sobre os descendentes dos emigrados são tidos em consideração no discurso justificador das pesquisas científicas humanas nos territórios Ultramarinos.

Essa “missão científica”, na medida em que define a função do organismo presidido por António de Almeida a partir de 1962, será, sem dúvida, a base tida em conta na elaboração dos seus trabalhos científicos desenvolvidos a partir desse Centro.

Nos casos específicos dos trabalhos de António de Almeida, portanto, são as questões de primazia, quer das pesquisas realizadas pelos antepassados metropolitanos, quer dos próprios povos integrantes da Nação indissolúvel que devem ser valorizados na continuidade das Missões Antropológicas, como forma de valorização do próprio passado esplendoroso do país.

Além disso, as questões relacionadas à necessidade de se adaptar os territórios ultramarinos aos interesses metropolitanos e de minimizar as agressões provocadas por esses territórios inóspitos nas várias etnias aí instaladas ou a instalar-se, sintetizam as missões científicas a serem cumpridas pelos investigadores nas colónias.

Assim, de modo geral, pode-se perceber que o justificar das Missões Antropológica em âmbito nacional está relacionado a vários aspectos concernentes à necessidade de interferência nas comunidades indígenas. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de manutenção das colónias, a importância de se fomentar o seu desenvolvimento económico, de minimizar os seus riscos e de conhecer o valor dos nativos no alcançar desses objectivos. Em segundo lugar, aponta-se a raridade de alguns povos indígenas e o perigo de sua extinção, associados à sua inevitável absorção na sociedade Ocidental, além da necessidade de mediar-se esse processo da forma mais adaptativa possível para os nativos. Em último, nota-se a necessidade de valorização dos estudos dos povos pertencentes à indissolúvel nação portuguesa, rica em história e com um presente potencialmente honroso que deveria ser cultivado.

Entretanto, como já visto, essas necessidades estatais não podiam ser supridas sem controlo rígido sobre os financiamentos das Missões. Por esse motivo, a Arqueologia deveria ocupar lugar secundário nos objectivos desses empreendimentos científicos.

Não obstante tais perspectivas negativas surge aqui um nítido rompimento entre aquilo que se efectiva na produção científica das Missões e os seus planeamentos oficiais. Se é certo que a Arqueologia ocupa um lugar secundário na produção científica e nas publicações decorrentes desses empreendimentos, seu lugar, como já visto,

permanece garantido no decorrer das inúmeras campanhas ocorridas nas várias colónias estudadas.

Mais que isso, sua capacidade de internacionalização e de cooperação com importantes nomes no universo desse campo científico tanto em âmbito nacional quanto internacional parece evidente. E é justamente essa capacidade que é utilizada como justificativa para a continuação das pesquisas arqueológicas e como instrumento de valorização das próprias Missões Científicas, também como já analisado.

Novamente, somente o ultrapassar dos escopos legais e dos interesses oficiais, parece ser esclarecedor no compreender da produção científica das Missões Antropológicas, e, em especial, das pesquisas Arqueológicas nesse contexto produzidas.

Assim, outro contexto importante vem juntar-se aos já analisados, na compreensão da complexidade da produção científica arqueológica desses empreendimentos científicos e que materializa-se em oposição ao posicionamento estratégico oficial de tais estudos.

A importância estratégica das Missões parece evidenciar-se através de alguns trabalhos confidenciais realizados por Mendes Correia e António de Almeida no decorrer de viagens com finalidades científicas, por exemplo. Mas, principalmente, pode-se atestar a importância desse tema através do universo legal que cercava as possibilidades de divulgação dos conteúdos investigados.

São inúmeros os pedidos de permissão para efectuar lições e comunicações, mesmo quando a proposta se restringia a instituições nacionais como a Academia das Ciências de Lisboa, por exemplo. Tal preocupação com a regulação e controle do

material produzido pelas Missões vem atestar o grau de importância estratégica que essas informações tinham para o Estado português do período.

Além disso, a própria base legal das Missões, citada em vários desses pedidos, dá ainda mais visibilidade à importância dada a essas informações. É o que se vê figurar na Portaria 12.215, de 26 de Dezembro de 1947, que assim discorre acerca da utilização do material produzido nesses empreendimentos científicos:

“- Art.º 10º Todos os elementos recolhidos pelo pessoal das missões durante o tempo que nas mesmas prestar serviço são considerados propriedade do Estado e deles não é permitido o uso ou publicidade sem autorização expressa dos Ministros das Colónias, dada para cada caso concreto que lhe seja submetido” (Portugal, 1947).

Mediante tamanho cuidado com relação ao uso dos materiais produzidos pelas Missões, é fácil imaginar que outros aspectos do projecto deveriam receber igual tratamento, nomeadamente no que tange aos financiamentos concedidos ou ao tipo de actividade realizada *in loco*, durante as campanhas. Ou até mesmo que o contexto legal, tão repetidas vezes citado, e o pedido de autorização, tantas vezes feito, deveria confirmar a propriedade estatal do conhecimento produzido. Mas o que se percebe na análise de alguns documentos produzidos pelas autoridades responsáveis é que nem sempre tal situação corresponde à realidade.

Santos Júnior, em carta enviada em 1947 ao próprio Ministro das Colônias, respondendo a interpelações acerca de má gestão dos financiamentos da Missão, traça o seguinte comentário:

“Porque a conferência das contas não se poderá limitar a somar os documentos apresentados, depois de se verificar se estão todos devidamente autenticados, por um lado, o que é certo é que a legislação que regula o assunto é talvez excessivamente imprecisa para que se possa dizer com segurança, se determinada despesa foi ou não bem realizada” (Santos Júnior, 1947b:1)

Aqui, percebe-se claramente que a preocupação com a condução dos gastos das Missões era não só pouco regulado administrativamente, como também muito pouco tido sob rigorosa consideração, tendo em vista o discurso de relativização da forma como deveriam ser geridos, conferidos e justificados.

Em exposição anterior, endereçada ao secretário da Junta, os argumentos de Santos Júnior acerca do mesmo problema são ainda mais enfáticos:

“Tirei dois cursos, o de Ciências Histórico-Naturais e o de Medicina mas não tirei o de contabilista.

Além disso, as especiais condições dos trabalhos da Missão não permitem mais do que o amontoamento dos documentos de despesa que no fim são distribuídos pelas diferentes rubricas quer da verba da metrópole, quer da verba da colônia” (Santos Júnior, 1947a).

Neste justificativa, não só a falta de conhecimentos mais profundos na área da contabilidade (confirmada ainda com um agradecimento explícito ao Director dos Serviços de Fazenda da Colónia que o havia auxiliado na organização das contas enviadas) mas, sobretudo, as próprias condições do trabalho de campo são usadas como explicação para que as referidas irregularidades na organização dos gastos da Missão tivessem sido detectadas.

Mas, nesse quesito, é, sem dúvida, António de Almeida quem fornece os discursos mais ricos e interessantes no compreender dessa complexa relação estabelecida entre os chefes das Missões e o governo ditatorial do período.

Em 1973, inquirido pelo vice-presidente da Junta acerca das verbas referentes ao prosseguimento dos trabalhos da “Carta Étnica de Timor” depositados em sua conta pessoal, cita um despacho ministerial de 1969, criado a partir de uma proposta do Governo de Timor do ano anterior, da qual extrai o seguinte segmento:

“O Governo de Timor e o Sr. Prof. António de Almeida concertariam entre si os pormenores da realização do trabalho, (...) por se considerar de interesse a actualização e publicação da Carta Étnica de Timor Português e porque esta obra, pelo seu valor científico e utilidade como estudo de base se enquadra nos objectivos do III Plano de Fomento” (Almeida, 1973c:2).

Tal argumento é utilizado para justificar o facto de ter sido a incumbência da elaboração da Carta Étnica dada a ele a título pessoal, o que explicava, segundo

prossegue, o facto de ter recebido encargos em conta pessoal, cuja gestão, segundo ele, era de sua responsabilidade e cuja prestação de contas devia ao Governo de Timor.

Ainda no mesmo documento, Almeida cita outra correspondência, de 1971, do referido governador, na qual deixaria claro que, mesmo após o seu jubramento continuava o prof. Almeida responsável pela elaboração da Carta Étnica de Timor e que, portanto, deveria ser disponibilizada pelo director do Centro de Antropobiologia a quantia necessária ao desenvolvimento dos trabalhos. Por “disponibilizar” parece ser novamente entendido o depósito da quantia em sua conta pessoal.

Mas, o que mais impressiona em vista destas justificativas é, sem dúvida, o facto dos referidos argumentos terem sido suficientes para debelar qualquer dúvida quanto à irregularidade dos depósitos, haja visto o facto de não ter havido prosseguimento na discussão. Tal atitude certamente demonstra que a capacidade de António de Almeida de angariar adeptos ou de se movimentar por entre as redes de elementos que compõem esse fazer científico é realmente grande, habilidade certamente relacionada, de alguma forma, ao lugar ocupado por esse pesquisador como director de Centro.

Se juntarmos a isso o facto de a referida “Carta Étnica” cujos andamentos são inúmeras vezes cobrados pelas autoridades responsáveis, para a qual António de Almeida pede o trabalho de funcionários e o uso de materiais públicos (JIU, 1973), nunca ter sido, de facto publicada, nem tampouco seus textos encontrados na totalidade, percebe-se a grandiosidade da complexidade que cerca a produção dessas informações encaradas como estratégicas pelo estado português.

Essa complexidade, entretanto, não diz respeito somente a questões de financiamento. O próprio agir em campo também atesta que a independência dos chefes

das Missões se choca com a noção inicial de controlo estatal sobre esses empreendimentos. A própria Arqueologia, conforme já analisado, aparece na produção científica das Missões mediante a disposição e o interesse desses investigadores, bem como de sua capacidade de mobilizar recursos materiais e humanos a fim de que as pesquisas fossem realizadas.

Mas, nesse âmbito, uma situação em particular protagonizada por António de Almeida chama a atenção para o tipo de lugar ocupado por esses cientistas no fazer Antropológico e, em particular, Arqueológico, dessas missões. Apesar de não fazer parte de nenhuma das Missões Antropológicas aqui analisadas, este episódio, que se desenvolve em uma viagem científica de Almeida a Moçambique, em 1959, ainda assim contextualiza-se com o universo investigado.

Na referida viagem é o professor acusado pela Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, de haver levado, sem qualquer autorização do Governo da Província, 28 exemplares monetários proto-históricos denominados Handas ou Aspas, encontrados na região de Buzi. Acerca de tal acusação, defende-se Almeida alegando que, sendo vogal da Junta e director do Centro de Etnologia do Ultramar, estando em viagem legalmente autorizada e sendo a Junta responsável pela ocupação científica do Ultramar, não poderia ser ele impedido de dar prosseguimento à sua investigação com relação aos citados objectos, o que, naturalmente, pressupunha o seu envio à Metrópole. Mais alega que segundo o artigo 4º do decreto-lei 35.395 de 26 de Dezembro de 1945:

“(…) os originais dos espécimes e a documentação que lhes concerne recolhidos pelas missões oficiais portuguesas no Ultramar pertencem ao Ministério e deverão ser convenientemente preparados e preservados de forma a poderem constituir documentação do Museu do Ultramar” (JIU, 1959).

Em vista da necessidade de tal preparo é também justificado, assim, o envio dos referidos exemplares monetários à Metrópole, reforçado ainda pelo já citado artigo 10º da Portaria 12.215, que esclarece ser de propriedade do Estado todos os materiais recolhidos pelas Missões, devendo seu uso ser sempre previamente autorizado.

No desfecho desta questão, Almeida recebe todo o apoio do Ministério que ainda pede que o professor sugira a forma como se deveriam distribuir por algumas instituições os artefactos em questão (Pinto-Lopes, 1959).

Este é, sem dúvida, um episódio que esclarece de que forma o lugar ocupado pelos investigadores podia ser utilizado para desenvolver as investigações ultramarinas de forma que as próprias regulações do trabalho fossem usadas em benefício do interesse dos chefes das Missões.

Curiosamente, neste episódio, o próprio escopo legal que regulamentava e limitava o uso dos materiais e documentos produzidos nessas Missões, é usado, juntamente com os cargos ocupados pelo pesquisador, para justificar o facto de haver trazido para a Metrópole, sem previa autorização, artefactos moçambicanos.

Naturalmente, o facto de o haver feito, e de sua justificativa haver encontrado receptividade junto às autoridades consultadas manifesta uma forma de pensamento que não se limita a essa situação em particular. Assim como as inúmeras cartas trocadas por

António de Almeida com autoridades provinciais a fim de que estas desenvolvessem parte dos trabalhos científicos que lhe interessavam, sobretudo no que tange a fotografias, gravações e relatórios, este é mais um caso no qual a sua posição dentro dos organismos estatais, para além de representar regulamentações para o seu trabalho, é usada para contornar as dificuldades ou limitações encontradas a fim de que as investigações fossem desenvolvidas segundo os seus propósitos.

Finalmente, a própria utilização do material produzido pelas Missões, matéria de que trata as leis citadas, pode ser, ela própria, também questionada. Até mesmo neste caso claramente regulamentado, algumas acções acabam por atestar que, na prática, a produção científica era muito pouco estatizada ou estrategicamente controlada.

Um caso particular envolvendo material arqueológico toma particular importância nesse caso. Em 1974, já jubilado, entra António de Almeida em contacto com Miguel Ramos, director do Centro de Estudos de Ciências Antropológicas, herdeiro do então extinto Centro de Antropobiologia, a fim de requisitar, nomeadamente, material sobre pinturas e gravuras rupestres angolanas por ele recolhido em Missão Científica, e a partir dos quais desejava escrever um artigo.

Tendo o director do Centro argumentado que a devolução não seria possível uma vez ter sido o espólio do antigo Centro de Antropobiologia integrado no Centro de Estudos de Ciências Antropológicas (JIU, 1974), o assunto prossegue, argumentando o doutor Almeida que os materiais deveriam ser-lhes devolvidos. Finalmente, os materiais são deixados pelo director do Centro aos cuidados da Junta onde António de Almeida vai requisitá-los. Nessa ocasião é avisado de que o assunto é considerado de cunho pessoal por aquele órgão, abstendo-se o mesmo de intermediar a situação. Em vista disso, Almeida ameaça recorrer a processo judicial para recuperá-los (Almeida, 1974).

Neste caso, a noção de que o material produzido nas Missões Científicas pertencia ao Estado português parece bastante posta em causa, não só pela acção de António de Almeida, mas também pelo julgamento da própria Junta. Enquanto o primeiro age como se o material requisitado fosse sua propriedade particular, a própria Junta, ao julgar a disputa um assunto pessoal parece dar razão a esse comportamento do pesquisador. Tal atitude contrasta-se claramente com a própria base legal que regulamenta o uso do material produzido pelas Missões, conforme já visto.

Assim, pode-se concluir que, por um lado, o Estado possuía interesses bem delimitados em relação ao desenvolvimento das Missões Antropológicas, regulamentando as áreas a serem privilegiadas e teorizando acerca das finalidades dos estudos a serem realizados.

Entretanto, essa preocupação em regulamentar o trabalho dessas Missões Científicas parece não ser suficiente para exercer controle alargado sobre a forma como essas pesquisas se desenvolvem.

Em primeiro lugar, pode-se perceber que a produção arqueológica dessas missões continua a aparecer de forma constante e algumas vezes marcante nas missões realizadas, mesmo a despeito do lugar secundário que deveriam ocupar, segundo a Junta, nesses empreendimentos.

Percebe-se mesmo que, em alguns casos, é o seu próprio carácter especulativo, de interesse generalista acerca de problemas levantados pela comunidade científica ou acerca de questões que diziam respeito a toda a humanidade que dá a esse campo científico a força que desfruta, apesar de ser considerado um traço negativo e desestimulante do seu desenvolvimento, segundo o Estado.

Em segundo lugar, a regulação dos financiamentos, do trabalho de campo e do próprio material produzido por essas pesquisas, apesar do interesse estratégico que suscitava e da aparente regulação rigorosa a que estava submetida, na prática, não parece obedecer a esse controle, havendo nos interstícios dessa produção científica espaço para que as regulamentações fossem contornadas e possibilitando a esses pesquisadores a oportunidade de agirem segundo os seus próprios interesses no desenvolvimentos de suas pesquisas e de suas carreiras.

Dessa forma, reafirma-se a perspectiva segundo a qual o compreender de determinada produção científica, aqui em particular a Arqueologia das Missões Antropológicas, só pode ser alcançada buscando-se analisar a complexidade das redes que a compõem, que certamente ultrapassa a regulamentação legal desses empreendimentos científicos. A interação, sujeição, ou perversão desses universos legais ou oficiais parecem ser muito importantes no compreender dos contrastes existentes entre os interesses estatais e os dos chefes das Missões bem como sua capacidade de contornar as limitações legais buscando alcançar seus objectivos quando esses não se coadunam com os oficiais.

CAPÍTULO XX

As Contingências do Trabalho de Campo: do Planeamento à Prática

Se as relações com o panorama arqueológico internacional, os relacionamentos interpessoais com importantes nomes no campo científico nacional e internacional e os objectivos nacionais modelam, como foi possível perceber até agora, o fazer arqueológico do seu planeamento à prática, o mesmo pode-se afirmar acerca das contingências do trabalho de campo. Entretanto, este último aspecto actua de maneira um tanto específica em relação ao seu objecto, que neste caso, se refere à produção científica das Missões.

Enquanto os três primeiros aspectos analisados podem ser facilmente percebidos no produto das missões, ou seja, nos relatórios e nos artigos publicados, este último contexto, oculta-se, na maioria das vezes, nos documentos administrativos que cercam esses empreendimentos.

Mesmo quando aparecem, algumas vezes a título de curiosidade, outras como explicação para determinados fracassos nos objectivos das campanhas, não constituem matéria de que se tenha em atenção, à primeira vista, quando se trata de buscar compreender os contextos que circunscrevem a produção científica, e, em particular, arqueológica das Missões.

Entretanto, mesmo fazendo parte do ruído de fundo, das impurezas do fazer científico, esses contextos não são menos importantes na compreensão do produto final desses projectos investigativos. Aquilo que pode ser feito, a ciência do possível é,

muitas vezes limitada, circunscrita, ou planeada tendo em vista esses factores logísticos, à primeira vista secundários.

Já foi possível perceber como o fazer Arqueológico das primeiras campanhas a Moçambique esteve na dependência da memória e do auxílio dos indígenas, da boa vontade dos funcionários coloniais, dos equipamentos disponíveis, bem como dos próprios trajectos efectuados de povoação em povoação onde seriam executados, sobretudo, estudos antropobiológicos nas comunidades nativas.

Naturalmente, essa tendência continua a se fazer perceber não só nas campanhas subsequentes a Moçambique, como também nas Missões às demais colónias aqui analisadas. Com maior ou menos intensidade, dependendo das habilidades e dos lugares ocupados por cada cientista nos rizomas da produção científica, esses aspectos irão contribuir, muitas vezes de forma significativa, para o resultado final desses empreendimentos.

No caso de Moçambique, as campanhas postas em prática a partir de 1945, seguem as mesmas tendências que as anteriores. As dificuldades enfrentadas pelo pesquisador tanto no campo, efectivamente, quanto no próprio planear das viagens, encontra-se bem documentada, possibilitando uma excelente visualização dos processos de fortalecimento e enfraquecimento da sua produção científica.

Durante a campanha de 1945, por exemplo, Santos Júnior troca uma série de cartas com o presidente da Junta, enviadas da colónia durante o trabalho de campo, que alertam para uma série de questões limitadoras. Em carta de 20 de Setembro, por exemplo, preocupa-se com o facto de possuir duas pequenas camionetas para transportar as 10 pessoas que compunham a equipa e o pouco material de acampamento disponível.

Além disso, descreve uma viagem de 200 quilómetros feita a Monapo a procura de um sítio paleolítico descoberto por Wayland em 1914 e que não foi capaz de encontrar (Santos Júnior, 1945b).

Já em 28 de Outubro escreve a lamentar as improvisações ocorridas no trabalho de campo em decorrência da campanha ter vindo muito tardiamente naquele ano. Conta ter aproveitado o tempo perdido na espera do despacho da bagagem para fazer algumas medições antropobiológicas e ter utilizado uma viagem à serra de *Choa*, em busca das ruínas de *Molanda* e à *Chicoa* e com a finalidade de estudar os *Demas*, para encontrar novas estações líticas (Santos Júnior, 1945c).

Em carta de 02 de Novembro comunica a chegada da estação das chuvas e o desejo de ainda conseguir aproveitar mais uma semana de estudos na colónia (Santos Júnior, 1945d), e em 27 de Novembro dá por encerrados os trabalhos da terceira missão tendo em vista o facto das chuvas terem tornado impossível o prosseguimento dos trabalhos e diz não se sentir satisfeito com o resultado da campanha devido ao pouco tempo disponível para a viagem (Santos Júnior, 1945e).

Nota-se que esta campanha é novamente pontuada por questões já conhecidas, como a submissão das investigações arqueológicas aos trajectos percorridos com o objectivo de efectuar pesquisas antropobiológicas. Além disso, questões relacionadas ao período escolhido para a viagem e aos recursos disponibilizados pela colónia também afectam os trabalhos.

Na Missão de 1946 o quadro se repete. Problemas como a falta de tempo e de verbas são as reclamações mais constantes. Em carta de 17 de Maio, acerca do programa para a o próximo triénio da Missão de Moçambique, que deveria contemplar o

término do programa previsto por Mendes Correia para a primeira viagem, o quadro é claramente descrito:

“É-nos impossível a execução de tal plano nesta campanha por três motivos: vinda da missão mais tarde do que previsto, falta de verba para contratar na metrópole pessoal técnico suficiente, dificuldade de deslocação de pessoal e material, não só de ilha para ilha como também dentro das mesmas, por falta de transporte próprio. A acrescentar a estes motivos há ainda a dificuldade no recrutamento dos indígenas a observar, ocupados nos seus trabalhos agrícolas, intensos nesta época, pois por vezes, não temos a nossa disposição o número necessário ao nosso serviço de cada dia” (Santos Júnior, 1946f).

Percebe-se que há uma consciência prévia da desconexão entre as pretensões ideais para a campanha e aquilo que, já se sabia de antemão, iria impedir que esses objectivos fossem alcançados por completo. Nota-se também que os factores relacionados à própria disponibilidade da Junta em conceder os meios necessários à execução dos trabalhos são os mais significativos nesse quadro.

Entretanto, o decorrer dos trabalhos traz novos e imprevisíveis factores direccionadores das pesquisas. Em 21 de Junho, a bordo do navio “Mousinho” e a caminho de Moçambique, um acidente no qual o navio embate no porto de Moçâmedes, é o assunto da carta de Santos Júnior ao presidente da Junta. Acerca do facto lamenta o investigador a perda de alguns dias de viagem, já que o navio teria que ser recuperado em *Cape Town* (Santos Júnior, 1946g).

Por outro lado, em 23 de Julho, em Malena, informa que, em virtude de uma feira de algodão, havia tido considerável sucesso no acesso a indígenas para serem medidos. Já em 24 de Agosto notícias negativas destacam-se. Dessa vez, em virtude da negação de recursos extra requeridos, resolve terminar antes do prazo previsto os estudos na colónia. Para isso afirma que reduziria o número de observações e o tempo em cada localidade ainda por estudar (Santos Júnior, 1946h, 1946i).

Finalmente, em 8 de Setembro, alerta para o risco de infecção pela mosca tsé-tsé, pelo que teria havido necessidade de serem todos protegidos com germanina, o que teria causado no investigador reacções fortíssimas, dificultando novamente o prosseguimento dos trabalhos com a desenvoltura necessária (Santos Júnior, 1946j).

Nesta campanha em particular, factores imprevisíveis, como o acidente com o navio, ou mais quotidianos, como a feira do algodão ou o risco da contaminação pelas moscas tsé-tsé, interferem de diversas formas no decorrer dos trabalhos.

Já no relatório da quinta campanha a Moçambique, Santos Júnior volta a lamentar-se, dessa vez por só terem sido autorizadas seis pessoas a compor sua equipa, o que, segundo ele, teria impedido que se levasse a cabo, conforme o planeado, o estudo proposto para as seis brigadas nas quais essa campanha deveria se repartir. Ainda assim, apesar do pequeno número de funcionários concedidos, Santos Júnior descreve ter tido muita dificuldade em desfrutar dos seus serviços por serem considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços na colónia (Santos Júnior, 1948).

Reclama ainda de não terem sido providenciadas as carroçadas requeridas para as camionetas concedidas pelo governo da colónia à equipa, o que teria atrasado o prosseguimento dos trabalhos, conforme o planeado, em mais de uma semana. Já a

caminho do Alto Mológué um automóvel quebrado teria retardado novamente o prosseguimento dos trabalhos. Além disso, o atraso e a dificuldade em providenciar indígenas para os estudos, e o combate às moscas tsé-tsé continuam a ser uma preocupação frequente (Santos Júnior, 1948a).

Esta campanha confirma um quadro que se desenrola durante todo o trabalho da Missão. As reclamações constantes de Santos Júnior em relação ao pouco apoio concedido, quer pela Junta, quer pelas autoridades locais, prolonga-se ainda nos anos subsequentes a esta campanha, período no qual o pesquisador busca autorização para realizar mais uma viagem científica à colónia, considerada para ele essencial para completar as investigações em curso, e que demora a encontrar eco nos interesses estatais. Ademais, é essa recorrente carência de suporte humano e material que pontua toda a produção científica da Missão, justificando, muitas vezes, os resultados obtidos.

Finalmente, no que se refere à última campanha da Missão, mais alguns episódios interessantes, alguns já bastante conhecidos, demarcam a forma como a produção científica desse empreendimento científico se dá no campo de trabalho.

No dia 24 de Setembro de 1955, em carta endereçada a um Ministro, provavelmente do Ultramar, Santos Júnior queixa-se de ter novamente viajado tardiamente para a colónia, vindo a enfrentar, durante a campanha, a época das chuvas (Santos Júnior, 1955b). Ainda no mesmo dia, comunica à Junta que, apesar de haver descoberto mais cinco estações paleolíticas e de ter estudado mais duas novas estações de pinturas rupestres, na sua excursão a Tete, não havia podido dedicar mais de três dias a cada sítio, já que a chegada do material da campanha no navio “Angola” havia forçado o início da segunda fase da viagem. Destaca-se aqui o facto de as investigações

arqueológicas haverem ficado restritas ao tempo em que o material para as medições antropométricas não haviam ainda sido entregues na colónia (Santos Júnior, 1955c).

No dia 27 de Novembro, nova correspondência endereçada ao Ministro do Ultramar pede autorização para que a última campanha a Moçambique viesse a se estender até o ano seguinte (Santos Júnior, 1955d). Dessa vez é o número elevado de circunscrições ainda por estudar o que leva a que a campanha tivesse que ser estendida. Neste caso, o acúmulo de problemas decorrentes de outras viagens, os atrasos e abreviamentos no desenvolvimento das pesquisas de campo anteriores deve, certamente, ter contribuído para que o trabalho se tenha atrasado. Finalmente, no dia 31 de Dezembro, Santos Júnior informa ter sofrido um grave acidente de viação, que teria lhe causado uma fratura e alguns cortes. Em vista desse facto, os trabalhos da campanha teriam sido momentaneamente paralisados, levando à necessidade de requisitar mais um prolongamento dos prazos estipulados para o fim do projecto (Santos Júnior, 1955e, 1956).

O quadro que caracteriza esta última campanha da Missão é, assim, muito similar aos anteriores. Atrasos, trabalho inacabado, alguns acidentes decorrentes das próprias condições enfrentadas em campo, juntamente com o, já anteriormente citado, descaso das autoridades centrais e locais com os pedidos de cooperação de Santos Júnior, e da própria equipa de pesquisa com o desenvolvimento das pesquisas em Arqueologia, levam a que essa Missão, sofra, pelo menos aparentemente, sérios prejuízos nos seus projectos investigativos originais.

Em relação à Missão da Guiné, apesar das poucas informações disponíveis, pelo menos um indício atenta para a importância das contingências do trabalho de campo na produção científica dessa missão. Na viagem chefiada por Amílcar Mateus em 1947, é a

proximidade do período das chuvas que anuncia o fim dos trabalhos da campanha (Mateus, 1947a). Além disso, é preciso lembrar que a própria condução de Mateus a chefe da Missão dependeu da incapacidade de Mendes Correia em aceitar ao cargo, segundo ele, devido a problemas de saúde e excesso de trabalho (Correia, 1945b), o que coloca a própria direcção e continuação dos trabalhos, nos termos em que se deu, sob os condicionamentos de questões particulares específicas.

No caso das Missões chefiadas por António de Almeida, a despeito do grande número de documentos oficiais disponíveis, questões relacionadas à logística dos trabalhos e a problemas surgidos no campo aparecem muito pouco descritas. Tal situação pode ser explicada por questões de ordem individual caracterizadas por uma forma muito menos pormenorizada de descrever os trabalhos efectuados, por um lado, e publicações científicas bastante impessoais, por outro, nas quais os dados são fornecidos sem recursos a grandes narrativas das campanhas.

Também pode estar relacionada ao facto de Almeida possuir uma posição mais elevada que Santos Júnior dentro do aparelho administrativo de Estado, o que, provavelmente, dava ao pesquisador uma situação mais confortável em relação aos seus superiores. Como chefe do Centro de Estudos de Etnologia e depois do Centro de Antropobiologia, além de vogal da Junta e deputado por algum tempo, Almeida deveria ter menos necessidade de descrever pormenorizadamente seus trabalhos, bem como menos dificuldade em conseguir os recursos dos quais necessitava no prosseguimento dos seus trabalhos investigativos, o que reflecte-se nos poucos dados disponíveis.

Entretanto, ainda assim, alguns factos podem ser encontrados em sua correspondência administrativa. Em 23 de Novembro de 1948, o chefe de repartição da Direcção Geral de Ensino de Angola envia correspondência confidencial ao Ministro

das Colónias acerca dos trabalhos ali desenvolvidos por Almeida. Nessa carta, o referido chefe elogia grandemente o empenho do pesquisador no campo, destacando que, ao contrário daquilo que comumente ocorria com as missões enviadas pela metrópole, esse pesquisador não havia desperdiçado tempo, dedicando-se integralmente ao trabalho (Leão, 1948). Neste caso, a sua efectiva dedicação à investigação ou as boas relações interpessoais que nutria com alguns funcionários da colónia contribuíram para reafirmar sua posição de prestígio como pesquisador.

O mesmo ocorre em carta de igual teor enviada pelo Governador Geral de Angola ao Ministro das Colónias, em 1950, na qual as qualidades de Almeida como incansável pesquisador são postas como justificativa para que dirigisse os trabalhos antropológicos propostos para decorrerem em conjunto com o censo populacional daquele ano (Carvalho, 1950a). Para mais, nessa ocasião, a própria ocorrência do censo passa a ser utilizada por António de Almeida para justificar o envio de mais uma campanha científica a Angola.

No mesmo ano, outra correspondência revela como bons relacionamentos com membros da administração colonial iriam ajudá-lo na organização da primeira campanha oficial da Missão Antropobiológica de Angola. Preocupado em ter a viagem planeada e executada antes da época das chuvas, que acorriam à região a partir de Setembro, pede que um amigo passe a apresentar ao Governador a proposta já reformulada para a Missão, enquanto agradece o facto haver o mesmo retido o antigo plano a seu pedido (Almeida, 1950).

Já em proposta apresentada, em 1951, para a campanha seguinte da Missão de Angola, e na qual faz um breve resumo das viagens anteriores, Almeida destaca as grandes distâncias percorridas afim de que fosse possível encontrar indígenas para

serem estudados (Almeida, 1951). Neste caso, se a dificuldade em reunir nativos pode ter prejudicado os estudos antropobiológicos da Missão, muito possivelmente devem ter trazido novos achados arqueológicos aos estudos.

Com relação a Timor, uma correspondência trocada com o amigo e administrador do concelho de Lautém, Afonso Mendes Prata, revela, embora não intencionalmente, que alguns condicionalismos também afectaram seu trabalho de campo nessa colónia. Nessa carta, datada de 1970, e, portanto, do mesmo ano do seu jubileamento, pede que o referido amigo consiga para ele algumas imagens, na sua maioria de sítios de arte rupestre, para o prosseguimento de seus trabalhos científicos. A respeito de um conjunto em particular, em Ilikérékére, diz nunca o ter observado *in loco* “(...) por impossibilidade de subir ou descer o carreiro íngreme, que vai do caminho de jeep até à encarpa” (Almeida, 1970b).

Muito provavelmente tal impossibilidade estaria relacionada à sua idade, já avançada, pelo que havia pedido ao amigo que lhe fotografasse o referido sítio. Ademais, o seu jubileamento causou, sem dúvida, grandes limitações ao prosseguimento das suas pesquisas, por já não poder requerer do Estado os auxílios de que necessitava. Por outro lado, novamente, seu bom relacionamento com funcionários coloniais continuava possibilitando que prosseguisse suas investigações, mesmo da metrópole.

Um pouco antes, no mesmo ano, em outra correspondência, trocada desta vez com um amigo, também denominado Almeida, agradece o recebimento dos resultados de determinados materiais trabalhados e avisa ainda não os ter utilizado em virtude da doença de sua esposa, que apresentava, segundo ele, novo edema pulmonar (Almeida, 1970c). Dessa vez, problemas de ordem familiar interferem no prosseguimento das pesquisas do então responsável pela elaboração da Carta Étnica de Timor.

O que parece certo, em meio a essas informações é que elas não representam, certamente, toda a complexidade das interferências quotidianas e administrativas nas pesquisas realizadas por António de Almeida e que, se essas fossem registadas com a mesma insistência com que fez Santos Júnior, certamente apresentaria quadro semelhante em riqueza.

Um quadro da complexidade do trabalho de campo realizado tanto na Missão de Angola quanto de Timor pode, entretanto, ser percebido na análise de alguns cadernos de campo, já descritos no capítulo anterior. Escritos por um assistente das referidas Missões esses documentos também retractam com riqueza uma série de condicionantes no desenvolvimento das pesquisas chefiadas por António de Almeida.

Durante a primeira campanha da Missão de Angola, realizada em 1950, por exemplo, teria havido um atraso significativo do início das pesquisas antropobiológicas na colónia devido à demora no recebimento de um despacho ministerial, sem o qual a equipa não poderia partir para o interior da colónia. Muito embora tal atraso tenha possibilitado a realização de uma série de pesquisas arqueológicas, o mesmo certamente representa um atraso no desenvolvimento dos projectos para a referida viagem (Marques Júnior, 1950a; 1950b).

São também inúmeros os casos em que avarias nos automóveis utilizados pela equipa de trabalho levam a atrasos nos deslocamentos entre comunidades e em que os trabalhos em antropobiologia são prejudicados pela ausência ou dificuldade em arregimentar indígenas para serem medidos. Neste quesito esta campanha enfrenta particularmente um episódio interessante.

Por algum motivo, teria se espalhado pelo norte da colônia um boato de que os membros da equipa estariam a arregimentar indígenas para a guerra, de forma que passam a ser frequentes os casos de fuga em massa dos indígenas em diversas localidades, dificultando a realização dos trabalhos antropológicos. Entretanto, de modo geral, os prejuízos no andamento das pesquisas em Antropologia Física, quer devido a avarias nos automóveis da Missão, quer devido à falta de indígenas, representam tempos livres disponíveis para a prospecção e os estudos arqueológicos, de forma a representar um factor positivo no âmbito desse último campo científico.

Na segunda campanha, realizada em 1952, o período de requisição de materiais e dinheiro também retarda em cerca de uma semana o início dos trabalhos da campanha (Marques Júnior, 1952). Ao lado dos comuns problemas mecânicos com os automóveis e com as dificuldades na arregimentação dos indígenas para as medições, nesta campanha, a presença da filha de António de Almeida, Maria Emília, que não parecia muito adaptada às condições peculiares do trabalho e do ambiente, parece ter causado certo mal-estar na equipa, desarmonizando o seu funcionamento.

Já na última campanha, em 1955 (Marques Júnior, 1955), a novidade fica com a resistência de alguns membros da equipa vindos da metrópole, no desenvolvimento dos trabalhos de campo, levando mesmo a que um deles retornasse mais cedo, a seu próprio pedido.

No que se refere à Missão de Timor, as condicionantes parecem ser muito semelhantes às da Missão anterior. Sabe-se que, durante a campanha de 1953-54 (Marques Júnior, 1953-1954), os trabalhos voltam a atrasar-se, desta vez por causa da demora da chegada do navio “Índia”, provavelmente trazendo material importante para

o início das investigações. Também os episódios de problemas com as viaturas e com a colaboração dos indígenas locais se fazem presentes.

Na missão de 1963 (Marques Júnior, 1963) exatamente o mesmo quadro se repete. Dias perdidos em torno de questões burocráticas, da busca por funcionários, das autorizações necessárias para o desenvolvimento das investigações e depois uma campanha pontuada por problemas logísticos, atritos e dificuldades no relacionamento com os indígenas locais.

A produção arqueológica em todas essas missões parece estar totalmente condicionada a esses e outros aspectos limitadores ou emoldurantes do processo de pesquisa. Conforme já visto, esses trabalhos estão, na maioria das vezes, relacionados aos tempos de folga das actividades antropobiológicas das campanhas, tanto os espontâneos, quanto, em sua grande maioria, aqueles forçados por falhas mecânicas de algum automóvel, falta de indígenas para medições ou de outro material importante para o desenvolvimento dos trabalhos e que necessitasse ser buscado em outras localidades. As pesquisas arqueológicas também aparecem muitas vezes relacionadas à investigação dos terrenos circundantes aos Postos administrativos onde a equipa se instalava para os trabalhos em Antropologia Física, aos arredores dos caminhos entre as localidades escolhidas para que a realização dessas pesquisas ou a alguma informação ocasionalmente conseguida com moradores locais acerca da localização de algum sítio em particular.

Apesar de não haver cadernos de campo das outras campanhas de Timor escritos por esse mesmo assistente, percebe-se que o quadro aqui descrito parece ser consistente com o ambiente geralmente relacionado ao desenvolvimento desses projectos de

pesquisa, e que inúmeras dificuldades e coincidências teriam modelado o tipo de dados científicos colectados em campo.

Assim, as informações aqui analisadas, em sua maioria, fruto do conjunto de documentos administrativos que compõem os arquivos das Missões Antropológicas, e que, à primeira vista, podem representar acervo de pouca importância no estudo da ciência produzida por esses empreendimentos, acabam por constituir fonte de importantes explicações para os resultados dessas Missões.

Boa parte das presenças ou ausências que se pode verificar tanto no número de campos abordados quanto na qualidade dos trabalhos realizados têm como parte de sua explicação directa factores relacionados à logística das campanhas ou a pequenas decisões administrativas, demonstrando que a complexidade da produção científica arqueológica das Missões não pode ser amplamente compreendida circunscrita somente aos seus aspectos teórico-metodológicos ou políticos.

CAPÍTULO XXI

Discussões: A Arqueologia nas Missões Antropológicas ou as Missões na Arqueologia Colonial: Nos interstícios da produção científica

A efectivação de um plano de investigação Antropológica no Ultramar português constitui-se um projecto estratégico de política estatal visando, sobretudo, a interferência nas comunidades indígenas com vistas à sua inserção em planos sociais e económicos que visavam, por um lado, o incremento da produção e a segurança das fronteiras das colónias, e, por outro, a efectivação de um plano civilizatório que pretendia transformar a colónia em uma cópia da metrópole (Castelo, 2007).

Inserida nesse projecto é que a Arqueologia é cogitada, aprovada, tolerada ou incentivada nas Missões, como instrumento de conhecimento das origens dos povos estudados e do seu grau de evolução, possibilitando, assim, uma melhor identificação dos seus defeitos e qualidades e os consequentes instrumentos eficazes de aperfeiçoamento dos indígenas.

Mas esse projecto de Estado, à luz do produto desses empreendimentos científicos, apresenta-se incipiente para a compreensão de sua produção. Mais que isso, o analisar dos processos que levaram à efectivação desse projecto, ou que constituem os diversos caminhos dessa produção científica, manifesta a complexidade dessa geração de saberes, que só pode ser compreendida acompanhando as trilhas tortuosas de sua produção.

O próprio lugar da Arqueologia nas Missões, a insistência dos pesquisadores na exploração desse campo científico mesmo quando as directrizes estatais não o

valorizavam é um importante exemplo dessa complexidade. Nesse caso, factores como a inserção em temas de debate científico internacionais, ou relacionamentos interpessoais com importantes nomes da Arqueologia nacional ou no estrangeiro vêm fornecer melhores justificativas para essa questão.

Por outro lado, o tema da produção científica e de sua valorização no cenário nacional e internacional remete novamente para as condições de produção desse conhecimento científico. Ao contrário da ciência acabada, dos resultados aceitos por toda a comunidade científica e divulgados por toda a sociedade, que nos transmitem certezas dificilmente discutíveis, o recuar a suas condições de produção nos leva a um ambiente de tensões e controvérsias de grande complexidade que constitui o necessário substrato para que o saber se constitua enquanto produto final, enquanto sentenças consagradas cientificamente e socialmente (Latour, 2000).

Nesse sentido, as capacidades de angariar aliados, de convencer a audiência, tomam importância crucial para que um discurso científico possa ser aceite pela comunidade que o regula. O inserir-se em grandes debates internacionais e o partilhar das investigações com nomes consagrados no cenário nacional e internacional trazem, assim, as condições necessárias para que o produto dessas missões, ou seja, as investigações científicas produzidas e as conclusões apresentadas, pudessem vir a consolidar-se como um discurso científico válido e forte o suficiente para manter-se e consagrar-se (Latour, 2000).

Por outro lado, não só factores relacionados directamente às questões científicas vêm a contribuir ou condicionar essa produção de conhecimento arqueológico nas Missões. As redes que ajudam a tecer os produtos finais desses empreendimentos científicos por nós conhecidos, são, na verdade, extremamente heterogéneas e abarcam

factores relacionados ao quotidiano das campanhas, à vida pessoal dos pesquisadores, à sua posição no aparelho de Estado e a pequenas decisões – ou omissões – administrativas, que, embora pouco ressaltadas ou valorizadas na produção científica desses empreendimentos científicos, nem por isso são menos importante na compreensão da constituição desses saberes.

Essa complexidade aparentemente pouco nobre, um mundo envolto em prazos, burocracia e condições financeiras, que condiciona a produção de conhecimento e o seu sucesso no interior do universo da própria Ciência e da sociedade, de modo geral, é, na verdade, o substrato que permite, ou não, o engajamento em torno de ideias que, se isoladas, nunca poderiam constituir discursos científicos sedimentados. É na relação entre a capacidade de convencimento das ideias propostas, da sua capacidade de engajamento, e as suas estratégias para vencer todos os obstáculos que se impõem no caminho, que uma determinada ideia científica ganha força (Latour, 2000: 58-81).

Assim, acompanhar o desenvolvimento de contextos científicos não implica localizar uma entidade exógena à própria sociedade na qual se insere, uma espécie de contentor dentro do qual se encontra depositada uma forma de conhecimento puro e autónomo, claramente distinguível no tecido social, mas, ao contrário, é em meio a redes complexas, frágeis e caóticas, ou, nas palavras de Latour, em meio às galerias de um cupinzeiro, que a confiabilidade de uma mensagem é constituída e confirmada sua capacidade de tornar-se científica, de forma que apresenta-se um procedimento inócua separar, em meio às diversas substâncias que constituem essas galerias, o que seriam os seus elementos científicos, dos económicos, políticos, técnicos ou administrativos (Latour, 2000: 377).

Nesse sentido, a dissociação entre a ciência produzida pelas Missões Antropológicas e os contextos amplos ou específicos, políticos ou burocráticos nos quais essa ciência se insere, constitui um tipo de estratégia com baixo poder explicativo, categoria artificialmente constituída cujos limites amputam o contexto complexo no qual o conhecimento é produzido. Do mesmo modo, a separação entre a ciência das Missões e o sistema colonial e ditatorial dentro do qual esse conhecimento é produzido, é igualmente incoerente posto que esses elementos não são senão parte dessa mesma complexidade cuja produção científica é mais um constituinte.

O contexto colonialista e ditatorial não é, assim, exterior ao texto científico, um agente externo que o condiciona, ou um aspecto que se conflita com esse último, mas, pelo contrário, ambos universos, o colonial/ditatorial e o científico, se conectam de forma a se co-produzirem em rede, e emergem enquanto práticas situadas num mesmo tempo e espaço (Roque, 2001: 132).

Assim, para compreender a dinâmica da produção do conhecimento, é necessário olhar para além das actividades de “laboratório”, em direcção à complexidade de elementos profissionais e sociais que são parte intrínseca do processo de criação, construção e divulgação de novas ideias. Da mesma forma, devemos romper com a separação entre as ciências e o político, uma vez que não é o político um contexto exterior à ciência. Esta, pelo contrário, produz naquele, significativas alterações através de controvérsias e conflitos, da mesma forma que é também por ele influenciada (Callon, 2008: 303-304).

Dessa forma, só é possível compreender a ciência produzida pelas Missões na circulação dos objectos produzidos entre o sistema colonial e ditatorial e os universos das próprias ciências envolvidas, sem assimetrias ou distinções entre essas duas

categorias, mas perseguindo a forma como esse fenómeno se constrói e se explica no tecido social português. Do mesmo modo, não é possível desconectar os próprios agentes envolvidos na produção desses textos científicos, ou seja, os cientistas que chefiaram essas missões, desse contexto social e político no qual se inserem. Suas preferências pessoais, suas habilidades políticas, seus interesses profissionais fazem também parte intrínseca dessa complexidade que terminará por determinar a ciência produzida pelas Missões Antropológicas, durante o regime ditatorial português.

Quanto à Arqueologia, esse contexto rizomático intrincado contribuirá para que esta esteja presente na produção científica desses empreendimentos de maneira bastante particular. Em primeiro lugar, aparecerá em posição secundária em relação à Antropologia, tendo seus trajectos condicionados aos planeados para as pesquisas antropológicas. Além disso, ocupará também um lugar secundário nos próprios projectos de estado, condicionado aos baixos financiamentos disponíveis, que leva à desvalorização de pesquisas consideradas especulativas, como no caso das arqueológicas.

Por outro lado, será esse mesmo carácter especulativo, sua ligação com a discussão de grandes questões científicas relacionadas ao surgimento, evolução e dispersão da humanidade, que lhe dará prestígio e justificará sua manutenção nos projectos das Missões. Além disso, esse mesmo prestígio será usado em algumas ocasiões para valorizar esses projectos diante das autoridades estatais como forma de justificar sua manutenção e requisitar investimentos.

Além disso, os contextos estritamente nacionais, ou seja, a prioridade portuguesa nos estudos científicos ultramarinos ou a antiguidade dos povos indígenas constituintes da policontinental e multiétnica Nação Portuguesa também constituirão justificativa importante para o investimento de pesquisas científicas sociais em contexto ultramarino e, em particular, daquelas dentro do campo da Arqueologia.

Entretanto, esse carácter não será suficiente para explicar nem a produção científica Arqueológica, nem tampouco a forma como esse conhecimento é apropriado tanto pelos cientistas que a põem em prática, quanto pelo Estado que a regula. Ao contrário, a forma como essa actividade se desenvolve no interior da produção científica das Missões Antropológicas e as próprias lógicas de produção e divulgação de conhecimento nesses projectos científicos Ultramarinos seguem caminhos muito próprios, muitas vezes em desacordo com as regulações oficiais que os deveria condicionar.

Essa relação, até certo ponto contraditória, entre os projectos estatais e a forma como os objectivos e os interesses de cada missão se desenvolvem na prática, constitui um ponto complexo da análise dessa produção científica. As relações estabelecidas entre o governo ditatorial e suas directrizes de valorização económica, defesa de fronteiras e missão civilizadora colonial dão-se, ao contrário do que se poderia prever, de uma maneira pouco controlada para o tipo de importância estratégica que esses empreendimentos aparentam representar.

A despeito de alguma legislação bastante rigorosa em relação à utilização dos dados conseguidos através das missões, de modo geral, são as capacidades de mover-se no interior das redes burocráticas do Estado que possibilitam a execução dos planos

científicos para as Missões segundo os interesses específicos de cada investigador responsável.

A Arqueologia, novamente, tem sua produção subordinada a esses contextos na medida em que essas investigações dependem da capacidade dos chefes responsáveis pelas missões em justificar sua importância diante das autoridades estatais, por um lado, mas também e principalmente, de mobilizar recursos financeiros e humanos para que elas se efectivassem, quer em contexto colonial, em meio aos trabalhos de campo, quer nos meios administrativos e académicos nacionais e internacionais, em relação ao seu financiamento, aceitação e divulgação.

Dessa forma, pode-se afirmar que a produção arqueológica e o contexto político ditatorial do período no qual as Missões Antropológicas se desenvolvem constituem um conjunto complexo que só pode ser entendido em suas relações de co-produção na medida em que suas lógicas e objectivos interceptam-se (des)construindo-se mutuamente. As Missões tornam-se realidade a partir de objectivos e planeamentos estatais para o Ultramar e para a imagem de Portugal frente a seus congéneres europeus, ao passo que o próprio estado ditatorial sente-se fortalecido a partir do trabalho efectuado por esses empreendimentos científicos.

Por outro lado, a despeito das regulações e objectivos estatais, a investigação arqueológica dessas missões, ou seja, os contextos abordados, a forma como são investigados, o tipo de interferência dos investigadores nos sítios e nos artefactos durante o trabalho de campo, as relações entre o trabalho realizado e os interesses de cada pesquisador, enfim, toda a complexidade da sua produção escapa nos interstícios do poder estatal, embrenha-se por entre as galerias de cupinzeiro que consolidam esses discursos científicos e chocam-se, muitas vezes, com os próprios objectivos totalizantes

do Estado, mostrando novamente que o fazer científico só pode ser compreendido quando assumimos toda a sua complexidade.

CONCLUSÕES

A Produção Científica das Missões Antropológicas: Do Laboratório ao Texto

Se a produção científica das Missões Antropológicas dialoga com as discussões comuns a cada campo científico abordado no projecto, durante o período temporal em que essas Missões se desenvolvem, por outro, a referida produção manifesta suas próprias especificidades, fruto do contexto político em que o Estado Português estava então mergulhado e das preferências e escolhas tanto da comunidade científica nacional quanto dos próprios pesquisadores, protagonistas desses projectos.

Por outras palavras, se essa produção científica manifesta um espírito de época ou arregimenta seus aliados na defesa ou contestação de temas discutidos no período, por outro, ela cria suas redes a partir de interesses e de exigências específicas, quer do Estado Novo, quer dos interesses científicos nacionais, quer dos cientistas que protagonizam as pesquisas.

A percepção da interacção desses universos ao mesmo tempo distintos e complementares, da diversidade das redes que constituem essa produção científica, evidencia-se, sem dúvida, no contraste entre a narrativa do trabalho de campo realizado e os diversos textos científicos publicados como produto final desses trabalhos de investigação.

Neste ponto, o contraste dá-se de forma particularmente interessante, uma vez que torna possível confrontar relatórios de campanhas direccionados a órgãos estatais e cadernos de campo escritos por um membro secundário das Missões, de forma despretensiosa e com fins aparentemente particulares, com textos produzidos com o

intuito de figurar, sobretudo, em reuniões científicas internacionais. Nos documentos relacionados ao trabalho de campo, é possível perceber uma visão do quotidiano das campanhas científicas em Moçambique, Angola e Timor, em oposição à construção dos textos característicos das publicações científicas, repleto de camadas, nos quais aliados são chamados a sedimentar discursos científicos e que o trabalho investigativo é valorizado ao máximo, em todas as suas potencialidades.

O que parece merecer destaque nessa comparação é, em primeiro lugar, o espaço diminuto ocupado pelas investigações arqueológicas no contexto das Missões. As pesquisas arqueológicas são claramente relegadas a tempos de descanso, ou outras situações similares, nas quais, quer por questões burocráticas ainda não resolvidas, quer por falta de indígenas para serem medidos ou por outros tipos de empecilhos, como a quebra de veículos, o trabalho antropobiológico é paralisado, permitindo que os membros da missão tornem seus olhares para os arredores, no intuito de investigar a existência de sítios arqueológicos. A exceção a esse quadro dá-se somente quando um sítio já é previamente conhecido, ou que a equipa recebe de presente algum artefacto, levando a que busquem tempo, entre os trabalhos de medição, para visitarem ou prospectarem nas áreas indicadas pelos informantes locais.

Mesmo o simples acaso é muitas vezes o responsável por uma significativa recolha de artefactos arqueológicos. Aterros feitos nos terrenos de Postos administrativos, ou mesmo a falta de retretes em alguns dos estabelecimentos que servem de dormitórios para as equipas, são os responsáveis pela descoberta de novas jazidas arqueológicas de materiais que poderiam, ou não, estar *in situ*, e desencadear, ocasionalmente, maiores investigações.

Em contraste com essa realidade, as pesquisas antropobiológicas não só apresentam um claro planeamento científico e logístico, como também representam a espinha dorsal dos trajectos realizados pelas Missões em território colonial. A preocupação com a selecção dos grupos indígenas a serem estudados e com o apoio prévio das autoridades administrativas locais no arregimento desses nativos, parece ser uma preocupação evidente das equipas de investigação, que organizavam os trajectos a serem seguidos no propósito de pesquisarem grupos étnicos específicos.

Naturalmente, tal precariedade das pesquisas arqueológicas no contexto dos trabalhos de campo aparece de forma muito subtil ou é mesmo em parte apagada da produção científica que se segue. Os diversos instrumentos utilizados no laboratório de campo, com destaque para as prospecções e escavações arqueológicas ocasionais são montados em forma de inscrições nos textos científicos, construindo factos e fazendo esses mesmos instrumentos desaparecerem no produto final (Latour, 2000: 106-116). Ainda que a maioria dos textos se defina como estudos preliminares trazendo, por isso, à tona, parcialmente, as controvérsias, dificuldades e carências do trabalho realizado, esse alcance parcial dos instrumentos utilizados é exposto como um momento intermediário na produção dos factos científicos a que se referem o texto e não como o fruto irremediável de um estudo realizado de forma pouco planeada ou mesmo improvisada, numa posição secundária e submissa a outros campos científicos. Ou, ainda que essa posição secundária da Arqueologia seja citada, ela é usada como uma justificativa para a situação intermediária do estudo, ainda em desenvolvimento, dando a entender que estudos posteriores, planeados para próximas campanhas, iriam complementar as informações em lacuna.

Assim, o que, de modo geral, parece destacar-se nas produções científicas analisadas é o contraste entre a pouca importância que os estudos arqueológicos ganham

durante as Missões e aquilo que o estudo de artefactos recolhidos e trazidos posteriormente para a Metrópole para que a análise dos mesmos fosse realizada, ganha no produto final dessa produção científica, neste caso, as publicações analisadas.

Neste contexto, se as pesquisas se limitam, na maioria das vezes, a recolhas de superfície muito pouco contextualizadas, as publicações científicas que têm por base a análise desses espólios esmeram-se por produzir um texto construído dentro de alguns dos cânones científicos do período e no qual os objectos de estudo ganham valor informativo na discussão de temas de interesse para o campo arqueológico.

Por outro lado, se os estudos são mantidos, ainda que precariamente, durante as campanhas das Missões, e se textos são produzidos e apresentados em reuniões científicas internacionais a partir das poucas informações disponíveis, tal facto denota certa importância e preocupação com o tema e faz retornar novamente a questão do papel desses estudos quer para o Estado português do período, quer para as comunidades científicas internacionais e locais, ou até mesmo para os interesses pessoais dos pesquisadores em questão.

Se os textos são produzidos, muitas vezes, a partir da clara noção de que seriam conhecimentos preliminares, de que as informações disponíveis não seriam suficientes para a realização de um trabalho devidamente aprofundado sobre os diversos objectos de pesquisa, tal precaução demonstra o cuidado com a avaliação dos outros membros da comunidade científica. Se a esperança de que mais estudos fossem posteriormente realizados é claramente expressa, ainda que, na prática, se fossem feitos, o seriam na mesma condição secundária que a Arqueologia sempre ocupou em todos os projectos das Missões, tal condição também é certamente fruto da exigência dos pares académicos acerca do que seria o procedimento científico aceitável em tal caso. Finalmente, se os

textos são produzidos apesar desse carácter superficial dos dados disponíveis, só o são porque as descrições e conclusões acerca dos objectos analisados apresentam interesse particular e constituem um diálogo interessante com essa mesma comunidade.

Neste ponto, os textos acerca dos sítios líticos angolanos e moçambicanos parecem demonstrar particular interesse acerca da demonstração da sua grande antiguidade. A começar pelos aliados arregimentados, dentre os quais figuras como Van Riet Lowe e Dart, no caso de Moçambique e Breuil e Vallois, no caso de Angola, citados ou consultados durante o processo de produção científica, o interesse pelo Early e Middle Stone Age africano parece bastante claro.

Mas, as próprias conclusões dos textos publicados, como resultado da produção científica dessas missões, denotam tal preferência. Associando os sítios analisados, preferencialmente, a culturas do Early e Middle Stone Age, os pesquisadores procuram certamente conciliar o que seriam as características principais dos artefactos analisados a uma comprovada antiguidade dos povos aí investigados.

Tal característica, se por si só infere ao povoamento da região certa importância no quadro das discussões acerca da hominização em África, de grande importância para a comunidade científica do período, e mesmo actualmente, por outro lado, pode estar relacionada ao tipo de oportunidades de pesquisas surgidas durante o desenvolvimento das campanhas ou mesmo aos olhares que os investigadores lançam sobre o terreno no intuito de realizar prospecções arqueológicas. A preferência pela investigação de cascalheiras encontradas nos caminhos entre localidades ou a investigação de aterros realizados nos terrenos fronteiriços às sedes administrativas dos Postos, provavelmente permitiria o encontro de um maior número de sítios desses períodos. Por outro lado, a clara desatenção a pesquisas relacionadas a outros conjuntos artefactuais como os

cerâmicos, por exemplo, também demonstra que o tipo de interesses e de olhares que esses pesquisadores carregavam quando do desenvolvimento dos trabalhos de prospecção na colónia estariam mais familiarizados com a descoberta de sítios de grande antiguidade.

Por outro lado, os recintos muralhados, são alvo de um tipo de avaliação bastante peculiar por parte das Missões. De construção bastante mais recente e apresentando um grau de complexidade artística e arquitetónica que remete ao conceito de civilização que punha a Europa no expoente da história, tais sítios parecem receber certa avaliação negativa, ou apresentar dúvidas acerca da sua autoria por indígenas locais.

No caso particular do texto “Recintos Muralhados de Angola” (Almeida; França, 1960), por exemplo, a avaliação de Breuil é tomada como argumento de autoridade para considerar que alguns recintos encontrados teriam sido obra dos Banto, já no século XIX, e fruto da influência da cultura mediterrânica na região. Tal consideração é feita a despeito dos autores haverem admitido, primeiramente, que, com os dados disponíveis até aquele momento, pouco poderia ser dito acerca da cronologia dos recintos. Neste caso, tais conclusões poderiam estar relacionadas a um preconceito acerca da capacidade cultural dos indígenas locais para o desenvolvimento de um tipo de tecnologia relacionada com o conceito de evolução e civilização que tinha a civilização europeia como exemplo.

Tais características vão ainda ao encontro do próprio objectivo dessa Missão, que se propunha, sobretudo a estudar os bosquímanos, classificados como povos primitivos fadados ao desaparecimento. Muito embora as diversas missões tenham percorrido a colónia de norte a sul no propósito de realizar estudos antropológicos

entre os indígenas locais, o foco nos bosquímanos, não só representa o conciliar com interesses bastantes em voga nas diversas comunidades científicas do período, mas também uma visão da história da humanidade, que, se punha a África numa situação, de certa forma, privilegiada no que tange ao conhecimento da história da humanidade, de outro, submete os povos indígenas do território a uma situação de atraso cultural que só poderia ser sanada com o contacto com civilizações mais avançadas, nomeadamente a européia.

Também em “Pré-História de Moçambique” (Santos Júnior, 1940c), o chefe da Missão insiste em ressaltar as características européias dos sítios relacionados a recintos muralhados. No caso do aparecimento de uma “placa ídolo de xisto” cuja localização atribui-se ao recinto de Zembe, Santos Júnior ressalta que a dispersão desses artefactos teriam ocorrido a partir do sul da Península Ibérica. Nas conclusões do trabalho reafirma a ideia de que “a notável civilização dolménica” originária do ocidente da Península Ibérica teria se expandido por via marítima, de forma que tais vestígios poderiam eventualmente denotar influências portuguesas remotas não só no Leste de África, mas também na região de Moçambique. Novamente o nome de Breuil é citado, ao lado dos de Bosch-Gimpera e Mendes Correia, na enumeração dos eruditos que partilhariam da ideia da grande cultura dolménica nos territórios portugueses.

Assim, se por um lado, a descoberta de sítios bastante antigos no território angolano e moçambicano poderia colocar a ciência nacional numa posição, em certa medida, privilegiada no contexto das discussões acerca da história da humanidade, por outro, poderia também ser uma forma de confirmar o atraso cultural dos povos colonizados e a importância da metrópole no propósito de civilizar os nativos.

No caso de Timor, os diálogos estabelecidos são semelhantes. Neste caso, o interesse dos membros da Missão nas investigações arqueológicas da colônia, segundo seus próprios relatos, era contribuir para a compreensão da história humana na Oceania e o encontro de correspondências arqueológicas para descobertas paleontológicas, tais como a do *Pitecantropus* e do *Homo soloensis*, de Java (Correia; Almeida; França, 1994a: 109).

Novamente, a antiguidade da ocupação humana na região está em questão e a discussão acerca da idade do sítio de Laga retracta bem esse interesse. Enquanto Almeida, Breuil e Zbyszewski insistem na antiguidade do sítio, definido como sendo Musteriense de feições Levalloiese, trabalhos de Glover, Koenigswald e mesmo um texto de Correia, sugerem que o mesmo sítio seria Neolítico (Oliveira, 2008: 13,14).

Essa divergência quanto à classificação do sítio expõe não só a precariedade dos trabalhos desenvolvidos no sítio, mas também algumas concepções pré-concebidas do que esperavam ali encontrar. Acerca da precariedade desses estudos, Oliveira ressalta, por exemplo que, muito embora as datações de radiocarbono fossem um recurso disponível na época, Almeida nunca haverá tencionado usá-las para clarificar as cronologias criadas com base em tecnologia lítica. Almeida seria, assim, essencialmente um Antropólogo, e seu interesse primordial nas Missões era realizar medições antropológicas em grupos indígenas locais. Por outro lado, apesar do seu estudo multidisciplinar e, em alguns casos, bastante detalhado da cultura indígena, Almeida continuaria a manter um claro preconceito eurocêntrico em relação às suas capacidades e pensa que a “civilização” de tais povos seria um caminho inevitável (Oliveira, 2008: 15-16).

Naturalmente, tais concepções eram partilhadas pelo Estado português do período e levarão a que o lugar da Arqueologia esteja, à partida, demarcado no interior desses projectos. Como já visto, a prioridade das missões recaia sobre os trabalhos antropológicos, e percursos, tempos e recursos condicionavam as pesquisas arqueológicas a esses estudos prioritários. Mas, por outro lado, a manutenção dessas pesquisas, a despeito do desinteresse estatal, ainda que realizados de forma bastante precária, manifesta ainda mais uma condicionante dessa produção científica, esta associada às próprias características pessoais e profissionais dos pesquisadores.

Se o trabalho de António de Almeida e Santos Júnior aqui analisado, prima por certo desinteresse pelos temas de Arqueologia, no que tange às prioridades que estabelece para a sua produção científica, o mesmo não acontece com os trabalhos de Camarate França, por exemplo. A qualidade dos trabalhos deste último atesta o seu profundo interesse pelos temas arqueológicos e, mesmo no desenrolar dos trabalhos de campo da Missão de Angola, sua preferência e atenção pela Arqueologia é enumerada em vários momentos, no quais França deixa os trabalhos Antropobiológicos para dar sequência a alguma prospecção ou mesmo investigações dentro daquele campo científico. Mesmo uma espécie de lamentação, muitas vezes proferida nas suas publicações arqueológicas, de que os estudos não haviam podido ter prosseguimento devido ao carácter eminentemente antropológico das mesmas, denota a importância que os mesmos tinham para o autor (França. 1960; 1964a, 1964b, 1964c, 1964d).

António de Almeida, por sua vez, não só considera as pesquisas arqueológicas como um instrumento secundário na sua carreira de pesquisador, como, mesmo na execução dos trabalhos antropobiológicos, e na sua conseqüente produção documental, possui um método de trabalho muito pouco claro e organizado. Além da dificuldade de compreensão dos seus documentos escritos, das lacunas existentes no envio de

relatórios e de outros documentos burocráticos importantes às autoridades competentes, sua produção científica é marcada, no trabalho de campo, segundo seu próprio assistente, por certa falta de planeamento. Segundo Marques Jr. comenta no caderno de campo de 1950, Almeida seria “*um grande desorganizado*” e no seu trabalho “*tudo o que seja método é posto de parte*”. Termina ainda o comentário a dizer que, tendo em vista a forma como o trabalho era desenvolvido, ele punha dúvidas sobre “*a veracidade de certas observações*” (Marques Jr., 1950a).

Apesar de ser necessário manter certas reservas acerca de uma observação como essa, realizada após um longo e difícil percurso já transcorrido na colónia e muitos atritos e dificuldades registados, o panorama geral da obra de Almeida parece não desmentir na totalidade tal realidade. E se a mesma refere-se exclusivamente ao trabalho em Antropologia desse pesquisador, ou seja, ao trabalho que julgava prioritário no projecto das Missões e na sua própria carreira profissional, o mesmo não poderia ser diferente no que tange ao trabalho arqueológico realizado nesse mesmo contexto.

Por outro lado, o facto de António de Almeida se cercar de especialistas e interessados na área, de manter co-autoria nas suas publicações arqueológicas com nomes como Breuil, Camarate França e Zbyszewski, demonstra sua habilidade para arregimentar aliados e prover qualidade e autoridade para um tipo de publicação científica que não era considerada prioritária na sua carreira. Em certa medida, deve ter sido essa percepção de que o prestígio que poderia desfrutar nesse campo científico dependia da sua abertura para estabelecer boas parcerias, o que teria permitido a essas personalidades a oportunidade de participar mais de perto da produção arqueológica das Missões Antropológicas, não só conferindo maior importância às mesmas, mas também a essa produção arqueológica e ao lugar ocupado por esses pesquisadores, sobretudo os nacionais, no interior da comunidade científica arqueológica internacional.

Já Santos Júnior será um pesquisador bastante metódico e organizado com a execução dos seus trabalhos bem como com os reportes feitos do desenvolvimento destes para as autoridades responsáveis. Prova disso são os numerosos documentos e publicações disponíveis, com narrativas pormenorizadas da organização e do desenvolvimento das campanhas da Missão de Moçambique. Entretanto, muito embora mantenha boa relação com uma série de pesquisadores e se utilize de informações referentes a pesquisas desenvolvidas por outros investigadores na localização e investigação de sítios moçambicanos, será muito mais centralizador e voltado para o próprio país, no que tange à sua produção arqueológica ultramarina. Tal característica, certamente, dará ao seu trabalho menor visibilidade e valor referencial no cenário internacional do período.

Muito embora quase duas décadas separe a primeira Missão a Moçambique da primeira a Timor, por exemplo, e que tal questão implique levar em consideração a possibilidade de intervenção de muitos factores histórico-sociais ou mesmo científicos na compreensão dessas diferenças, é importante perceber como certas nuances no desenvolvimento das pesquisas em diferentes realidades e sob diferentes olhares interferem no produto final obtido.

Por outro lado, não só questões teórico-metodológicas, sociais, e pessoais complexas explicam a variabilidade na produção arqueológica ultramarina dos diversos pesquisadores envolvidos nas Missões Antropológicas, mas também a própria presença persistente da Arqueologia nesse projecto depende de outros variados factores que não se explicam simplesmente pelo entendimento deste campo científico como parte da compreensão antropológica alargada dos nativos ou no âmbito do escopo legal que circunscreve as Missões.

Neste contexto, o panorama científico internacional da disciplina, os relacionamentos interpessoais dos chefes das Missões, as questões de interesse nacional e as contingências do trabalho de campo devem ser levadas em consideração como algumas das muitas redes que ajudam a compor e a manter esse campo científico no interior dos projectos de investigação antropológica ultramarina.

No caso do panorama internacional, convém lembrar que a preocupação com o atraso científico português frente a outras nações europeias colonialistas e a necessidade de inserir o país nos debates científicos internacionais sobre os territórios colonizados serão razões para crer que o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em Moçambique, Angola, Guiné e Timor fosse de alguma forma interessante para a imagem do país. Por outro lado, as relações interpessoais desenvolvidas por Santos Júnior, António de Almeida, e Amílcar Mateus com nomes importantes do cenário arqueológico nacional e internacional, não só justificam, muitas vezes, a continuidade dessas pesquisas no universo das Missões, como lhe dão importância tanto no cenário nacional quanto no prosseguimento das carreiras profissionais desses pesquisadores.

Já quanto às questões nacionais, vê-se novamente o tema do prestígio do país ganhar importância na concepção do projecto de ocupação científica ultramarina e, particularmente, do uso das pesquisas arqueológicas nesse contexto. A honra aos antepassados, o conhecimento das diversas populações portuguesas ultramarinas, seu grau de desenvolvimento físico, mental e cultural, e sua capacidade de “civilizar-se” e de contribuir para o enriquecimento da nação eram temas de suma importância nos discursos relacionados ao planeamento desses projectos científicos.

Sabe-se que, nesse contexto, a Arqueologia será vista como actividade secundária para os propósitos da Nação no ultramar, mas também fica claro que é

justamente nas lacunas existentes entre os mecanismos de regulação oficial desses projectos e a capacidade dos investigadores responsáveis pelas Missões em movimentarem-se no interior dessas redes de poder que o espaço da produção arqueológica ganha formato. Questões de financiamento, do agir em campo e da própria utilização do material produzido pelas Missões atestam a não correspondência entre as regulamentações oficiais desses projectos e a forma como esses assuntos eram levados a efeito pelos diversos pesquisadores envolvidos no seu desenvolvimento.

Será justamente nessas entrelinhas que a Arqueologia ganhará espaço nos trabalhos de campo desenvolvidos, nas publicações realizadas e na divulgação desses conhecimentos junto à comunidade académica nacional e internacional.

Finalmente, as contingências do trabalho de campo, ou seja, os mais diversos contratempos proporcionados por questões burocráticas, logísticas, climáticas ou, até mesmo, certos acidentes, levam a que oportunidades sejam proporcionadas ou perdidas na execução de pesquisas arqueológicas em territórios coloniais. Embora essas questões sejam muitas vezes negligenciadas como parte das redes constituintes de determinada produção científica, os mais diversos documentos analisados no decorrer desta pesquisa atestam a importância de tais questões no desenvolvimento dos trabalhos das missões antropológicas.

Dessa forma, alguns pontos tornam-se claros na percepção de como o desenrolar dos trabalhos das Missões desde seu planeamento até o desenvolvimento dos trabalhos de campo, se relacionam com a produção científica arqueológica da qual é fruto. Em primeiro lugar, parece evidenciar-se que ao decompor as diversas camadas que constituem o texto científico, o que nos surge não é a Natureza propriamente dita, neste caso, o modo de vida das comunidades produtoras dos artefactos encontrados, mas uma

série de aliados, de circunstâncias, de interesses que estão na razão da sua produção e no valor que esta adquire entre seus pares (Latour, 2000: 148). Séries são estabelecidas, características comparadas a culturas já estudadas em outros locais ou a sítios encontrados nas proximidades e a importância de cada conjunto de análise é descrita tendo em vista certos interesses da comunidade científica para a qual se destina. Nesse sentido, a forma como os dados são recolhidos e analisados interfere na força atribuída ao texto científico, uma vez que denota o grau do rigor no tratamento do objecto de estudo. O facto da maioria dos textos deixarem claro sua característica preliminar e a necessidade de maiores investigações demonstra a cautela com que os textos são produzidos procurando, ao mesmo tempo, arregimentar aliados e provocar poucas controvérsias.

Em segundo lugar, e na sequência do pensamento anterior, é preciso ter em conta que a ciência produzida é sempre inscrita num determinado contexto e momento histórico. Neste caso, a ciência arqueológica produzida nas Missões Antropológicas é o fruto do exercício da Ciência Colonial em um contexto ditatorial centralizador que via nas colónias um sustentáculo de sua própria manutenção e um objecto de engrandecimento da Nação. Assim sendo, se as Missões tomam lugar estratégico naquele momento histórico, a Arqueologia era de importância secundária nos propósitos estatais de conhecimento e controle das diversas etnias que deveriam fazer-se crer constituírem a Nação multicultural e ultramarina portuguesa.

Por outro lado, e como já abordado, mesmo a Arqueologia em contexto nacional enfrentava inúmeros desafios no que tange à sua valorização diante da sociedade e do Estado e da implementação de métodos científicos mais rigorosos nas pesquisas realizadas. Por isso, se as dificuldades enfrentadas em campo no que tange à realização de investigações arqueológicas podem ser mais aprofundadas pelas circunstâncias

peculiares que circunscrevem esses projectos, nomeadamente informações, recursos e tempos muito restrictos, por outro, não será totalmente diferente de muitas das questões que abarcam a produção arqueológica em contexto metropolitano.

Tal questão nos leva ao terceiro ponto. A produção científica arqueológica das Missões não é um objecto isolado, mas circunscrito no contexto teórico-metodológico que se julgava a ciência normativa do período. Ou, indo mais além, remete à história da própria disciplina. Enquanto fica claro que alguns princípios típicos do auge da Arqueologia Colonial permanecem, novos posicionamentos, característicos do amadurecimento do campo científico são transparecidos no decorrer do desenvolvimento dos diversos projectos.

Pontos como o tema da antiguidade da humanidade aparecem, não mais para desacreditar a importância do continente africano nesse contexto, como aparece, por exemplo, na remota obra de Mendes Correia (Correia, 1926) mas, por outro lado, o preconceito acerca da capacidade cultural e tecnológica dos indígenas permanece vigente. Por outro lado, enquanto a produção científica arqueológica apresenta-se como uma ciência bastante madura e suficientemente segura para permanecer e justificar-se dentro do seu próprio universo teórico-metodológico, por outro, a posição secundária da disciplina no contexto das Missões leva a que seu potencial não seja amplamente explorado, remetendo às advertências de Abel Viana acerca da situação da Arqueologia em contexto nacional. Além disso, se os termos utilizados na classificação cultural e tecnológica dos artefactos e sítios analisados trazem, na sua grande maioria, referências a contextos locais, por outro, a comparação com termos e contextos europeus não desaparece ou, quando não utilizada, não necessariamente significa que os preconceitos a ela subjacentes encontrem-se ausentes das conclusões estabelecidas.

Em outras palavras, a produção científica aqui analisada é, por um lado, fruto do desenvolvimento do campo da Arqueologia ao mesmo tempo em que se mantém atrelada a sua natureza eminentemente colonial. Ela tenta ser científica no sentido de obter a concordância de seus pares, sem deixar de cumprir com o seu propósito político e ideológico.

Neste ponto ela é um discurso ao mesmo tempo único e contextualizado. Único porque fruto de uma situação político-económica peculiar de um país europeu sobre territórios colonizados, porque fruto do génio de determinados indivíduos em seus interesses e capacidades de interacção e de interpretação do mundo absolutamente singulares, e porque fruto de condicionalismos e circunstâncias quotidianas, sociais, económicas e políticas que tornaram essa produção discursiva a ciência do possível, ou seja, o único tipo de ciência passível de tornar-se realidade mediante todas as suas características.

Mas é também um discurso contextualizado porque dialoga com os seus pares, com aquilo que a ciência arqueológica julgava ser a ciência normativa do período, e muito mais do que isso, porque manifesta uma tradição de pensamento que se inicia com o desenvolvimento de um tipo de ciência dita colonial e que vai reflectindo o próprio amadurecimento do campo no decorrer das décadas, que vai acrescentando, repensando, reavaliando, relendo esses princípios no decorrer do tempo que circunscreve a sua existência, sem, contudo, abandonar alguns dos seus valores políticos originais.

Assim, ela revela-se um discurso propriamente científico, no sentido de reflectir a constituição do saber dentro dos limites do que se considera a Ciência. Ela é fruto de concordâncias, conciliações, controvérsias surgidas, dirimidas ou aceitas no interior de uma determinada comunidade científica, do posicionamento de um determinado discurso dentro dos princípios teórico-metodológicos característicos da Ciência como um todo, e, particularmente, do campo da Arqueologia, mas ela é igualmente constituída a partir de elementos, à partida, considerados menos nobres, mas igualmente importantes. Os recursos financeiros disponíveis, o lugar do pesquisador no interior da máquina estatal, seus aliados e inimigos, os prazos a serem cumpridos, as exigências políticas do período. Tantos factores só em parte aqui captados, mas todos igualmente importantes na constituição da Arqueologia praticada no contexto das Missões Antropológicas.

NOTAS FINAIS

A Ciência e suas múltiplas redes, ou o desafio da Esfinge

-Decifra-me ou devoro-te.

(Édipo Rei, Sófocles)

Da mesma forma que a Esfinge desafia Édipo em um enigma mortal, também a Ciência, sob sua maravilhosa aparência de monstro devorador do desconhecido, também nos desafia a desvendar a vastidão de seus próprios mistérios sob a pena de consumir-se a si própria, ou àqueles que no seu reino se aventuram.

Seu desafio é, na verdade, um convite para um mergulho no interior de si mesma, para pensar como o próprio conhecimento científico é produzido, para desvendar as redes a partir das quais os factos são construídos, aceitos, contestados, alterados e substituídos de forma a manter os próprios princípios científicos e satisfazer a sociedade que os cultiva.

Mas de que material é feito este ser chamado Ciência? O que a compõe e a condiciona? Factos, poder, acordos, desavenças, discursos, estas seriam algumas das redes que a compõe, diriam alguns. Descobrir de que forma tais universos interagem na construção do facto científico é o desafio que a Ciência propõe aos novos Édipos. Para estes, a sabedoria consiste em ultrapassar o sectarismo e ousar vê-la como um ser multifacetado, composto por cada um dos seus aspectos de forma inseparável e complementar (Latour, 1994: 9-17).

Quem fala quando os cientistas falam não são somente os factos que descrevem, mas também os próprios cientistas, e com eles a sociedade na qual esses porta-vozes da

natureza se inserem. Ultrapassar as assimetrias que separam natureza e sociedade é, assim, o exercício que nos levará a decifrar o monstro que nos ameaça devorar (Latour, 1994: 34, 91-128).

Decifrar a complexidade do fazer científico no contexto de um regime ditatorial parece, frente aos desafios que nos impõe a Esfinge, uma forma de desmistificação da Ciência como entidade autônoma do meio no qual se insere. E talvez o seja pelo mesmo motivo que nos tolda o entendimento frente ao monstro mítico. Os regimes ditatoriais totalitários pensam serem, eles próprios, os portadores da visão mais acurada sobre natureza e sociedade, sobre Estado e pessoa, sobre o passado e o futuro. Assim como a Ciência, são eles os portadores da verdade, a solução para os problemas, o caminho a seguir rumo a um mundo melhor, pelo menos para aqueles que lhe são mais íntimos. As redes que constituem, as raízes que lançam, parecem ser, assim, de tal forma evidentes que nos possibilitariam uma visão suficientemente clara das co-relações entre a ciência produzida e o seu meio circundante.

Por outras palavras, procurar desvendar os desafios interpretativos de um discurso que se propõe a explicar da forma mais acurada o mundo sensível torna-se um interessante desafio quando esse discurso se constitui no interior de outro que, segundo diferentes princípios, também toma para si a mesma responsabilidade. Os discursos totalitários no campo da política tornam-se aqui um guia para descortinar o papel da ciência na sociedade. O uso, omissão ou condenação de um determinado discurso científico neste contexto torna evidente o seu poder enquanto portador de uma mensagem que pressupõe autoridade no mundo contemporâneo.

As Missões Antropológicas, desenvolvidas, na sua grande parte, sob a tutela do Estado Novo português, é o resultado de um contexto histórico e político que via no

conhecimento dos territórios Ultramarinos, importância estratégica e ideológica crucial para o país em contexto nacional e internacional. O projecto de Ocupação Científica do Ultramar (JMGIC, 1945), como viria a ser conhecido, é, assim, em essência, um plano estatal de utilização da Ciência com fins claramente políticos. O papel das Missões Antropológicas vem a ser, neste contexto, o de trazer a essa ocupação científica o conhecimento dos indígenas, nas suas potencialidades e carências, de forma a permitir sua melhor colaboração com os objectivos de uma Nação que se queria crer multicontinental.

Defender a manutenção das colónias, o seu papel como extensão do território português e, conseqüentemente, como fonte de riqueza e poder frente aos seus congêneres europeus, são fortes princípios preconizados pelo regime salazarista em Portugal. Transparecer a imagem de uma nação luso-tropical e dos indígenas como parte integrante dessa nação era, por sua vez um ponto essencial de defesa da posse sobre esses mesmos territórios, sobretudo em um contexto em que a sua manutenção passa a ser condenada internacionalmente (Alexandre: 2000; Castelo: 1999; Ribeiro: 2004).

O conhecimento dos indígenas toma aqui uma importância basilar e multifacetada frente aos desafios e desejos do governo ditatorial. Era uma forma de mostrar ao mundo preocupação e afinidade com o seu próprio povo de além-mar, de mostrar sofisticação científica e intelectual frente a outras Nações europeias que já desenvolviam amplos estudos em África e na Oceania, de confirmar sua capacidade de administração dos territórios cuja manutenção era permanentemente reivindicada pelo país e de propiciar uma melhor utilização dos recursos humanos nesses territórios. Os estudos no campo da Arqueologia realizados no contexto das Missões Antropológicas tiveram, assim, que se coadunar, de alguma forma, com essas mesmas pretensões.

Estamos novamente mergulhados na complexidade do fazer científico de forma a procurar desvendar as muitas redes da sua constituição. E o caminho aqui proposto no intuito de satisfazer o desafio enigmático da Ciência foi o de investigar as suas ramificações em meio a um contexto, ao mesmo tempo ditatorial e colonial. Esperou-se, assim, que os componentes de dominação política e cultural, as visões hegemônicas sobre o Estado e a sociedade que circunscrevem esses agentes, ajudassem a clarificar o lugar do discurso científico e seus próprios componentes de autoridade e de hegemonia.

Entretanto, o investigar da Arqueologia produzida no contexto das Missões Antropológicas desenvolvidas durante a vigência do Estado Novo em Portugal apresentou-se como um tema duplamente complicador do desafio que nos foi lançado pela Ciência. Em primeiro lugar, por se tratar da análise de uma produção científica inserida no contexto de construção de outra que é sobre ela prioritária. Isto nos impôs, à partida, a análise da sobreposição de contextos, objectivos e desafios diferentes inseridos num mesmo projecto. Em segundo lugar porque, apesar de se tratarem de dois campos científicos diversos que se sedimentavam durante o período em que tais projectos foram pensados, fazem, os dois, parte do mesmo contexto, de forma que a Arqueologia, aqui, necessitou ser, ao mesmo tempo, compreendida como um campo independente e como parte de um projecto de Antropologia Colonial que entendia o investigar dos grupos indígenas locais de modo alargado, fazendo as práticas arqueológicas parte intrínseca desse processo.

Por fim, mais um contexto complicador nos conduziu nos tortuosos caminhos do desvendar do desafio proposto. Investigar uma produção científica europeia realizada em contexto colonial nos impôs descobrir o lugar do “outro”, ocupado pelo indígena dos territórios colonizados, no desenvolver dos discursos científicos produzidos pelas Missões Antropológicas. Não se tratou somente de analisar os dados recolhidos pelo

cientista no seu laboratório de estudo, representado, neste caso, pelo trabalho de campo (Latour, 2000: 106-116), mas de perceber como a visão e interpretação desse “outro” contribui para a produção do conhecimento científico.

Por outro lado, as primeiras análises desses contextos complicadores foram superadas por um olhar mais acurado sobre o objecto da pesquisa. Nem o contexto ditatorial pôde ser caracterizado como algo distintamente identificável ou separável da produção científica das Missões Antropológicas, nem o duplo universo científico que circunscreve a Arqueologia foi visto como uma característica desvalorizadora da sua ampla compreensão, e tampouco o papel do “outro” no discurso científico produzido em contexto colonial pode ser encarado como alguma contaminação desse discurso. Mais uma vez o desafio da Esfinge perigosamente nos provocou a pensar para além das possibilidades aparentes.

Foi novamente na face multifacetada da Ciência que a resposta a essas questões se revelaram. Os contextos Ditatorial, Colonial e Científico não são agentes autónomos, partes separadas do mesmo ser chamado realidade (Latour, 1994: 42-42), e nem o contexto Colonial e Ditatorial são simplesmente agentes externos que condicionam o texto científico. Ao contrário, todos os elementos se co-produzem em rede e emergem num mesmo espaço-tempo (Roque, 2001: 132).

Assim, o governo ditatorial salazarista, os territórios coloniais de Angola, Moçambique, Guiné e Timor e a produção antropológica e arqueológica das Missões realizadas por ordem do governo português entre as décadas de 30 e 60 do século XX, foram todos analisados como componentes que interagem, produzindo-se e condicionando-se reciprocamente e possibilitando que o texto científico fosse construído em sua forma específica.

Nesse sentido, se os contextos ditatorial e colonial foram um interessante guia que nos levou a iniciar o percurso no caminho do desvendar da produção científica realizada sob seus auspícios, por outro, mais uma vez, esse mesmo percurso nos direccionou rumo à complexidade dos constituintes do monstro mítico. O desafio que a Ciência nos propôs foi, aqui, o de compreender o tipo de Arqueologia produzida no contexto das Missões em todas as suas interações particulares. Dimensionar o sentido em que se pode compreender o tipo de produção arqueológica que emerge desses projectos investigativos requereu superar as imposições que o presente nos colocava.

Não se tratou de avaliar essa produção discursiva sob os princípios segundo os quais a comunidade científica contemporânea pensa ser o “bem fazer” dessa actividade, mas sim, procurar percebê-la em seus próprios propósitos, sentidos e condicionalismos. Não se tratou de ressaltar os propósitos e visões de mundo ditatoriais e coloniais que emergiram desses discursos como simples exemplos negativos desse fazer político e científico, mas de compreender as interações entre esses três universos em suas concordâncias e atritos. Finalmente, não se tratou de, simplesmente, apontar as características pessoais de cada pesquisador envolvido, directa ou indirectamente, nessas investigações, e as especificidades de cada projecto desenvolvido, como mais alguns dos aspectos explicativos dos pontos fortes e fracos da ciência arqueológica produzida nas Missões, mas de compreender o produto final desse trabalho como parte intrínseca da visão de mundo desses actores e das especificidades do seu desenvolvimento.

Em outras palavras, tratou-se de compreender a ciência do possível, ou seja, unicamente aquela que se pôde produzir tendo em consideração cada uma das redes que conseguiu estabelecer em um determinado tempo-espaço específico. Longe de nos impor o fardo de juízes do passado, o que o enigma que nos induziu a pensar é muito

menos na condenação ou absolvição de todos os agentes envolvidos, e do produto da sua actuação, mas sim em todas as redes que, por imposição ou por opção, foram por eles estabelecidas no intuito de constituir o produto final desses projectos.

Isso não quer dizer que se pretendeu ignorar os efeitos da política colonial sobre os objectivos das Missões, e desses sobre as populações indígenas estudadas com propósitos claramente políticos, mas sim, de perceber a produção científica desses empreendimentos como uma co-produção entre política e ciência, autonomia e poder, e ideologia e crítica.

Assim, o que se deixou evidenciar, no percorrer deste trajecto que procurou desvendar as redes de produção da Arqueologia no contexto das Missões Antropológicas, foi um contexto que extravasa a caracterização da conjuntura histórica que circunscreve o nascimento desse projecto científico, ou a determinação do lugar da Arqueologia no seu interior, ou ainda a razão da sua existência e permanência. O que emergiu dos contextos investigados foi, em última instância, a complexidade da produção científica como um todo, seu carácter multifacetado, e a importância dos seus mais variados agentes, que determinaram, no percurso da sua constituição, a sua caracterização final e unicidade.

Neste ponto, retornamos ao desafio inicial. O desvendar da Ciência, da matéria que constitui o fazer científico, através do exemplo aqui desenvolvido, provocou-nos a desconstruir o seu entranhado tecido, de forma a caminhar da sua aparência plenipotente para as inúmeras incertezas, dúvidas e disputas que caracterizaram a sua construção. O universo dos elementos que constituíram esse discurso é a manifestação do multifacetado carácter da Ciência.

Mas, o contexto analisado não se tratou de um simples tema para uma viagem através dos caminhos da Sociologia da Ciência (Callon: 1986, 2008; Latour: 1994, 2000; Latour; Woolgar: 1997). Muito embora seus princípios tenham sido um componente teórico importante no desenvolvimento desta pesquisa, o que se procurou realizar foi um mergulho pela história da Arqueologia.

Demarcando um espaço específico no horizonte dessa disciplina, o da Arqueologia construída no contexto ditatorial e colonial português do século XX, a investigação do tema não pretendeu, entretanto, ser somente um panorama pontual da história desse campo científico. Através da análise das especificidades da construção da Arqueologia dentro do universo em questão pretendeu-se lançar questões que fossem importantes para a compreensão da história da disciplina de um modo ampliado.

Nem o contexto ditatorial é exclusivo da história portuguesa do período, nem a temática colonial interessa somente para elaboração de um panorama da história da Arqueologia na Europa. Estes são, na verdade, temas transversais, que tomam diferentes roupagens em desenvolvimentos pontuais da construção da disciplina em diferentes tempos e espaços. Conceitos como o de colonialismo interno, por exemplo, têm sido alvo de debate dentro do âmbito da história da Arqueologia em períodos recentes e em contextos extra-europeus (Noelli; Ferreira: 2007; Ferreira: 2010).

Mas este é também um trabalho que buscou recontar uma parte específica da história da Arqueologia portuguesa. Recontar não porque pensou corrigir erros de abordagens passadas, mas sim porque pretendeu ser mais uma visão sobre o tema. Uma visão que buscasse trazer para o universo dessa ciência um panorama da complexidade das redes que estiveram presentes na construção da Arqueologia das Missões Antropológicas, que buscasse uma abordagem diferenciada das interconexões entre

ciência e Estado Novo, que pretendesse ampliar o conhecimento acerca das relações entre Arqueologia e Antropologia no período. Mais que uma obra acabada, este trabalho pretendeu ser um ponto de partida para novas abordagens de um tema de grande riqueza, aqui abordado de forma panorâmica.

Esta é, sem dúvida, outra característica particular deste trabalho. Ao abordar a história de quatro Missões, desenvolvidas por três personalidades diferentes em dois continentes, furtou-se, sem dúvida, de mais profundos detalhes sobre cada um dos temas, mas ganhou na construção de um panorama geral da obra realizada dentro do desenvolvimento deste projecto específico de investigação ultramarina.

Permitiu, também, acrescentar à história dessa produção científica um grande número de documentos que trouxeram particular riqueza ao tema abordado. Sem a análise desses documentos a grande maioria dos pontos abordados na constituição das complexas redes da ciência arqueológica das Missões não teria sido percebida com profundidade, ou mesmo tida em conta. É da variedade e espontaneidade dos muitos temas abordados nesses documentos que um quadro rico da constituição do tema pôde ser construído.

Devido a essa mesma riqueza, a Arqueologia foi aqui analisada na sua unicidade, segundo os horizontes específicos da sua própria produção. Ela construiu os seus próprios espaços e formas de existência no processo de desenvolvimento do projecto das Missões Antropológicas à medida que ele foi sendo apresentado.

Assim sendo, a reconstituição do seu percurso pretendeu ser, ao mesmo tempo, única e panorâmica, no que tange à história da disciplina. Única nos seus contornos específicos, no seu fazer próprio, delimitado pela sua linha de acção e por suas carências, pelo seu próprio tempo e espaço, por seus contextos sociais e políticos

específicos. Mas também plural, no sentido de manifestar, através do seu universo próprio, um quadro de complexidade que circunscreve a produção científica em quaisquer outros contextos.

É justamente neste ponto que o desafio da Esfinge toma toda a sua dimensão. O decifrar do fazer científico é uma tarefa que se desvenda através do gênio da humanidade em quaisquer dos contextos que se busca explorar. Desde a análise de um momento especificamente circunscrito da história da disciplina até a busca por construir grandes quadros generalizantes, a mesma face multifacetada nos apresenta ao fim da jornada. Tanto a unicidade vê-se contida nos quadros mais generalizantes, quanto o universo do fazer científico se manifesta através do mais específico exemplo.

Assim, que o fazer arqueológico das Missões antropológicas nos tenha podido guiar através desses múltiplos percursos de forma a dar a conhecer pelo menos uma fracção da sua complexidade. Que tenhamos podido percorrer uma parte dos caminhos da história de uma disciplina, de um país, de alguns pesquisadores e que também nos tenhamos permitido, durante essa jornada, vislumbrar um pouco do trabalho de outros campos, contextos e personagens, entre eles a nossa própria jornada entre as redes deste e de outros universos científicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil Novas Africas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento. 2000

ALMEIDA, António de. *Curriculum Vitae do Excelentíssimo Senhor Professor António de Almeida*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, [19--].

_____. *Carta enviada por António de Almeida ao Governador-Geral de Angola em 30 de Dezembro de 1948*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1948.

_____. *Relatório sobre as investigações antropológicas e etnológicas no sudoeste de Angola em 1949, enviado ao Dirigente da Secção Antropológica da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 30 de Março de 1949*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1949.

_____. *Carta enviada por António de Almeida ao Dr. Siqueira, em 15 de Maio de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1950.

_____. *Carta enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações Coloniais, em 25 de Fevereiro de 1951*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1951.

_____. *Carta enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações Coloniais, em 29 de Fevereiro de 1952*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1952a.

_____. *Carta enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações Coloniais, em 28 de Março de 1952.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1952b.

_____. *Carta enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações Coloniais, em 28 de Março de 1952.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1952c.

_____. *Projecto enviado por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 16 de Junho de 1953.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 150, 1953.

_____. *IV Congresso de Pré-história do Extremo Oriente. Garcia da Orta, Vol. II, nº 3, Lisboa, 1954, 1954a.*

_____. *Relatório dos trabalhos da Missão Antropológica de Timor (Julho de 1953 – Janeiro de 1954), enviado no dia 31 de Julho de 1954.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Documentação e Informação, 1954b.

_____. *Missão Antropológica de Angola (Campanha de 1955), de António de Almeida. Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, Vol. VI Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1956a.*

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 06 de Outubro de 1956.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1956b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 19 de Julho de 1958.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1958a.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 19 de Julho de 1958.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1958b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 18 de Abril de 1959.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1959a.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 18 de Agosto de 1959.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1959b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, ao Presidente do Instituto de Alta Cultura, em 28 de Novembro de 1959.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1959c.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 07 de Janeiro de 1960.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1960.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de*

Investigações do Ultramar, em 16 de Maio de 1961. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1961.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 05 de Abril de 1962.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1962.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Governador de Timor, em 03 de Agosto de 1963.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Documento T-22.C, 1963a.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 02 de Dezembro de 1963.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 292, 1963b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Governador de Timor, em 18 de Julho de 1964.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Documento T-36.C, 1964a.

_____. *Alguns Velhos e Novos Conceitos Sobre os Povos Não Bantos de Angola. Separata de Angola,* curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1963-1964, 1964b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 08 de Maio de 1965.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1965.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 19 de*

Março de 1966. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1966.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 16 de Janeiro de 1967.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1967a.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 30 de Janeiro de 1967.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1967b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 12 de Setembro de 1967.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1967c.

_____. *A Contribution to the Study of the Rock Paintings in Portuguese Timor. Asian and Pacific Archaeology Series.* Hawaii: Social Science Research Institut, University of Hawaii, nº 1, 1967d.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 30 de Maio de 1968.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1968a.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 22 de Junho de 1968.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1968b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 14 de*

Agosto de 1968. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1968c.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Dr. Matias, em 23 de Junho de 1969*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Documento T-59.C, 1969.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 10 de Janeiro de 1970*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1970a.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Sr. Almeida, em 30 de Janeiro de 1970*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1970b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Administrador Afonso Mendes Prata do Concelho de Lautém, em 03 de Fevereiro de 1970*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1970c.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Monsenhor Joaquim Carreira em 07 de Abril de 1970*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1970d.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Director do Centro de Estudos de Antropobiologia, em 28 de Agosto de 1973*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1973a.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 22 de Novembro de 1973*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento

de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Documento T-100.C, 1973b.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Director do Centro de Estudos de Antropobiologia, em 28 de Agosto de 1973*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1973c.

_____. *Correspondência enviada por António de Almeida ao Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, em 22 de Agosto de 1974*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1974.

_____. Dos Bósquimanos e Hotentotes na História e na Ciência. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1 de Junho de 1953. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 72ª série, (4-6), 191-226, 1954. In: *Os Bosquimanos de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994a.

_____. Sobre/entre os Bosquímanos de Angola. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 7 de Maio de 1956. In: *Os Bosquimanos de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994b.

_____. Dos Povos do Deserto de Moçâmedes (Angola). Comunicação apresentada à classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa, em sessão de 20 de Fevereiro de 1964. In: *Os Bosquimanos de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994c.

_____. Sobre os Hotentotes de Angola. Comunicação apresentada na sessão da classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa, em 18 de Março de 1965. In: *Os Bosquimanos de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994d.

_____. IV Congresso de Pré-história do Extremo Oriente. Separata de Garcia de Orta, Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Vol II, nº3, [19--]. In: ALMEIDA, António de. *O Oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994e.

_____. A Contribution to the Study of the Prehistory of Portuguese Timor: Lithic Industries. Archaeology at Eleventh Pacific Science Congress, nº 1, Hawaii, p. 55-67, 1967. In: ALMEIDA, António de. *O Oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994f.

_____. Alguns aspectos antropológicos do Timor Português. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Tomo XII, Lisboa, 1968, 7-23. IN: ALMEIDA, António de. *O Oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994g.

_____. Da Pré-História do Timor Português: Pinturas Rupestres. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Tomo XIX, Lisboa, p. 27-49, 1976. In: ALMEIDA, António. *O Oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994h.

ALMEIDA, António; FRANÇA, J. Camarate. Recintos Muralhados de Angola in: *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*, Nº 16. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

ALMEIDA, António; FRANÇA, J. Camarate. Notícia Sobre o Paleolítico do Território de Cabinda (Angola) in: *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*, Nº 50, volume 2º. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

BARNARD, Alan. *History and Theory in Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BEBIANO, Bacelar. *Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique referentes à campanha de 1948, emitidas pelo Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, de 26 de Maio de 1948*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1948.

BRANDÃO, José Manuel. Museu Geológico: Lugar de Memórias históricas e Científicas. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Vol. 1, p. 163-174, (19--).

BREUIL, H.; BROOM, R. *Carta enviada, em nome do “Pan-African Congresso n Prehistory para a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, de 23 de Janeiro de 1947*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 78.A, 1947.

_____. Das Gravuras e das Pinturas Rupestres do Deserto de Moçâmedes (Angola) in *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*, Nº 50, volume 2º. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. LAW, J. (ed.). In: *Power, Action and Belief: a New Sociology of Knowledge?* London: Routledge, 1986, p.196-223, 1986.

_____. Entrevista: Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos económicos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 302-321, 2008.

CARDIM, Maria Cecília. *Correspondência enviada por Maria Cecília Cardim ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 24 de Setembro de 1968*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1968.

CARDOSO, João Luis. Lisboa Pré-histórica: Novas informações, à luz de antigos documentos. Instituto de Académicos para Sêniores, *Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa (19--)

_____. O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. In: *Sessão Ordinária de 26 de Janeiro de 2000 dos Anais da Academia Portuguesa da História*, III Série, volume 2, 2011.

CARVALHO, José Agapito da Silva. *Correspondência enviada pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho ao Ministro das Colónias, em 06 de Janeiro de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1950a.

_____. *Correspondência enviada pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho ao Ministro das Colónias, em 14 de Abril de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1950b.

_____. *Correspondência enviada pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 10 de Março de 1951*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1951.

_____. *Correspondência enviada pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho ao Ministro do Ultramar, em 25 de Março de 1952*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1952.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.

_____. *Passagens para África: Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

CHAMPION, Timothy. Three Nations or one? Britain and the National Use of the Past. DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). In: *Nationalismo and Archaeology in Europe*. London: UCL Press, 1996.

CORREIA, A. A. Mendes. *Homo: Os Modernos Estudos sobre a Origem do Homem*. 2º Ed. Coimbra: Atlântida, 1926.

_____. Discurso Inaugural no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. *Extracto das Actas do Congresso*. Porto: Edições da 1º Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

_____. *Pré-História de Moçambique: Um Plano de Estudos*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1936.

_____. *A Escola Antropológica Portuense*. Lisboa, 1941a.

_____. *Plano de Estudos Antropológicos Coloniais, criado por indicação da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, por Mendes Correia, director do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto em 12 de Março de 1941*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 150, 1941b.

_____. *Carta enviada por Mendes Correia ao presidente da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 14 de Dezembro de 1944*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1944.

_____. *Missões Antropológicas às Colónias. Separata do Jornal do Médico, VII (149): 11-12*, Porto: Costa Carregal, 1945a.

_____. *Carta enviada por Mendes Correia ao presidente da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 26 de Abril de 1945*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 60, 1945b.

_____. *Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947.

_____. *Carta enviada por Mendes Correia, dirigente da Secção de Antropologia da Junta ao Secretário da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 14 de Maio de 1949*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1949a.

_____. *Carta enviada por Mendes Correia, dirigente da Secção de Antropologia da Junta ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 20 de Junho de 1949*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1949b.

_____. *Correspondência enviada pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho ao Ministro das Colónias, em 14 de Abril de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1950.

_____. *Correspondência enviada pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 10 de Março de 1951*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1951a.

_____. *Investigação Científica no Ultramar. Extracto do fascículo I do Tomo XXXV dos Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1951b.

_____. *Correspondência enviada pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho ao Ministro do Ultramar, em 25 de Março de 1952*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1952.

CORREIA, A. Mendes; ALMEIDA, A. de; FRANÇA, Camarate. *Nouvelles Stations Lithiques Du Timor Portugais et La Préhistoire de l'Indonésie Orientale*. Crónica del IV Congreso Internacional de Ciências Préhistóricas y Protohistóricas, Saragoza, p. 295-298, 1956. In: ALMEIDA, A. de. *O Oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Orient, 1994a.

_____. *Sobre Alguns exemplares com Fácies Paleolítica de Timor Português*. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, II Série, nº 50, Lisboa, 1964. In: ALMEIDA, A. de. *O Oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994b.

COSTA, J. Carrington da. *Correspondência enviada por Carrington Costa, Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais ao Governador de Timor em 31 de Julho de 1947*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1957.

_____. A Investigação Científica e o Ultramar Português: Conferencia Pronunciada na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Sessão de Encerramento da Semana do Ultramar, em 28 de Junho de 1958. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: 1958.

CUNHA, Eugénia. *Como nos tornámos humanos: Estado da Arte*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

DANIEL, Glyn. *A Hundred and Fifty Years of Archaeology*. Massachusetts: Harvard University Press, 1976.

DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). *Nationalismo and Archaeology in Europe*. London: UCL Press, 1996.

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL. *Correspondência enviada pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, em 03 de Julho de 1959*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1959.

_____. *Correspondência enviada pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, em 10 de Agosto de 1963*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1963.

EVANS, Christopher. Archaeology against the state: Roots of internationalism. MURRAY T; EVANS, C. (Eds). In: *Histories of Archaeology: A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 222- 237, 2008.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *A History of Anthropology*. London: Pluto Press, 2001.

FABIÃO, Carlos. Archaeology and Nationalism: The Portuguese Case. DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). In: *Nacionalismo and Archaeology in Europe*. London: UCL Press, 1996.

_____. Um Século de Arqueologia em Portugal, *Al-Madan*, II série (8), 1999.

_____. *Uma história da Arqueologia Portuguesa*. CTT correios de Portugal, 2011.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FRANÇA, J. Camarate. Primeira Nota Sobre a Jazida Magosiense de Vila Serpa Pinto (Angola). In: *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Nº 16. Lisboa, 1960.

_____. Nota Sobre uma Jazida Quaternária do Bom Jesus (Angola). In: *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Nº 50, volume 2º. Lisboa, 1964a.

_____. Sobre Quatro Exemplares, de Fácies Neolítica, do Norte de Angola. In: *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Nº 50, volume 2º. Lisboa, 1964b.

_____. Nota Preliminar Sobre uma Gruta Pré-Histórica no Planalto de Humpata (Angola). In: *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Nº 50, volume 2º. Lisboa, 1964c.

_____. Contribuição para o Estudo da Pré-História da Região de S. Salvador do Congo (Angola). In: *Estudos Sobre Pré-História do Ultramar Português*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Nº 50, volume 2º. Lisboa, 1964d.

FUNARTE – INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Catalogo da Conferência Brasil 500 anos, experiência e destino. A outra margem do Ocidente*. São Paulo: FUNARTE, p.8, 1998.

GALVÃO, Henrique. Primeira exposição colonial portuguesa: relatório e contas. *Relatórios, estudos e documentos coloniais*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935.

GOMES, Sérgio Alexandre da R. As Identidades Nacionais nos Regimes Ditatoriais: o Caso da Romanità na Itália Fascista e o Reaportuguesamento Salazarista. *Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO*. Porto, I série, vol. V-VI, 189-224, 2006-2007.

GOSDEN, Chris. *Anthropology & Archaeology: A Changing Relationship*. London: Routledge, 1999.

GUIDI, Alessandro. Nationalism Without a Nation: The Italian Case. DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). In: *Nationalismo and Archaeology in Europe*. London: UCL Press, 1996.

HELENO, Manuel. O professor Henri Breuil. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. Vol. 3 (1956), 239-246, 1956.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (IICT). *António de Almeida: 50 Anos de Actividade Científica. 1930-1980*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, [19--].

_____. *Leba. Estudos de Pré-história e Arqueologia*, nº 8, Lisboa, 2002.

_____. *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983): 100 anos de História*. Lisboa: IICT, 2008.

JORGE, Vítor Oliveira. *Breve Introdução à Pré-História de Angola. Separata do Vol. LXXXIV da Revista de Guimarães*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1975.

JORGE, Suzana Oliveira; JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia: percursos e interrogações*. Gradiva publicações, Lisboa, 1997.

_____. *Arqueologia, Património e Cultura*. 2ª edição. Instituto Piaget, Lisboa, 2000.

JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÕES COLONIAIS (JMGIC). *Ocupação Científica do Ultramar Português: Plano Elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1945.

_____. *Compromisso assumido por António de Almeida perante a Junta Das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, referente ao subsídio de 60.000\$ escudos, destinados a custear uma missão de estudo da Escola Superior Colonial, de 17 de Junho de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1950.

_____. *Correspondência enviada pelo Vogal da Junta Das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Engenheiro Ruy de Sá Carneiro, em 13 de Abril de 1951*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1951.

_____. *Lista dos Trabalhos da Missão Antropológica de Moçambique*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1952.

JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR (JIU). *Correspondência enviada pela Comissão Executiva da Junta Das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar a Santos Júnior, em 20 de Novembro de*

1953. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1953.

_____. *Correspondência enviada pelo Secretário Adjunto da Junta Das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar a António de Almeida, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, em 19 de Julho de 1956.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1956.

_____. *Correspondência enviada pelo Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar ao Governador de Timor, em 31 de Julho de 1957.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1957.

_____. *Correspondência enviada pelo Secretário Adjunto da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar ao Ministro do Ultramar, em 09 de Dezembro de 1959.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1959.

_____. *Correspondência enviada pelo Vice-Presidente da Junta Das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar ao Gabinete dos Negócios Políticos, em 31 de Janeiro de 1962.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1962.

_____. *Correspondência enviada pelo Presidente da Junta Das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar ao Director do Centro de Antropobiologia, em 11 de Junho de 1973.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, documento T-92.C, 1973.

_____. *Correspondência enviada pelo Presidente da Junta Das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar ao Director do Centro de Estudos de Ciências Antropológicas, em 23 de Fevereiro de 1974.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1974.

KAESER, Marc-Antoine. On the roots of prehistory. MURRAY T; EVANS, C. (Eds). In: *Histories of Archaeology: A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 378-391, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*. Brasília: Unesco, 2010.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *Ciência em Acção: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno, WOOLGAR, Steve. *A vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEÃO, F. da Cunha. *Correspondência enviada pelo chefe da repartição da Direcção Geral do Ensino ao Ministro das Colónias em 23 de Novembro de 1948*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, processo 255, 1948.

L'ESTOILE, Benoît de. Rationalizing Colonial Domination? Anthropology and Native Policy in French-Ruled Africa. L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Eds.). In: *Empire, Nations, and Natives: Anthropology and State-Making*. EUA: Duke University Press, 2005.

LUCAS, Maria Paula; CARDIM, Pedro; NETO, Maria Teresa; ALMEIDA, Maria Emília de Castro. Breves Notas sobre a Contribuição da Missão Antropológica do Centro de Antropobiologia e seus Antecedentes na Arqueologia de Timor. *Leba*, nº 7, Lisboa, p. 269-276, 1992.

MACHADO, José Timóteo Montalvão. Luciano Cordeiro. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1981.

MARQUES JÚNIOR, António de Almeida. *Primeiro caderno de campo relativo aos trabalhos da primeira campanha da Missão Antropobiológica de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas. 1950a.

_____. *Segundo caderno de campo relativo aos trabalhos da primeira campanha da Missão Antropobiológica de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1950b.

_____. *Caderno de campo relativo aos trabalhos da segunda campanha da Missão Antropobiológica de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1952.

_____. *Caderno de campo relativo aos trabalhos da primeira campanha da Missão Antropológica de Timor*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1953-1954.

_____. *Caderno de campo relativo aos trabalhos da terceira campanha da Missão Antropobiológica de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1955.

_____. *Caderno de campo relativo aos trabalhos da terceira campanha da Missão Antropológica de Timor*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, 1963.

MATEUS, Amílcar de Magalhães. *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 17 de Maio de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 60, 1946a.

_____. *Plano de Trabalhos da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné para o triênio de 1947-1949. Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus, em Maio de 1946.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 60, 1946b.

_____. *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 11 de Abril de 1947.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 60, 1947a.

_____. *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 08 de Maio de 1947.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 60, 1947b.

_____. *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 04 de Novembro de 1947.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 60, 1947c.

_____. *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 15 de Fevereiro de 1948.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 60, 1948.

_____. *Curriculum Vitae de Amílcar de Magalhães Mateus.* Porto: Imprensa Portuguesa, 1953.

MILLS, David. *Anthropology at the End of Empire: The Rise and Fall of the Colonial Social Sciences Research Council, 1944-1962.* L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Eds.). In: *Empire, Nations, and Natives: Anthropology and State-Making.* EUA: Duke University Press, 2005.

MORAIS, João M. F. *A missão e a instituição: Arqueologia moçambicana em perspectiva*. Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1990.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 4, p. 1239-1264, set.-dez., 2007.

OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira Guedes da Silva. O Contributo da Antropologia Física em Portugal como Ciência Inter e Transdisciplinar: Uma Possível Síntese Histórica até Finais do Século XIX. *Revista Guimarães*, nº 107, 243-283, in *Casa de Sarmento: Centro de Estudos do Património*, 1997, 1-38, disponível em <http://www.csarmento.uminho.pt/index.asp>. 1997.

OLIVEIRA, N.V. *Subsistence Archaeobotany: Food Production and the Agricultural Transition in East Timor*. Tese de doutoramento não publicada. Department of Archaeology and Natural History, College of Asia and the Pacific, Australian National University, Canberra. p.387, 2008.

PEREIRA, Félix Alves. Utensílios da Época da Pedra na Guiné Portuguesa. *O Archeólogo Português*. S.1, Vol. 13, nº 1-6 (Jan-Jun 1908). 5-6, 1908.

PINTO-LOPES, J. *Correspondência enviada por Pinto-Lopes, Director do Instituto de Investigação Científica de Moçambique a António de Almeida, Director do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, em 18 de Dezembro de 1959*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1959.

PORTUGAL. Decreto-lei 26.842, de 28 de Julho de 1936. *Diário do Governo*, 1º série, nº 175, 1936.

_____. Decreto-lei 34.478, de 03 de Abril de 1945. *Diário do Governo*, 1º série, nº 70, 1945a.

_____. Portaria 10997, de 19 de Junho de 1945. *Diário do Governo*, 1º série, nº135, 1945b.

_____. Portaria 12215, de 26 de Dezembro de 1947. *Diário do Governo*, 1º série, nº 299, 1947.

_____. Portaria 15240, de 04 de Fevereiro de 1955. *Diário do Governo*, 1º série, nº27, 1955.

_____. Portaria 19.210, de 30 de Maio de 1962. *Diário do Governo*, 1º série, nº 123, 1962

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

ROBERTSHAW, Peter. *A History of African Archaeology*. Oxford: James Currey, 1990.

RODRIGUES, Adriano Vasco. A técnica Alemã de Escavação Arqueológica. *Separata de Lucerna*, vol. I, nº 3-4. Porto: Edições Marânus, 1961.

ROQUE, Ricardo. *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

_____. A Antropologia Colonial Portuguesa (1911-1950). In Curto, Diogo Ramada (Eds.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX* (pp. 789-822). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidades. RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa

(Eds.). In: *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos Caminhos de África: Serventia e Posse (Angola – Século XIX)*. Lisboa: IICT, 1998

SANTOS JUNIOR, J. R. dos. *Resumo da Actividade da Missão Antropológica de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, [19--a]

_____. *Para o Plano de Valorização Económica da Colónia de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, [19--b]

_____. *Contribuição para o Estudo da Idade da Pedra em Moçambique: A Estação Lítica da Marissa (Tete)*. Documentário Trimestral “*Moçambique*”. Separata nº 12, Dezembro de 1937.

_____. *Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e Moçambique: 1ª Campanha*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1938.

_____. *Missão Antropológica de Moçambique: 2ª Campanha: Agosto de 1936 a Janeiro de 1938*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940a.

_____. *Resumo da Actividade da Missão Antropológica em 1939. Trabalho apresentado à Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais em 6 de Janeiro de 1940*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, secção de História e Arqueologia, Espólio das Missões Antropológicas, 1940b.

_____. *Pré-História de Moçambique*. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1940c.

_____. Missão Antropológica de Moçambique. *Las Ciências*, Madrid, ano IX, nº 3, 1944

_____. *Acerca da Origem de Palaçadas Africanas na Região de Gaza (Moçambique)*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1945a.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 20 de Setembro de 1945*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1945b.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 28 de Outubro de 1945*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1945c.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 02 de Novembro de 1945*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1945d.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 27 de Novembro de 1945*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1945e.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 18 de Março de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946a.

_____. Missão Antropológica de Moçambique: A Notável Conferência do Sr. Dr. Santos Júnior na Câmara Municipal de Quelimane. *Notícias*, Lourenço Marques, 12 de Agosto de 1946. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946b.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 8 de Setembro de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946c.

_____. Missão Antropológica de Moçambique. *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, volume I, 1946, 1946d.

_____. Antropologia Colonial. Artigo. *Notícias*, 16 de Outubro de 1946. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946e.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 17 de Maio de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946f.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 21 de Junho de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946g.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 23 de Julho de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946h.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 24 de Agosto de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946i.

_____. *Correspondência enviada por Santos Júnior para o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 08 de Setembro de 1946*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1946j.

_____. *Exposição enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior para Luís Silveira, Secretário da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 06 de Maio de 1947*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1947a.

_____. *Exposição enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior para Bacelar Bebiano, Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 28 de Maio de 1947*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1947b.

_____. *Alguns Aspectos da 4ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique. Separata do Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, tomo XV, nº 23. Lisboa, 1947c.

_____. *Relatório da 5ª Campanha – 1948*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Secção de pré-história, 1948a.

_____. *Curriculum Vitae*. Porto: Imprensa Moderna, 1948b

_____. *Exposição enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior para o presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 11 de Agosto de 1949*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1949.

_____. Carta da Pré-História de Moçambique. XIII CONGRESSO LUSO-ESPANHOL PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS, Separata do tomo V, 4ª secção, *Ciências Naturais*, 1950a.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Ministro das Colónias, em 8 de Julho de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1950b.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 12 de Outubro de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1950c.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior a Luís Silveira, em 01 de Fevereiro de 1951*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1951.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 22 de Janeiro de 1952*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1952.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Sr. Dr. Pamplona Corte-Real, em 1953*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1953a.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 11 de Agosto de 1953*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1953b.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 3 de Dezembro de 1954.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1954.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior à Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 24 de Julho de 1955.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1955a.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, em 24 de Setembro de 1955.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1955b.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Ministro Ventura, em 24 de Setembro de 1955.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1955c.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Ministro do Ultramar, em 27 de Novembro de 1955.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1955d.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, em 31 de Dezembro de 1955.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1955e.

_____. *Correspondência enviada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior ao Ministro do Ultramar, em 15 de Janeiro de 1956*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 1, 1956.

SANTOS JUNIOR, J. Norberto; SANTOS, Luis. Nota sobre o «Muzimo» do abrigo com pinturas rupestres da Mavita. XIII CONGRESSO LUSO-ESPANHOL PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS, Separata do tomo V, 4º secção, *Ciências Naturais*, 1950.

SCHNAPP, Alain. French Archaeology: Between National Identity and Cultural Identity. DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). In: *Nationalism and Archaeology in Europe*. London: UCL Press, 1996.

SCHOUTEN, Maria Johanna. Antropologia e Colonialismo em Timor Português. *Lusotopie*. 157-171. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/schouten.pdf>, 2001.

SECRETARIA-GERAL DE EDUCAÇÃO (SGE). *Correspondência enviada pela Secretaria-geral de Educação a António de Almeida, em 18 de Julho de 1969*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Documento T-65.C, 1969.

SEVERO, Ricardo. Primeiros Vestígios do período Neolithico na Provincia de Angola. *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*. Porto: Tipographia Occidental. 1890.

SILVEIRA, Luis. *Correspondência enviada pelo secretário da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Luís Silveira, a António de Almeida, professor da Escola Superior Colonial, em 13 de Junho de 1949*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1949.

_____. *Correspondência enviada pelo secretário da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Luís Silveira, ao Director da Escola Superior Colonial, em 08 de Junho de 1950*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical,

Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1950.

_____. *Correspondência assinada pelo secretário da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Luís Silveira, acerca de pedido feito por António de Almeida. 12 de Março de 1951.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1951.

_____. *Correspondência enviada pelo secretário da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Luís Silveira, a António de Almeida, em 28 de Julho de 1953.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, 1953.

STOCKING, George. *Race, Culture, and Evolution: Essays in the History of Anthropology.* New York: Free Press, 1982.

TENDEIRO, João. *A Investigação Científica no Ultramar Português.* Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar, 1958.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “The Good-Hearted Portuguese People”: Anthropology and Nation, *Anthropology of Empire.* L’ESTOILE Benoît de, NEIBURG, Federico, SIGAUD, Lygia (Eds.). In: *Empire, Nations, and Natives: Anthropology and State-Making.* EUA: Duke University Press, 2005.

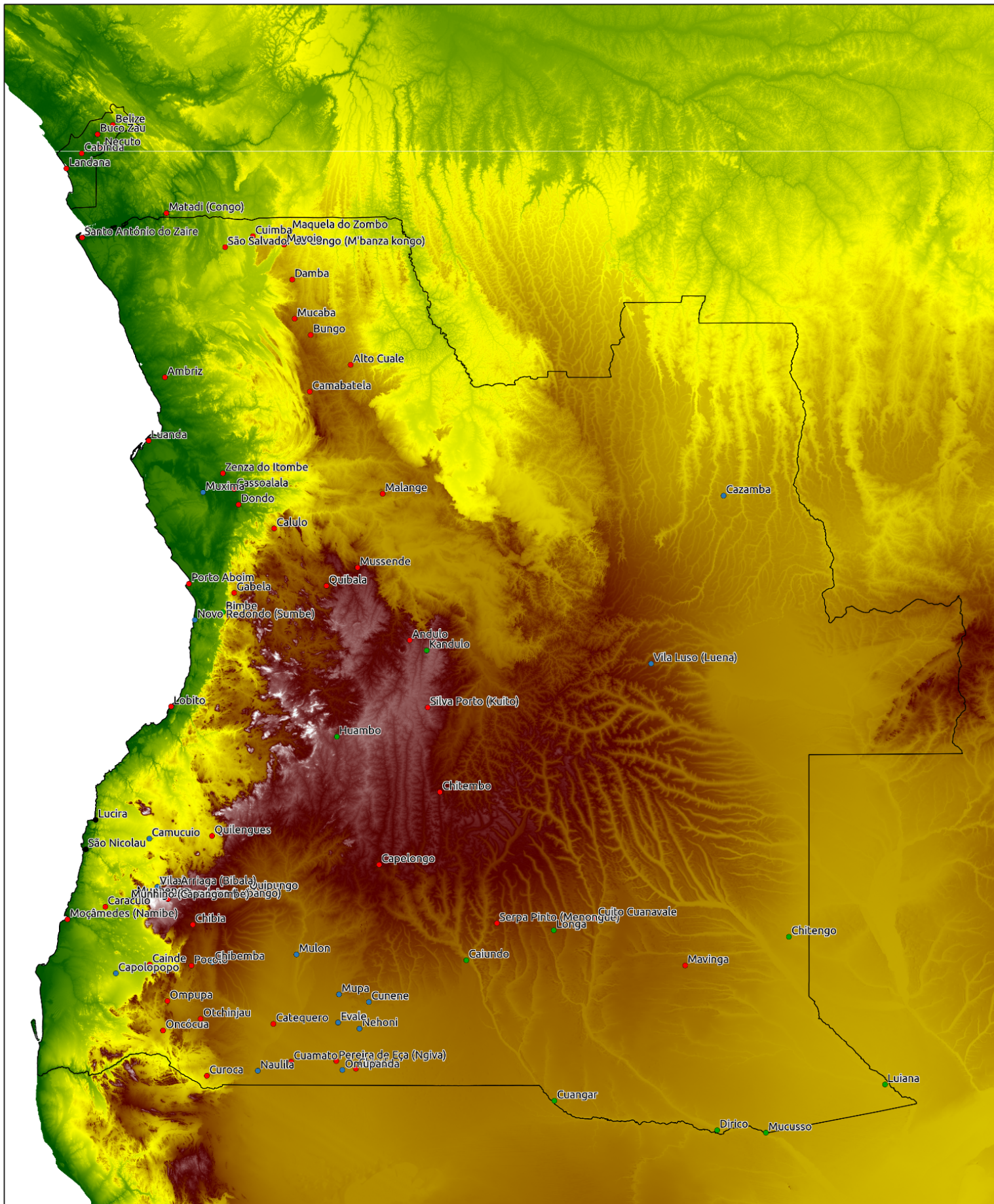
TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico.* São Paulo: Odysseus, 2004.

VAN OOSTERZEE, Penny. *Where worlds collide : the Wallace Line.* New York: Cornell University Press, 1997.

VASCONCELLOS, João Leite de. Instrumentos Preistóricos da África Portuguesa. *O Archeólogo Português.* S.1, Vol. 18, nº 7-12 (Jul-Dez 1913), 174-177, 1913.

VIANA, Abel. *Algumas noções elementares de Arqueologia prática*. Carlos Marques Lda, Beja, 1962

WIWJORRA, Ingo. German Archaeology and its Relation to Nationalism and Racism. DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). In: *Nationalismo and Archaeology in Europe*. London: UCL Press. 1996.



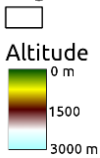
Legenda

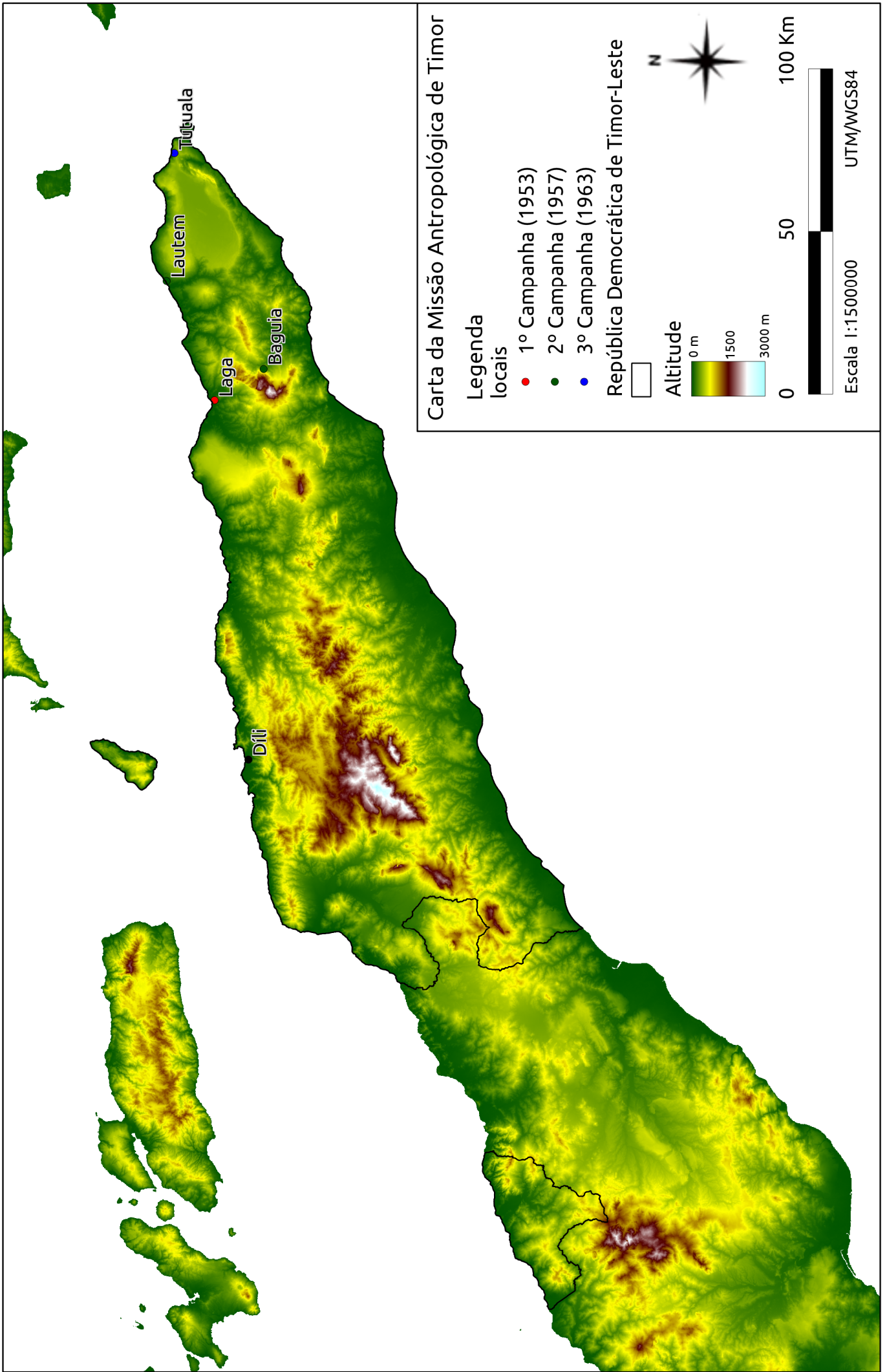
Locais

- Pré-Campanhas (1948-1949)
- 1º Campanha (1950)
- 2º Campanha (1952)
- 3º Campanha (1955)

Carta da Missão Antropobiológica de Angola

Angola





ANEXO IV

Excertos do primeiro caderno de campo relativo aos trabalhos da primeira campanha da Missão Antropobiológica de Angola. (Marques Júnior, 1950a). Foram reproduzidos somente os relatos dos dias em que se desenvolveram trabalhos de cunho arqueológico. Estes, por sua vez, aparecem em destaque no texto.

15 de Julho

Pelas 5 horas o vapor principiou a (?) a marcha e às 6 horas estávamos com o porto de Luanda à vista. Levantei-me, tomei banho, barbeei-me e vesti-me num instante para ir ao convés apreciar a chegada. O céu estava com nuvens escuras e o tempo fresco. Só às 8 horas é que o vapor atracou ao cais. Estava lá bastante gente à espera das famílias e conhecidos que vinham a bordo.

Aquela hora já eu tinha os meus documentos entregues pela polícia internacional. Às 8 ½ horas fui almoçar, digo ao pequeno almoço, última refeição que serviam à bordo aos passageiros que desembarcavam em Luanda.

Veio a bordo um representante do governo de Angola cumprimentar o Sr. Dr. Almeida, e dizer-lhe que se encontrava no cais um automóvel às nossas ordens.

Quando desembarcamos já passava das 9 ½ hs. Fomos directo ao palácio do governo onde se encontrava já uma carta para mim de minha mulher vinda de avião.

Enquanto o Sr. Dr. Almeida foi dar umas voltas a requisitar material para levarmos, esperamos perto do palácio do governo, eu, Sr. França e mais quatro chefes de posto (?) que nos hão de acompanhar.

Eram 13 horas quando fomos almoçar. Hospedamo-nos na pensão Sírios na avenida do hospital.

Depois do almoço fomos buscar a bagagem à bordo e no regresso enviei um telegrama S.D.S. para minha mulher.

Fomos depois a catete a 52 km a S.O. de Luanda para se falar com administrador a fim de nos informarmos se naquela região havia angolas presos. O administrador não estava. Tinha vindo para Luanda com o secretário, mas o aspirante, depois de ter ido à administração consultar o recenseamento, informou que não.

Enquanto o Sr. Dr. Almeida foi com o aspirante ao edifício da administração, eu e o Sr. França entretemo-nos a pesquisar um terreno fronteiriço à habitação do aspirante onde encontramos algum material lítico, algum com indícios de ter sido trabalhado.

Chegamos a Luanda perto das 19 horas. Fui ainda acabar de escrever uma carta a minha para seguir no avião que parte amanhã e só depois é que fomos jantar, eram 20,40 hs.

Depois do jantar fomos ao correio deixar as cartas com (?) de 1 (?) e pelas 22 ½ é que recolhemos no quarto.

Que diferença vim encontrar entre a cidade de Luanda em 1915 com a de 1950. Agora muito mais ampla, um esplendido cais (?), belas avenidas e lindos prédios. As avenidas são alcatroadas, assim como as estradas de (?) da cidade para o interior. Os

prédios das avenidas são isolados com jardins à frente e do lado e as construções já nada tem de colonial, mas sim se (?) semelhante as das nossas praias do norte de Portugal. Há edifícios de 3 andares com (??), etc.

Ledo já é uma cidade.

16 de Julho (Domingo)

Levantei-me às 6 ½ horas, barbeei-me e lavei-me com meu vagar. Às 7 ½ horas estava pronto a sair. Fui bater ao quarto do Sr. Dr. Almeida que se estava a preparar. Às 8 horas tomamos o pequeno almoço que agora é só café com leite e pão com manteiga.

Tinha-se mandado estar o carro à porta da pensão às 9 horas e a essa hora cá estava.

Apareceram os secretários de administração que vão conosco numa das carrinhas que nos foram distribuídas e seguimos depois em prospecção arqueológica pelos arredores de Luanda. Num corte numa trincheira destinada ao assentamento da linha férrea, ao Km 7 do desvio que estão a fazer, a 1.300 m da povoação (musaleque bangel?) encontramos bastante material lítico, assim como parte de calote de um crânio humano e dentes fósseis de hipopótamo.

Da parte da tarde tornamos a sair mas antes foi-se a bordo do vapor “império” fazer as despedidas. Seguiram pela estrada marginal a ver os morros de (?), tendo-se feito algumas prospecções sem resultado. Circundando a cidade, depois de passada a fortaleza de S. Miguel, no lugar de Maianga (lamba pequena) encontramos mais material lítico, algum trabalhado.

Quase a escurecer e como estava no caminho, visitamos a ilha de Bissau que achei interessante.

Fomos jantar às 20,45 hs, demos depois um passeio a pé pela cidade e às 22,30 hs fui me deitar, adormecendo logo.

17 de Julho

Às 6 ½ hs pus-me a pé; mas só saí do quarto às 7 hs, quando o Sr. Dr. Almeida, nos veio chamar para irmos ao pequeno almoço.

Às 9 horas o Sr. Dr. Almeida saiu no carro para ir tratar de assuntos sobre a nossa partida para o interior e eu fui comprar papeis, lápis, etc., e deixar ao correio um envelope com os alfinetes que comprei no Funchal com o gorro que seguiu como amostra s. valor, tudo dirigido à minha mulher. Vim depois para cima e estive a escrever uma carta para minha mulher a fim de seguir no avião que dizem partir amanhã.

O Sr. Dr. Almeida chegou para almoçar eram 13 horas.

Depois do almoço, pelas 15 horas fomos no carro buscar o Sr Congo (?) Silva à brigada das construções e seguimos com ele ver uma cascalheira donde estão a extrair lodo para as obras, se por lá haveria algum material arqueológico. Visitamos o local mas nada havia de interesse: seguimos depois para (quifungonde ?) onde tinha sido feito um corte para a linha do caminho de ferro, que pouco material deu e muito pobre.

Regressamos a Luanda eram 18 horas. Jantamos às 20 ½ hs, demos depois um passeio e às 22 ½ deitamo-nos.

Quando andávamos a passear pela baixa, ouvi chamar por mim, olhei e vi o Miranda que foi da Imprensa Portuguesa, que me disse já aqui estar há 2 anos como servidor da Imprensa Nacional.

Enquanto falava com este passou outro conhecido, o Sousa Pinto, rapaz de Gaia que morou muito tempo no Cavaco e que foi meu condiscípulo.

Não cheguei a saber o que ele aqui faz.

18 de Julho

Eram 6,20 hs quando me levantei. Às 8 hs tomamos o pequeno almoço e pelas 9 saímos, cada qual para um lado. O Sr. Dr. Almeida para os serviços de saúde , Repartição do Gabinete e Fazenda. Eu para a Imprensa Nacional ver as provas das pautas que lá estão a imprimir e o Sr. França tratar de assuntos particulares.

Às 10 hs juntei-me com o Sr. Dr. Almeida no Palácio do Governo e fomos depois saber preços de geleiras, que os serviços de saúde comprarão para levarmos os soros sempre em fresco.

Almoçamos às 13 hs e pelas 14 ½ horas fomos falar com o director dos Caminhos de Ferro pedindo-lhe autorização para escavar em alguns pontos do talude de assentamento da linha férrea onde encontramos no dia 16 alguns instrumentos líticos. Foi concedida autorização e ainda nos forneceu dois pretos com pá e picareta, e uma carrinha para os levar ao local. Fez-se algumas escavações mas pouco ou nada deu in loco.

Encontrou-se sim, nas mesas (?) da parte superior do desaterro, donde provavelmente foi tirada a terra para a terraplanagem. Regressamos à Pensão eram 18 horas, quase lusco fusco.

Em vez de duas carrinhas, vamos levar 3. Como se não conseguisse a troca de uma de 500 hp por outra de 1.500 hp o governo da colónia, cedeu-nos mais uma. Assim já poderemos levar a carga toda, bem como o pessoal dentro das cabines.

Jantamos às 20 horas, como de costume demos uma volta pela baixa e às 22 horas fomos deitar.

Quando passamos pelo teatro (?) onde João (?) está a fazer um recital, estavam lá mais de 100 automóveis e ouviram-se da parte de dentro muitas palmas.

19 de Julho

Às 6,20 hs pus-me a pé. Estive até às 8 horas a escrever o meu diário de ontem e depois fomos almoçar.

Quando chegou o motorista com o carro deu-nos a novidade de que ao resto da tarde de ontem se tinha despenhado um avião de carreira Sá da Bandeira – Lobito e que tinham morrido carbonizados todos os seus tripulantes e passageiros, no total de 9. Dizia-se até que viajava nele o Sr. Governador Geral e o Eng^o Trindade, o que se não confirmou.

Pelo jornal, que depois comprei, que já trazia os nomes dos tripulantes e passageiros que morreram vi que o piloto me era conhecido. Trata-se do irmão da D.

Carmem que foi 3º oficial da Faculdade de Ciências do Porto, o Sr. Augusto Fernando Casa Nova Pinto.

Entre as vítimas conta-se o realizador cinematográfico Raul Faria da Fonseca que estava a filmar algum aspecto para a realização do filme sobre Serpa Pinto.

Ainda não chegou da Metrópole o despacho do ministro sobre a nossa vinda para aqui, o que nos impossibilita de levar o dinheiro, não podendo por isso a equipa seguir para o norte.

Depois do almoço fomos fazer uma prospeção arqueológica para o lado sul de Luanda, tendo-se encontrado mais duas estações. Uma em Belas e outra em Benfica. Esta última deu esplêndidas peças.

Regressamos por volta das 18 horas. Jantamos já passava das 20 h, demos o passeio de costume e às 22 ½ estava deitado. Caía bastante cacimbo.

20 de Julho

Eram 6,10 hs quando acordei , tendo dormido bem durante a noite, quase de um só sono.

A manhã está parda e a noite passada caiu bastante cacimbo.

Depois do pequeno almoço e enquanto o Sr. Dr. Almeida foi saber se já tinha vindo o despacho do ministro, que estamos a aguardar há dias, eu e o Sr. França estivemos a fazer a escolha do material colhido e a embrulha-lo. Pelas 11 horas tínhamos o serviço pronto. Como o Dr. não tivesse voltado, fomos os dois cortar o cabelo.

Ao almoço o Sr. Dr. Almeida entregou-me 3 cartas vindas de avião, sendo 1 de minha mulher, outra de Florinha e outra de Firminha que estavam na Repartição do gabinete.

De tarde continuamos com as prospecções arqueológicas pelas proximidades de Luanda. Em (Fundo?), num terraço a 16 m de altitude do rio bengo encontrou-se algum material embora pouquinho. Por volta das 19 horas regressamos à pensão.

Depois do jantar fomos os três dar o costumado passeio pela baixa e aproveitamos a ocasião de ir à Sé, onde estão os restos mortais dos 3 tripulantes do avião que se incendiou, em 3 urnas que ali ficaram em depósito até a hora do funeral que se realiza amanhã às 16 horas.

Quando íamos a sair , entrava amparada a viúva do piloto Casanova.

Apesar da noite estar linda e estrelada, caía muito cacimbo.

Deitei-me às 22 ½ horas.

22 de Julho

Às 6,10 levantei-me ainda havia pouca claridade por o céu estar cinzento. Barbeei-me, lavei-me e vesti-me, ficando pronto às 6,45 hs, mas só às 7 ½ horas é que fui bater à porta do Sr. Dr. Almeida, que ainda se encontrava deitado.

Felizmente este senhor já se encontra melhor, pelo menos a torneira já vedou.

Por volta das 11 horas fomos ao Palácio do Governo. Estando lá o Governador Geral, o Sr. Dr. Almeida falou com ele e disse-lhe qual o motivo porque ainda aqui

estamos. O Sr. Governador mandou um telegrama directamente ao Ministro pedindo ordem telegráfica de despacho que autorizou a saída da Missão, e se este cá não estivesse até 2ª feira ele dará providências quanto ao levantamento do dinheiro.

Enquanto esperava pelo Sr. Dr. Almeida, junto do Palácio do Governo, vi uns rapazes de escola, pretos, a jogar pincha, coisa que há muito não vejo fazer isso aos rapazes na Metrópole.

De tarde não saí para o campo com o Sr. Dr. Almeida e Camarate França, por ter de estar à espera dos srs. José Pio e Aristides Costa que seguem com uma das carrinhas amanhã de madrugada para o Zaire a fim de lhes entregar os caixotes com os aparelhos que estão guardados no quarto da pensão.

Aproveitei a ocasião, enquanto esperava, de escrever uns postais para: Delfim (Guimarães?), Henrique Tavares, meu cunhado Francisco, Dr. Ataíde, Manuel (?) e Fernando Gomes. Escrevi também um cartão de visita a minha mulher a acompanhar 12 fotografias tiradas durante a viagem até aqui.

O Sr. Dr. Almeida e Camarate França regressaram perto das 18 horas com mais material colhido em 2 novas estações. São essas a do Paiol de Pólvora e Fortaleza de São Pedro de Luanda.

Após o jantar não saímos. Estivemos os três no quarto do Sr. Dr. Almeida a conversar até as 22 horas e depois fomos dormir.

23 de Julho

Acordei eram 6,40 hs com vontade de dormir mais um pouco. Às 3 horas acordei com vontade de urinar e depois custou-me de novo a adormecer.

Às 8 horas fomos tomar o pequeno almoço e seguimos depois, à pé, para a baixa. O Sr. Dr. Almeida e o França foram à missa das 9 h à Sé. Enquanto eles assistiram à missa andei a ver as montras dos estabelecimentos da baixa.

Às 10 horas vieram para cima ao encontro duma das nossas carrinhas que mandamos estar aquela hora à porta da Pensão. Seguimos depois nela a dar uma volta e na circunvalação, ponto de entroncamento de Caxite, localizou-se mais uma estação arqueológica da qual colhemos algumas boas peças.

Da parte da tarde a mesma carrinha saiu com o Dr. Almeida, Camarate e o secretário David Campos em novas prospecções. Eu fiquei na pensão por não ter lugar e também não me apeteceu muito ir.

Fiz a mudança das roupas de campo da mala grande para a pequena. Deitei-me depois por cima da roupa a ler e adormeci.

Quando o chefe chegou eram 19 horas. Trouxeram material de mais uma estação para o sul de Luanda, um pouco para lá da de Benfica, onde em 19 deste mês tínhamos feito colheita. Foi denominada esta nova estação de Benfica II – Praia.

Depois do jantar o Sr. França foi dar um passeio até à baixa e eu fui com o Sr. Dr. Almeida para o quarto deste onde estivemos a conversar até perto das 23 horas.

24 de Julho

Às 6,15 hs levantei-me, sem sono e bem disposto.

Antes de irmos tomar o pequeno almoço estivemos a fazer escolha do material colhido ontem.

Às 9 horas fomos à Repartição no gabinete já lá se achava um telegrama do Ministro com o despacho. Também lá estava uma carta de minha mulher vinda de avião, para mim.

Em face do despacho ter chegado, resolveu-se partir amanhã para cima, pelo que, antes do almoço fomos buscar as duas caixas com o trem de cozinha e levá-las as mercearias para se encher os vãos destas com gêneros que levamos para o rancho.

Depois do almoço, devido a uma das carrinhas que tinha ido para o concerto e que só a dariam pronta ao (?) da tarde de hoje ou amanhã pela manhã verificou-se que a resolução tomada anteriormente não era praticável. Assim só depois de amanhã é que partiremos.

De tarde estive a escrever uma carta para minha mulher para seguir por avião, indo depois deitá-la ao correio, antes das 18 horas.

Em virtude de não seguirmos amanhã o Sr. Dr. Almeida não foi levantar o dinheiro.

À noite deitamo-nos cedo, ainda não eram 22 horas.

25 de Julho

Acordei às 6,10 hs mas só me levantei às 6,30 hs, e ainda foi muito cedo para o que tenho hoje a fazer.

As malas estão prontas e só guardo o fato de passeio e os sapatos. A roupa de campo que devo levar já está de fora.

Tomamos o pequeno almoço às 8 horas e às 9 fomos ao Palácio do Governo e Fazenda para trazer a guia de levantamento do dinheiro no banco de Angola. Perto do meio dia, como ainda demorassem a passar a guia, viemos para pensão, ficando-se de ir buscá-la às 14,30 hs.

Antes do almoço estive a escrever uma carta para seguir por avião para o Sr. Dr. Mateus.

A tarde passei-a juntamente com o Sr. Carlos de Almeida no estabelecimento do Pinho da Avelã, onde tínhamos encomendado os gêneros para o rancho à espera que uma das carrinhas os fossem buscar. Já passava das 17,30 horas quando apareceu a que andava ao serviço do Sr. Dr. Almeida. A outra ainda não tinha saído da oficina.

Antes do jantar ainda fomos à casa do Sr. Fresco levar os embrulhos com as pedras colhidas nas estações arqueológicas e o meu chapéu e do Sr. Dr. Almeida para ele nos guardar até ao regresso.

Jantamos às 20 horas. Depois reunimo-nos no quarto do Sr. Dr. Almeida onde estivemos a conversar sobre a possível hora da partida, amanhã de manhã, visto que uma das carrinhas ainda tem de ir à oficina. Às 22 horas fomos deitar.

9 de Agosto

À hora habitual levantamo-nos. Ainda não eram 8 horas já estávamos na mesa a comer o pequeno almoço.

Como só nos faltam medir e observar 8 ♂ para totalizar os 100, partimos logo após o almoço para o trabalho.

O Sr. Pio e o França foram ver umas grutas à beira-mar, a uns 7 Km daqui, na carrinha “Jeep” e os restantes para as observações.

Em vez de 8 mediram-se e observaram-se 9 ♂ e tirou-se o sangue a ♀.

Total dos Cacongos observados:

101 ♂ e 25 ♀ e

Tirou-se sangue a mais 75 ♀

Pelas 11 horas comecei a encaixotar o material e vinte minutos depois estava tudo pronto a carregar.

Foi medida a mais 1 ♀ mas por lapso não lhe tiraram os caracteres (dorsitivos?).

Depois do almoço e enquanto o Sr. Dr. Almeida e o França foram às grutas colher alguns fósseis, estive a escrever uma carta para minha mulher.

Dois dos membros da missão pretenderam seguir hoje de tarde para Buco Zau, ao que o chefe anuiu, mas afinal não foram.

Deitamo-nos às 22 horas.

10 de Agosto

Levantei-me às 6 horas embora estivesse acordado desde as 5, sem vontade de dormir.

A partida para Buco Zau estava marcada para 8 horas, mas só deixamos Landana, às 9,30 hs.

Por volta do ½ dia começamos a entrar na floresta, o que se torna mais fresco, visto o sol hoje estar descoberto e dentro da cabine da carrinha já fazer um pouco de calor.

Chegamos a Buco Zau às 14,45 hs tendo-nos antes enganado no caminho e ir parar à fazenda Alzira na Companhia de Cabinda.

Foram 2 horas seguras de estrada através da floresta com árvores gigantescas de mais de 30 metros de altura e uma variedade de feitio que deixa muito longe as da estufa fria de Lisboa. Paramos algumas vezes para tirar fotografias e admirar esta vasta vegetação.

Quando chegamos á administração de Buco Zau, já lá estava o Sr. Dr. Almeida, que tinha seguido na carrinha da frente com o França e o Feijó que me veio hoje informar que o administrador, (o chefe de posto António Duarte Victorino, que está a desempenhar essas funções) nem tinha alimento nem estava preparado para nos receber, porque só contava conosco na próxima 2ª feira 14. Isto não deve ser verdade, porque o administrador de Landana mandou um portador de bicicleta avisá-lo com três dias de antecedência. Bem sei que a distância entre Landana e Buco Zau é de 160 Km, que em bicicleta poderia ser feito no máximo de dois dias e que por isso só foi avisado com 1 dia de antecedência. O que o senhor Victorino me parece é que é um grande forreta...

Como trazíamos gêneros e camas de campanha não nos fez diferença. Dei dinheiro ao Sr. Cozinheiro para comprar galinhas e ovos, abriu-se algumas caixas donde tiramos gêneros para o jantar visto ele ter mandado arranjar alguma coisa para o almoço, que comemos às (?) horas, (???) no que diz respeito à alimentação os nossos hospedeiros passaram a ser nossos hóspedes.

A viver com o administrador está o delegado de saúde daqui, Dr. Fernando Duque Fonseca, de Lisboa.

Quanto ao alojamento, eu e o Dr. Almeida ficamos na habitação do administrador, o França, o Carlos d'Almeida num quarto por cima da administração e os restantes na casa do aspirante que está desabitada.

Enquanto esperávamos pelo almoço colheram-se bastantes sílices trabalhados que se amontoavam juntamente com (lodo?) no terreno fronteiro à administração e habitação do administrador, que tinha aí sido colocado para no tempo das chuvas não calcarem o lamaçal. Este material foi tirado do leito do rio Luali que passa em baixo mas os calhaus e os sílices, como estão bastante rolados, devem ter vindo rio abaixo.

Os edifícios da administração estão a 180 m de altitude, numa elevação que se domina as copas das árvores da floresta do Maiombe, é muito ventilado o local e há poucos mosquitos. O que existe com abundância são os miruís, mosquinha minúscula que quase se não vê e cuja picadela deixa na pele uma (roseta?) como se fosse a picadela de uma pulga. Faz um pouco de comichão, mas não coçando, desaparece logo. Aplicamos nas portas do (?) o produto 6-12, mas tem dado pouco resultado.

Ao resto da tarde chegaram uns pretos com patas de elefante e (certos?) pedaços de carne que estiveram a fumar num acampamento a dois passos da administração. Estive a assistir a preparação da carne fumada. Esta já cheirava mal e tinha vermes. A carne é gorda, como toucinho de porco que ao ser fumado deixava um cheiro esquisito. Também tinham aproveitado as tripas que é o petisco que eles mais saboreiam.

Vi depois o rapaz que matou os 2 elefantes, que vinha todo (ancho?) pelo seu feito. Foi o administrador, que necessitando de carne para alimentação dos pretos que andavam a trabalhar na estrada e outros serviços da administração, o incumbiu de ir caçar, fornecendo-lhe uma espingarda e cartuchos e ensinando-lhe um dia antes o manejo da arma. Ele dizia-os ter morto a poucos metros de distância.

Ao jantar, que foi já depois das 21 horas tivemos caldo verde, galinha com batatas e arroz de galinha.

Deitamo-nos eram 23 horas.

13 de Agosto

Só me levantei depois das 6,30. Às 6 horas dei fé do administrador sair para ir a Zandana levar o dinheiro à Repartição da Fazenda, devendo demorar-se por lá uns dois dias ou três.

Hoje há pouco serviço a fazer. Só a colheita de sangue a mulheres.

Os miruis hoje estão desenfreados. Todos temos os braços e cara que parece estarmos atacados de sarampo. Deve ser devido, talvez, a o sol não ter descoberto.

A carrinha “Chevrolet” tem duas molas da frente partidas e uma outra na retaguarda e não temos molas para as substituir. As que trouxemos, só agora se reparou que não servem, pois devem ser para carrinhas “Dodge”. Temos de seguir viagem com elas assim. Por sorte é logo a carrinha onde viajo. Queira Deus que não tenha de ficar pelo caminho!...

Para conseguirmos as mulheres que nos faltavam para os grupos sanguíneos foi necessário mandarem duas carrinhas a apanhá-las pelos povos (sanzalas) pelo que só se terminou o serviço depois das 12,30 hs.

Continua a encontrar-se aqui grande dificuldade em se conseguir alimento, como galinhas, ovos, etc. Logo pela manhã que se encomendou uma galinha e ovos que era para o almoço e até às 12,30 hs não tinha chegado. O que vale é só nos demorarmos aqui mais outro dia.

Terminou-se o serviço aqui em Buco Zau. Mensuraram-se e observaram-se um total de 100 ♂ e 25 ♀ Muiombes e tirou-se o sangue a mais 75 ♀.

De tarde fomos todos nas 3 carrinhas à povoação comercial meter gazolina. Esta povoação consta de 6 casas comerciais, de bancos e de 1 capela. Daqui seguimos para a beira do rio Zuali, próximo à parte que dá acesso à estrada que vai para Fazenda Alzira, da Companhia de Cabinda, onde se colheram mais alguns instrumentos líticos. Em seguida fomos até a Fazenda Alzira, passando-se por uma estrada ladeada de cafezais e cacagueiros. Visitamos o hospital de lá e regressamos à administração ao escurecer, e assim se passou mais um Domingo. Jantamos às 20 hs e deitamo-nos cedo.

14 de Agosto

Às 5 horas pus-me a pé e fui chamar o Sr. Dr. Almeida. Às 5,15 hs já o França e o Carlos d'Almeida estavam junto de nós, prontos a seguir viagem e eu o Dr. Almeida ainda por nos lavarmos devido aos criados não terem deixado água no quarto de banho e estes ainda não estarem a pé. Por fim sempre apareceu um garrafão de água e um quarto de hora depois também estávamos prontos. Tomamos café (eu chá) com pão e manteiga e às 6,15 hs. Largamos, em 2 carrinhas, pro Belize, onde nos esperavam os Ba- Lundi. Seguimos a continuação da floresta do Maiombe numa extensão de 40 km e às 8,15 estávamos de frente do porto de Belize.

Lá estavam os Ba-Lundis, em número de 13 ♂ e 3 ♀ se fosse a população duma sanzala desta tribo que mais próximo existia do Porto. Há mais mas quase na fronteira onde não podem chegar as nossas carrinhas.

Mediram-se e observaram-se os 13 ♂ e 3 ♀ e tirou-se sangue a mais 1 pequenita e 8 rapazes também Ba-Lundis que estão internados na missão católica aqui a dois passos.

Para substituir os cartões com sangue tirado às mulheres Muiombes de Buco Zau que as senhoras baratas fizeram o favor de (lamber?) durante a noite passada, tirou-se sangue a 28 ♀ miombes daqui do Belize.

Ao meio dia tínhamos o serviço terminado. Almoçamos no Porto para o que tínhamos trazido o nosso cozinheiro e alimentos. O Dr. Almeida foi depois numa das carrinhas até ao rio para ver se existia alguns instrumentos líticos, visto terem aparecidos alguns no terreno de frente ao Porto na passagem visitou na missão católica o Pe Joseph (Troesch?).

Sáimos de Belize às 14,35 hs e chegamos a Buco Zau às 16,20 hs depois de termos estado parados na povoação.

Quando cheguei à administração fui me barbear, por não o ter feito pela manhã. Saí depois, e o Sr. Almeida que tinha estado a consultar o relatório do administrador relativo a 1945 verificou que existem mais Ba-Lundis em Necuto a 30 Km daqui na estrada que vai para Landana. Esta falta de informação por negligência do administrador veio transtornar-nos o nosso itinerário obrigando-nos a perder pelo menos 2 dias visto já ontem à tarde poderíamos ter seguido para Necuto em vez de termos ido hoje para Belize onde pouco aproveitamos. Jantamos cedo e uma das carrinhas, tripulada por David Campos e Aristides Costa seguiu após o jantar para Necuto afim de avisar o chefe de posto da nossa chegada amanhã e ter la Ba-Lundis para serem observados.

15 de Agosto

Levantamo-nos às 5 horas. Carregaram-se as carrinhas, tomou-se café com pão e manteiga e 6,15 horas largamos para Necuto onde chegamos por volta das 8,30 hs.

Quando chegamos já lá estavam muitos pretos e pretas para serem observados. Esperamos um pouco para que acabassem de nos preparar o pequeno almoço. Neste intervalo, entre os seixos rolados que existiam no terreno do posto, colheram-se instrumentos de quartzo e sílice. Este material tinha sido trazido do rio Luango que passa na vertente do morro onde está edificado o posto. Apareceram também algumas peças de jaspe tiradas dum corte do morro para a terraplanagem do local. Mais uma estação arqueológica identificada.

Depois do mata-bicho, como o chefe do posto, Sr. Acácio da Silva Barreiros tivesse as suas dúvidas sobre se os pretos que ali residiam fosse de raça Ba-Lundi, pois todos diziam serem Muiombes, fez-se um interrogatório, principalmente pelos mais velhos e pelas suas afirmações veio a verificar-se que realmente eram Muiombes. Mais uma perfeição dos serviços de administração de Buco Zau.

O Sr. Dr. Almeida limitou-se a tomar alguns apontamentos sobre a vida deste povo e tiraram-se algumas fotografias.

Esperamos que nos servissem o almoço, que por sinal foi tardíssimo e pelas 15 horas partimos para Landana onde chegamos às 19 horas. Aqui carregaram-se as carrinhas “Ford” e “Chevrolet” com a carga e bagagem que ali tínhamos deixado e dispunhamo-nos a seguir para Cabinda quando a esposa do Sr. Administrador Maria Marques Pinto, visto este se encontrar doente, de cama com um desarranjo intestinal, não nos deixou seguir sem primeiro ali jantarmos. A carrinha “Jeep” ficou em Landana a aguardar a chegada dum portador que tinha seguido para (Nunto?) a levar-nos alguns soros e as restantes partiram para Cabinda às 22,30 hs onde chegaram por volta da 1,30h principalmente a “Chevrolet”, onde eu vinha por termos estado a prestar socorro a um automóvel que tinha caído a uma valeta, a uns 7 km de Cabinda.

Quando chegamos a Cabinda o hotel estava em festa. Dançava-se na sala de jantar ao som duma banda de música preta. Esta barulheira durou até 2,30 hs, hora a que eu pude adormecer apesar de vir cansado e ter-me levantado na véspera às 5 horas e pouco ter dormido, por terem andado baratas na minha cama a fazerem-se cócegas na cara.

21 de Agosto

Levantei-me às 6,30 h mas não me pude arranjar por o quarto de banho estar ocupado pelo Intendente que andou uma hora a preparar-se para sair.

O Intendente Dr. Vasco Teles da Gama, que se diz descendente do navegador mas que me dava a impressão de (pisadas?) no capacete, e a esposa partiram às 8 horas. Depois deles partirem é que nós os dois fomos comer o pequeno almoço.

Enquanto comíamos e conversávamos o administrador disse-nos que já aqui corria também o boato, entre os pretos, de que vínhamos ver gente para mandar para a guerra que foi preciso mandar chamar o Rei do Congo e dizer-lhe para fazer ver aos seus súditos que era para saber da sua saúde, etc., e o mesmo foi dito na missa pelo missionários para que eles não fugissem.

Hoje o dia é destinado a descanso mas como o administrador nos mostrasse e oferecesse um esplendido machado, meio polido e meio lascado que tinha encontrado num corte num monte da (Lessa?) o Sr. Dr. Almeida e o França lá foram com o administrador numa carrinha em prospecção arqueológica a alguns locais.

Na administração tínhamos correio. Eu recebi duas cartas da minha mulher datadas de 5 e 10 do corrente e outra da minha filha Maria Ftma, de 11 do mesmo mês.

A manhã passei-a na leitura das cartas e depois a desencaixotar e dispor os materiais para amanhã, logo de manhã, se principiar a observar os muxicongos que devem comparecer, segundo as instruções que se deram ao secretário do Rei do Congo, às 6, ½ horas.

Depois do almoço meti-me na secretaria da administração e estive a escrever a minha mulher ao Henrique Tavares a enviar-lhe pêsames pelo falecimento da nora. O avião só sai daqui no sábado, mas assim ficou o serviço feito.

Aqui continua o vento fresco, quer pela manhã quer ao (?) da tarde.

Estive na administração até às 19 horas depois fomos para casa do administrador porque fazia muito frio cá fora.

Jantamos às 20 horas e às 21, 20 fomo-nos jantar.

22 de Agosto

Levantei-me às 5,50 h e muito antes das 6,30 h já estava no local do trabalho, que é o gabinete do secretário, mas só depois das 7 horas é que a pretalhada principiou a aparecer. Hoje era dia de feira e por isso demoraram-se um pouco.

Estes muxicongos são uns pretos limpos, vestem todos à européia, quase todos têm profissão e é vulgar verse-lhes nos bolsos da camisa ou do casaco canetas de tinta permanente. Falam todos português, o Rei

Mandou pedir desculpa de não vir assistir às observações por estar doente.

Até ao meio dia observaram-se todos os que compareceram em nº de 46 ♂, tendo sido observados 23 antes do pequeno almoço.

Depois do almoço fui para a secretaria onde passei a tarde a por a escrituração em dia.

O Dr. Almeida e o França saíram numa carrinha em prospecção arqueológica e só regressaram depois das 20 horas. Trouxeram material em abundância colhido à beira dum rio que não souberam identificar.

Mal eles chegaram fomos jantar e às 9,20 h deitamo-nos

23 Agosto

Levantei-me às 6 horas. Como a manhã estava de cacimbo e nuvens, não tive luz para me barbear e por isso pouco demorei a Toilet, apresentando-me ao serviço às 6,20 h, não estando ainda lá ninguém a não ser o cipaio a fazer limpezas.

Já passava das 7 horas quando chegaram as mulheres para serem observadas. Vinham em grande número. Escolheram-se as mais novas para serem observadas e as restantes ficaram para a determinação dos grupos sanguíneos.

Mediram-se e observaram-se 13 até ao pequeno almoço e depois, até às 12,30 h mais 12 ♀ e 14 ♂. Da parte da tarde, até às 15 horas acabou-se os grupos sanguíneos.

Total de muxicongos hoje observados:

14 ♂ e 25 ♀ = 39

E só sangue a mais 65 ♀

Terminado o serviço o Sr. Dr. Almeida e o França foram de novo em pesquisa arqueológica pelos arredores regressando às 19 hs.

Eu estive a acabar de fazer os lançamentos no livro de escrita e a fazer o balanço, vindo a encontrar uma diferença que não é pequena e que por mais que matutasse não a encontrei.

Às 16 horas chegou o cabeleireiro cá da cidade que me veio cortar o cabelo. Depois disso como a secretaria já estivesse fechada fui com o Carlos de Almeida até ao burgo ver a sé velha, edifício construído à 400 anos e agora em ruínas; as missões católica e protestante assim como os seus bairros indígenas. O bairro protestante que visitei está muito mais bem arranjado e limpo do que o católico.

Os muxicongos vestem todos à européia e as mulheres em vez dos típicos panos em que envolvem usam vestidos e chita e algumas até se apresentaram perfumadas. Todos muito limpos, não cheiravam a suor.

Jantamos às 20 e às 21,15 fomos deitar.

24 de Agosto

Às 6 horas levantamo-nos e meia hora depois estávamos no local de trabalho.

Às 7 horas iniciamos as observações que terminaram perto do meio dia,

Tendo-se observado os restantes homens que faltavam em número de 40 e tirou-se o sangue a mais 10 ♀ para perfazerem o nº de 100.

Total de muxicongos observados:

100 ♂ e 25 ♀

E só sangue a 10 ♂ e 75 ♀.

Depois do almoço encaixotamos o material que foi levado para a varanda da casa do secretário onde se encontravam os restantes caixotes.

Por o senhor Aristides da Costa e Silva, secretários desta administração e membro da Missão ter de sair amanhã pela manhã para terminar um serviço que tinha deixado em mãos quando foi chamado para o serviço da Missão, ainda não devemos partir amanhã para Maquela, como estava combinado.

O França, Dr. Almeida e Campos foram de novo hoje de tarde em prospeção arqueológica, regressando às 20 horas.

Eu e o Feijó o resto da tarde andamos na “Ford” a passear pela cidade.

Logo que o Dr. Almeida chegou fomos jantar e às 21,30 deitamo-nos.

Encontro-me um pouco melhor da garganta, mas ainda com tosse.

26 de Agosto

Acordei às 5,45 h, mas como ainda era cedo e nada tinha que fazer logo de manhã, deixei-me ficar na cama, passando ainda pelo sono, até às 6,30h.

Depois de vestido fui para a Administração ao (cavalo?) até às 8,30 h, hora que fomos matabichar.

A manhã apresentou-se de cacimbo e pelas 8 horas este cerrou-se mais. Tanto que o avião que devia passar aqui pelas 10 horas, só às 15,30 é que o pode fazer devido ao nevoeiro que também fazia em Maquela logo da partida.

Até ao meio dia passei pela cidade com o Carlos de Almeida e o Matoso Reis.

Da parte da tarde fui ao campo de aviação ver a chegada do avião e partida para Luanda. Levava dois passageiros vindos já de Maquela (2 raparigas). O piloto era o Casa Nova, sobrinho do outro piloto de mesmo nome falecido de desastre a coisa de um mês. É habilidoso nas aterragens e descolagens.

Vim de novo para a administração onde me demorei até às 18 horas.

O Sr. Dr. Almeida, França e Feijó que tinham saído na carrinha “Ford” pelas 12,30 h em prospecção arqueológica só voltaram às 18,30 h, trazendo peças duma nova estação.

Jantamos cedo e deitamo-nos cedo.

29 de Agosto

Pusemo-nos a pé às 6 horas. Fui ver o toque da alvorada. Tomei uma chávena de chá e outra de café, e fomos para o serviço.

Só às 8 horas é que começou a aparecer gente. Como pela manhã faz muito frio os indígenas não se levantam cedo.

Trabalhou (-se) até nos chamarem para o pequeno almoço e depois deste até às 13 horas, tendo-se terminado o serviço das observações.

Mediram-se e observaram-se:

13 ♀ Muzombes e tirou-se sangue a mais 34 ♀

Depois do almoço fui encaixotar o material e carregá-lo na respectiva carrinha.

O Sr. Dr. Almeida e o França saíram em prospeção arqueológica, regressando perto das 18 horas com material de mais duas estações colhido nas margens do rio Luide em Maquela.

Eu não saí. Por ter o tornozelo do pé direito inchado motivado, salvo erro, por uma inflamação derivada dum (canelado?) provocado pela queda da máquina fotográfica. Aproveitei a ocasião e escrevi uma carta ao Dr. Amílcar Mateus em resposta a uma que ontem aqui recebi, juntamente com outra da minha mulher.

Ficou assente que amanhã, de manhã, depois do pequeno almoço, seguiríamos para o Mavoio.

Ao jantar o intendente convidou-nos a, após a refeição, irmos com este ao Club cá da terra. Foram mas eu fiquei, indo para a cama.

30 de Agosto

Levantamo-nos às 6 horas e às 7,30 h estava tudo pronto para seguirmos mas só às 10,30 h é que partimos. Nesta terra nunca há pressa, nem hora marcada...

Chegamos às Minas de Cobre do Mavoio (? do C.U.F.) um pouco antes das 11,30 h. Fomos recebidos pelo Eng. António Lobato Cortezão que nos levou em primeiro lugar aos escritórios para nos mostrar os instrumentos líticos que têm colhido por ali, que contam de esplêndidas peças. Depois e enquanto esperávamos pelo almoço fomos ver os cortes dalguns terrenos onde colhemos bastante material. Por todos os lados nos aparecem com abundância, material bastante trabalhado.

Perto das 13 horas fomos almoçar. Eu, o Dr. Almeida, o França e o Carlos de Almeida fomos hóspedes do Eng. e pessoal superior, os restantes membros da Missão foram comer à cantina do pessoal (?).

A sala de jantar dos Engenheiros, era simples; uma mesa, cadeira, um balcão, um aparador ao fundo, um frigorífico, uma mesa de jogo, uns 4 mapas de junco, fabrico regional e um aparelho de rádio. As paredes nuas, só com 12 estampas dum calendário envidraçadas, representando mulheres quase nuas. Ao entrar nesta sala lembrou-me o filme “A mulher dos meus sonhos”. A disposição da sala e pelo viver desta gente, todos solteiros, em tudo me lembrou aquele filme.

Depois do almoço fomos para o alto dum dos morros onde está instalado o posto sanitário das minas e ai começamos a observar os indígenas muzembos que aqui estão ao serviço. Trabalhamos até não se poder ver. Enquanto se esperou que as carrinhas nos fossem buscar colheram-se boas peças, bem trabalhadas, em sílice, no plateau onde está edificado o Posto. Depois viemos para baixo e estivemos a armar as camas numa camarata acabada de edificar junto da casa dos engenheiros, onde pernoitamos.

À tarde esteve com um vento muito frio que se prolongou ainda por noite dentro.

Jantamos e deitamo-nos não muito cedo.

1 de Setembro

Como o dia de hoje era destinado ao descanso, só me levantei às 7 horas. Tomei banho, vesti-me de calças de fazenda claras e casaco claro.

Depois do pequeno almoço andamos com o administrador e no carro deste a ver a granja e alguns pontos altos da vila, verdadeiros miradouros, e à Missão dos Franciscanos que se estabeleceram aqui a cerca de 2 anos, onde fomos encontrar os 4 irmãos a trabalhar, como verdadeiros trabalhadores, e aventais a descarregarem adobes duma caminhoneta para a construção de mais um pavilhão das suas instalações. São italianos, 3 e 1 alemão. Todos muito simpáticos. Quiseram tirar uma fotografia em que ficássemos todos.

Perto das 13 horas chegou o avião de carreira, que me trouxe uma carta da minha mulher e outra de minha filha Clementina.

Depois do almoço passei pelo sono às 16 horas e em seguida estive a escrever uma carta para minha mulher a fim de seguir no avião de amanhã. Quase ao escurecer andei a (?) à Vila com alguns dos membros da Missão.

Quando jantamos já passava das 21,30 h, hora a que chegaram o administrador e o Dr. Almeida, dum prospecção arqueológica pelos arredores.

Deitamos eram 21 horas.

12 de Setembro

Pus-me a pé às 7 horas. Às 8 matabichamos e depois fomos (eu, Dr. Almeida, o irmão e o Sr. ?) em pesquisa arqueológica para os lados onde está a ser montado um colonato e onde o Eng. Agr. Boaventura encontrou há dias uma linda ponta de lança em quartzo hialino, que me entregou juntamente com mais 3 lâminas do mesmo material. Seguimos a estrada de Cuito até umas 15 horas e paramos próximo de uma sanzala, no alto dum morro onde julgamos ter sido por ali que o

Eng. Boaventura tinha encontrado as peças. Pesquisou-se pelas redondezas mas nada se encontrou. Voltamos para trás e nessa mesma estrada e no lugar de Gonde, (Més?) a uns 6 km do Posto de 31 de Janeiro e a 1 km do rio Longe encontramos uma grande estação quer no lado direito como do lado esquerdo da estrada, apanhando-se ali grande número de peças, em quartzo hialino, jaspe e quartizite. Quando chegamos ao Posto já passava das 12,30 h e ainda não tinham chegado o Aristides e o Campos que tinham ido à Damba buscar a carrinha “Chevrolet”.

Era nosso desejo visitar também uma gruta que dizem existir próximo daqui mas ninguém nos soube dizer onde.

Almoçamos às 13 horas. Depois do almoço, começaram-se a carregar as carrinhas enquanto se esperava pelo “Chevrolet”. Este só apareceu às 15 horas. A esta hora partiu para o Bungo a carrinha “Jeep” a fim de comunicar ao chefe do Posto a nossa ida para ali com o fim de lá pernoitarmos.

Partimos de 31 de Janeiro eram 16,30 h depois de nos termos despedido do chefe do Posto, da esposa e cunhado, que tão gentis foram para conosco.

Chegamos ao Bungo era já noite e estava a trovejar. A mesa já estava pronta e pouco tivemos que esperar pelo jantar. Entretanto fomos armando as camas nos quartos do belo edificio que é a residência do Chefe do Posto, Sr. Jacinto António Camacho e que ele, já com 63 anos e 42 de África, por certo motivo não a quer habitar.

O jantar foi-nos oferecido por ele, mas tendo deixado servir do que era nosso.

Depois do jantar, o Campos, Aristides e Carlos de Almeida saíram a caçar, voltando pelas 23 horas, só com uma lebre morta. Eu e os restantes deitamos às 22 horas.

17 de Setembro

Pusemo-nos a pé às 7 horas. Às 8 horas comemos o pequeno almoço e depois disso o Sr. Dr. Almeida foi com o administrador procurar o pagador da Fazenda, para ver, como hoje é domingo e as repartições estão fechadas, lhe entregava os 50.000 angolares que tinha requisitado para que lhes fossem pagos ali, o que conseguiu.

Entretanto, como era hora da missa o Sr. Dr. Almeida foi assistir, e os funcionários administrativos aproveitaram a ocasião e foram à casa do Governador apresentar cumprimentos. Iam todos fardados de branco. Pareciam os músicos da banda de Landana que estavam a tocar na varanda do hotel de Cabinda quando lá chegamos na noite do dia 15 de Agosto.

Perto do meio dia deixamos Uíge a caminho de N'gage onde almoçamos no hotel local.

Pelas 15,30 seguimos viagem para Alto Cuale. Paramos no Posto de Puri onde o chefe Sr. Veloso à viva força queria que lá jantássemos e pernoitássemos. Porém, como a carrinha “Jeep” já tinha seguido caminho, enquanto ali ficamos em prospeção arqueológica, que nada deu, declinamos o convite e seguimos viagem.

Em Alto Cuale ficamos no antigo Posto Sanitário, agora abandonado, e jantamos em casa do guarda fiscal, que por sorte nessa tarde tinha matado um javali que serviu já para ementa dessa noite.

A carrinha “Chevrolet” com o David Campos, Aristides Silva e Carlos de Almeida, que não quiseram aqui ficar, seguiram viagem para Duque de Bragança.

Os que ficaram deitaram-se às 22 horas.

23 de Setembro

Levantamo-nos às 7 horas. Às 8 h tomamos o pequeno almoço e depois fui dar umas voltas enquanto o França foi com o Dr. Almeida em pesquisas arqueológicas até a beira do rio que passa pelas proximidades.

Chegaram às 10,30 h. Mudamos de roupa, fecharam-se as malas e preparamo-nos para a partida, visto que os outros já tinham recebido o dinheiro das ajudas de custo.

Eram 11,15 h quando estávamos a meter gasolina e uma carrinha ainda não estava pronta a largar por ainda não terem carregado as malas.

Como o Governador tivesse que sair esta manhã para ir para a (?) fazer os preparativos para a recepção da excursão cinegética que veio de Portugal, resolveu o Sr. Dr. Almeida a que partíssemos sem almoçar, não fosse o Governador levar a mal não termos comido em casa dele e fôssemos almoçar ao Hotel.

Esta decisão não agradou aos membros da Missão, principalmente os do quadro administrativo, que se revoltaram um pouco. De facto podíamos ter almoçado no hotel porque aproveitaríamos mais o tempo.

Assim, depois de percorridos uns 20 e tal quilómetros, fomos parar num desvio da estrada junto dum comerciante branco a quem pedimos para nos arranjar de comer. A esposa deste arranjou-nos uma sopa e galinhas de (surrasco?). No final como não nos

quisesse levar nada deixamos 100 angolares a uma filhinha do casal, para um brinquedo.

Quando d'aqui partimos eram 15,30 h. Passamos a Chitembo já passava das 17 horas e uns 2 a 3 quilómetros mais adiante, a carrinha “Ford” avariou.

Como fosse já noite e não conviesse continuar o caminho assim com a “Ford” assim avariada, tornou-se para trás, parando-se em Chitembo, onde o secretário Sr. Joaquim do Espírito Santo Ferreira, que faz as vezes de administrador nos recebeu, mandando logo fazer jantar para todos.

O Sr. Espírito Santo, segundo conversa que ouvi ao jantar é um grande monárquico, tendo tomado parte da Monarquia do Norte. Pernoitamos aqui afim de amanhã pela manhã se fazerem as reparações nos carros “Ford” e “Jeep” que também se avariou.

ANEXO V

Excertos do segundo caderno de campo relativo aos trabalhos da primeira campanha da Missão Antropobiológica de Angola. (Marques Júnior, 1950b). Foram reproduzidos somente os relatos dos dias em que se desenvolveram trabalhos de cunho arqueológico. Estes, por sua vez, aparecem em destaque no texto.

26 de Setembro

Só me pus a pé às 7 horas e apesar da viagem de ontem, levantei-me bem disposto.

Comemos o pequeno almoço só às 9 horas por termos de esperar que alguns dos membros da Missão, os retardatários do costume se levantassem e lavassem.

À hora do almoço o Sr. Matoso Quaresma anunciou-nos de que o intendente já tinha saído de Mavinga e que devia chegar aqui por volta das 13 horas e assim foi.

Da parte da manhã andei com o Dr. Almeida pela encosta dum morro junto do rio Cuito em prospecção arqueológica tendo-se encontrado alguns núcleos de sílice. Depois apareceu o França que o acompanhou até mais longe nessa prospecção.

Eram 15 horas quando fomos para a mesa almoçar.

Antes do almoço estive no estabelecimento dum comerciante, onde comprei uma pequena pele de jibóia e outra de lagarto por 25,00. Comprei aqui também dois pentes Ganguelas por 2,00 a duas indígenas que lá foram enquanto lá estive.

Pelas 17 horas deixamos o Cuito Cuanaval em direcção à jangada. Partimos depois da outra margem do Cuito às 18,25 h chegando a Mavinga pelas 0,30 h, tendo-se feito o percurso dos 190 km em pouco mais de 6 horas, boa média nesta estrada.

Durante a viagem estivemos por vezes parados a meter água e gasolina nas carrinhas e outras para comermos a ver se aparecia alguma caça, mas nada vimos apesar de ser aqui a região onde mais (???)

A carrinha “Jeep” que seguia atrás de nós só lá chegou às 4,30 h devido a uma avaria que teve no tubo de óleo.

Mal cheguei, lavei-me, tomei uma chávena de chá e fui logo deitar-me.

3 de Novembro

Levantamo-nos às 5 horas mas só saímos perto das 7 h, pois tivemos que esperar que o Pe. António acabasse a missa para nos despedirmos.

A uns 2 ou 3 km da estrada de Mupa para o Evale, paramos junto dum afloramento de rocha desconhecido para mim e colhemos aí alguns instrumentos líticos de feição moustieróide (núcleos, lascas, raspadores, etc.).

Às 8,30 h chegado ao Evale, onde nos esperava um esplêndido matabicho (leitão assado, galinha de surrasco, etc).

Quando chegamos já lá tínhamos grande número de homens e mulheres muvales para observar.

Acabado o almoço procedeu-se ao interrogatório dos indígenas no que diz respeito à sua ascendência, mandando-se embora os que já eram mestiçados.

Até às 13 horas mediram-se e observaram-se 33 ♂ e 17 ♀ muvales.

Depois do almoço até ao escurecer estive a fazer os grupos sanguíneos enquanto o Dr. Almeida esteve a fazer os interrogatórios para as fichas.

Vem-nos ainda a faltar para a série deste grupo étnico, observar 52 ♂ e tirar sangue a 17 ♀.

Tirou-se também só sangue a 51 ♀.

Jantamos também com o chefe do Posto e acabado este regressamos a N'Give, onde chegamos por volta das 22 horas. Estava lá o administrador à nossa espera com correio para nós.

Eu tive duas cartas de minha mulher de 12 e 22 de Outubro e 1 de minha filha Maria Ftma de 22 do mesmo mês.

Estive-as a ler à luz duma vela e só depois disso é que me deitei, já passava das 23 horas.

12 de Novembro

Às 5 horas o Dr. Almeida levantou-se e eu a seguir. Quando saí para fazer uma necessidade fisiológica, visto a escola não ter retretes, encontrei o Dr. nas

traseiras do edifício a apanhar pedras, tendo já encontrado alguns belos instrumentos paleolíticos. Comecei também a pesquisa e em pouco tempo juntamos dois montes, que os criados levaram depois para a escola.

Matabichamos às 8 horas e em seguida começamos a trabalhar na medição e observações dos Muximbas ou Muimbas e depois dos Mundimbas. Até ao escurecer medimos e observamos os seguintes indígenas:

4 ♂ e 11 ♀ muximbas e só sangue a mais 3 ♂ e 4 ♀.

7 ♂ e 13 ♀ mundimbas e só sangue a mais 6 ♂ e 8 ♀.

3 ♀ muruancalas e sangue e outra observação a 2 crianças ♂.

3 ♀ mukedes.

Como se acabou tarde o serviço, resolveu-se ficar por aqui mais esta noite e sairmos para Oncócuá só amanhã depois do matabicho.

Otchinjau é bonitinho e está em franco progresso devido ao esforço do chefe do Posto Sr. António Matias Morais que há dois que só aqui está, tem feito grandes obras de desenvolvimento local para bem dos seus habitantes. Fez uma represa na nascente dum rio dentro da povoação que é o suficiente para o abastecimento da água à população. Tem um grande (?) donde tira o milho para a alimentação dos trabalhadores, etc, etc.

Comi hoje ao jantar bifés de galinha do mato julgando que comia carne de porco, tão bem preparados estavam.

Deitei-me por volta das 22 horas com (?) no nariz por causa da constipação que tenho trazido e que agora passou a ser com defluxo. Já antes do jantar tinha tomado uns comprimidos de (?). E assim se passou mais um Domingo...

13 de Novembro

Levantei-me às 5,30 h. Depois de lavado saí com o Dr. Almeida a buscar mais material arqueológico.

Apareceu-nos depois o chefe do Posto que nos andou a mostrar a horta e do cimo dum morro de pedra a direcção duma estrada que tem projectado abrir para Oncócuia que encurtava em quase 50% a distância da actual entre esta povoação e Oncócuia que é de 150 km.

Às 8 horas matabichamos e às 8,45 h partimos para Oncócuia onde chegamos já passava do meio dia, com as costas da camisa e as cuecas e calças todas molhadas do suor no assento.

A estrada não era má se não fossem as 400 malolas (passagem sobre os leitos dos rios) que tivemos de passar e que com a descida e subida rápidas me deram cabo das costas e dos rins.

Em Oncócuia já éramos esperados e por isso estava o almoço na mesa em casa do secretário Sr. Alberto Francisco Marques, conhecido de há dois anos do Dr. Almeida, quando ele foi a Porto Alexandre e aquele senhor estava lá colocado.

Foi-nos cedido o edifício do hospital que ainda não está a funcionar para nos instalarmos aqui. Para comer continuaremos a ir a casa do secretário que na falta de delicadeza do administrador fará o sacrifício de nos ter por hóspedes.

Depois do almoço arrumei a minha cama e passei pelo sono até às 16 horas. Às 5 fui tomar banho à casa do chefe da estação telegráfica (?), Sr. Soares, que nos ofereceu o seu quarto de banho.

O resto da tarde passei-o a colher material lítico, ao lado do hospital, onde também andava o Sr. Almeida.

Para amanhã já estão concentrado na granja daqui alguns indígenas (?) afim de serem observados.

Jantamos às 20 horas e às 22 horas deitei-me.

15 de Novembro

Levantei-me às 5,30h. Toda a noite ventou, principalmente das 2 h em diante, seriam umas 2,30 h que me tive de por a pé para trancar uma porta cujo fecho não funciona em condições e que se abria deixando passar o vento para dentro do meu quarto. O céu tinha nuvens mas nos intervalos viam-se as estrelas. Pela madrugada o vento amainou.

Oncócuá, nem comércio nem população indígena tem. Existe sim duas pequeninas casas de comércio e o resto são edifícios novos, acabados de construir, como sejam o hospital onde nos instalamos, a administração, a casa do administrador, a casa do médico que por este não existir é habitada pelo secretário da administração, a

casa do enfermeiro e a estação CTT com toda a aparelhagem moderna de TSF e que está classificado de estação de 2º classe.

Se dizem que aqui a população indígena é mínima, para que tantos edifícios de construção definitiva construíram?

Acção política, por estar a 20 25 km da fronteira com sudoeste africano?

Há outros centros mais populosos e com mais número de casas de comércio como seja (Chiude?), e o edifício do posto é feito de adobe.

Esperamos até o pequeno almoço que viessem mais indígenas para serem observados e que o senhor administrador disse ter mandado chamar para comparecerem logo de manhã e, como não tivessem vindo resolvemos partir logo depois de matabicharmos.

Sáimos de Oncocua às 10,20 h. Às 10,40 paramos em Ompupa junto da vivenda do Sr. Bartolomeu de Paiva, filho do Antero de Paiva, para se prestar socorro a uma avaria da carrinha do médico veterinário Dr. Manuel dos Santos Pereira que estava com o depósito de gasolina furado. Aqui, enquanto esperávamos pela reparação, apanhavam-se algumas peças arqueológicas.

Deixamos Ompupa perto do meio dia e cerca das 13,30 h estávamos em Opocólo onde mandamos preparar qualquer coisa para comer. Contou esta refeição de peixe de (?) com arroz e como não havia pão fizeram uma (?) de farinha de trigo para o substituir.

Depois de comermos, como aparecesse ali uma família de Mukuxis, mediram-se e observaram-se 6 ♂ e 6 ♀ e tirou-se sangue a mais 3 crianças ♂ e 4 ♀.

Terminado o trabalho seguimos para Chibembo (Gambos?) onde chegamos ao lusco-fusco.

Nem o administrador nem o secretário estavam na ocasião que aqui chegamos pelo que nos dirigimos à Pensão para nos arranjar jantar e dormida. Mais tarde chegou o administrador que nos foi procurar à Pensão, convidando o Dr. Almeida e a mim para irmos para casa dele, visto não ter cômodos para todos. Como o jantar já estava encomendado e pronto comemos primeiro e depois é que fomos.

Eram 9,30 h quando nos deitamos.

20 de Novembro

A noite estava quente pelo que se teve de dormir com uma janela aberta. Ficamos no Posto de Cainde, em duas salas onde armamos as nossas camas de campanha.

Às 5 horas acordei e às 5,15 h levantei-me. Atrás de mim levantaram-se todos.

Fui ao mato e junto do meu W.C. encontrei algumas peças arqueológicas, bifácias, uns núcleos e umas lâminas, e no caminho para o Posto mais alguns. Depois o Sr. Almeida e o Camarate França colheram mais algumas.

Antes do matabicho estive a preencher as fichas individuais dos indígenas que se apresentaram para serem observados e só depois de termos comido é que principiamos os trabalhos.

Mediram-se e observaram-se 21 ♂ Mukuvaes e fizemos outras observações a 48 ♀ (grupos sanguíneos só a 30 ♀).

4 ♂ Mukuixis e outras observações e sangue a 9 ♀ e só sangue a 6 crianças ♂ e 1 ♀.

Às 10,30 h já tínhamos o serviço feito, à exceção do Sr. Dr. Almeida que só acabou às 12 horas, por estar com os interrogatórios.

Almoçamos às 13 horas e às 15,30 h deixamos Cainde, tendo-se antes feito uma distribuição de vinho pelos indígenas observados, que é o que eles mais apreciam, sobretudo as mulheres.

No caminho para Chibia, metemos ao desvio para Ungueria, indo-se visitar a cascata que tem este nome. É um local apazível, cheio de regatos de água com muita verdura. A queda d'água é interessante, vinda duma grande altura cair num lago. Para se chegar ao local da queda, passa-se por um tonel natural. Tirei fotografias, mas não sei se ficarão bem visto aquela hora ali haver pouca luz.

Chegamos à Chibia perto das 18 h parando-se de frente da administração.

Aqui o Sr. Dr. Almeida deu fé de que a carrinha “Chevrolet”, nossa tinha o guarda lamas da retaguarda do lado esquerdo esgarçado pelo que mesmo ali deu uma descompostura ao seu condutor.

Como ainda nada tivessem dito dos (?), sobre um recado que um padre da Missão próxima da catequese devia mandar sobre a existência ou não lá de (mucancalas?), resolveu-se ficar na Chibia até amanhã pela manhã e telefonar-se a saber do assunto.

Fomos depois para casa do administrador.

À hora do jantar, o Campos, Aristides, Feijó e Matoso Pio mandaram dizer que não iam lá comer por terem sido convidados a jantar fora.

Logo após o jantar, eram 21,30 h fui-me deitar.

26 de Novembro

Só me levantei às 7,30 h. Matabichamos logo depois das 8 horas e saímos nas carrinhas a caminho do Buico, mas quase ao chegarmos lá a estrada estava cortada por uma vala pelo que tivemos que voltar para trás. Visitamos o antigo forte de capangombe.

No percurso fizemos colheita de vários materiais arqueológicos.

Almoçamos pelas 15,30 h. Deixamos a fazenda Boa-Fé e dirigimo-nos para Vila Arriaga, mas a 18 km daqui a carrinha “Ford” partiu totalmente uma das molas da frente e como não houvesse ferramentas para substituir a carrinha onde viajo veio à Vila Arriaga pedir socorro. Entretanto a “Ford” viria vindo devagar até onde pudesse.

Chegamos a Vila Arriaga pelas 18 horas. Eu e o Carlos d’Almeida, como começou-se a chover, fomos para o hotel (Bibala?) aguardar a chegada dos outros.

Arranjou-se aqui um mecânico que seguiu com a ferramenta necessária ao encontro do “Ford”.

Às 19 horas serviram-nos o jantar debaixo duma nuvem de formigas com asas, cuja avalanche era tal que não obedeciam a “Flit” que o estalajadeiro constantemente pulverizava.

Pelas 21 horas chegaram os outros sem que tivessem substituído a mola. Jantaram e depois fomos todos para o Hospital da Vila, que ainda está para estreitar, onde pernoitamos, visto não haver quarto devoluto no hotel e o médico ter posto à nossa disposição duas dependências do hospital.

ANEXO VI

Excertos do caderno de campo relativo aos trabalhos da segunda campanha da Missão Antropobiológica de Angola. (Marques Júnior, 1952). Foram reproduzidos somente os relatos dos dias em que se desenvolveram trabalhos de cunho arqueológico. Estes, por sua vez, aparecem em destaque no texto.

11 de Agosto:

Acordado à hora de costume.

Matabichamos às 8 horas e às 9 horas como havia pessoal para observar, iniciaram-se os trabalhos.

Ate às 12,30 h. mediram-se e fizeram-se outras observações a

10♂ Katyôkué

1♀ Katyôkué

3♂ Kanhembas

9♂ Kambuelos

Perto do meio dia veio um telegrama do governador da provincia dizendo que no Baixo Longa já la estavam Bosquimanos para serem observados.

Resolveu-se então modificar o itinerário indo-se primeiro para o Baixo Longa, para onde partiremos amanhã de manhã.

De tarde, enquanto, acabavam de tomar as notas sobre linguística e etnográficas, o França foi para uma ilha sita mesmo aqui no local, no rio Cuebe e descobriu lá uma estação arqueológica de características mesolíticas.

Eu estive a escrever a minha mulher, por não saber quando poderei tornar a fazer.

Pelo resto da tarde estivemos todos na ilhasita a ajudar à escolha das colheitas.

Jantamos às 17,30 e deitamos as 21,30.

25 de Setembro (em Mavinga)

Levantei-me às 6 horas. Matabichamos às 7,30 h e às 8 horas fui para a estação do CTT para nos pormos em comunicação com Longa a saber se haveria gasolina no Cuito e qual a quantidade que ali estava por nossas contas. Disseram ser 5 bidons ou seja 1000 litros. Viu-se a possibilidade de mandar la buscar alguma na “Dodge” afim de seguirmos depois para cima e de ficar aqui alguma para o “Land Rover” poder ir ainda, quando regressar, à Missão Católica do Cuando afim do (?) acabar o trabalho ali.

Depois do jantar seguiu a “Dodge” indo nela também o França, que o deixará em Menongue para onde vai iniciar a escavação arqueológica no ilhéu.

Hoje não se trabalhou.

4 de Outubro (no Longa)

Mediram-se:

27 ♂ Katyokuí

13 ♀ Katyokuí

E completaram-se as medidas a mais 5 ♂ Katyokuí.

O frança que estava em Menongue veio hoje pela manhã na carrinha “Dodge” que ali tinha ido levar carga. Terlhe-iam dito ou advinhou que hoje se ia matar porco para amanhã haver (feijoada?) ?

Ao resto da Tarde resolveu-se que a carrinha “Dodge” que precisa de reparação fosse a Silva Porto fazê-lo e aproveita-se a ocasião para trazer um feixe de molas para a carrinha “Chevrolet”.

Por esse motivo já quase noite estive a escrever à pressa uma carta para minha mulher, carta essa que foi acabada já à luz de vela, afim de seguir de madrugada para Silva Porto e ali ser lançada ao correio pelo Rafael.

Todos os membros da Missão escreveram também cartas para ele levar.

13 de Outubro (no Caiundo)

Levantamo-nos cedo na esperança das outras carrinhas que por qualquer motivo se tivessem demorado a ficar na Missão, já estivessem ao romper da manhã junto da jangada, mas em vão.

Dirigimo-nos depois de nos lavarmos para casa do comerciante Pires, nosso hospedeiro, afim de tomarmos uma chávena de café. No caminho deparamos com linda peça em quartzo, bem trabalhada. Eu e o Pontes passamos depois a manhã na colheita desses materiais, tendo-se enchido um caixote de bons exemplares.

Almoçamos pelas 13 horas ainda arroz com galinha que tinha (?) do jantar de ontem visto ter sido feito para mais (homens?) que não chegaram a vir.

Por volta das 15 horas chegou a “Dodge” com o Rafael a guiar e no lado o Pimenta e, na carga, além dos criados, o Carlos de Almeida e o França.

Fiz-lhes sinal para o lado de lá do rio tendo eles correspondido.

Atravessamos o rio antes da carrinha numa canoa.

Vim a saber então que devido a uma pane no “Land Rover” tiveram que o rebocar para Menongue, onde o deixaram e que partiram, de novo de lá às 6 horas da manhã, aceitaram o convite e almoçaram na Missão do Capito, pelo que só chegaram a esta hora.

A “Dodge” teve que ser descarregada passada a carga em primeiro lugar e depois a carrinha.

Resolveu-se pernoitarmos todos aqui e partirmos de madrugada.

Se a “Dodge” não tivesse chegado era minha e ideia do Pontes partirmos de madrugada para o Cuangar para o que já tínhamos pedido 50 litros de gasolina emprestada.

Jantamos cedo na casa do comerciante Pires e fomo-nos logo deitar.

16 de Outubro (no Cuangar)

Observaram-se hoje:

10 ♂ Mukuangui

11 ♀

1 ♂ Kanhumba

O secretário Pontes e o Camarate França, continuam a comer e a dormir em casa do administrador enquanto não chega o Sr. Dr. Almeida e a filha.

O secretário Pontes que tem andado bastante arredado do serviço, descobriu hoje junto do rio Cubango uma estação arqueológica, da qual colheu material interessante.

Agora quem o quiser encontrar é à beira rio à procura dos calhaus e o serviço que lhe está distribuído fica por fazer até que horas.

4 de Novembro (no Dirico)

Hoje apareceram para serem medidos, uns 15 homens e umas 10 mulheres. Feito o interrogatório veio a separar-se 1 ♂ Kambuela e 1 ♀ Dirico, que eram filhos de pais do mesmo grupo étnico, os restantes eram mestiços.

Observaram-se hoje:

1 ♂ Kambuela

1 ♀ Dirico

E tirou-se sangue a 3 ♀ Kambuela.

Junto do rio Cuito aqui a dois passos do Posto, foi descoberta uma estação da pré-história que forneceu uns núcleos, lâminas e raspadores muito típicos e

junto duma pedreira a uns 7 km da estrada daqui para o Cuangar outra estação, que está a dar material superior ao do de Menongue.

5 de Novembro (no Dirico)

Não apareceram indígenas para serem observados.

Pelas 10 horas fomos na carrinha até à margem do Cubango, atravessamos depois em canoa o rio e visitamos o estabelecimento do lado do Sudoeste Africano que é dirigido por um negro. Vi lá da parte de fora arados e charruas e dentro muitas panelas de ferro fundido, de 3 pernas, e muitas roupas e bugigangas para pretos. Para brancos só havia tabaco e doce de frutas embalado. Compramos 8 latas de geléia de diversas frutas por uma libra, ou sejam 60,00, ficando cada lata a 7,50 quando as mesmas em Silva Porto estavam 25,00.

Da parte da tarde continuou-se nas prospecções arqueológicas.

7 de Novembro (no Dirico)

Não apareceu ninguém para ser observado. Os Bosquímanos que esperávamos hoje pela manhã também não apareceram.

Os dois Land-Rovers chegaram por volta de meia hora, com o Sr. Dr. Almeida e a filha, o administrador Moita de Deus e o Salvador. Logo que chegaram foram para a mesa almoçar.

Conversando com o Sr. Dr. Almeida ficou estabelecido que venham ou não os Bosquímanos que esperamos partiremos para o Cuangar na próxima 2ª Feira de manhã.

Como se espera a vinda amanhã por aqui do chefe do Posto do (Mucusso?) que vai de licença graciosa, estive a escrever uma carta a minha mulher para que ele a leve e a deite no correio em Silva Porto.

De tarde fomos no camião do Sr. Pires até ao local onde foi encontrada uma das estações pré-históricas.

À noite saíram à caça e só trouxeram uma cabra (muinha?).

ANEXO VII

Excertos do caderno de campo relativo aos trabalhos da terceira campanha da Missão Antropobiológica de Angola. (Marques Júnior, 1955). Foram reproduzidos somente os relatos dos dias em que se desenvolveram trabalhos de cunho arqueológico. Estes, por sua vez, aparecem em destaque no texto.

12 de Setembro

Após o matabicho seguimos para Lucira.

Pelo caminho, logo no cruzamento da estrada para a Lucira, encontramos uma estação de arqueologia pré-histórica com abundantes e belas peças e por duas vezes que paramos antes de chegarmos a S. Nicolau, nesses locais encontramos mais material. Propriamente nos terrenos que circundam a residência do chefe do Posto de S. Nicolau também foram encontradas peças líticas.

Em S. Nicolau, o nosso cozinheiro preparou um almoço (?) com carne que se trouxe de Moçâmedes.

Pelas 17 horas chegamos a Lucira.

O chefe do Posto Sr. Jofre Pestana, que já nos esperava, indicou-nos o local onde devíamos trabalhar e pernoitar ou seja nossas dependências na varanda do Hospital do Grémio da Pesca.

Descarregada a camionete, arrumadas as camas e disposta a carga, dirigimo-nos para casa do chefe do Posto onde nos foi servido o jantar por sinal muito pobrezinho.

Depois fomos nos deitar.

15 de Setembro

Deixamos Lucira onde devemos voltar mais tarde para acabar o serviço, visto que agora a maioria da gente que desejamos observar estão para a circuncisão, depois do pequeno almoço.

Almoçamos no Posto de S. Nicolau onde já se encontrava o chefe Sr. Matos Morais.

Após o almoço seguimos viagem para Moçâmedes onde se chegou por volta das 18 horas.

O Jeep devia ter chegado muito tempo antes. Nós, eu e o Sr. Dr. Almeida que viajamos na camioneta viemos a parar pelo caminho onde nos parecia existir material pré-histórico e assim descobrimos desde S. Nicolau até o cruzamento da estrada que vai para Sá da Bandeira, 4 estações, duas delas de materiais pesados.

O Sr. Dr. Almeida é que ficou com o registo das distâncias quilométricas onde esse material foi encontrado.

25 de Setembro (Domingo)

Tínhamos para medir hoje a gente Mukundu que chegou ontem ao fim da tarde, muitas mulheres e só dois homens velhos.

Das 10 ♀ que apartei por estarem dentro da idade só duas se aproveitaram para ser medidas.

Mediram-se e observaram hoje somente:

2 ♀ Mukuandu.

Da parte da tarde fomos no Jeep a corta mato ver um afloramento de granito? onde se encontram gravadas inúmeras pegadas de criança, machados gentílicos, enxadas, etc. Tirei algumas fotografias.

Estas lajes encontram-se a uns 500 m da molola de Tchipopilo a 3,5 km do Posto do Camuciuo na direcção S.W.

Foram 4 lajes que vimos com a distância uma das outras de 6 m, 50 m, 2,00 m, respectivamente.

Acompanhou-nos o Sr. José Soares da Estação Superimental do Bundo e Cornélius Prinzaio, bôer, filho de francesa e alemão, naturalizado português e que foi, segundo presumi, quem descobriu estas gravuras e que indicou ao senhor Neves e Sousa.

26 de Setembro

Hoje não tivemos gente para ser observada.

Aproveitando a ocasião de aqui não haver que fazer, o Sr. Dr. Almeida foi com alguns dos auxiliares em prospecções arqueológicas até Lola.

Sáiram às 8 horas e $\frac{1}{4}$ e regressaram pouco passava do meio dia, sem nada trazerem, por não haver.

Hoje o dia esteve muito quente.

Pelas 16 horas fomos de novo às estações rupestres do Chipopilo onde tirei mais algumas fotografias. Visitamos o local onde se encontra outra laje com gravuras de machados e duma ferradura a uns 150 m ao nascente da de Chipopilo. Não as fotografei por se me ter acabado o (solo?) e não ter levado mais.

3 de Outubro

Da parte da manhã andei com o Pimenta a comprar gêneros e pelas 11 horas estava tudo pronto e encaixotado.

Depois de almoçar deixamos Moçâmedes eram 13,35 h e chegamos a Porto Alexandre às 16,45 h.

Pelo caminho paramos várias vezes para verificar se havia instrumentos pré-históricos em algum material que se via pelo chão. Encontramos em dois locais, ótimas peças.

9 de Outubro (Domingo)

Partida de Moçâmedes às 8,35 h, chegando à Fazenda Carvalhos, em Brutuei perto das 14 horas devido a uma pequena avaria que tivemos na camioneta.

O “menino Turra” Artur de Carvalho, não estava. Recebeu-nos a esposa, mas logo depois ele chegou num Jeep com um amigo o Sales (?) ainda parente, o Sr. Peixoto, estivador da Comp. Nal. de Navegação, que tinham saído em passeio.

Informou-nos o Sr. Turra de que poucos Muriissi tinha a serviço, mas que esses estavam ao nosso dispor para serem estudados.

Antes de irmos para aqui estivemos em Capolopopo, e falamos com o Sr. Miguel Prinzo, também sobre a existência de Muriissi ao seu serviço e sobre o local onde existiam as pinturas dizem ele ter descoberto. Quanto aos Muriissi disse ter uns três rapazes pastores de gado e sobre as pinturas ofereceu-se para nos acompanhar depois ao local.

Quando acabamos de comer uns bifés da carne que trouxemos já passava das 15 horas. Pouco depois fomos ver umas gravuras rupestres a um quilómetro aproximadamente da casa, onde tirei várias fotografias.

Só quase ao escurecer é que tratamos dos alojamentos. Como a casa está cheia de pessoas que cá estavam de visita, tivemo-nos de acomodar como se pode. Eu, o Pimenta e o Sr. Doutor ficamos numa dependência no quintal onde guardavam a gasolina, etc e onde os cães dormiam, sem porta nem janela; o Fresco e a mulher na varanda da retaguarda da casa; o motorista na cabine da camioneta e os restantes ao ar livre.

Aqui faz muito calor.

10 de Outubro

De todo pessoal que aqui trabalha só se aproveitaram 2 ♂ Mucuissis, para serem estudados; tirou sangue a mais 1 velho, a um rapaz e a 1 rapariga.

De tarde fomos buscar água em garrações a uns 7 km de distância e mais tarde medir e fotografar mais algumas gravuras rupestres da rocha ontem visitada, que segundo julgamos ainda não foram publicadas.

11 de Outubro

Após o matabicho fomos no nosso Jeep e no do Sr. Turra ao morro Tchitundo-Uvuloⁱ, ver as gravuras rupestres já estudadas pelo Camarate França e ver se descobríamos a tal caverna que dizem ali haver com pinturas. Este morro fica a uns 30 km de Brutuei.

Chegados lá subimos o morro debaixo dum sol escaldante. O acesso é muito íngreme pelo que teve que ser feito ao zigue-zague, mas lá cheguei ainda sem que o coração (e) as pernas se sentissem em demasiado.

Tirei algumas fotografias às gravuras que existem por todos os lados e seguimos depois caminho para a vertente oposta onde nos esperavam os companheiros, visto que fomos só três (Doutor, eu e Pontes) que nos demoramos a visitar as gravuras, debaixo de um abrigo natural na rocha mas que não tinha pinturas.

Interrogados os guias pretos onde era o tal abrigo ou caverna onde havia pinturas, disseram desconhecer. Em face disso descemos o monte pelo lado oposto ao que tínhamos subido e nesse trajecto colheram-se algumas peças de arqueologia pequenas, pré-históricas.

Chegamos a Brutuei perto do meio dia, esfogueados, cheios de sede. Quanto mais água se bebia, mais sede havia. Os lábios e a garganta secavam rapidamente. É assim o deserto de Namibe.

Após o almoço e cheios os sacos de água, fomos nos dois Jeeps a Pediba, a uns 18 km ao sul de Brutuei ver uma nascente de água quente. A não ser a paisagem que era um pouco diferente quase não valia a pena termos ido maçar o corpo.

No caminho para lá matamos uma cabra de leque.

Regressamos a Brutuei eram 19,30 h. Ao jantar disse-nos o Sr. Turra que um dos guias que foi conosco pela manhã lhe tinha dito que sabia onde era a caverna com pinturas mas que não tinha dito na ocasião por desconfiança.

Resolveu-se adiar a partida para tarde de amanhã, e ir-se lá pela manhã.

12 de Outubro

Às 8 horas fomos só no nosso Jeep o Sr. Turra. Doutor, Pimenta, o guia e eu para o Tchitundo Uvulo Filho.

O abrigo está situado um pouco acima do terreno num outro morro a um quilómetro aproximado e fronteiro do das gravuras e denomina-se Tchitundo-Uvulo Filho.

O tecto e parte da parede do lado esquerdo deste abrigo natural aberto sob rocha, está cheio de pinturas a vermelho escuro, cinzento claro e escuro, rosa, laranja, representando tartarugas, raposas, cobras, aves, etc.

Tirei várias fotografias e o Pimenta fez alguns desenhos.

O senhor Turra diz conhecer uma pessoa em Moçâmedes muito habilidosa para fotografia, desenho, etc, a quem ficou de nos apresentar a fim de ver se ele seria capaz de aqui vir passar uns dois dias e fazer o decalque destas pinturas e tirar fotografias a cores, medir, etc.

Antes de regressarmos a Brutuei passamos pela fazenda do Miguel Prinzos, para que ele nos informasse onde existia o outro abrigo visto ele nos ter dito que existiam dois. Foi ele então conosco (e) indicou o local que é no cimo do morro Tchitundo-Uvulo na vertente oposta àquela que tínhamos subido dias antes.

Depois do almoço foram lá com o Dr. Almeida, o Sr. Turra, o Pimenta, o Pontes e o Alves. Eu fiquei com os restantes, seguindo depois de tudo arrumado na camionete para Capolopopo onde nos ficamos de encontrar com os outros. O Fresco trouxe o Jeep do Sr. Turra para que este pudesse depois regressar a Brutuei.

Eram 16,30 h quando eles chegaram e que nós fizemos o caminho de Moçâmedes, onde chegamos às 18,10 h. Os do Jeep só chegaram duas horas depois, devido a terem-se perdido no caminho e terem de voltar atrás.

30 de Novembro

Após o almoço atravessamos a jangada e seguimos para o Ossi, chegando-se aqui por volta das 15 horas.

Instalamo-nos na residência do comerciante Sr. Manuel Marques de Oliveira Ramos, da freguesia de Arcozelo de Vila Nova de Gaia e que se encontra em África à 32 anos sem nunca ter ido à Metrópole. Foi mesmo este senhor que fez reunir ali os Mukankalas para os observarmos.

Pelas 15,30 h como o Jeep ainda não tivesse chegado o Sr. Dr. Almeida e eu fomos visitar as tão faladas ruínas duma cidade pré-histórica, ali na foz do Ossi. Para irmos tivemos meter a camionete a corta-mato, muita das vezes seguindo o guia que seguia à nossa frente.

As ruínas constam de uma muralha de pedras sobrepostas mas mais acumuladas que vai da foz do rio Ossi e que prolonga numa extensão a cerca de 5 km até ao rio Cunene. De facto é uma muralha defensiva mas dentro desta não há vestígios de habitações. Tirei algumas fotografias e quando regressamos já era noite há muito. No caminho encontramos-nos com o Jeep que ia à nossa procura.

Dia 1º de Dezembro

Manhã cedo fizemos o estudo dos Mukankalas que eram poucos, e assim às 10 horas, tínhamos medido:

1 ♂ Mukankala

4 ♀ Mukankalas

E completadas medidas a mais:

7 ♂ Mukankalas

5 ♀ Mukankalas

Depois do almoço fez-se a determinação dos grupos sanguíneos a:

15 ♂ Mukankalas

12 ♀ Mukankalas

Entre as 10 e as 12 horas fomos alguns visitar um outro monte ali a uns 2 km da povoação comercial onde existe também uma muralha, esta mais perfeita da que ontem vimos, no cimo com perímetro de cerca de 2 km. Também tirei aqui algumas fotografias.

Acabados de fazer os grupos sanguíneos, carregou-se a camioneta e largamos para a Vila Folgares onde se chegou pelas 18 horas.

Tornamo-nos a instalar nas dependências do Posto e fomos comer ao (mesmo?) restaurante.

19 de Dezembro

Soubemos logo pela manhã que a estrada do Dondo para Luanda que tem estado intransitável devido às chuvas já começou a dar passagem aos carros.

Às 8,30 h deixamos a Quibala depois de termos matabichado.

A 12 km de Quibala, na estrada para Calulo, a uns 400 m a direita, visitamos a Pedra de Quissanzeⁱⁱ onde existem várias pinturas na parede e tectodum abrigo. Tirei algumas fotografias.

Ao meio dia chegamos a Calulo. Almoçamos aqui e pelas 14 horas seguimos para o Dondo onde se chegou cerca das 17 horas.

Aqui informamo-nos que, devido às enxurradas das últimas chuvas o rio Cuanza não dava aqui passagem por se terem ali levado as pedras que serviam de pavimento, ficando só areia o que ocasionava a enterrarem-se os carros; mas como desejávamos ir ficar ainda esta noite a Luanda tentou-se a passagem com a ajuda dumas dezenas de

pretos que o administrador urgentemente convocou para esse fim e conseguiram-se os nossos desejos, não o de irmos ficar a Luanda, mas o de termos passado o rio sem qualquer acidente.

A noite passou-se toda em viagem com os carros a enterrarem-se constantemente. Foi uma noite de esgotamento físico, como já algumas passadas. Se não tivéssemos o “Jeep” e a (?) de aço não teríamos chegado a Luanda. Para mais, todos cheios de fraqueza porque nada mais tínhamos comido depois das 12 horas.

No Dondo, com a pressa, nem houve tempo de se mandar preparar umas sandes para se comerem na viagem.

ANEXO VIII

Excertos do caderno de campo relativo aos trabalhos da primeira campanha da Missão Antropológica de Timor. (Marques Júnior, 1953-1954). Foram reproduzidos somente os relatos dos dias em que se desenvolveram trabalhos de cunho arqueológico. Estes, por sua vez, aparecem em destaque no texto.

3 de Agosto

Levantamo-nos às 6 horas. A noite foi toda de um sono. Para me cobrir bastou um lençol.

Às 8 horas fomos ao pequeno almoço e perto das 10 horas é que nos apareceu o nosso Chefe de missão, num automóvel acompanhado do Chefe de gabinete.

Sáímos todos e fomos filmar as ruínas das casas destruídas pelos japoneses. Andou-se neste serviço até ao meio dia.

O almoço é ao meio dia certo e o jantar às 18 horas. Este o horário estabelecido na casa do Sr. Afonso Pereira.

De tarde descansou-se um pouco até às 15 horas.

Pelas 16 horas saímos num carro com o Sr. Dr. Almeida em visita a umas ribeiras em prospeção arqueológica, nada se encontrando.

7 de Agosto

Levantamo-nos à hora do costume.

Esperamos até às 9:30 h pelo nosso chefe e como este não viesse fomos ao correio deixar as cartas. O porte foi de 0,86 por cada carta. Comprei alguns selos para mandar ao José Rocha. Custaram-me 5,42. Amanhã irei lá de novo buscar uma colecção dos das flores.

De tarde fomos com o Sr. Dr. Almeida até à ponta da baía. Estivemos parados numas cascalheiras à beira mar colhendo-se algumas peças de talhe duvidoso devido a estarem muito roladas.

No regresso o Land Rover onde vínhamos enterrou-se ao passar uma ribeira tendo-se de chamar indígenas para o tirar de lá.

20 de Setembro (domingo)

Pelas oito horas, eu, Dr. Almeida, Administrador e Alferes Rui Pereira Coutinho partimos no Jeep Willeys, conduzido pelo motorista João Silva para Lolo Toi, que fica a uns 36 km a Sudoeste de Bobonaro.

O Chefe do Posto, um nativo de nome José de Almeida Cardoso, com os nossos auxiliares esperavam-nos defronte do posto, mas antes tivemos de passar por alas de nativos de ambos os sexos, numa extensão talvez de 500 m que nos atiravam flores para dentro do carro.

Deviam ser perto de mil os nativos que estiveram à recepção.

O Chefe do Posto ofereceu-nos um almoço do qual só comi a sopa. A ementa era composta de comida que devido ao meu estado de saúde (estômago e fígado um pouco

avariados) não pude comer. Tratava-se de camarões com salada, caldeirada de carneiro e morangos.

Às 15:30 h retiramo-nos, chegando-se a Bobonaro pelas 17:30 h.

Na areia que havia no jardim do Posto encontraram-se uma peças de (jaspe?) pequenas (lascas) que deviam ter vindo juntas com a areia da Ribeira Mau Cou, ali a uns 200 m do posto. Como para lá se chegar era custoso não fomos lá.

2 de Outubro

Às 6:30 h já estávamos a trabalhar e às 11 horas tínhamos o serviço das mensurações terminado.

Mediram-se hoje os restantes nativos ou fossem: 31 ♂ Becais.

Total observados 62 ♂ Becais.

Pelas 15:30 h deixámos Balibó e na planície de Maliana fizemos um desvio e fomos visitar Cor Lulic, lugar aprazível onde há umas nascentes d'água, que me fez recordar alguns locais da Guiné.

Uns 3 km antes deste local Cor Lulic, fomos obrigados a parar para desarranjo do carro que ia à frente, o que fez com que verificássemos existir ali uma estação de arqueologia pré-histórica, tendo-se feito colheita de material muito razoável.

Também no dia 29, no terraço e calçada de acesso ao Posto de Suai se encontraram algumas peças, embora mais pobres.

No regresso visitamos ainda a Missão Católica de Maliana, onde o Pr. Afonso nos serviu enormes camarões cozidos e cerveja.

Eram 20 horas quando chegamos a Bobonaro..

12 de Outubro

Disse-me o criado do Administrador que a festa em casa da Rainha tinha terminado de madrugada (3 horas).

Pela manhã, antes do mata bicho, estive a escrever à minha mulher a fim da carta seguir no correio de hoje para Díli.

Até agora, de todos os grupos observados, o Tétum foi o que me pareceu mais alto e bem constituído.

Nos arruamentos do jardim da residência do Administrador, aqui em Ainaro, entre as muitas pedrinhas e calhaus rolados vindos da Ribeira Mau Mali, foram por mim encontrados alguns com indicações de terem sido trabalhados.

Por volta das 10 horas reconstituiu-se o jantar de ontem, oferecido pela Rainha dos Mambais, a fim de ser filmado. Quando se acabou era perto do meio-dia.

De tarde fiz o pagamento das despesas aqui realizadas assim como as gratificações ao pessoal da Administração e da casa do Administrador.

A camioneta ficou carregada pela manhã, não se perdeu tempo.

24 de Outubro

Foram apanhadas algumas pedras com feição de pesos de rede outros que se encontravam juntamente com os calhaus rolados espalhados pelas ruas daqui e que vieram da Ribeira de Mota Cuha, que circunda Viqueque.

O dia foi passado nas arrumações do material pelas caixas, pagamento dos débitos aqui efectuados, etc.

Amanhã devemos partir depois do matabicho para Lautém. O Salvador que foi com o Sr. Governador para filmar aspectos das recepções dos indígenas da circunscrição de Lautém, irá depois ter connosco.

Escrevi hoje à minha mulher e entreguei a carta nos CTT para seguir para Díli depois de amanhã.

11 de Novembro

Deixámos Lospalos às 8 horas.

No caminho para Lautém parámos na povoação Dagadá de Raça onde se esteve a filmar a fabricação de panelas e tijolos de barro e tirou-se também algumas fotografias da povoação.

No mesmo percurso filmaram-se os depósitos de água, os abrigos, os acampamentos para viaturas e as minas explosivas que os japoneses fizeram e depois deixaram.

Visitámos o lago de Laga onde o Sr. Prof. Mendes Corrêa e António de Almeida encontraram uma estação arqueológica e pelas 11:30 h chegámos a Baucau. Fomos recebidos pelo Administrador Sr. António Ramos do Amaral que nos

indicou as nossas instalações. Eu fiquei na residência deste, o Pimenta, o Salvador e o motorista João Silva foram para a casa de hóspedes que fica em frente e o Antunes e o Victor Santa foram para casa do irmão deste último, onde já se encontravam as respectivas mulheres. O José Duarte Santa é o secretário da Circunscrição de Baucau.

O Pimenta, o Salvador, o João e eu comemos na casa do Administrador.

Recebi carta da minha mulher de 28/X/953.

Da parte da tarde nada se fez.

24 de Novembro

Após o matabicho seguiu-se para Laga onde chagámos por volta das 9 horas. Como ali ainda haviam poucos indígenas para serem medidos, fomos para a lagoa “grasse-liu” (lagoa [liu] do sal [grasse]) onde já se encontravam uns homens à espera para se iniciarem as escavações, visto os Srs. Profs. Mendes Corrêa e António de Almeida e o Engº. Rui Cinatti terem encontrado aqui material arqueológico.

Indiquei aos homens os locais onde deviam abrir umas valas, e como o sol estivesse fortíssimo e o calor insuportável tornámos para Laga que dista uns 8 kms.

Quando ali chegámos, a pouca gente que ali estava tinha-se ido embora, pelo que se teve de os mandar chamar de novo.

Depois do almoço inscreveram-se e preencheram-se os cartões de sanotestes com os nomes dos indígenas presentes, visto que ainda não tinham chegado todos.

Afinal o dialecto dos Nai-damu em quase nada difere dos Macassai. Na numeração, por exemplo, só o número 4 é que difere dos Macassai, dizem *Fahar*, mas também dizem *Lolohá*, como os Macassai, segundo dizem, os grupos: Nai-damu, Ná Ine e Sá Âni são Socolore = Macassai.

Pelas 15:30 h fomos de novo para a lagoa. Da vala 1 já tinham jocado a terra.

O terreno é constituído por uma camada de calhaus pequenos rolados, de mais de um palmo de altura e daí para baixo de terra argilosa também com alguns calhaus rolados.

Da escolha pouco material em condições deu. À superfície do terreno em quase toda a extensão ao longo da estrada até próximo do lago é que se encontrou bom material.

Sáimos daqui já lusco fusco e quando chegámos a Baucau eram 19 horas.

25 de Novembro

Às 8 horas estávamos em Laga. Montámos o serviço na varanda do Posto Sanitário e iniciámos o estudo dos Nai-damu.

Enquanto eu e o Pimenta mediamos, os restantes foram fazendo as determinações dos grupos sanguíneos, tendo-se feito até às 13 horas: 36 ♂ Nai-damu medidos e grupos sanguíneos a 175 ♂.

Almoçámos como ontem, em casa do Chefe do Posto, Victor Santa, também auxiliar da Missão e pelas 15:30 h fomos para a Lagoa.

Uma vez aqui fui ver o material que tinham tirado das valas 2 e 3 que tinha dado ordem para abrirem, e que por sinal era pouco e fraco e depois continuei a pesquisa pela superfície do terreno, continuando a encontrar belas peças principalmente junto da estrada.

Ao escurecer viemos embora, tendo deixado ordem para amanhã abrirem mais duas valas nos sítios por mim indicados.

26 de Novembro

Às 7:30 h já estávamos em Laga, e até às 12:30 h tínhamos observado 36 ♂ Naidamu.

Junto da Tranqueira e em redor do Posto Sanitário e ainda na terraplanagem da estrada para a residência do Chefe de Posto de Laga, encontrei várias sílices com talhes intencionais e um quartzite lascado de cor vermelha.

O local onde estão instalados a Tranqueira, o Posto Sanitário e a residência do Chefe, numa plataforma dum morro, tem todas as características dum Castro.

De tarde tornámos à Lagoa. Vi o material retirado das novas valas a nº 4 e 5 que escolhido pouco deu. Continuei a colheita, digo a pesquisa na direcção perpendicular à estrada até uma distância talvez de 500 m para Lautém, escolhendo ainda algum bom material.

Em face das valas abertas pouco material ter dado e este na sua maioria fraco, resolvi terminarmos as escavações e prospecções até que o Sr. Dr. Almeida chegue.

Escusado será dizer que nestas tardes que aqui andei em prospecção o meu corpo não transpirou, mas sim butou água por todos os poros.

27 de Novembro

Eram 8 horas quando chegamos a Laga.

Até às 12:30 h acabou-se o serviço dos estudos nos Nai-damu, tendo-se observado 28 ♂.

Todos estes Nai-damu observados, no total de 100, pertenciam aos Sucos de Soba, Munira, Libagoa e Sama-Lari.

Depois do almoço, como uns indígenas nos tivessem dito que em Lagadate havia muitas lascas, para lá fomos.

O local era a uns 16 km de Laga na estrada para Beguia, onde está instalado o acampamento do recenseamento. O terreno foi terraplenado e o chão encontrava-se cheio de lascas de calcário, algumas de quartzite e pedacitos de sílica, mas nada lá encontramos de préstimo.

Regressámos a Baucau cedo, ainda era de dia.

30 de Novembro

Pela manhã estive a embrulhar os calhaus colhidos em Laga e a arrumar estes e outros materiais nas respectivas caixas.

De tarde fomos de novo à Lagoa de Laga para fotografar as valas que foram abertas e medi-las. Quando regressámos a Baucau era noite.

8 de Dezembro (*Feriado*)

Começou-se a trabalhar às 6:30 h e às 10:30 h estava terminado o estudo dos Idaté.

Mediram-se hoje os 25 ♂ Idaté e fez-se as restantes observações que faltavam na série.

Os Idaté observados eram dos seguintes Sucos: Sammo, Oslalam, Batára, Mane-Lima, Fatu-Maquerec e Fúnar, do Posto de Laclúbar.

Pelas 13 horas chegou o Sr. Dr. Almeida, que vinha acompanhado do Sr. Administrador de Manatuto.

Vinha entusiasmado pelo bom acolhimento no Congresso Científico do Pacífico da comunicação apresentada por ele sobre o material arqueológico de Laga, e mais satisfeito ficou quando lhe apresentei as peças por mim colhidas no mesmo local, que classificou de admiráveis.

O Administrador almoçou connosco e retirou-se ao escurecer.

Da parte da tarde preencheram-se as fichas dos Làcalei que vieram para ser observados.

Reuniu-se um conselho e resolveu-se que, caso o Administrador de Baucau não saísse pelo Natal, iríamos lá passar as festas do Natal e aproveitava-se esses dias para visitar as grutas de Lautém e novamente o Lago “gasse-liu”.

Recebi, trazida pelo Sr. Dr. Almeida, carta da minha mulher datada de 24 do mês findo.

19 de Dezembro

Após o matabicho seguimos para Laga. Antes de irmos para a lagoa passámos pelo Posto e levámos connosco um trabalhador e o intérprete Nai Damo que já lá estava.

Na Lagoa “grasse-liu” além das conchas fósseis encontradas nas valas que tinham sido abertas o mês passado, colheram-se mais de 1 centena de peças de sílica retocadas a toda a volta e outras com sinais de trabalhadas.

Estivemos lá 2 horas e escusado será dizer que saímos a pingar.

Às 13 horas estávamos em Baucau, felizmente, desta vez, sem embargos no caminho.

Da parte da tarde, descansou-se.

20 de Dezembro

Depois do pequeno almoço, o Salvador e o Pimenta foram a Manatuto para filmarem o baile, a saída da missa e alguns dos edificios em ruínas ali existentes, tendo regressado ao escurecer.

Hoje o Administrador de Baucau teve ao pequeno almoço o Administrador de Viqueque, o Secretário da mesma Circunscrição e respectivas esposas e ainda o capitão do Posto.

Foi um dia de movimento na residência do Administrador que nada nos deixou fazer. Se não tivesse acabado, logo a seguir ao matabicho, de fazer a inscrição nas pedras ontem colhidas, mais tarde já não o poderia fazer.

Ao resto da tarde lá se foi tudo embora e o sossego voltou.

Tenho andado desarranjado dos intestinos. Hoje fui 3 vezes ao WC.

21 de Dezembro

Logo manhã cedo estive a escrever à minha mulher e perto do almoço (pelas 11 horas) enviei-lhe um telegrama BF2.

Visitámos, também antes do almoço, um (abrigo matinal ?) junto da estrada para Lautém, com uma extensão de 2-3 km. Feita uma prospecção nada deu a não ser uma conchas fósseis. Da parte da tarde fomos ver outro, logo à saída da Vila na estrada para Díli, que também nada deu. Este até tinha servido de curral dum porco.

22 de Dezembro (Lospalos)

Sáimos de Baucau cerca das 7:30 horas com destino a Lautém.

A uns 600 m antes do desvio para o Lago Salgado de Laga parámos o carro e fomos fazer uma prospecção num terreno que nos parecia haver ali também material arqueológico, pela grande quantidade de pedrinhas que se viam à superfície e de facto lá fomos encontrar algumas (mais de uma centena) que olhámos e trouxemos. Verificámos, também, que aquela faixa de terreno na

largura de uns 50-60 m com essas pedras à superfície, se estendia numa extensão de 1.500 a 1.600 m ao longo da estrada Baucau-Lautém, lado direito.

Em Lautém, visitou-se um abrigo aberto nas rochas que nada deu e antes tínhamos ido a Com, por indicação do Chefe de Posto de Lautém, Sr. Monteiro, que tinha ido connosco e que dizia o terem informado da existência ali duma gruta ou abrigo. Interrogados os indígenas sobre a localidade não o souberam dizer, pelo que nos viemos embora.

O Administrador Morais, de Lospalos, que foi ao nosso encontro veio para cá a guiar o nosso carro e o Salvador trouxe o dele. O caminho de Lautém para Lospalos fizemo-lo debaixo de chuva.

Da parte da tarde descansámos.

23 de Dezembro (Lospalos)

Após o matabicho, o Sr. Dr. Almeida, o Salvador e o Administrador Morais saíram no nosso carro a fim de irem visitar uns abrigos que diziam existir em Mahina II. Eu fiquei a inscrever nas pedras, ontem colhidas, a localidade e a data da colheita.

Chegaram já passava das 13 horas. As grutas ou abrigos não passavam de poços fundos aos quais não desceram. Colheram ali nas proximidades umas 9 peças de sílica e em Chica, a uns 4-5 km de Lautém umas 19 peças do mesmo material.

24 de Dezembro (Baucau)

Deixámos Lospalos às 7 horas e por volta das 11:30 h estávamos em Baucau.

Em Lavai, para cá do Posto a uns 3 km antes da ponta que nos serve de baliza – Lautém-Baucau, colhemos mais de uma centena de peças de material arqueológico de técnica mais ou menos igual à colhida nas proximidades do Lago de Laga.

Também antes 1 km de chegarmos ao Lago de Laga, apeámo-nos e na margem direita da estrada Baucau-Lautém eu e o Sr. Dr. Almeida colhemos também mais uma centena de peças de material igual ao já colhido, mas a estação continua pela beira mar até a uns 4-5 km para cá do Lago.

Principiou a chover pouco passava do meio dia e conservou-se até noite dentro.

Recebi quando aqui cheguei e durante a tarde, uma carta da minha mulher de 10 do corrente e um cartão do meu colega António Carvalho agradecendo os pêsames enviados e telegramas de Boas Festas do Dr. Ataíde e Hermínio, vindos da Metrópole e outros do Antunes e Victor Santa cá de Timor e de parabéns pelo meu aniversário que se realiza amanhã de minha mulher e minha irmã e filhos.

Como o Administrador Amaral, nosso hospedeiro se encontrasse com uma intoxicação alimentar o jantar de hoje decorreu como de costume e pelas 21 horas cada um foi para sua cama.

25 de Dezembro

Manhã cedo já se ouviam os estalinhos das bichas chinesas que se prolongaram por todo o dia.

Dia aborrecido, passei a manhã a escrever os locais e data nas pedras ontem colhidas. De tarde passei a dormir e às 20:30 h já estava de novo deitado, pois também me encontrava um pouco desarranjado da barriga.

Foi assim que passei o Natal e o dia dos meus anos.

Afinal não veio de Díli ninguém. Espera-se que chegue amanhã o Capitão do Posto, Comandante Sacramento Monteiro e esposa que vem passar um dia com o Administrador, mas está mal porque este agora não lhe pode fazer companhia nos whiskys.

26 de Dezembro

Após o matabicho saímos a caminho de Lavai para se calcular com mais exactidão a extensão desta estação arqueológica e a de Laga, mas ao chegarmos à Ribeira do Seical enterrou-se-nos o carro e voltámos para trás.

Da parte da tarde o Sr. Dr. Almeida foi com o Salvador e um chofer china e tiveram melhor êxito, pois conseguiram passar as ribeiras e irem até ao local desejado, e trouxeram mais material.

Chegaram hoje a Baucau e ficaram hóspedes do Administrador o Comandante Sacramento Monteiro e esposa, que é uma macaísta.

Eu continuei desarranjado da barriga pelo que estive a canja e galinha cozida.

ANEXO IX

Excertos do caderno de campo relativo aos trabalhos da terceira campanha da Missão Antropológica de Timor. (Marques Júnior, 1963). Foram reproduzidos somente os relatos dos dias em que se desenvolveram trabalhos de cunho arqueológico. Estes, por sua vez, aparecem em destaque no texto.

26 de Setembro

Às 5 horas levantei-me. Às 6,30 h continuamos as observações fisiológicas aos 53 ♂ medidos e só observações fisiológicas a 24 ♀. Terminando-se o serviço já passava do meio dia.

Avariou o (?) pelo que só se pode tirar as pressões arteriais a uns 30 e tais homens.

Fomos almoçar às 13 horas e pelas 14 despedimo-nos mas antes de seguirmos o caminho de regresso a Bobonaro o Sr. Dr. Almeida quis ir ver o local onde alguns nativos dizem ter encontrado sílices que fica a cerca de 2 km do Posto no lugar de Siri Mot (Fatu-luli), mas veio desanimado por nada lá se ter encontrado que valesse a pena. Os nativos deram-nos sílices que lá tinham encontrado e que os utilizavam como pederneira.

Deixamos Balibó às 15,15 h e chegamos a Bobonaro duas horas depois.

O Sr. Dr. Almeida e o administrador Castelo Branco ainda foram, no “Jeep” deste falar com o Régulo (Bunar?) Cardoso sobre uma informação que o Sr. Dr.

Almeida necessitava sobre os Bunaques, e só chegamos às 20,30 h. Quando fomos jantar eram 21 h.

28 de Setembro

Há hora habitual levantei-me.

Às 6 horas o Sr. Dr. Almeida iniciou a conversa os chefes velhos Marais e com eles estive até perto das 11 horas, só com o intervalo para o pequeno-almoço e para a determinação de grupos sanguíneos a 14 ♀, resto dos soros que havia nos frascos:

O total foi de 125 ♂ e 121 ♀ assim distribuídos:

Grupo A	30 (24,00%)
Grupo B	18 (14,40%)
Grupo O	70 (56,00%)
Grupo AB	7 (5,6%)

E mais 121 ♀:

Grupo A	38 (31,40%)
Grupo B	21 (17,36%)
Grupo O	56 (46,28%)
Grupo AB	6 (4,96%)

No total de ♂ e ♀ = 246:

Grupo A	68 (27,64%)
---------	-------------

Grupo B	39 (15,85%)
Grupo O	126 (51,22%)
Grupo AB	13 (5,39%)

Às 11 horas fomos à aldeia do Suai e aí fotografei vários aspectos da montagem, início e funcionamento dos teares, etc.

Vi aqui dançar além do conhecido grupo de raparigas do Suai, duas pequenitas que se exibiram numa dança de ritmos e movimentos como as dançarinas da Indochina, que achei muito perfeito.

Quando começamos a almoçar eram 14 h.

Da parte da tarde o Sr. Dr. Almeida esteve a interrogar os (?) e eu fui a uma aldeia fotografar as diversas operações de se conseguir a farinha sagu. Não sei se o solo 6 dará alguma coisa, pois não sei por que motivo a máquina não disparava bem.

Regressado a residência do Sr. Administrador tornamos a sair para irmos a uma ribeira ver se encontrávamos algum material arqueológico, mas nada se encontrou.

2 de Outubro

Depois do pequeno almoço, às 6,45 h deixando Díli.

Passamos duas horas depois pelo Manatuto e às 10,40 h estávamos em Baucau.

Fui logo ao quartel do destacamento militar aquartelado em Baucau colher os elementos da naturalidade dos militares nativos que pertenciam a esta unidade quando

foram examinados nos grupos sanguíneos tendo sido feliz porque consegui também elementos que em (?) não podem fornecer.

Enquanto fui ao quartel o Sr. Dr. Almeida esteve a interrogar os velhos Masassais e Uai-Míá, interrogatório que se prolongou até perto das 13 horas.

Ficamos instalados na habitação do administrador que está vazia, pois o administrador interino Sr. Afonso Mendes Prata, adjunto do Administrador estar a habitar a casa que de facto lhe foi distribuída.

Antes do almoço tomei banho e mudei de roupa.

Pelas 3,30 h fomos a Laivai e junto do mar fizemos uma colheita razoável de peças arqueológicas.

Às 18,30 h estávamos de regresso a Baucau.

4 de Outubro

Saimos para Laga após termos matabichado, indo conosco o administrador da circunscrição, mas o nosso motorista veio dizer-nos que o nosso carro tinha uma mola partida pelo (que) necessitava ser substituída. Em face disso o administrador cedeu-nos o seu carro que tinha ido em serviço, tendo-se de aguardar a sua chegada.

Quando chegamos a Laga já passava das 9 horas.

Medidas as 11 ♀ (Nai-Damus?) que faltavam para fazer as 25 e o Dr. Almeida acabou de as examinar em caracteres fisiológicos. Acabamos o serviço cerca do meio dia.

Depois uma das mulheres esteve a fazer uma demonstração (de) como fiam os panos que usam.

Pelas 13 horas fomos almoçar e pelas 14 seguimos para Sagadate ver a pedreira de Sílices que ali existe, tendo-se trazido algumas amostras.

No regresso visitamos a lagoa salgada “Gasse Liu” e nos terrenos próximos colhemos umas centenas de boas peças líticas lascadas. Ficamos alagados de suor.

Chegamos a Baucau já noite fechada.

Quando estávamos a comer chegou o Jeep da administração que tinha (ido) a Díli e trouxe-nos a correspondência. Eu tive carta de minha mulher de 24 de Setembro e uma outra do Pimenta de 25 do mesmo mês. A carta de minha mulher trazia dentro outra do Toni.

5 de Outubro

Levantei-me antes das 5 horas. Preparei a mala e depois estive a escrever uma carta para minha mulher a fim de deixar aqui no correio de Baucau para seguir no avião dia 9.

Deixamos Baucau às 7,50 h e chegamos a Lospalos às 10 horas.

Como de costume logo que chegamos o Sr. Dr. Almeida agarrou-se logo à interrogação dos nativos que já o esperavam para esse fim.

O administrador de Lospalos, interino, é o adjunto do administrador da circuncrição Sr. José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, antigo aluno do Inst. Sup. de Estudos Ultramarinos.

Ficamos instalados na casa do administrador.

Depois do almoço fomos no “jeep” do administrador a Tutuala no extremo da ponta Leste de Timor e a uns 50 km de Lospalos.

Ali estivemos a falar com o sipaio e um chefe do Suco José Fonseca a saber o melhor meio de se ir ver as grutas com pinturas que existem naquelas proximidades.

Quando regressamos a Lospalos estava a escurecer. Durante a viagem vimos dois galos selvagens.

Jantou-se às 20 h e às 21 fui me deitar.

10 de Outubro

Levantei-me às 4 horas visto que o matabicho estava marcado para as 4,30 h. Apesar de não fazer parte da excursão às grutas de Tutuala levantei-me a esta hora para acordar o Sr. Dr. Almeida e assim matabichei com eles mas eram já 5 horas.

Partiram logo após terem comido.

Foram daqui o administrador, o Sr. Dr. Almeida e nosso motorista no carro que está ao nosso serviço e iam-se juntar na povoação do Tutuala, com o chefe do Suco, sipaio, etc, e onde os aguardam os cavalos que os devem transportar aos locais das grutas.

Como era uma viagem para mim um pouco forçada, fiquei em Lospalos.

Eu passei a manhã a por em dia as contas e outros serviços que andavam atrasados, a costurar a minha roupa e depois até eles chegarem, a ler.

Chegaram eram 15 horas, hora a que eu também almocei.

O Sr. Dr. Almeida vinha muito satisfeito com o que viu e com o material que lá colheu numa vala que mandou abrir no solo do abrigo ou gruta, como lhe queiram chamar. O material é de feição mesolítica.

A gruta fica situada na parte Leste de Timor, virada para a Ilha de Jaco e é conhecida pelo nome de Lene-Ara.ⁱⁱⁱ

Também visitaram a outra gruta de que o Sr. Eng. Cinatti já deu notícia numa recente publicação.

Já passava das 16 horas quando eu e o Sr. Dr. Almeida saímos a caminho da povoação Porlomano, de Evaia. (?) para lá fazermos determinação de grupos sanguíneos. Quando lá chegamos era noite pelo que nada podemos fazer. Limitamo-nos a colher nomes para amanhã pela manhã lá tornar, no regresso da visita para o mesmo fim à povoação de Tutuala.

13 de Outubro (Domingo)

Às 5 horas levantei-me. O Sr. Dr. Almeida foi à missa das 6 h.

Ontem jantou conosco o Pe. Manuel do Colégio de rapazes do Ossu, que esteve no confino de tarde e hoje dizia a missa.

O administrador Crisóstomo é casado e tem 5 filhos. Vive com eles uma professora primária que veio da metrópole e que é irmã do Pe. Afonso, já nosso conhecido de há 10 anos.

Às 8,30 h, depois do pequeno almoço deixamos Viveque e chegamos a Baucau duas horas depois.

Ficamos aqui o resto do dia por o administrador do Manatuto hoje se encontrar ausente. Contudo, cerca das 15 horas conseguiu-se ligação telefónica com ele para Vemasse, ficando assente que amanhã de manhã iríamos para lá.

Estive a escrever um aerograma para minha mulher a fim de seguir no avião do dia 16.

Como aqui havia hoje “Bazar” o Sr. Dr. Almeida da parte da tarde esteve a ver a luta dos galos, desporto predileto dos timorenses.

Ao resto da tarde o Sr. administrador e o Eng. Guedes da Silva estiveram a ver as peças líticas que colhemos ultimamente em Laga.

Ainda não eram 21 horas quando me deitei.

19 de Outubro

Levantei-me às 5 horas. Às 6 horas o Sr. Pires Antunes, administrador do Same, telefonou a dizer que não podia arranjar as mulheres (Isni?), que não telefonou ontem por não ter conseguido ligação.

Estive a escrever, antes do matabicho, a minha mulher e ao Pimenta, para seguirem no avião do dia 23.

Às 7 horas fomos à Repartição da Administração dar conhecimento do telefonema da administração do Same e falar para o de Bobonaro a comunicar-lhe que partíamos para lá amanhã, devendo ali ficar e seguir na 2ª Feira de manhã para Balibó a fim de se medirem 25 ♀ Becaís.

De tarde esteve-se a escolher os materiais colhidos em Laga e Laivai a fim de no regresso serem encaixotados.

O proprietário do Hotel Miamar, Costa Alves, fez hoje 67 anos. Estiveram a eletrificar com lâmpadas de cores o recinto da estrada, etc. e ofereceu um jantar de pé a inúmeros convidados (directores de serviço e amigalhotés) mas dos hóspedes só foi convidado o Dr. Gomes Pereira, Reitor do Liceu.

Dia 24 de Outubro

Pus-me a pé às 5 horas. Não precisava ser mais cedo, mas a força do hábito assim me obriga.

Às 7,30 h o Dr. Almeida foi ao Palácio das Repartições para falar com o Governador, mas este não estava, tinha ido a Ermena acompanhando-o o intendente. Como o Governador tivesse mandado dizer que precisava falar com o Dr. Almeida este é a procurá-lo para saber o que desejava.

Procurou o Chefe de Gabinete, que também não estava por se encontrar doente com uma febre tifóide. Telefonou-lhe e este disse que a pretensão do Sr. Governador era que estudássemos o maior número de Lavaia-Epulo, assim como fizéssemos umas pesquisas mais profundas nas grutas de Tutuala, para assim se desfazer dos pedidos feitos pelos australianos para esse fim. ?

Como o administrador de Lautém estivesse em Díli falou-se com ele sobre a nossa deslocação para ali, ficando combinado que partiríamos para Lospalos amanhã pelas 14 horas visto não poder ser mais cedo por o Dr. Almeida ter de ir pela manhã a Oecussi.

Já veio para o Banco N.al Ultramarino a confirmação da reserva de nossos lugares no avião da BOAC para o dia 30.

De tarde fomos a Metinaro interrogar os velhos Dáduas. Quando regressamos a Díli eram 19 horas.

Hoje recebi carta de minha mulher datada de 15 do corrente.

26 de Outubro

Levantamo-nos às 4 horas e às 4,45 h deixamos Lospalos em direcção a Tutuala.

Paramos na povoação do (Porlamano-Loiquero?), de Lovaia-Épulos e levamos nos Jeeps 7 homens a fim de serem medidos. Chegando a Tutuala o Jeep foi à povoação deste nome buscar mais 7 homens. Montei a tenda e logo o administrador Tavares nos chamou para o pequeno almoço que foi feito na casa do cabo de sipaios e contou de ovos cozidos, mais de uma dúzia para três pessoas e de uns bolos semelhantes a Bolas de Berlim que trouxemos de casa.

Acabado o repasto o Dr. Almeida e o administrador e alguns homens foram de novo à gruta fazer mais umas prospecções.

Eu fiquei a medir os Lovaia-Épulos tendo até às 13,30 h feito as observações completas a 18 ♂. Também houve algumas mulheres mas devido ao adiantado da hora mandei-as embora.

Os exploradores chegaram da gruta eram quase 14 horas, e segundo disse o chefe a colheita de material foi boa.

Quando chegamos a Lospalos para almoçar já passava das 3 horas e meia.

Acabados de almoçar prepararam-se as malas e às 17 horas largamos para Baucau onde se chegou às 19,15 h.

Jantamos e pernoitamos aqui em casa do administrador Prata.

ⁱ Na verdade, Tchitundo-Hulu, Tchitundu-Hulo ou Tchitundulo

ⁱⁱ Na verdade, Quissange

ⁱⁱⁱ Na verdade, Lene Hara.